COLEÇÃO *Bahianas*

Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Lina Brandão de Aras (Org.)

# Mulheres e movimentos

## *estudos interdisciplinares de gênero*

EDUFBA

MULHERES E MOVIMENTOS

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE GÊNERO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Reitor**
João Carlos Salles Pires da Silva

**Vice-Reitor**
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

**Assessor do Reitor**
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA

EDUFBA

NEIM

**Diretora**
Rosângela Costa Araújo

**Vice-Diretora**
Laila Rosa

**Comissão Editorial**
*Eulália Azevedo*
*Ivia Alves*
*Maria de Lourdes Schefler*
*Clarice Pinheiro*
*Ângela Maria Freire de Lima e Souza*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Diretora**
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

**Conselho Editorial**
*Alberto Brum Novaes*
*Angelo Szaniecki Perret Serpa*
*Caiuby Alves da Costa*
*Charbel Niño El Hani*
*Cleise Furtado Mendes*
*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*
*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*
*José Teixeira Cavalcante Filho*
*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

Ângela Maria Freire de Lima e Souza
e Lina Brandão de Aras (Org.)

# Mulheres e movimentos

## *estudos interdisciplinares de gênero*

COLEÇÃO ***Bahianas*, 16**

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2014

2014, Autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico e capa
***Alana Gonçalves de Carvalho Martins***

Editoração e arte final
***Igor Fonsêca de Araújo Almeida***

Revisão
***Ângela Maria Freire de Lima e Souza***
***Eulália Azevedo***
***Ivia Alves***
***Maria de Loudes Schefler***

Normalização
***Daniele Santos Santana do Nascimento***

**Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores**

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Mulheres e movimentos : estudos interdisciplinares de gênero / Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Lina Brandão de Aras (Org.). – Salvador : EDUFBA : NEIM, 2014.
274 p. – (Coleção Bahianas, 16)

ISBN 978-85-232-1285-8

1.Mulheres. 2. Mulheres – Questões sociais e morais. 3. Mulheres – Identidade. 4. Movimentos sociais. I. Souza, Ângela Maria Freire de lima e. II. Aras, Lina Brandão.

CDD –305.4

Editora filiada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CBaL Câmara Bahiana do Livro

NEIM
Rua Prof Aristides Novis
197 – Federação
40210-630 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3237-8239
www.neim.ufba.br

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

# SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

♣

13 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO EM SALVADOR: *dando vozes a quem tem o que dizer*
Renato Macedo Filho e Ana Alice Alcântara Costa

43 MULHERES NEGRAS: *ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia*
Silvana Santos Bispo e Márcia dos Santos Macêdo

69 MULHER E POLÍTICA: *uma voz feminina nos redutos de poder*
Iole Macedo Vanin e Silvana Oliveira Souza

95 *HIP HOP* FEMINISTA?
*Convenções de gênero e feminismos no movimento hip hop soteropolitano*
Rebeca Sobral Freire e Alinne de Lima Bonetti

123 RASTREANDO O FEMININO, ROMPENDO SILÊNCIOS: *"queixas" e "cenas" de violência contra a mulher em Conceição do Coité-BA (1980-1990)*
Zuleide Paiva da Silva e Cecília Maria Bacellar Sardenberg

149 GÊNERO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: *algumas reflexões sobre curso normal médio em Vitória da Conquista*
Greissy Leoncio Reis e Elizete Silva Passos

171 CONVERSA COM PROFISSIONAIS (DO SEXO): *apreciações sobre imaginário e disparidades de gênero no contexto do turismo sexualmente motivado em Salvador/BA*
Cassiana Gabrielli e Ivia Alves

195 MALU MULHER (1979/80) E MULHER (1998/99): *dois seriados que dialogam com o feminismo*
Cristiane Ferreira de Sá e Ivia Alves

219 PERIGOSAMENTE INOFENSIVAS: *reflexões sobre o controle da sexualidade feminina na comunidade de atendimento socioeducativo de Salvador*
Jalusa Silva de Arruda e Maria Gabriela Hita

241 "O MERCADOR DE FEIRA": *percepções de gênero na formação das recolhidas do Santo Nome de Jesus (1829-1867)*
Ivani Almeida Teles da Silva e Iole Macedo Vanin

269 QUEM É QUEM

# APRESENTAÇÃO

Criado em 2005, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) tem se dedicado à construção de uma abordagem interdisciplinar nos estudos de gênero, articulando diferentes perspectivas a partir da diversidade de campos do saber acadêmico e promovendo um produtivo intercâmbio de informações entre docentes de diferentes departamentos e unidades de pesquisa e ensino da Universidade Federal da Bahia e também de outras instituições brasileiras e estrangeiras.

A diversidade de áreas de conhecimento em articulação tem possibilitado a produção de estudos consistentes, não apenas do ponto de vista teórico-metodológico, pela própria confluência de diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto, mas reforçado pela forte inserção social das pesquisas levadas a cabo pelas/os mestrandas/os e doutorandas/os ligadas/os ao Programa, alicerçada na reconhecida história do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), que desde os anos 80 do século passado vem atuando de forma marcante na consolidação dos Estudos Feministas no meio acadêmico, sem dissociar esta atuação dos movimentos sociais, em especial, o movimento de mulheres.

Nesta perspectiva, este número da Coleção Bahianas reúne alguns trabalhos que emergiram dos cursos de mestrado e doutorado do PPGNEIM, evidenciando de modo inequívoco a profunda e orgânica ligação entre a produção teórica do Programa e os movimentos sociais, como também a sua inserção no campo da educação em diferentes níveis e dos estudos culturais. Assim, esta coletânea reflete a riqueza de abordagens e de temas em análise no contexto do Programa, o que também testemunha a diversidade do seu corpo docente, que abriga pesquisadoras e professoras de formação em Ciências Humanas, Ciências Naturais, Letras e Literatura, que buscam construir uma linguagem em comum que possa conduzir a avanços teóricos e metodológicos, como também proporcionar a formulação de políticas sociais em torno das questões que historicamente afetam as mulheres.

O texto que abre a coletânea, cujo título é *Participação das mulheres no movimento sem teto em Salvador: dando vozes a quem tem o que dizer,* de autoria de Renato Macedo Filho e Ana Alice Alcântara Costa, analisa a participação das mulheres no Movimento Sem Teto da cidade de Salvador, refletindo sobre as ações desenvolvidas por essas mulheres, fundamentais para a manutenção e organização do Movimento e de suas famílias, destacando que as mulheres estão presentes como sujeitos políticos, inseridas no processo de conquista pelo direito à moradia. As reflexões dos autores permitem a percepção das relações de poder que envolvem mulheres e homens no interior dessa organização.

Segue-se o artigo *Mulheres negras*: *ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia*, de autoria de Silvana Santos Bispo e Márcia dos Santos Macêdo, que aborda a problemática da mulher negra em suas experiências cotidianas e sua participação no movimento social negro soteropolitano. As autoras destacam ainda as articulações dessas mulheres negras com o movimento feminista, buscando compreender sua trajetória e

motivação dentro das organizações. Para as autoras, é importante evidenciar que "habitar uma sociedade multirracial e marcada pelas relações de gênero e classe como a brasileira e, em especial, a baiana, produzirá a configuração de um protagonismo político das mulheres negras que se deparam com a perversa interação de códigos impostos pelo sexismo e racismo, tanto nas organizações negras quanto no movimento feminista".

Em *Mulher e política: uma voz feminina nos redutos de poder*, de autoria de Iole Macedo Vanin e Silvana Oliveira Souza, tem-se um trabalho biográfico atualizado numa perspectiva teórico-metodológica, que evidencia a construção da trajetória da personagem Amabilia Almeida em suas várias facetas, chamando a atenção para a sua atuação como educadora e política, evidenciando de que maneira tal personagem assumiu mandatos políticos e os utilizou na defesa das bandeiras do feminismo.

Rebeca Sobral Freire e Alinne Bonetti trazem no artigo *Hip Hop feminista? Convenções de gênero e feminismos no Movimento Hip Hop soteropolitano* o desafio de estudar questões específicas dentro dos movimentos culturais e a construção das identidades de gênero nesse espaço. As autoras apresentam discussões teóricos e aspectos históricos do Hip Hop, na busca pela construção do seu objeto. Este artigo é exemplar no trato das temáticas emergentes e que as autoras ousaram trabalhar.

*Rastreando o feminino, rompendo silêncios: "Queixas" e "Cenas" de violência contra a mulher em Conceição do Coité – BA* é o título do artigo de autoria de Zuleide Paiva da Silva e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, que aponta para uma interiorização das pesquisas acerca da violência contra as mulheres. O recorte estabelecido pelas autoras nos permite vislumbrar como essa problemática atinge as mulheres nas cidades do interior da Bahia e os caminhos percorridos por essas mulheres na busca por instituições policiais com a expectativa de conter a violência que as atinge.

Greissy Leoncio Reis e Elizete Silva Passos, em *Gênero e formação de professores: algumas reflexões sobre curso Normal Médio em Vitória da Conquista*, apresentam um estudo centrado nas relações de gênero e orientação sexual presentes na formação de professores vinculados ao curso Normal Médio de uma instituição de ensino localizada na cidade de Vitória da Conquista. A partir de uma pesquisa empírica, realizada com diferentes tipos de fontes, as autoras concluíram que há permanências nas práticas pedagógicas que contribuem para a manutenção e reprodução das ideologias de gênero de caráter androcêntrico. As autoras avaliam que este viés na formação docente dificulta a construção de novas relações de gênero que promova a sua equidade no ambiente escolar.

*Conversa com profissionais (do sexo): apreciações sobre imaginário e disparidades de gênero no contexto do turismo sexual em Salvador/BA*, de autoria de Cassiana Gabrielli e Ivia Alves, contribui para a desconstrução do imaginário social construído sobre o Brasil e, especificamente, sobre as brasileiras. Este artigo trabalha com as assimetrias nas relações de gênero e a forma como elas estão presentes na sociedade. Um dos elementos do estudo é a influência com que as construções presentes no imaginário das pessoas atuam na manutenção dos estereótipos sobre as diversas regiões do planeta e com eles a definição das regiões a serem enquadradas no turismo sexual.

Em *Malu mulher (1979/80) e Mulher* (1998/99): *dois seriados que dialogam com o feminismo*, Cristiane Ferreira de Sá e Ivia Alves fazem uma discussão sobre a criação das séries de TV, pontuando as décadas de 1970 e 1980 como o período em que a problemática feminina se inseriu na pauta da TV, com os seriados centrados no universo feminino. Através de uma discussão sobre a condição da mulher brasileira, as autoras identificaram as temáticas trabalhadas nas referidas séries, bem como o papel que elas

desempenharam na divulgação das discussões empreendidas pelo movimento feminista.

*Perigosamente inofensivas: reflexões sobre o controle da sexualidade feminina na Comunidade de Atendimento Socioeducativo de Salvador*, de autoria de Jalusa Silva de Arruda e Maria Gabriela Hita, contribui com a discussão sobre a sexualidade feminina e as formas de controle dessa sexualidade, bem como o entendimento sobre a ação jurídica, através de uma abordagem pautada nos estudos de gênero. Seu foco de estudo são os adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa e que tem sua vida sob controle pelas instituições públicas.

*"O mercador de feira": percepções de gênero na formação das recolhidas do Santo Nome de Jesus (1829–1867)*, de autoria de Ivani Almeida Teles da Silva e Iole Macedo Vanin, analisa os manuais utilizados na formação das recolhidas do Santo Nome de Jesus e o papel desempenhado por eles na conformação dos perfis de gênero entre as recolhidas. Para as autoras, os manuais cumpriram um papel fundamental na adequação da mulher aos papéis de gênero estabelecidos socialmente, através de um discurso em que a moldagem e o controle dos comportamentos e corpos eram as estratégias utilizadas para a construção dos sujeitos idealizados.

Esperamos que este volume da Coleção Bahianas inaugure um profícuo trabalho de divulgação do esforço de docentes e estudantes do PPGNEIM na produção de conhecimento solidamente ancorado nos princípios epistemológicos feministas, em sua pluralidade e constante (re)construção, sempre pautado na luta contra todas as formas de discriminação ainda presentes na sociedade, portanto em profunda sintonia com os mais diversos movimentos sociais.

*Ângela Maria Freire de Lima e Souza*
*Lina Brandão de Aras*

# PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO EM SALVADOR *dando vozes a quem tem o que dizer*

Renato Macedo Filho
Ana Alice Alcântara Costa

## *Introdução*

A proposta deste artigo é realizar uma reflexão sobre o lugar da participação das mulheres no Movimento Sem Teto da cidade de Salvador, estabelecendo uma relação com as ações desenvolvidas por essas mulheres, fundamentais para a manutenção e organização do Movimento e de suas famílias. Tal como o entendimento de que na participação estão presentes como sujeitos políticos inseridos no processo de conquista pelo direito à moradia.

A análise da participação das mulheres no Movimento Sem Teto foi realizada no contexto dos movimentos sociais, porque estes nos permitem visualizar elementos importantes para a reflexão dessa temática, e que neste artigo são identificados a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, através das análises das rela-

ções de poder que envolvem mulheres e homens no interior dessa organização. A concepção de gênero adotada aqui é a de construção cultural, pela qual se estabelecem as diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo poder entre mulheres e homens com atribuições específicas para estas/es. "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder". (SCOTT, 1991, p. 164)

A perspectiva de gênero, enquanto sustentação teórica, foi fundamental na compreensão das relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens no Movimento Sem Teto e nas ações cotidianas dessa esfera, onde também são reproduzidas práticas de uma organização sexual da sociedade que demarcam as relações de poder socialmente construídas entre os sexos desde o nascimento. Esses aspectos são responsáveis pela manutenção, no decorrer da vida, de definições ideológicas sobre o que é "ser mulher" e "ser homem" na sociedade patriarcal.

Ao mesmo tempo em que as mulheres no Movimento Sem Teto permanecem representando a esfera do privado e reproduzindo a segregação sexual da sociedade, no exercício exclusivo de práticas do âmbito doméstico no interior do Movimento, sua participação dá-se também em atividades de liderança e de visibilidade política, ocupando instâncias de poder "tidas" socialmente como "masculinas". Ou seja, o cotidiano vivenciado pelas mulheres no Movimento Sem Teto pode ser compreendido, entre outras formas, como a participação no *locus* público que pode possibilitar a emancipação e empoderamento dessas mulheres como será discutido a seguir.

## *Entendendo a participação das mulheres no Movimento Sem Teto e suas necessidades: olhando para a base e para as coordenações*

A abordagem de necessidade está baseada na concepção de Hannah Arendt (1999) em *A condição humana*. A autora realiza uma discussão sobre a configuração das esferas pública e privada vivenciadas na Grécia Antiga, através da rígida e nítida separação entre o espaço privado e o espaço público, destinando a dignidade política à esfera pública, e a satisfação das necessidades básicas e fisiológicas dos indivíduos (esfera das necessidades da vida) à esfera privada. Na esfera das necessidades da vida, o chefe de família (homem) detinha poderes incontestáveis, subordinando a ele, as mulheres, escravos e crianças, pessoas responsáveis por garantir e satisfazer suas necessidades.

Para Hannah Arendt (1999, p. 44-45), no mundo moderno, diferentemente da Grécia Antiga, surge uma terceira esfera – a sociedade – com característica híbrida, onde "[...] os interesses privados assumem importância pública". Mesmo existindo na modernidade as esferas pública e privada, estas não se diferenciam mais de forma tão rígida, como as diferenças estabelecidas no mundo antigo. Ao contrário, as esferas "[...] recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do processo da vida". (ARENDT, 1999, p. 43)

A rigidez na separação entre as esferas se "dilui", na medida em que os espaços privados também se tornam espaços políticos. As ocupações *(locus* desta pesquisa), espaço de garantia das necessidades da vida humana para as/os "sem teto", representam concomitantemente a esfera privada e política (público), pois, ao mesmo tempo em que a dinâmica do cotidiano relacionada à garantia das necessidades da vida está presente nas ocupações, a dinâmica política de negociação com o Estado na luta pela moradia

parte deste mesmo espaço. Uma esfera que se funde uma com a outra, onde o Movimento só existe quando essas ocupações passam a existir.

Nesse caso, quem garante a existência desse movimento são as mulheres presentes nas ocupações no interior e fora de seus barracos, fixando-se nesses espaços através da construção da "casa" e na resistência diária, fazendo e se envolvendo na política do cotidiano. De forma híbrida e simbiótica, é na garantia das necessidades da vida (pertencentes à esfera do privado) que o Movimento Sem Teto se sustenta e se afirma enquanto Movimento político.

As mulheres então participam do Movimento no sentido de conquistar uma necessidade da vida, neste caso, a moradia, entendendo que essa necessidade suprida significa a possibilidade de romper com uma das amarras do patriarcado, ou seja, a subordinação "ao chefe de família". Mesmo a maioria das mulheres não assumindo ideologicamente o caráter político do Movimento (concepção construída no interior do próprio Movimento, por influência de grupos, militantes e partidos políticos), elas não estão deslocadas do político, pois assumem atividades da esfera das necessidades da vida que são base na política de sustentação do Movimento.

As mulheres não são coadjuvantes na luta pela moradia, já que essa luta só é possível na participação das mesmas nas ocupações e fora dela. A necessidade de moradia (como uma das necessidades humanas) se dá enquanto um elemento impulsionador para a inserção dessas mulheres no Movimento Sem Teto, mulheres que são privadas das condições[1] objetivas e subjetivas de sobrevivência como: o acesso a bens e serviços comuns a sociedade, necessários à conquista e manutenção da qualidade de vida, quais sejam,

1 Condição é o estado material no qual se encontram as mulheres: sua pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e à tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho, etc. (COSTA, 2006, p. 5)

o trabalho, a saúde, moradia, educação, lazer – o que deveria ser direito efetivo de todas/os cidadãs/ãos.

Enquanto condições subjetivas entende-se o sentimento de (in)exclusão, de medo, de segurança, os laços de solidariedade e de vizinhança, o pertencimento a um determinado meio e/ou grupo, o sofrimento decorrente de preconceitos, a sensação de invisibilidade social, a frustração em relação à garantia de um "futuro melhor" para ela, seus/suas filhos/as e familiares, entre outros fatores.

Neste contexto, estamos tratando de mulheres que vivenciaram (e ainda vivenciam) a falta de moradia, em específico as mulheres do Movimento Sem Teto,[2] e de todas as implicações que essa privação material pode proporcionar, entre elas: 1) o rompimento com a família, pois "o morar de favor" na casa de parentes pode gerar conflitos nas relações cotidianas; outra questão está relacionada ao afastamento de familiares por motivos de vergonha e preconceito de ter um/uma parente morando em ocupações; 2) o rompimento com companheiro/marido, pois as dificuldades enfrentadas pela falta de condição de acesso a bens e recursos necessários à sobrevivência humana, muitas vezes, provocam conflitos nas relações entre cônjuges, resultando em violência, brigas diversas por questões de machismo associadas à dificuldade do homem prover a família, responsabilizando (culpando) as mulheres por essa situação.

A questão da necessidade de moradia para mulheres do Movimento Sem Teto pode ser interpretada de forma mais ampla, relacionada à carência de bens materiais e às precárias condições de vida, como o baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso ao emprego formal, etc. E ainda, além da posição inferioriza-

2 Todas as questões referentes à condição das mulheres expostas aqui são aplicáveis a qualquer mulher em situação de pobreza extrema e não são exclusivas das mulheres do Movimento (sujeitos desta pesquisa).

da que essas mulheres ocupam na sociedade pela falta de acesso, a carência é acentuada pelas desigualdades de raça, geração e de classe, tal como o desdobramento que tais desigualdades refletem nas oportunidades de trabalho e de renda, no sustento familiar e nas relações estabelecidas no âmbito doméstico e público.

A necessidade da moradia configura um fator primordial para a inserção das mulheres no Movimento, conforme detectamos nos depoimentos abaixo de mulheres que vivem nas ocupações e que declararam de forma contundente que entraram no Movimento porque necessitavam de uma casa.

— [...] começou tudo na ocupação em Escada, há um tempo atrás, quando eu precisava de um lugar pra morar com meu filho. Assim que eu fui, eu consegui um terreno e eu fui fazer meu barraco eu mesma. Como eu te disse: eu tava numa condição péssima, então não tinha dinheiro pra nada, pedi ajuda, porque você sabe que pouco ou muito as pessoas às vezes ajudam, mas não consegui muita coisa, mas mesmo com pouco eu comecei a construir meu barraco de tábua e plástico, por que era isso que eu mais precisava, o meu canto. (JANAÍNA,[3] COORDENADORA LOCAL, OUTUBRO DE 2007)

— Eu vim primeiro pra cá porque eu tinha necessidade, a necessidade de ter uma casa pra morar, pois tava com muita dificuldade. Eu achava que isso aqui só ia ser uma invasão, eu não sabia que eu ia entrar e participar de um grupo de sem-teto. Aí depois que eu estava dentro é que foi que falaram isso! (JULIANA, OCUPANTE DO MOVIMENTO, ABRIL DE 2007)

3 Os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios.

Esses depoimentos se distanciam um pouco do processo de compreensão política, por parte dessas mulheres, sobre a conquista de moradia como direito social que deve ser provido pelo Estado. O aspecto real da necessidade de ter um teto transcende a ideia de inserção nas ocupações, como uma possibilidade de conquistar esse direito e que isso se dá a partir da atuação em um movimento social. As entrevistas nos levam a refletir sobre a necessidade de uma casa[4] como objetivo ou expectativa imediata dessas mulheres, era preciso ter lugar para morar, "um teto todo seu".

Suprir essa necessidade e de forma imediata parece ser o objetivo central dessas mulheres nesse primeiro momento, já que não possuem um lugar para dormir, acordar, acomodar e cuidar de seus/suas filhos/as e poderem trabalhar, pois ter uma casa, um lugar de referência, torna-se um fator importante na conquista de um emprego formal. Entretanto, a necessidade da moradia, para essas mulheres, não está relacionada ao reconhecimento do processo de mudança que a condição de "sem-teto" iria implicar no seu cotidiano, seja nas relações estabelecidas dentro da ocupação, quanto fora dela.

Mas essa incompreensão inicial vai se modificando ao longo do tempo pela convivência e realidade nas ocupações. Tal perspectiva modificou-se, como podemos ver no depoimento a seguir:

> — [...] é difícil é, quem veio primeiro pra ocupação foi eu, eu vim de Periperi, chegou aí na frente, a topique quebrou, porque eu tava indo pra Pirajá e esqueci a chave de onde eu morava, aí eu olhei pro um lado e pra outro, veio outro carro e botou um pessoal e eu fiquei olhando... e imaginando

4 A conquista da casa representa o componente econômico do empoderamento que supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico. O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem pôr em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e autoestima são fundamentais.

> a minha situação, né... eu imaginando e disse não, eu vou entrar (na ocupação). Aí eu pensando, e me deu uma coisa, me aqueceu aquela coragem assim, e disse, seja o que Deus quiser... eu vou entrar... eu disse, eu vou, eu vou lutar e tirar um pedaço (de terra) pra mim... aí consegui um pra mim. Depois não parei mais, comecei a ir nas reunião, nas manifestação, e lutar pra que outros conseguissem também um pedaço de terra. É nosso direito e por isso eu gosto de participar, só perdi uma manifestação que foi no enterro do meu pai. Hoje eu estou aqui pelo grupo né, é o movimento e eu vou né? Me sinto importante. (JAQUELINE, OCUPANTE DO MOVIMENTO, MARÇO DE 2008)

Nas palavras dessa outra militante do Movimento, é possível observar que, na condição de "sem-teto", as mulheres podem transitar de uma situação de participação mais tímida até uma participação mais ativa, que envolve as diversas demandas para a manutenção do movimento e das ocupações. A ação política (participação em reuniões, manifestações) também pode empoderar essas mulheres e lhes garantir um espaço enquanto sujeito político, já que se constitui enquanto componente político[5] do empoderamento.

A necessidade inicial da casa e, em seguida, o engajamento em atividades e ações do Movimento têm possibilitado a um grupo de mulheres uma participação mais ativa, como sujeitos políticos que buscam, através da luta e da militância em um movimento social, a conquista da moradia e a superação de uma condição desprivilegiada.

Percebe-se ainda nesta fala, mesmo com o desconhecimento inicial daquela militante sobre o objetivo real de uma ocupa-

5 "O componente político supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais". (COSTA, 2006, p. 8)

ção do Movimento Sem Teto, a sua participação neste processo, no decorrer das vivências cotidianas da ocupação e nas atividades desenvolvidas pelo próprio Movimento, representa um espaço de estabelecimento de relações coletivas, de acolhimento, de solidariedade, o sentimento de pertencer a um grupo. Portanto, a luta pela casa, para muitas mulheres, tem sido o passo inicial, um interesse individual, mas que tem favorecido a continuação de ações coletivas no Movimento e, principalmente, a saída das mulheres do restrito espaço privado, caminhando para o público. Além disso, o envolvimento de algumas mulheres tem sido o "trampolim" para a sua formação política, participando de cursos de Formação de Lideranças realizado pelo Movimento, passando a entender a luta coletiva como uma possibilidade de conquistas de direitos, de visibilidade social e política.

Entre outras questões debatidas nas formações políticas, podemos destacar a discussão de gênero que, segundo a Coordenadora, é fundamental para a construção de relações menos desiguais entre homens e mulheres no interior das ocupações, redução de violência contra as mulheres e outros preconceitos diversos. A Coordenadora destaca que:

> — Discutir gênero nesses momentos é ressaltá-lo como categoria política e não pessoal, na medida em que possibilita uma interpretação das relações estabelecidas entre homens e mulheres no Movimento, dando sentido à opressão sofrida pelas mulheres nas ocupações e que isso deve ser pensando no interior do Movimento visando construir uma outra forma de relação. (JUSSARA, COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, MAIO DE 2007)

A preocupação em formar politicamente essas pessoas, e, sobretudo, as mulheres, porque são elas que estão presentes nas

casas, participando diretamente da educação e formação das/os filhas/os, no contato direto com suas famílias e ainda representando a maior parcela nas Assembleias do Movimento, é investir politicamente na construção de ideias mais igualitárias e justas, numa perspectiva mais cidadã.

Esse envolvimento, no olhar de uma coordenadora (ver depoimento abaixo), revela o interesse do Movimento na realização da formação política, para mostrar que a conquista da casa, além de ser primordial neste contexto, agrega outros objetivos de caráter político:

> — [...] a gente sabe que uma das coisas principais que leva a pessoa a entrar no Movimento, estar numa ocupação, que não é uma coisa fácil, é a casa. Essa é a coisa inicial né, mas depois a gente vê que muda completamente. "A casa é o começo, mas não o fim". E estar no Movimento é entender isso, que a luta não para aqui. (JANAÍNA, COORDENADORA LOCAL, JANEIRO DE 2007)

A afirmação acima, feita pela coordenadora, de que "a casa é o começo, mas não o fim", demonstra uma compreensão construída por essa mulher nas diversas discussões, na própria ação e no envolvimento com o conflito pela moradia.

> — [...] ser uma pessoa do Movimento é participar de tudo que você puder participar. Quando eu vim pra cá não sabia que um dia ia ser coordenadora, mas isso eu consegui porque cada vez eu queria aprender mais um pouco. Porque logo no começo da ocupação, eu não conhecia o Movimento, eu não sabia o que era o Movimento. Não sabia receber uma pessoa da Coelba (o nosso maior rival né), pois o terreno era privado... então porque eu digo participar de tudo, porque através do Curso de Formação, a gente aprendeu muitas

> coisas, a gente aprendeu discutir com o governo... a gente aprendeu a dizer não pro cara que criou o Movimento... Mas nós que estamos fazendo o curso, a gente sabe muito bem sobre o Movimento, então cada vez que você participa de uma coisa você vai aprender. Eu que vim da base... a mente parece que vai abrindo... entendeu? (JANAÍNA, COORDENADORA LOCAL, JANEIRO DE 2007)

A mudança da sua condição inicial, ascendendo da base para a coordenação, tal como a importância dada pela coordenadora à aprendizagem sobre o Movimento e às questões que o envolvem são percebidas na participação da mesma no próprio processo de luta, em ações e atividades realizadas nas ocupações e ainda ocupando espaços de poder tradicionalmente masculinos no Movimento Sem Teto (coordenações).

Outro fator importante no depoimento anterior diz respeito à questão da conquista da autonomia por parte dessa mulher, quando afirma: "*a gente aprendeu a discutir com o Governo, a gente aprendeu a dizer não pro cara que criou o Movimento*". Dizer "não" para o Governo e para "o cara", que segundo a coordenadora representa a pessoa que tem mais poder no Movimento, reflete também o empoderamento dessa coordenadora, na medida em que a mesma se sente saindo de uma posição de subordinação, por ser mulher, a partir de mudanças individuais (busca do conhecimento, aprendendo sobre o Movimento etc.). E ainda por conseguir tomar decisões coletivas, nas negociações com o Governo, é uma forma de definir seu lugar e competência no interior e fora do Movimento. A compreensão da coordenadora em relação a sua posição de subordinação representa o alcance do componente cognitivo[6] do empoderamento, pois "*envolve a*

6 "O componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação, assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Este componente cognitivo

*compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas, mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais*".

Porém, entendemos que somente a formação política de liderança de forma isolada não garante essa concepção política do Movimento a todas as mulheres, tendo em vista o número não muito grande de participantes nessas formações e em outras atividades políticas do Movimento. Muitas vezes, a participação nesses cursos se limita à "atualização" de lideranças já consolidadas no Movimento, não agregando "outras personagens" nessa arena. Essa limitação pode acontecer porque as mulheres estão envolvidas em atividades da esfera da necessidade (como dito anteriormente), fundamentais para a sustentação política do Movimento. A política do cotidiano, como a principal forma da maioria das mulheres nas ocupações fazerem política, de certa forma, acaba impedindo-as de se dedicarem integralmente e conquistarem em maior quantidade os espaços de tomada de decisões do Movimento.

É necessário um trabalho de envolvimento amplo (espaços privado e público nas ocupações) e constante no sentido de "sensibilizar" as mulheres e homens do Movimento para tal debate, dando continuidade no processo político de luta por outros direitos e serviços sociais que estão diretamente ligados à qualidade de vida após a conquista da moradia. A necessidade continua na luta por saneamento básico, escolas, creches, postos de saúde, água potável, energia elétrica, trabalho, criação de oportunidade de geração de renda, etc. Essa compreensão desencadeia, de certa forma, um processo de empoderamento dessa mulher, muitas vezes resultado de uma conquista coletiva no espaço público, ao adquirem autoconfiança e crença na força pessoal e do grupo. Através da participação das mulheres na garantia de

---

do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais etc." (COSTA, 2006, p. 8)

acesso aos recursos para o seu bem estar, elas podem conquistar maior igualdade e consequentemente maior empoderamento.

Concordando com Ana Alice Costa (2006, p. 7), empoderamento é o:

> [...] mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Nesse caso, torna-se importante ressaltar que a concepção de empoderamento empregada aqui vem de uma perspectiva feminista, uma categoria que tem um sentido emancipatório no seu emprego, como também aponta Laura Susana Duque-Arrazola. É entendido como um:

> [...] poder que parte da pessoa e é capaz de empoderá-la, de desenvolver um poder desde si que implica o sujeito individual, igualmente que a ação coletiva organizada, capaz de gerar mudanças coletivas significativas e transformações sociais. (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 228)

Para essa mesma autora, podemos vislumbrar o empoderamento das mulheres no momento em que elas participam do processo de tomada de decisões coletivas, tendo como "[...] parâmetros do empoderamento a auto-imagem, a autoconfiança, o desenvolvimento da argumentação pública e da visão crítica das desigualdades sociais, da opressão e exploração". (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 228) Nesse contexto, observamos o depoimento abaixo:

— [...] assim quando eu cheguei tinha um cara que mandava e desmandava (um coordenador antigo), e aí o pessoal falava que eu podia ser uma liderança, e eu nem sabia o que era liderança. E aí eu fui começar a estudar, pois o cara tinha uma visão totalmente diferente do que a gente

> vivia, do que nós mulheres queremos, o cara era machista, até que ele oprimiu tanto as mulheres, xingou, começou a falar barbaridades que a gente expulsou ele da ocupação e da coordenação. (JANAÍNA, COORDENADORA LOCAL, AGOSTO DE 2007)

Diante do exposto, cabe ressaltar que a inserção na luta pela moradia para as mulheres que participam do Movimento Sem Teto não pode ser entendida somente como a "necessidade" de ter uma casa, mas também como uma possibilidade de empoderamento para essas mulheres, inseridas na luta para suprir essa necessidade. Isso porque o Movimento, quando percebido como um espaço de ação coletiva e de luta política, pode possibilitar às mulheres inseridas nesse espaço a posição de protagonistas, transitando da sua condição inicial de "desconhecimento" político, para lideranças em ocupações ou do Movimento.

O grau de empoderamento e a construção de uma consciência política dessa coordenadora e de outras mulheres do Movimento (principalmente lideranças), tal como a sua participação na luta pela moradia e nos processos de decisão, foram fundamentais para que a mesma conquistasse sua autoconfiança e emancipação enquanto mulher.

## Olhando para as mulheres da base e para as coordenações

O número de mulheres que participam do Movimento Sem Teto é muito grande e, por isso, procurou-se dar visibilidade a elas, não no desempenho de atividades do espaço doméstico, mas, principalmente, como sujeitos políticos que participam do Movimento na luta pela moradia e na construção da cidadania. A intenção é mostrar que além das mulheres serem maioria em números e/ou quantidade, suas ações são mais "visibilizadas" para

a manutenção e organização das atividades relacionadas às necessidades da vida humana. Isso não significa que as mesmas não estejam envolvidas com as ações políticas do Movimento, pois já as fazem na política do cotidiano, dando sustentação e garantias para a existência do Movimento.

Além disso, o número reduzido de mulheres, principalmente da base do Movimento, nas instâncias de deliberações, acaba não garantindo plenamente a participação e ascensão delas de forma mais efetiva nas diversas discussões do Movimento, ou que tenham suas "vozes" incluídas e respeitadas no processo de participação. A participação das mulheres que constituem a base do Movimento Sem Teto está relacionada às atividades "tidas" tradicionalmente como da esfera reprodutiva, ou seja, atividades consideradas tipicamente femininas na divisão sexual do trabalho, ligadas ao cuidado e manutenção do ambiente familiar, como podemos ver a seguir:

*Manutenção do Ambiente*: participam da limpeza do local a ser ocupado, cuidando dos locais onde vivem com suas famílias (trabalho doméstico) e das crianças. As faixas delimitam o pedaço de terra dos ocupantes e limpeza na ocupação, são as fronteiras da ocupação.

> — [...] dentro da ocupação tem alguma responsabilidade, a gente divide tarefas. As donas de casa cuida da casa e dos filhos, em todos os mutirões que a gente faz, incrível que pareça vai mais mulher. A mulher que pega na enxada, que pega no facão, aí tem vez que passa um homem e vê cinco mulheres ali que tá capinando, tá carregando carro de mão, os homens diz assim: Pô, eu vou ajudar... então quando a gente vai fazer um mutirão em termos de limpeza, de recolher lixo, todo mundo diz que vem, mas as primeiras a aparecer que honra aquele compromisso são as mulheres. Mais na ocupação praticamente é tudo a mulher que resol-

ve, toma a iniciativa de limpar um esgoto que tá sujo, só luz que a gente não mexe, mas se a gente soubesse, acho que a gente vestia um "shortinho", subia no poste e fazia (JANAÍNA, COORDENADORA LOCAL, AGOSTO DE 2007)

*Funcionamento do Movimento:* as mulheres participam de tarefas como: organização de reuniões, fiscalização e manutenção da ordem no local; participam dos eventos, das reuniões, passeatas, caminhadas, manifestações públicas, dos cursos de formação política.

— Todas as caminhadas e reuniões que tem a maioria que vai são mulheres, todas que vai, poucos homem. Os homens às vezes, uns vai, outros não vai... a maior é parte é mulher que vai pra fazer qualquer coisa... muitos homens não gosta de ir, de sair, principalmente esse pessoal que vai chegando novo na ocupação, não querem nada... eles querem achar já pronto. Se a gente que tá mais velho na ocupação, a gente tem aquela força de vontade, a gente corre atrás pra ter uma moradia né... e isso é mais importante pra gente, a moradia. (JOICE, OCUPANTE DO MOVIMENTO, MARÇO 2006)

As mulheres cozinham para as pessoas que participam dos cursos e limpam os locais onde os mesmos ocorrem. Em alguns momentos do trabalho de campo, nas observações desses cursos, foram percebidas apenas mulheres desempenhando tarefas domésticas, enquanto os homens permaneciam distantes da realização das mesmas. Quando se encerrava o almoço, também feito pelas mulheres, eram elas que iam lavar, organizar e limpar a cozinha, mas ainda voltavam para participar das outras atividades do curso.

As mulheres que participam das brigadas são responsáveis pela segurança no interior das ocupações, além de desempenhar

as outras atividades citadas acima. Algumas mulheres que participaram das brigadas hoje são lideranças no Movimento, revelando assim a possibilidade de ascendência e empoderamento para essas mulheres.

Mas existem casos em que mulheres desistiram de participar das brigadas e não se tornaram líderes, pois não suportaram as situações de conflito no interior do movimento, como as brigas de casais. Uma das funções das pessoas que participam das brigadas é garantir a segurança nas ocupações e, por isso, muitas vezes, se envolvem nos embates diretos de violência.

> — Logo no início eu participava também do grupo da brigada né... teve um caso de um casal brigando, que a gente foi resolver e quando a gente foi resolver, causou um problema maior do que tava... Quando eu era da brigada, eu enfrentava as brigas lá fora, a gente participava de reunião, mas eu saí porque tinha muita briga e aí se entrasse ladrão a gente tinha que tirar, e eu não gostava não. (JACIRA, OCUPANTE DO MOVIMENTO, ABRIL DE 2007)

Outro tipo de participação ativa das mulheres no Movimento se dá na resistência à desapropriação e/ou reintegração de posse por parte da polícia, permanecendo nas casas (morando), dia e noite. Essa é uma estratégia adotada pelo Movimento no sentido de garantir o espaço já conquistado durante o processo de ocupação, onde a permanência nos locais, na maioria das vezes, é feita pelas mulheres.

> — [...] geralmente, as mulheres que possuem marido e/ou companheiro, ficam mais tempo sozinhas nas ocupações e permanecem em casa, demarcando esse espaço, já que os "homens" saem para trabalhar ou buscar emprego fora. Mas, existem mulheres que são sozinhas, viúvas, separadas, que procuram também permanecer o maior tempo

possível em suas "casas", de forma a não perder esse espaço e por isso resistem e ocupam. Essas contam com a ajuda de outras mulheres da ocupação quando precisam buscar emprego fora. (JUSSARA, COORDENADORA DO MOVIMENTO, SETEMBRO DE 2007)

Existe o apoio e solidariedade de outras mulheres vizinhas, que além de se sensibilizar com a situação vivenciada por aquelas, se dispõem a cuidar de seus/suas filhos/as que estão sozinhos/as, para que essas mulheres e mães possam buscar trabalho fora da ocupação. As mulheres então usam de algumas estratégias e ações como a descrita abaixo:

— Tem mulheres que pagam outras para ficar com os filhos quando sai, dá um agrado a uma pessoa. Por exemplo, Cristina mesmo tem dois filhos, um de 13 e um de 9 anos, aí quando ela sai ela diz: Lôra olhe meus filhos. Então a vizinhança de forma geral, tem muita preocupação, principalmente quando inclui menina mulher, pelos casos que já aconteceu! Sempre que as mães deixa as filhas sozinhas, elas falam para eu olhar, "de vez em quando você passa lá em casa pra olhar", a mesma coisa faz com o vizinho... mas bebê assim, de 2, 3 anos não pode ficar só, nem com irmão né... sempre tem uma vizinha do lado que elas deixa. (JANAÍNA, COORDENADORA LOCAL, MAIO DE 2008)

Sendo assim, as atividades de liderança muitas vezes se aliam às atividades domésticas, já que as mulheres que participam do Movimento enquanto coordenadoras locais, encaminhando as decisões deliberadas nas Assembleias Locais, possibilitando a formação política das pessoas envolvidas no Movimento e que estão em contato cotidianamente com essa coordenação, assumem responsabilidades de manutenção nas ocupações. Outra função da coordenadora local é acompanhar o trabalho realizado pelas Bri-

gadas e ainda possui a autonomia de deliberar questões não definidas nas assembleias. Isso pode ser percebido na fala abaixo de uma coordenadora local:

> — [...] só mulheres que coordenam a ocupação aqui, quer dizer, foram eleitos homens, mas não cumpriram com o seu papel! No total passaram aqui sete coordenadores e quando as pessoas não cumpre com o seu papel, a gente só divulga o nome das pessoas que estão fazendo mais o seu trabalho de base. Por exemplo, nos cursos de formação, a gente vê só mulheres mesmo. Homem mesmo só quando a gente precisa de fazer um trabalho pesado, né?!

Diante do exposto, podemos ressaltar a importância do trabalho de base no interior do movimento, tanto no sentido de organização quanto na formação das pessoas ali envolvidas. Nesse contexto, as mulheres se destacam em quantidade e na qualidade de suas ações, além de representarem a maioria, suas funções são indispensáveis para a continuação da luta pela moradia. Por isso, torna-se importante sensibilizar essas mulheres e fazer uma reflexão sobre sua participação nesse processo, já que as mesmas compõem grande parte do Movimento.

Como parte integrante do Movimento Sem Teto em Salvador existe a organização de mulheres Guerreiras Sem Teto, que busca garantir um espaço de discussões sobre aspectos referentes à condição das mulheres nas ocupações, refletindo e debatendo sobre as questões de gênero, a divisão sexual do trabalho, a opressão, o patriarcado, a violência doméstica e contra a mulher.

Outro importante elemento que possibilita pensar a participação das mulheres tanto na base do Movimento quanto nas Coordenações é a história e condição de militantes políticas, construída pela participação política em outros movimentos sociais, na política partidária e/ou organização da sociedade civil. A

militância para essas mulheres se articula entre o mundo político e o mundo privado, onde se torna necessário "abrir mão" dos interesses individuais para um coletivo, um todo.

Algumas coordenadoras do Movimento Sem Teto estão inseridas no processo da luta política desde a "nascente" do Movimento e atuam principalmente na organização das mulheres e nas atividades da base. Outras coordenadoras, entretanto, advêm da militância em outros movimentos, como movimento estudantil, sem terra e, hoje, são lideranças nas ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). Isso se refere ao que Elizabeth Souza-Lobo (1991) chama de engajamento das mulheres em diferentes movimentos sociais, observando o papel dessas mulheres na vida pública e privada.

Souza-Lobo (1991, p. 263), quando trabalhou o movimento de mulheres e a representação política no Brasil, buscou "[...] analisar as relações existentes entre as diversas formas de participação das mulheres nos movimentos sociais e as modalidades de sua representação política". A autora mostrou que as mulheres participam nos movimentos sociais articulando práticas da vida privada nos âmbitos públicos e, na medida em que realizam essas articulações, rompem, não facilmente, com os modelos tradicionais vividos na esfera doméstica e na forma de fazer política, como pode ser percebido no depoimento a seguir:

> — O fato da mulher casada chegar no movimento, a tendência é elas avançarem cada vez mais e terem uma ação mais aguerrida e se destacarem. Não significa que dentro de casa a relação melhorou. Uma liderança, por exemplo, que tem destaque dentro do movimento, passa por essa situação, quando ela chega em casa, o fato dela estar destacando mais, incomoda o marido, porque isso mexe com a relação dentro de casa, porque se antes ela ouvia ele dizer pare e ela parava, hoje ele diz pare e ela questiona porque parar?

(JUSSARA, COORDENADORA DO MOVIMENTO, JUNHO DE 2007)

A adesão das mulheres em movimentos sociais pode ser considerada "como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público", envolvendo rupturas para a construção de uma identidade pública. Coloca essas mulheres diante de novas relações sociais e de poder, "[...] e consequentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança". (PINTO, 1992, p. 131)

— Eu vivia de aluguel, morava na casa de minha mãe com dois filhos, depois não deu certo, morei de aluguel um bom tempo, mas só quando eu ouvi falar desse movimento, esse movimento seria um escape, uma providência pra todos aqueles que vive dependente de alguém, vive na casa de alguém de favor. Então, eu larguei tudo e vim, e acreditei no movimento e eu creio que a gente tá atingindo uma meta diante do governo. (JAQUELINE, OCUPANTE DO MOVIMENTO, MARÇO DE 2007)

O depoimento anterior nos mostra que as especificidades das ações das mulheres (no processo de participação) desempenhadas nos espaços públicos em convergência com as relações familiares podem contribuir para a formação de uma atriz coletiva e política, de participação permanente nas práticas públicas.

— As mulheres que participam ativamente do Movimento, como sujeitos políticos e quando passam a compreender o sentido e proposta das organizações coletivas, tal como de um movimento social, até chegam a assumir instâncias de poder importante dentro do Movimento e na luta fora da ocupação. (JANAÍNA, COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, ABRIL DE 2008)

Mas nem sempre os graus de empoderamento dessas mulheres são iguais e podem variar em determinados contextos, por exemplo, em momentos de negociação do Movimento com representantes do Governo, mesmo existindo mulheres ocupando cargos de Coordenação igual aos homens, na hora de negociar o homem assume um lugar de destaque nesse processo. Nem todas as mulheres que estão em funções de lideranças no Movimento assumem essa instância de poder enquanto agente ativo no movimento ou no espaço público, comprometendo assim a visibilidade dessas mulheres.

Quando as mulheres assumem as instâncias de poder como agente ativo do processo, significa empoderar-se e trazer à "[...] tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartidas". (COSTA, 2006, p. 9) Entretanto,

> O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia. (COSTA, 2006, p. 9)

As mulheres que ocupam instâncias de poder no Movimento Sem Teto estão presentes em funções de Coordenações (Local, Estaduais e Municipais), funções assumidas pelas mulheres que vão desde a convocação de Assembleias Municipais, representação do Movimento no espaço público, encaminhamento das deliberações estratégicas e táticas, fazendo valer o Regimento Interno, até deliberar sobre questões não definidas pelo Congresso Estadual.

— A coordenação do Movimento hoje tem um número maior de mulheres, que possuem também uma história política mais elaborada e ganha força maior. As mulheres que estão

na coordenação têm um acúmulo de conhecimento e prática política que as mulheres da coordenação anterior não tinha. Isso desdobra em ideias menos opressoras das que se tinha antes. (JUSSARA, COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, MARÇO DE 2007)

— A gente vê mais mulheres na ocupação, porque realmente os homens que vive aqui na ocupação, muitos não querem nada com nada, sabe! As mulheres é que enfrenta, que vai, luta, fala e grita, porque necessita da moradia. Esse é que é o problema! Fazemos tudo sozinhas. (JULIETA, MILITANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007)

Os depoimentos acima nos revelam diversos fatos e aspectos importantes para pensar a participação das mulheres no Movimento Sem Teto. A participação em sua forma polissêmica assume diferentes formatos na dinâmica das ocupações, e as mulheres, enquanto sujeitos políticos, garantem na vivência da política do cotidiano a sustentação e existência política do Movimento. Buscou-se dar vozes a essas mulheres que participam, evidenciando as formas de participação das mesmas no processo de luta pela moradia em Salvador.

As mulheres deste artigo são pessoas reais, sujeitos políticos, de compreensões e vidas diversas que se cruzaram nas ocupações do Movimento e que mesmo entendendo de forma diferente o sentido da organização social, contribuem e fazem o Movimento ter visibilidade e alcançar seus objetivos e conquistas. A participação das mulheres no Movimento Sem Teto está presente a cada dia na luta pela moradia nas diversas ocupações na cidade de Salvador e em outras tantas cidades do Brasil afora, são vozes que precisam ser escutadas e sujeitos sociais e políticos que precisam ser visibilizados.

## *Considerações finais*

Refletir sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais e, em especial, no Movimento sem Teto representou um desafio tanto pela especificidade das características do movimento, que tem na sua maioria mulheres, quanto pela proposta de entender este Movimento sob a ótica de gênero, buscando trazer à tona questões que são frequentemente desconsideradas em diversos estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

Analisar a participação das mulheres neste Movimento, as suas relações e ações, na perspectiva de gênero, significou romper com o simples olhar "genérico" inicial do pesquisador, que se modificou durante a construção do objeto de pesquisa. Significou mergulhar num debate em que as relações de poder se configuravam e ainda se configuram como práticas impulsionadoras na definição da condição das mulheres na dinâmica do Movimento.

A participação é tomada nesta pesquisa como a luta por direitos, por aquilo que lhe está sendo negado e a busca por aquilo que lhe pertence, serviu para entender o envolvimento das mulheres do Movimento Sem Teto, na conquista pela moradia, pois as mesmas tomavam (tomam) parte e eram (são) parte do processo político na conquista da cidadania ativa, mesmo que "invisibilizadas" nas instâncias de poder do movimento, na mídia, por pesquisadores/as, etc.

A iniciativa de mudar as condições desfavoráveis e de pobreza em que se encontravam (encontram), juntamente com filhos/as e outros familiares, impulsionava (impulsionam) as mulheres a realizarem inúmeras tarefas fundamentais para a sustentação e existência do Movimento. Tarefas estas relacionadas à esfera pública – participação em "cargos" de liderança do Movimento, nas assembleias, nos cursos de formação nas ocupações, manifestações públicas, passeatas, resistências nas ocupações – mas, estando em

maioria, na esfera privada – limpeza da ocupação, feitura dos alimentos, cuidado com os/as filhos/as e nas atividades da casa.

Ao mesmo tempo em que foi possível enxergar as mulheres em toda a dinâmica do movimento e na "vida" cotidiana dessas ocupações, o pressuposto da invisibilidade das mulheres na ação política no Movimento Sem Teto em Salvador se comprova, pois a presença das mulheres nas instâncias de tomada de decisão do Movimento não garante o reconhecimento merecido das mesmas enquanto sujeitos políticos, já que a lógica patriarcal no "fazer política" se consolida nas ações de um número maior de homens ocupando tais espaços em detrimento das mulheres, mesmo estas sendo as mais envolvidas nas atividades do cotidiano do movimento. Aspecto que vem sendo legitimado por conta da cultura patriarcal das sociedades, onde as atividades dos homens são invariavelmente reconhecidas como mais importantes se comparadas às atividades realizadas pelas mulheres, tendo assim, maior prestígio e valor.

Concordando com Joan Scott (1991), isso se deve à ideologia das esferas separadas, em que as mulheres são definidas como seres exclusivamente do âmbito privado, restringindo a sua participação na vida pública e política que reforça sua invisibilidade e desvalorizando suas atividades, o que impossibilita seu reconhecimento na sociedade como sujeitos históricos e agentes de mudança.

Dessa forma, ao se envolverem nas atividades do cotidiano (consideradas aqui como atividades também políticas), assumem funções "menos valorizadas" e distantes das atividades construídas como de maior valor, quando pensadas sob a lógica da sociedade androcêntrica e patriarcal. As atividades ou funções estão diretamente relacionadas às necessidades da vida, que envolve melhoria das condições de sobrevivência, habitabilidade e sustento dos/as filhos/as e, principalmente, por sua condição de mãe,

esposas e donas de casa, responsáveis por todos/as. Entretanto, são estas atividades assumidas exclusivamente pelas mulheres nas ocupações que garantem a existência, manutenção e organização do Movimento, fazendo deste um movimento político e social.

A construção patriarcal da divisão das atividades sociais repercute como entrave e impede o empoderamento das mulheres do Movimento, influenciando diretamente no número reduzido nas instâncias de decisão nas ocupações (principalmente as funções de coordenação). O empoderamento é um mecanismo processual e que envolve diversos componentes, quais sejam: cognitivo, psicológico, político e econômico. Esses componentes são compreendidos em graus diferentes pelas mulheres do Movimento, dependendo do tipo e grau de envolvimento destas nas ações e práticas cotidianas no interior e fora das ocupações. O grau de compreensão dos componentes do empoderamento vai implicar no rompimento ou não das relações patriarcais presentes fora e dentro das ocupações, relações essas que se apresentam como entraves e desafios ao empoderamento das mulheres.

Mesmo existindo entraves que excluem grande parte das mulheres do Movimento Sem Teto das instâncias de decisão e poder, algumas transpõem esses entraves, ao romper com as amarras do patriarcado, a partir da compreensão da sua subordinação, como obstáculo ao seu empoderamento na luta pela moradia e na garantia de seus direitos como cidadãs.

As mulheres buscam colocar em prática ações para melhorar sua condição de vida, acreditando nas mudanças a partir do esforço coletivo e individual no Movimento. Isso contribui para o empoderamento dessas mulheres, através da participação na política do cotidiano do Movimento, pois consideramos as atividades de garantia das necessidades da vida humana (específico do espaço privado) como atividades políticas e necessárias para a manutenção, existência e sobrevivência do Movimento Sem Teto. Sem o

engajamento dessas mulheres na política do cotidiano, onde são maioria, não seria possível construir e manter um movimento social que tem como principal objetivo suprir uma necessidade básica, a moradia, que é considerada na sociedade patriarcal "o lugar" da mulher.

As mulheres predominam como participantes no Movimento Sem Teto, desenvolvendo diversas ações de caráter público e privado, como descrito anteriormente. Embora, muitas vezes estejam mais presentes na realização de atividades da esfera da necessidade da vida, elas também participam nas esferas de decisão. É na prática da ação política nas esferas pública e privada que a cidadania torna-se um componente fundamental para que essas mulheres se tornem ativamente participantes, podendo influenciar nos processos de decisões em diferentes instâncias, buscando conquistar interesses comuns, como a moradia.

Assim, o problema da moradia, elemento impulsionador da luta das mulheres "sem teto", não pode ser entendido como um aspecto isolado e sim como um reflexo da dinâmica complexa da sociedade e das relações sociais construídas ao longo dessa luta em Salvador, que inclui tanto a realidade social quanto econômica das personagens envolvidas. Entendemos que a necessidade ou luta de/por moradia não pode ser reduzida à conquista do bem material (a casa propriamente dita), mas deve englobar a vontade coletiva, individual e as articulações das pessoas em seu meio cultural e familiar. (BRANDÃO, 1978)

O Movimento Sem Teto, nesse contexto, representa uma alternativa de conquista da moradia pela sociedade civil organizada, com nível de renda mais baixo, caracterizando-se, portanto, como um espaço de demanda, sobretudo das mulheres. Através desse Movimento as mulheres se inserem na arena pública, onde as demandas habitacionais se configuram em diferentes setores sociais e varia na própria dinâmica dessa coletividade, visando

conquistar a cidadania. Os movimentos sociais como um todo deixam indícios de possibilidades de mudanças e de construção de outra maneira de pensar as relações de poder nestas instâncias e fora dela.

## *Referências*


ALENCAR, Edgar. *Associativismo rural e participação*. Lavras/MG: UFLA/FAEP, 2001.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BORDENAVE, Juan. *O que é participação*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-172, abr./jun. 1978.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação social no Brasil hoje. *Pólis Papers*, São Paulo, n. 2, 1998. Disponível em: ‹http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html›. Acesso em: 18 ago. 2002.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; LANIADO, Ruthy N. Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização. *Caderno CRH*, Salvador, n. 13, jul./dez. 1990.

CLOUX, Raphael Fontes. *A história urbana do presente do Movimento dos Sem Teto de Salvador*. 2007. 330 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) — Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A construção do pensamento feminista sobre o "não poder" das mulheres. In: COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A mulher no espaço público. In: COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. [2004 ou 2006]. Disponível em: ‹http://www.agende.org.

br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2006

COSTA, Ana Alice Alcântara. O lugar da mulher. In: COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimento sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete. *O mito da assistência social*: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, Antonia. Movimentos sociais da cidade d'Oxum. In: CARVALHO, Ana Maria de et al. (Org.). *Quem faz Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

MILANI, Carlos R. S. O "princípio participativo" na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências europeias e latino-americanas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ANPOCS, 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3793&Itemid=318>. Acesso em: 20 jan. 2006.

PINTO, João Bosco. Planejamento participativo: rito ou prática de classe. *Revista de Cultura*. São Paulo, v. 81, n. 1, p. 71-89, jan./fev. 1987.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 127-150.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-80. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cecília McDowell. Democracia participativa e gênero: notas para uma agenda de pesquisa feminista. In: AVRITZER, Leonardo. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: SCOTT, Joan. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1991, p. 153–175.

SOUZA–LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global*: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 224 p.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91–102.

# MULHERES NEGRAS
## *ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia*[1]

Silvana Santos Bispo
Márcia dos Santos Macêdo

## *Situando o texto e o contexto*

As pesquisas no campo dos estudos de gênero têm possibilitado a investigação de temas que, durante muito tempo, foram desprestigiados e renegados pelo campo da História, por serem considerados de pouco interesse para as Ciências Humanas ou de valor acadêmico duvidoso por aqueles que defendiam o fazer histórico restrito ao domínio da política, da economia e da demografia. Nessa direção, um objeto de estudo vinculado a esses domínios evidenciava um perfil típico de sujeito histórico: caso o recorte destacasse a análise de situações de mando, os homens brancos,

1 Texto baseado em parte da dissertação de mestrado intitulada *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978–1997)* de autoria de Silvana Santos Bispo e sob orientação da Profª Drª Márcia dos Santos Macêdo, do PPGNEIM/UFBA, 2011.

pertencentes ou gravitando em torno das elites econômicas e políticas, eram alvo privilegiado desses estudos. Por outro lado, se esses estudos investigassem os considerados "despossuídos", fosse para aprofundar as relações de exploração e/ou dominação ou inclusive aquelas que envolviam estratégias de resistência, a análise destacaria, primordialmente, a ação do grupo, ignorando totalmente as relações estabelecidas por sujeitos de identidades ligadas a gênero, raça e sexualidade.

Em face desse contexto é que a tarefa de pesquisar as experiências das mulheres negras e sua participação no movimento social negro soteropolitano e articulações com o movimento feminista, buscando, assim, compreender sua trajetória de organização, se constituiu como um imperativo de desejo. Certamente que se trata de um desejo que, fruto de circunstâncias objetivas, não oportuniza a condição de realizar uma reflexão sobre a trajetória de vida dessas ativistas, mas busca, sobretudo, poder registrar, debater e reconhecer que tais sujeitos são históricos e se inscrevem em um contexto de múltiplas mobilizações políticas em tempos e lugares diferenciados. Importa colocar em evidência este destaque, pois habitar uma sociedade multirracial e marcada pelas relações de gênero e classe como a brasileira e, em especial, a baiana, produzirá a configuração de um protagonismo político das mulheres negras, que se deparam com a perversa interação de códigos impostos pelo sexismo e racismo, tanto nas organizações negras quanto no movimento feminista, como discutiremos a seguir.

Assim, produzir um trabalho onde o foco de análise principal repousa nas experiências de sujeitos atingidos por discriminações raciais, sociais e de gênero é, sobretudo, lidar com o exercício frutífero, mas nada fácil, de trabalhar complexidades históricas e, por que não dizer, epistemológicas. Nesse sentido, postulamos que pensar a partir dos referenciais étnico-raciais aliados às relações de gênero e, em especial, do feminismo negro, é atentar

para uma escrita posicionada – o que corresponde a reconhecer sentidos, incompletudes, posicionamentos identitários e políticos igualmente situados.

O diálogo com tais referenciais possibilita o questionamento da invisibilidade, estereotipias, estigmas e construções eurocêntricas impostas, sobretudo, às mulheres negras. Disto decorre nossa anuência com a formulação de Ângela Davis (2009), quando ela afirma que é mais vantajoso ser branco, pois todas as normas são de fato normas de um universo branco referenciado. Trata-se, portanto, de reconhecer a permanência de privilégios etnocêntricos que atravessam diversas esferas da sociedade e que, na esfera da produção do conhecimento – pensando especificamente na realidade brasileira –, tais produções ainda ocultam e subalternizam os saberes, memórias e valores afro-brasileiros e africanos.

Então, importa explicitar que tal escrita compõe um esforço de constituição de um campo multidisciplinar de estudos sobre as relações étnico-raciais, de gênero e feminismo na produção bibliográfica brasileira contemporânea. Para o registro dessa história, destaca-se a relevância de se compreender a experiência da diáspora africana como resultado histórico e político da dispersão forçada de povos africanos pelo mundo – transcorrida processualmente pelo tráfico transatlântico –, que promoveu o sequestro, espoliação, opressão e aniquilamento de um número incalculável de vidas humanas, mas que representou também a (re)configuração de práticas e sociabilidades de universos culturais e sociais diversos, reinventados e recriados pelas populações negras nas Américas e particularmente no Brasil. (WERNECK, 2007)

Destarte, produções que envolvem o fazer epistemológico contra-hegemônico inauguram uma nova linha de pensamento que enseja a possibilidade de interpretar o dinamismo histórico e as desigualdades sociais no Brasil sob perspectivas teórico-metodológicas diferenciadas e inovadoras, e merece destaque aque-

las cujo principal traço é estarem ancoradas nas formulações de uma episteme feminista produzida na metade e nos fins do século XX, por renomadas intelectuais ativistas e feministas em contextos culturais diversificados, tais como, Estados Unidos, Europa e Brasil. É nesse esforço de pensar as mulheres negras distanciadas das amarras estereotipadas a que cotidianamente são submetidas pelo imaginário sócio-histórico brasileiro que este artigo se situa, sendo parte de uma produção crítica e posicionada que toma as mulheres negras, primordialmente, como sujeitos de identidade heterogênea e histórica. (WERNECK, 2010)

Intelectuais negras, como Jurema Werneck (2010), ao analisar as heterogeneidades, resistências, perdas e articulações políticas por parte das mulheres negras brasileiras, têm ressaltado que as múltiplas articulações empreendidas por esses sujeitos na sociedade brasileira têm como âncora principal a luta contra a violência e aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a uma participação ativa das próprias mulheres no agenciamento das condições de vida para si e para o grupo maior ao qual se vinculam. Logicamente que falar de tais articulações requer a compreensão de que elas são produzidas em meio a instabilidades, diferenciações, pertencimentos, experiências individuais e coletivas que terminam por demarcar diferentes identidades do sujeito: mulheres negras.

Outra autora feminista negra, Kimberlé Crenshaw (2002), importante intelectual afro-americana, propõe a utilização do conceito de interseccionalidades, visando apontar para a necessidade de se compreender de que forma se articulam eixos de opressão, como o sexismo e o racismo nas sociedades contemporâneas. Na esteira desse debate, temos ainda as reflexões produzidas por autoras, como a socióloga afro-americana Patrícia Hill Collins (2000), que enfoca como as dimensões da existência dos sujeitos constituem, em sua interconexão, uma matriz de do-

minação e também de resistência. Ou ainda a intelectual negra Bell Hooks (2004), que nos alerta para a importância estratégica de um pensamento feminista negro que pudesse se contrapor ao pensamento hegemônico que enxergava as mulheres monoliticamente pelo viés exclusivo do gênero – dando-nos importantes pistas teóricas e políticas para se pensar as mulheres negras e a constituição de suas lutas.

Estudos sobre o movimento e pensamento feministas no Brasil têm demonstrado que estes têm alcançado, desde a década de 1980, significativas conquistas – especialmente pelo recorrente trabalho desenvolvido por organizações e ativismos propostos por mulheres de diferentes lugares, contextos e posições políticas – ao tempo em que as experiências negras feministas se inscrevem nessas novas possibilidades investigativas. No entanto, ressalta Denise Silva (2006) que, contraditoriamente, se percebe a ocorrência de um grande vácuo na bibliografia especializada quando se busca dialogar com trabalhos acadêmicos a respeito das mulheres negras e sua práxis política em diferentes épocas.

Tal percepção coloca o pensamento feminista negro como *locus* de grande potencial enunciativo, pois o mesmo cria estratégias reflexivas para pensar histórias e experiências, e, nesse trajeto, somos instadas a seguir os passos de Tereza Souza (2010) e articular o feminismo negro como uma epistemologia que teoriza e (re)significa o mundo a partir de práticas interseccionadas pelas experiências do próprio sujeito cognoscente. O feminismo racializado propõe o registro da história das mulheres negras, o combate ao racismo, ao sexismo e à heterossexualidade compulsória, ao passo que invoca o reconhecimento da luta e visibilização das mulheres negras. Nesse ínterim, tal construto teórico e político torna-se extremamente importante porque permite uma observação dos discursos produzidos pelos diferentes feminismos

e coloca em disputa a construção de uma agenda feminista plural e, sobretudo, multirracial e anti-homo/lesbofóbica.

Teorizar sobre o movimento e/ou a organização de mulheres negras no território nacional nos obriga a refletir acerca das inúmeras manifestações e mobilizações de forças políticas promovidas por esse grupo. Além de constituir-se em uma tarefa de indiscutível valor teórico para o campo da produção do conhecimento, não para por aí, pois politicamente a referida tarefa reveste-se de alta relevância política, isso porque essa/s história/s deve/m ser explicitada/s para que, de certa forma, possa/m contribuir para popularização das práticas discursivas e proativas por parte das afro-brasileiras, aqui em especial, das afro-baianas. Se o espaço da construção histórica de grupos que vivenciam processos de exclusão se dá a partir de um não reconhecimento, da negação e da invisibilidade de sua história, é necessário um comprometimento com o registro das experiências daquelas e daqueles que têm sido historicamente excluídos e oprimidos pelos setores hegemônicos. (SOUZA, 2010)

A história de subordinação da população de ascendência africana remonta ao período colonial, tendo sido o século XVI marcado pela intensificação do tráfico compulsório negreiro[2] em direção ao Brasil – sendo a Bahia um dos seus principais pólos em nível mundial da chegada forçada de africanas e africanos. (PACHECO, 2006) A cultura, os falares, a corporeidade, os gestos, a musicalidade, dentre outros elementos, são marcantes no cotidiano de uma parcela majoritária da sociedade baiana há mais de quatro séculos. No século XIX, por exemplo, a cidade do Salvador é apresentada por João Reis (2003) como um território de complexa e perversa hierarquia social baseada na escravidão. Essas estruturas

2 Segundo Carlos Morre (2010a), os "tráficos negreiros" começaram antes do século IX d. C., bem antes que os europeus pensassem em sair da Europa. No século XVI, quando se inicia o tráfico pelo Atlântico, já havia saído da África, para serem escravizados no Oriente Médio e na Ásia meridional, dezenas de milhões de africanos.

hierárquicas, no entanto, não são um traço que possa ser dito que pertence ao passado, pois ressoam na contemporaneidade, haja vista o complexo quadro de mazelas acionadas pelo racismo que ainda impera em grandes centros urbanos como é o caso de Salvador. De todo modo, poderíamos conceituar a capital baiana como o território dos contrastes e da exclusão que afetam a população negra cotidianamente e, em especial, as mulheres negras. Se, por um lado, temos a tão vendida e propagada "felicidade", "hospitalidade" e alegria afro-baiana, de outro, fazemos parte de um contingente populacional fortemente excluído e discriminado em todas as esferas desta sociedade.

Nesse contexto, se fizermos o recorte priorizando a análise das dimensões raça e gênero, veremos que, para as mulheres negras, tais exclusões se apresentam como uma realidade cotidiana bastante evidente, pois, são essas mulheres que ocupam as mais baixas posições na estrutura social, política, ocupacional, demográfica, etc. do país e da Bahia em particular. (GARCIA, 2009) As perversas articulações de tais caracterizações fazem da capital baiana um espaço de segregação ainda mais evidente, sendo esse processo de exclusão concretizado pela combinação das desigualdades de classe, gênero, étnico-raciais e de territorialidade. Desse modo, Luiza Bairros,[3] quando perguntada em entrevista sobre as articulações estabelecidas pelo racismo na Bahia e suas interfaces com a dominação sexista/classista, vai dizer que:

> — [...] enfrentamos uma cultura política onde tanto o racismo quanto o machismo estão entranhados de uma maneira que é bastante especial. O fato de sermos maioria da população do Estado dá para a população daqui uma forma de lidar com o racismo que é muito "barra pesada" [...] a pessoa branca da Bahia sabe que, se ela abrir espaço, ela

3 Luiza Bairros, entrevista concedida em 18 de maio de 2007, com duração de uma hora e vinte e cinco minutos, na residência da ativista no bairro da Federação, na cidade de Salvador.

provavelmente 'dança', porque aqui estamos lidando com uma maioria negra.

É a partir de tal referencial de enfrentamento às práticas discriminatórias do racismo/sexismo que se interseccionam as articulações empreendidas pelo ativismo negro e feminista na capital baiana. A emergência de alguns movimentos sociais na cidade do Salvador no final da década de 1970, como do Movimento Negro Unificado (MNU), explicita alguns passos empreendidos e o transcurso das ativistas nele envolvidos. Para compreender o processo de constituição do MNU na capital baiana, é necessário pensá-lo como eixo articulador – simbólico e político – das relações de poder, embates, convergências e experiências construídas por mulheres e homens negros para a estruturação e visibilização da organização e da luta antirracista. Essa organização negra soteropolitana é, na contemporaneidade, um referencial nacional na luta anti-hegemônica e, para tanto, a participação das mulheres foi de grande relevância. Ao mesmo tempo e, não menos significativo, dentro do processo de constituição do MNU, permanece se fazendo necessário visibilizar as histórias que permearam o protagonismo político das mulheres negras de Salvador nessa organização.

Pensando na abrangência das fontes atualmente possibilitadas pelos novos contextos de investigação, concordamos com José Barros (2004), quando assevera que a historiografia do século XX ampliou o seu conceito de fonte histórica para um mundo não-textual de possibilidades e, assim como a fonte escrita, a fonte oral se estabelece como uma estratégia de abordagem metodológica significativa. Portanto, para a realização deste trabalho do ponto de vista metodológico, pensamos a história oral como uma possibilidade discursiva para o registro da história de algumas mulheres negras que vivem na cidade de Salvador, especialmen-

te porque se trata de sujeitos pouco privilegiados pela produção acadêmica. Assim, com essa intencionalidade, foram entrevistadas 10 ativistas negras que fizeram/fazem parte do MNU baiano em fins dos anos 70 até meados da década de 90, visando o registro da memória de suas trajetórias de luta e construção identitária enquanto mulheres negras comprometidas com o enfrentamento simultâneo do racismo e do sexismo em nossa sociedade.

## *Desvelando caminhos: o movimento negro e feminista*

O presente texto busca, portanto, compreender como se estabelece o processo organizacional do movimento de mulheres negras em Salvador, percebendo em que dimensões atuam e se estabelecem como militantes engajadas na luta antirracista, antissexista e de classe e, para atingir tal objetivo, debruça-se sobre o próprio processo de constituição do tipo de organização nas quais as ativistas atuam. Acreditamos que é a partir do contexto de combate às discriminações e suas singularidades que atingem diretamente as populações negras do país que precisamos localizar e entender o surgimento dos movimentos sociais negros e de mulheres. Sobre a constituição do MNU, Alex Ratts e Flávia Rios (2010, p. 77-78) evidenciam que:

> Mesmo sob repressão, várias organizações, entidades e redes de ativismo se fortaleceram em diferentes partes do país. Em São Paulo, por exemplo, havia o Centro de Cultura e arte Negra, o CECAN, que, de certo modo, herdou a experiência teatral cultivada no seio da militância antirracista, particularmente a que foi desenvolvida pelo Teatro Experimental do Negro durante os anos 1940 e 1950. Em Salvador, o bloco afro Ilê Aiyê desde sua fundação questionava o mito da democracia racial, e, por conta disso, era alvo de reprovação e até mesmo de ameaças de vários setores da sociedade. No Rio Grande do Sul, desde

1971 discutia-se o fortalecimento do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, entre outros temas. O Brasil começava a produzir, assim, ações coletivas críticas à visão hegemônica de harmonia racial.

Historicamente, o movimento negro brasileiro se estabeleceu a partir de múltiplas formas de ação e frentes de luta. Desse modo, torna-se insuficiente fixá-lo num plano estrutural e político único. Assim, em 1978, é fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCD)[4] e que, posteriormente, viria a se chamar MNU. Na Bahia, o MNU, enquanto organização política – como em outras localidades do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais –, surge da necessidade de combate ao quadro de exclusão simbólica, econômica, social e política da população negra. Em 1978, ocorre a fundação do MNU/Salvador, com participação efetiva de mulheres ativistas negras baianas.

Do ponto de vista da organização e mobilização para redemocratização política do país, é sintomática a importância da década de 1980 para os movimentos sociais de mulheres, feministas, negros, lésbicos, gays, sindicalistas, estudantis, etc. Assim, é nesse contexto que o MNU, como uma das entidades negras mais antigas do território nacional, teve, localmente, uma luta extremamente conflituosa com os setores hegemônicos da sociedade baiana, tendo, nessa mobilização, uma participação efetiva de mulheres negras em seus quadros políticos – demonstrando que essas nunca estiveram alheias aos processos de subordinação impulsionados pelas práticas discriminatórias da tríade racismo/sexismo/classismo. Nesta direção, pensar o movimento social negro é visualizar que o mesmo "[...] é constituído de vozes inúmeras que se

4 Para Silvério (2004), o Movimento Negro contemporâneo foi criado como uma reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros do Clube de regatas Tietê, no Estado de São Paulo e, também, como reação à morte do operário Robson Silveira da Luz assassinado pela polícia no mesmo Estado. Para mais informações ver Silvério (2004).

manifestam num diálogo, quase nunca ameno, com o seu tempo histórico, sua realidade sociorregional". (PEREIRA, 1999, p. 9)

Com uma postura explicitamente intervencionista, criam-se e se estabelecem várias frentes de resistência e luta que se espalham pelo território nacional. Entretanto, as relações de poder, os embates, as subordinações sexistas e diferenças de gênero nunca estiveram ausentes do contexto dos movimentos sociais e essa contradição foi também parte efetiva das experiências vivenciadas pelas mulheres. Sobre essas práticas de subjugação experienciadas dentro do movimento na capital baiana, a ativista Arani Santana considera que:

> [...] as mulheres se sentiam alijadas, à margem do movimento. Havia dentro do movimento, uma divisão sexual do trabalho que refletia atitudes preconceituosas. Os homens achavam que trabalho mesmo era panfletagem nas ruas e nos ensaios nos blocos. As mulheres, que até chegaram a fundar a Frente Feminina, apresentaram na época uma proposta concreta de atuação na área de educação [...] e a proposta não recebeu a devida atenção do coletivo predominantemente masculino. [...] Nós tínhamos consciência que éramos capazes. (DOMINGUES, 2009, p. 37-38)

Logo, não é demasiado destacar que a máxima do "servir cafezinho" e/ou a noção de fixação das mulheres negras como meras "executoras de tarefas" (SUDBURY, 2003) imprimem a marca da reprodução de uma divisão sexual do trabalho tradicional e a efetivação de práticas machistas dentro da organização política negra, já que tanto o sexismo quanto o racismo são dimensões estruturantes de opressões. Por outro lado, concomitantemente às posturas de ratificação da importância da intervenção na sociedade, desenvolvidas pelas ativistas durante muitos anos, dentro do próprio movimento negro, as mulheres foram acusadas de criarem "facções" no interior da entidade. Sobre tais realidades, a ativista Luiza Bairros, em entrevista, afirma que:

> A gente enfrentava uma barra muito pesada na relação com os homens dentro da organização. Então, o que acontecia, as mulheres compunham a maioria da militância, mas, os homens é que tinham a visibilidade, os homens é que dirigiam, os homens é que apareciam como os líderes do movimento.

Julia Sudbury (2003), relatando as denúncias de subordinações concernentes ao sexismo nas organizações negras inglesas – o que não é diferente de outras localidades, tal como as experiências vividas pelas ativistas brasileiras e baianas –, nos informa que tais posturas não permaneceram invisibilizadas, sobretudo porque as mulheres construíram uma posição atuante contra "[...] todas as formas de misoginia e defendiam uma análise integrativa de racismo-sexismo". (SUDBURY, 2003, p. 103) Petrônio Domingues, por sua vez, referindo-se ao MNU e tal postura sexista, ressalta:

> Da parte dos homens do MNU e do Movimento Negro em geral, verificou-se, entretanto, um descompasso entre o discurso de exaltação das mulheres negras e da prática de subjugá-las ou confiná-las às esferas de apoio dentro das entidades, não lhes garantindo, assim, representatividade nas instâncias de decisão do movimento. (DOMINGUES, 2009, p. 37)

No entanto, muitas mulheres reagiram às proposições que as desqualificavam a partir da máxima especificada por Sudbury (2003, p. 85) de que "[...] não estamos aqui para servir cafezinho". O espaço da militância dentro da organização mista negra se mostrou um território fortemente delimitado por relações de poder, pois os homens acabavam por querer delegar às mulheres o exercício do "tarefismo", as atividades consideradas "femininas", e/ou as ligadas à esfera do cuidado. O fato é que, em nível nacional, muitos dos embates que foram travados dentro da organização social negra terminaram por ocasionar a saída de muitas mulheres do MNU – muitas das quais decidiram por criar suas próprias entidades, coletivos, ONGs – e ainda a criação de núcleos

específicos de mulheres negras – não mistos – dentro da estrutura do próprio MNU.

Sem qualquer tentativa de mistificação das circunstâncias vivenciadas e a despeito da importância da aliança entre homens e mulheres negros/as na luta contra o racismo, as entrevistadas não hesitaram em confrontar e falar abertamente sobre os constrangimentos gerados pelo sexismo que as atingiu dentro da organização. Assim, tendo enfrentado intensos e recorrentes conflitos de gênero na relação com companheiros homens dentro do MNU, as mulheres entrevistadas acabaram decidindo pela criação do GM – Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado – para fazer frente às práticas sexistas que vivenciavam dentro da entidade negra. No entanto, após sucessivas tentativas de permanência no intuito de transformação das estruturas sexistas do MNU, no ano de 1995, após sérias divergências políticas dentro da organização, especialmente devido à entrada de muitos integrantes em partidos políticos, as componentes do GM decidiram por se retirarem em definitivo do MNU. Essa ruptura com o MNU, dirão as entrevistadas, longe ter sido estabelecida por motivo de terem se desmobilizado e daí desistido da luta, representou exatamente o contrário: *"essa foi a alternativa encontrada por essas mulheres para conseguirem continuar ativas enquanto grupo e, especialmente, para manterem condições mínimas de assegurar a coerência com seu projeto político"*.

Vale ainda ressaltar que novos embates continuaram se apresentando para as mulheres negras, pois, se no movimento social negro as dificuldades de vivência do projeto da organização expressava-se na ótica da priorização do discurso antirracista em detrimento das atuações no enfrentamento da opressão de gênero, no movimento feminista, por sua vez, os conflitos vivenciados pelas afro-brasileiras serão também de cunho político, decorrentes da invisibilização, neste movimento, da importância estraté-

gica da atenção a questões inegociáveis para seu projeto de luta – tais como o enfrentamento das desigualdades de ordem econômica e, principalmente, étnico-racial. Desse modo, a atuação das mulheres negras dentro do feminismo – em sua grande maioria de origem branca/burguesa – se mostrou também conflituosa. Assim, a "alternativa" vislumbrada pelas afro-brasileiras como uma estratégia eficaz para a construção de uma agenda em torno do enfrentamento das discriminações através da aproximação com o movimento feminista também se mostrou uma estratégia política frágil e igualmente conflituosa, como aponta Eliane Silva (2005, p. 11):

> A contribuição das mulheres negras na afirmação dos principais postulados feministas nunca foi amplamente reconhecida pelo *status* feminista. Fato que por si só já se constituiu um segundo problema para a integração das mulheres negras no movimento feminista, pois, além de mostrar uma relação marginal e discriminatória, refletia a dificuldade das mulheres feministas brancas se relacionarem com não-brancas no mesmo patamar de igualdade. Mais uma vez tocava-se em questões mal resolvidas para a grande maioria dos brasileiros que é '(in) formada' para desconhecer a desigualdade racial, acreditando ou iludindo-se com o mito da democracia racial.

Por outro lado, não podemos restringir a trajetória de atuação das mulheres negras à história "oficial" do Movimento Negro ou ainda do Movimento Feminista. É possível afirmar que, além de uma pluralidade de práticas cotidianas individuais e coletivas de resistência não organizada, muitas mulheres negras decidiram dedicar suas vidas ao combate das várias formas de opressão. E, pelo caminho do ativismo político, experimentaram/construíram formas múltiplas de existir, enquanto negras e como mulheres. As ações das mulheres no passado e/ou no presente não podem ser subestimadas, ocultadas ou, como se referiu Domingues (2009), reduzidas a uma arena particularizada, menos relevante.

Considerando os contextos diferenciados dos múltiplos lugares de expropriação da identidade negra, no âmbito da história brasileira, sempre existiram movimentos de resistência e a autoinscrição desses grupos (mesmo que suas histórias ainda permaneçam há muito omitidas). Respeitando as nuances de diferentes marcos temporais e diante da impossibilidade de cobrir todos os aspectos da história das mulheres negras, optamos por tomar como referência os pontos de contatos e ressonâncias do feminismo negro com os movimentos negros e feministas como um dos caminhos possíveis para apreensão da história das afro-brasileiras.

O feminismo, enquanto movimento social, tem se modificado ao longo dos anos, adaptando-se ou incorporando novos questionamentos, proposições e demandas de diferentes grupos de mulheres. O início do movimento, no entanto, até a segunda metade do século XX, foi marcado pela afirmação de uma identidade comum a todas as mulheres. A partir desse entendimento, a categoria "mulher" foi usada para afirmar todas as reivindicações em nome das mulheres, como se todas sofressem o mesmo tipo de subordinação, opressão e invisibilidade. Essa abordagem crítica ao movimento surgiu, principalmente, entre as mulheres afro-americanas. As mulheres negras, em particular, questionaram "de que mulher" falavam as feministas brancas da época, considerando que não se sentiam incluídas no debate. (BAIRROS, 1995) Joana Pedro sublinha que:

> [...] todo este debate fez ver que não havia a 'mulher', mas sim as mais diversas 'mulheres', e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. (PEDRO, 2005, p. 80)

Por sua vez, Maria Consuelo C. Campos (2001, p. 5) alerta-nos para a operacionalidade das dimensões interseccionais, em especial, dentro dos movimentos sociais, que:

> no entre-lugar, interseção e síntese do movimento negro com o movimento feminista, o movimento de mulheres negras afirma, politicamente, o protagonismo de um sujeito específico, na luta contra o racismo e o sexismo.

Devido às particularidades históricas destes dois movimentos – negro e feminista –, as mulheres negras, enquanto sujeitos de sua história, traçaram trajetórias que envolviam, simultaneamente, embates, aprendizado e ruptura junto a ambos os movimentos, tendo essa dimensão disruptiva da relação potencializada face à desqualificação constante de suas demandas e complexidade de sua situação, tendo em vista, inegavelmente, que "[...] elas constituem o segmento primeiramente subalternizado na sociedade brasileira". (DOMINGUES, 2009, p. 17)

Não é exagero afirmar que as mulheres negras apareciam nestes grupos durante os anos de 1980 e início dos anos 1990, tanto para os homens negros quanto para as mulheres brancas, sob a ótica da igualdade universalista e/ou homogeneizadora, como se as reivindicações dos movimentos raciais mistos e feministas pudessem dar conta de questões relativas às especificidades[5] experimentadas pelas negras. No movimento social negro, as falas das ativistas em muitos momentos foram abafadas por um discurso de que a prioridade da luta estava sob a égide do antirracismo, fenômeno que atingia a todos, homens e mulheres.

De certo que as condições impostas pelo racismo anti-negro no Brasil atingem a todos/as, mas impõem às mulheres negras um

5 O termo "especificidade" aqui utilizado remete a um amplo campo de interpretações, como, por exemplo, a diferença dentro de um mesmo segmento (diferenças entre mulheres brancas e negras, entre homens negros e mulheres negras, e mesmo diferenciações entre mulheres negras).

processo de sub-representação especialmente violento, pois este segmento é intersectado pelas práticas sexistas e da pobreza, na medida em que todos os indicadores sociais "[...] evidenciam que as mulheres negras estão em desvantagem em relação à mulher branca no que diz respeito ao mercado de trabalho, à renda, educação e representação política". (DOMINGUES, 2009, p. 17-18) Nesse direcionamento, as reivindicações por parte das mulheres negras foram muitas vezes tomadas de forma reducionista, pois como lembra Matilde Ribeiro (1995, p. 446):

> Em ambos os movimentos as mulheres negras aparecem como 'sujeitos implícitos': partiu-se de uma suposta igualdade entre as mulheres, assim como não foi considerado, entre os negros, as diferenças entre homens e mulheres. De um lado, enfatizou-se a idéia de 'diferentes, mas não desiguais', de outro lado, durante muito tempo não foi considerada a diversidade no interior desses movimentos.

As políticas de referencial universalista – construção teórica e política fortemente presente no movimento social negro e no feminista –, associadas a outras necessidades estratégicas desses dois movimentos, acabaram intensificando, ao longo dos anos 1980 e dos anos 1990, o reforço aos projetos em torno das organizações específicas de mulheres negras. É no bojo de tal proposição que as afro-brasileiras buscaram estratégias eficazes de ruptura com as cadeias de opressão, enquanto sujeitos sociais e parte integrante de uma sociedade moldada a partir de referenciais hegemônicos – branco e racista –, desafiando a sub-representação a elas imposta e inscrevendo no panorama político as contradições de raça e gênero. Nesse processo, terminam por catalisar as bandeiras de insurgências:

> [...] edificadas historicamente pelos movimentos negros e das mulheres no Brasil, *enegrecendo*, de um lado, as reivindicações das mulheres e, por outro, impulsionando a *feminização* das

> propostas e aspirações do Movimento Negro". (DOMINGUES, 2009, p. 46-47)

Nesta direção, rejeitamos veementemente qualquer proposta de análise que tente limitar a abordagem a uma perspectiva binária do tipo negras/os x brancas/os ou feminino x masculino – isto porque tais binarismos acabariam por fomentar uma perspectiva essencialista dos eixos discursivos. Ao falarmos do múltiplo, do diverso, do plural, não estamos perdendo de vista as particularidades das identidades, especialmente aquelas vivenciadas pelas mulheres negras, que são aqui nosso foco principal. Sendo assim, consideramos importante a formulação de Rosália Lemos (2000, p. 63) ao afirmar que:

> A criação do movimento de mulheres negras nasceu da nossa busca do aprofundamento de alguns conceitos importantes para a organização do chamado feminismo negro. Essa terminologia é recente, porém as ações de mulheres negras podem ser referenciadas a algumas atitudes por elas empreendidas em determinados momentos de história do Brasil.

Destarte, é possível afirmar que o processo de gestação e atuação do movimento de mulheres negras, hoje espalhado por todo o país – em forma de coletivos, organizações, entidades, casas, grupos, núcleos, institutos –, deve ser percebido como referencial importante de militância e ativismo político que cotidianamente expressa e denuncia as percepções das desigualdades diante das quais as mulheres negras são vítimas em potencial. Nossa luta, enquanto mulheres, orienta-se pelo combate ao racismo, sexismo, a homo/lesbofobia e às diferenças socioeconômicas e deve estar focalizada nas experiências e práticas reivindicatórias cotidianamente construídas. Diante disso, a construção de espaços e grupos específicos com recorte de raça e gênero tem sido fruto do ativismo político e da militância de mulheres negras que têm à sua frente a luta contra a exclusão, a desvalorização, o preconceito e a

injustiça social e que vão se espalhar em numerosas organizações e/ou grupos de mulheres negras distribuídas por todo o território nacional.[6]

Tais organizações desenvolvem suas bandeiras políticas e seu ativismo a partir das marcas históricas construídas no combate à superação do racismo, sexismo e classismo. A herança da luta travada por mulheres, recortadas e atravessadas pelas condições históricas de subordinação e negação que cotidianamente ainda lhes são atribuídas, impõe às mulheres negras um esforço contínuo de (re)configuração e/ou reposicionamento diferenciado de suas identidades, ações e trajetórias.

Nesse contexto, precisamos declinar de uma tarefa que terminaria por ser extremamente tentadora, mas exaustiva e inviável neste trabalho, como o esforço de inventariar as organizações de mulheres negras que se encontram atuantes e espalhadas por todo o território nacional – símbolos da larga e constante participação desse grupo nos quadros da atuação sociopolítica do país. Também se torna desnecessário mapear o posicionamento político

6 Na década de 70, temos a Remunea – reunião de mulheres negras de *Aqualtune*, no Rio de Janeiro. Durante toda a década de 80, intensificam-se as organizações, assim, temos: Luiza *Mahin* também no Rio de Janeiro; GMN – grupo de mulheres negras do RJ; Coletivo de mulheres negras de São Paulo*; Nzinga* – coletivo de mulheres negras no RJ; Centro de mulheres da favela e periferia do Rio de Janeiro; Coletivo de mulheres negras da Baixada Santista em Santos – SP; Grupos de mulheres negras Mãe Andressa no MA; Coletivo de mulheres negras em MG; Maria Mulher – organização de mulheres negras no RS; *Geledés* – instituto da mulher negra em SP; Grupo de mulheres do Alto das Pombas de Salvador – BA; Comissão de mulheres negras de Campinas em SP. Nos anos 90 assistimos a fundação das seguintes organizações: Casa da cultura da mulher negra em SP; Coletivo as mulheres negras do Distrito Federal – DF; Coletivo de mulheres negras de Salvador – BA; Grupo *Oduduwa* – RS; Grupo Criola – RJ; Cedoicom – centro de documentação coisa de mulher – RJ; Coletivo de mulheres negras Esperança Garcia – PI; *E'léékò* – gênero, desenvolvimento e cidadania – RJ; ACMUN – Associação cultural de mulheres negras – RS; Coletivo de mulheres negras – MG; Associação de mulheres negras *Oborin Dudu* – ES; Fala Preta! Organização de mulheres negras – SP; Imena – Instituto de mulheres negras do Amapá – AP; Grupo de mulheres negras Malunga – GO. Assim, adentrando os anos 2000, seguem os seguintes grupos: *Bamidelê* – organização de mulheres negras – PB; Grupo de mulheres negras Dandara do Cerrado – GO; Instituto Negras do Ceará – CE; *Uiala Mukaji* – sociedade de mulheres negras – PE; *OMIN* – grupo de mulheres negras Maria do Egito – SE; Minas de cor – SP; Mulheres de *Kêto* – sociedade lésbicas feministas – SP; Imune – instituto da mulher negra – PA; Instituto *Kuanza* – SP e outros núcleos, coletivos, organizações e entidades aqui não registradas. Para maiores informações sobre as organizações de mulheres negras no Brasil ver dentre outras obras o trabalho: Mulheres Negras do Brasil de Shuma Shumaher e Érico Vital Brazil, publicado em 2007.

dessas organizações no cenário nacional diante do racismo e suas especificidades manifestadas na sociedade brasileira.

Em meio a uma grande diversidade de organizações, não é exagero argumentar que é por meio da militância e do ativismo político de mulheres negras e a partir de suas ações que se nutre e se formula o que hoje podemos chamar de um pensamento feminista negro. Mesmo que em alguns momentos possamos falar de "movimento de mulheres negras" e, em outros, de "movimento de mulheres negras feministas", na verdade, esta diferenciação é demarcada por uma linha bastante tênue, pois, como vimos, o movimento feminista negro se caracteriza pela luta contra a opressão da mulher negra, mas não perde a perspectiva da luta contra o racismo que atinge a população negra de forma geral. Decerto, porém, ainda que nem todas as organizações ou grupos de mulheres negras se declarem feministas – e isso demonstra abertamente as heterogeneidades existentes entre esses sujeitos –, suas práticas cotidianas em torno da emancipação das mulheres negras fazem com que as convergências em torno de um projeto feminista negro permaneçam como pontos de contato tácitos, ainda que não explicitados politicamente por todas, numa adesão a um projeto eminentemente feminista.

A proposta estabelecida pelo feminismo negro, dentre as quais sinalizamos as intervenções em torno das bandeiras da saúde, educação, combate às violências físicas e simbólicas, na criação de espaços específicos de atuação, entre outras frentes de luta, faz-se também dispositivo de denúncia das múltiplas formas de opressão que atingem a comunidade negra em geral e a mulher negra de forma particular. Muitos são os desafios, dificuldades e perspectivas, muitos também os encontros e desencontros; entretanto, são antigas e profundas as raízes das ações desenvolvidas pelas mulheres negras brasileiras ao longo da história. E, para avançar nas propostas e conquistas, concordamos com Lemos (2000), quando

diz que precisamos direcionar nossas ações para resultados que extrapolem a constatação dos problemas e que, sobretudo, sugiram soluções concretas: essa tem sido a prática histórica das feministas negras na Bahia que, a partir de posições políticas baseadas na perspectiva da racialidade e das relações de gênero, estabelecem uma postura emancipatória de pertencimento identitário indissociavelmente negro e feminista.

## *À guisa de conclusão*

Com as devidas rupturas e continuidades, mesmo no período estudado não tendo sido formalizada – diferentemente de outros estados – uma organização nascida especificamente da luta antissexista e feminista na capital baiana, as ativistas negras entrevistadas não deixaram de alimentar em sua práxis cotidiana o sentimento de participação no fortalecimento das mudanças políticas e sociais. É inegável que, progressivamente, o desafio estabelecido por coletivos, núcleos, entidades e organizações de mulheres negras espalhados/as pelo território nacional tem sido a criação de alternativas de proposição e monitoramento das, ainda restritas, políticas públicas que se tem conquistado ao longo das últimas décadas e, acima de tudo, permanece como grande meta política o desmascaramento efetivo do racismo à brasileira.

Portanto, para ratificar a definição por essa estratégia política, nunca é demais citar Lélia Gonzalez (1979, p. 15) que, no propósito de denúncia do racismo cultural e de todo um conjunto de práticas desempoderadoras das mulheres negras, cuja leitura coerentemente lúcida, ressaltará que:

> O que se opera no Brasil não é uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considera-

rem natural o fato de a mulher negra desempenhar papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

Por último, mas não menos importante, compartilhamos, como mulheres negras, do entendimento sobre a necessidade urgente da construção de alternativas de empoderamento, analítica e politicamente, para que possamos romper com o abismo social e econômico que historicamente separam brancas/os e negras/os nesta sociedade hierarquicamente constituída. Na medida em que, infelizmente, num país que, na maioria das vezes, toma a diversidade – cultural, racial, sexual, de gênero, religiosidade, econômica entre outras – como via de subalternização, transformando-a através de uma lógica hegemônica em processos de subordinação, homogeneização, inferiorização, pelas imposições da diferença em desigualdade e déficit de participação no poder.

As mulheres negras da Bahia permanecem construindo seus espaços de atuação feminista negra. Hoje, organizações como o Coletivo de mulheres do Calafate, o Fórum de mulheres de Lauro de Freitas, a Associação de Mulheres Amigas de Itinga (AMIGA), Liga de Lésbicas de Lauro de Freitas (Lilás), o Educação para Igualdade Racial e de Gênero (CEAFRO), Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), Grupo de Mulheres da União Paraíso, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, Grupo de Mulheres do Alto de Ondina, Grupo de mulheres da Gamboa, Associação de Mulheres do Lobato, Renascer Mulher, terreiros de candomblé espalhados por todo Estado da Bahia e tantas outras iniciativas, são apenas alguns exemplos da teia de enfrentamento e solidariedade que vem se gestando em Salvador e cidades da Região Metropolitana. De qualquer modo, há ainda diversas outras formas e tipos particulares de mobilização estabelecidas na última década pelas mulheres negras em nossa cidade e estado e que vêm demandando investigação para a produção de um conhecimento que possa dialogar com nossa avaliação de que esta miríade de experiências se cons-

titui, assim acreditamos, em respostas organizacionais possíveis, alternativas viáveis de novas e antigas sociabilidades, voltadas para a gestação de solidariedade racial e, principalmente, de insubordinação feminista.

## *Referências*


BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 458–463, 1995.

BARROS, José D' Assunção. *O Campo da história*: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *A escrita negra e o movimento negro brasileiro*. 1969. Disponível em: <www.amulhernaliteratura.ufsc.br>. Acesso em: 15 jun. 2001.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan./abr. 2002.

DAVIS, Ângela Y. *A democracia da abolição*: para além do império, das prisões e da tortura. São Paulo: Difel, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2009.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais*: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticas da exploração da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIANTION, 8., 1979, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [s. n], 1979.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464–478, 1995.

HOOKS, Bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. *Otras inapropiables*: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004. p. 33–50.

LEMOS, Rosália de O. A Face Negra do Feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.) *O Livro da saúde das mulheres negras*: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda*: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010a.

MOORE, Carlos. *O racismo através da história*: da antiguidade à modernidade. São Paulo: UNESP, 2010b.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual–afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais brasileiras – Um diálogo com o tema. *Revista Afro–Ásia*, Salvador, 2006.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós–emancipação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 949–974, set./dez. 2008.

PEREIRA, João Batista Borges. As relações entre a academia e a militância negra. In. BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. Brasil, um país de negros? 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77–98 jan./jun. 2005.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos Malês, 1835. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446–457, 1995.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, Eliane Borges da. *Tecendo o fio, aparando as arestas*: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro

feminista. 2002. Disponível em: <www.ppcor.org>. Acesso em: 20 mar. 2005.

SILVA, Denise Ferreira da. À Brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1–2, p. 61–83, jan./abr. 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. *Levando a raça a sério*: ações afirmativas e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOUZA, Tereza Cristina Vital de. *Com a palavra o movimento negro*: contestando o racismo e desmistificando a democracia racial. Recife: Edicon, 2010.

SUDBURY, Julia. *Outros tipos de sonhos*: organizações de mulheres negras e políticas de transformação. São Paulo: Summus, 2003.

WERNECK, Jurema P. O Samba Segundo as Ialodês: mulheres UFRJ negras e a cultura midiática. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WERNECK, Jurema P. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, América do Norte, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 120–135, mar. 2010. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/revista/index.php/edicoes/view/20>. Acesso em: 11 maio 2010. Acesso em: 23 maio 2010.

# MULHER E POLÍTICA
## *uma voz feminina nos redutos de poder* [1]

Iole Macedo Vanin
Silvana Oliveira Souza

## *Introdução*

Amabilia Almeida nasceu na região da Chapada Diamantina, no Sopé da Montanha, em Jacobina-Ba, em maio de 1929. Era a caçula da numerosa família de 12 crianças e viviam na zona rural, onde seus pais tinham uma pequena fazenda. Estudou, formou-se em magistério e veio para Salvador no final da década de 1940. Especializou-se em Puericultura, foi aprovada em concurso público e começou a lecionar na cidade.

Conheceu seu grande amor na década de 1950, o histórico militante do PCB, Luiz Fernando Contreiras, e casou-se dois anos

1 Esse artigo faz parte de um estudo maior desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) em 2009/2011, durante o curso de mestrado, no qual desenvolvi minha dissertação, onde tracei um estudo biográfico sobre a trajetória de Amabilia Almeida e tive como orientadora a Prof.ª Dr.ª Iole Macedo Vanin (UFBA/Neim). A pesquisa foi financiada pela Fapesb.

depois com ele. Entrou na ceara dos movimentos políticos em prol de uma educação de qualidade e dos direitos da mulher. Amabilia Almeida foi presidente de uma instituição feminina ainda na década de 1950, intitulada Associação Feminina da Bahia (AFB),[2] desenvolvendo um trabalho frente às mulheres de bairros periféricos de Salvador e lutando pelas questões básicas de gênero para as mesmas.

Mais tarde, na década de 80, tornou-se vereadora e, logo depois, venceu um mandato para deputada constituinte, no qual lutou contra os poderes hegemônicos e patriarcais dentro da Assembleia Legislativa, pois era a única mulher eleita e mesmo assim garantiu um capítulo especial sobre os direitos da mulher na Constituição de 1988. (SOUZA, 2011)

Ao terminar o mandato de vereadora do PMDB na Câmara Municipal de Salvador, Amabilia Almeida candidatou-se a deputada estadual constituinte, nas eleições de 1986. Segundo dados do Serviço de Documentação e Divulgação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1986), foram 26 mulheres que se candidataram à Assembleia Legislativa nessas eleições, representando 6, 6% dos candidatos inscritos, um fato inusitado, visto que isso não era um dado comum e essas mulheres representavam e pertenciam a diversos partidos políticos.

Amabilia Almeida foi a única mulher eleita, isto é, a bancada feminina na Assembleia Constituinte baiana representava 1,6% de todos os eleitos. Contudo, isso não foi impedimento para que ela, com o respaldo do Fórum de Mulheres de Salvador, lutasse a favor dos direitos das mulheres e tivesse uma trajetória nos movimentos sociais, especialmente em relação à questão da educação e problemas referentes à moradia nos bairros periféricos, depa-

2 Espaço político feminino que surgiu no final da década de 40 em Salvador. A entidade era envolvida nas lutas pela campanha de paz, através da articulação de um grupo de mulheres vinculadas ao partido político PCB que buscava um mundo mais justo e, para tanto, desenvolvia uma incessante luta ideológica contra os preconceitos e o papel tradicional da mulher na sociedade.

rando-se com os preconceitos de gênero e interesses oligárquicos ali presentes para garantir a conquista das demandas femininas. Desta sorte, o presente artigo pretende apresentar a atuação de Amabilia na defesa das demandas femininas, enquanto deputada estadual.

"Um mandato a serviço da comunidade!" Foi assim que Amabilia classificou a sua gestão no discurso de estreia na tribuna do Legislativo Estadual. No pronunciamento, ela registrou seu compromisso com a luta pelos direitos da mulher, pela qualidade do ensino, organização popular, infância não assistida, posicionando-se de maneira favorável aos avanços e às conquistas sociais.

> Ao longo da nossa história, as mulheres tiveram decisiva participação política, ainda que essa participação tenha sido minimizada pelas forças mais retrógradas da sociedade. São inúmeras as bandeiras levantadas e defendidas pelas mulheres, como são inúmeras as frentes de luta. Nos bairros ou nos locais de trabalho, em associações ou em sindicatos, as mulheres somam-se à luta geral por melhores condições de vida e trabalho, quando não tomam a iniciativa dessas lutas. Nos clubes de mães, nas associações de donas-de-casa, nos movimentos por creches, nos grupos feministas, engrossam as fileiras e dão corpo às reivindicações sociais mais prementes. A essa participação, contudo, não tem correspondido um reconhecimento por parte dos poderes públicos, no sentido de incorporar a representação feminina aos órgãos de decisão. No Brasil, a mulher é excluída do poder, mesmo em áreas em que reconhecidamente costuma ter mais vivência e melhores chances de contribuir. (ALMEIDA, 1988, p. 22)

Em relação à luta pelos direitos das mulheres, Amabilia procurou viabilizar um compromisso de campanha pela aposentadoria das donas de casa. Nesse sentido, coordenou uma comissão envolvendo mulheres da capital e do interior, em um mutirão que conseguiu obter mais de 70 mil assinaturas para a emenda popular, encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, pela

aposentadoria das donas de casa. Importante ressaltar que, como todo trabalho em defesa dos direitos das mulheres, se encontrou resistência de uma parcela da população, em sua maior parte masculina, que não queria perder seu poder de dominação e de chefe de família, "aquele que deve prover o sustento da casa", mas os argumentos eram tão machistas e desarticulados que não foram levados em consideração.[3] (ALMEIDA, 1988)

Segundo dados do boletim de comunicação e divulgação do Gabinete da Assembleia Legislativa entre maio a agosto de 1988, três meses após o lançamento da campanha das assinaturas, a deputada reuniu a imprensa no salão nobre da Assembleia para mostrar o resultado da iniciativa. O ato de encerramento da campanha contou com a presença do Movimento Integrado de Ação Social (Mais).[4] Após a finalização desse encontro, Amabilia seguiu para Brasília acompanhada de uma delegação de mulheres, para entregar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o então deputado Ulysses Guimarães,[5] as setenta mil assinaturas da emenda popular, que foi aceita e consta no projeto da Comissão de Sistematização, no Artigo 237, do qual o resultado final foi favorável.[6]

No que tange à questão educacional, Amabilia esteve integrada na luta dos professores, acompanhando as negociações com o

3 Essa afirmação é baseada nas discussões em que Amabilia relatava a discriminação de gênero por parte dos seus colegas deputados dentro da Assembleia Legislativa. Ela convivia com piadas, provérbios carregados de estereótipos de gênero e da pouca capacidade intelectual feminina. Nos inúmeros discursos travados pelos homens do partido, ela percebia que a apresentação do olhar social sobre a mulher era um olhar limitado, carregado de ideologias, de preconceitos, principalmente na arena da política.

4 O Mais é uma associação civil de assistência social, não governamental, sem fins lucrativos, que presta serviços voluntários à comunidade.

5 Político brasileiro nascido em Rio Claro-SP (1916 -1992). Formou-se advogado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1940. Elegeu-se deputado estadual em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD). Três anos depois, passou a ser deputado federal, função que exerceu durante 11 mandatos consecutivos. Foi presidente do MDB e PMDB durante vários anos e seu presidente de honra. Em 1987, comandou a Assembleia Constituinte.

6 Para maiores detalhes ver o trabalho de Silva (2012).

governo do estado, que culminou na aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Plano de Carreira do Magistério. A discussão do Plano de Carreira do Magistério encontrou na Assembleia Legislativa uma caixa de ressonância às aspirações dos professores.[7] A deputada reconheceu a necessidade de aprovação do plano, uma das principais reivindicações da categoria e defendeu o amplo diálogo entre os setores envolvidos com a questão para que, efetivamente, as necessidades de melhorias na qualidade do trabalho e valorização da categoria fossem garantidas.

Em recortes, no *Boletim de Informação e Divulgação* encontrado na Pasta dos Deputados (BAHIA, 2008a), Amabilia opina que o Plano de Carreira foi um primeiro passo no sentido de melhorar o ensino e a escola pública. Ela entende que para conseguir a dignidade do ensino público de qualidade ainda há a necessidade de muito trabalho, que passa por uma ampla discussão dos setores interessados em salvar a educação na Bahia. Desde o momento em que o Plano de Carreira do Magistério chegou à Assembleia, a deputada começou a se movimentar para que o mesmo fosse aprovado. A sua contribuição foi importante no sentido de lutar na Assembleia e interceder nas negociações entre a Associação dos Professores Licenciados (APLB) e o Governo do Estado.

Outra questão a que Amabilia se dedicou no mandato de deputada foi referente à organização popular, contemplando de maneira específica a organização das mulheres. Na visão de Amabilia Almeida (1988): "[...] é justamente nas sociedades mais organizadas onde as aspirações populares são canalizadas de maneira mais racional viabilizando, portanto, as conquistas sociais". Uma das instituições que servia para socializar politicamente as mulheres era o núcleo PMDB MULHER, um movimento que atuava junto às

7 Uma dessas aspirações, além do Plano efetivo de carreira para a classe do professorado tão almejado por parte dos docentes, era mais um recurso para desenvolver um trabalho de qualidade dentro de suas salas de aula.

comunidades e era filiado um número significativo de mulheres, apesar da quantidade reduzida na hora da militância. Amabilia, desde quando era vereadora, fazia parte do diretório desse núcleo, onde o processo de luta por reivindicações em prol das necessidades práticas de gênero das mulheres conduzia, muitas vezes, à conscientização política e à participação feminina em formas de lutas mais radicais. Contudo, ela enfrentou muitos obstáculos[8] nessa luta, porque não era nada fácil travar uma luta a favor das mulheres dentro dos partidos.

A existência de departamentos femininos dentro dos partidos é pequena para aqueles que possuem uma estrutura partidária estável e consolidada no tempo. Na realidade, algumas incompreensões têm sido verificadas em relação ao significado e à importância da participação feminina institucionalizada no Poder Legislativo, que seria justamente aquela onde se podia esperar um número mais expressivo, em termos de quantitativos. Entretanto, a estrutura organizacional dos partidos não tem facilitado, em geral, esse tipo de organização. Uma das discussões que gerou polêmica foi a conveniência ou não de criar tais departamentos femininos dentro dos partidos.[9]

Aqueles que defendem tal ideia alegavam que, justamente porque a mulher tem pouca experiência partidária, sua "timidez" a impede ou podia a inibir de expressar livre e abertamente sua discordância ou emitir opiniões próprias no que tange às questões de seus direitos, assim seria preciso criar condições favoráveis especiais para a sua integração gradual aos órgãos partidários, em todos os níveis. Contudo, muitos partidos discordam de tal argu-

8 Os obstáculos enfrentados eram principalmente para desmistificar um olhar que estava preso a um passado, no qual as mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não sendo considerada a autonomia, a liberdade e a competência presentes na população feminina que, mesmo arduamente conquistadas, não são ainda plenamente validadas, visto que a mulher ainda é atrelada aos grilhões ideológicos de fragilidade, futilidade, submissão e exclusão.

9 Essa informação foi constatada nos documentos do Diário do Legislativo e relatórios que tive acesso no Departamento do setor da diretoria parlamentar/ divisão de pesquisa na Assembleia.

mento, afirmando que a criação de tais departamentos femininos, ao contrário, significaria nova forma de marginalização dentro do próprio partido. Com esse discurso, eles defendem que, para superar a "timidez" e a inexperiência, a mulher deve integrar-se à própria estrutura organizativa do partido e nele militar em igualdade de condições com os homens. (BAHIA; 2008b)

Há diferentes formas de discriminação que a mulher ainda sofre em muitos setores da vida. Entretanto, ela enfrentava as dificuldades e denunciava essas discriminações, principalmente o protesto contra medidas concretas de restrição ao acesso da mulher a qualquer cargo ou função pública ou privada assumia frequentemente uma significação especial, pois é sabido que a discriminação se reveste, na maior parte das vezes de formas bastante sutis e encobertas.

Os homens têm poder na sociedade e exercem esse poder sobre as mulheres sustentado em uma ideologia machista que é dominante e que se manifesta de forma perversa dentro dos partidos políticos e reproduzem essa ideologia. A sociedade patriarcal destina o espaço público da política e das grandes decisões como prioritário dos homens e para as mulheres o espaço doméstico da casa. Essa lógica sempre trouxe benefícios para os homens. Embora sejam também explorados, eles ganham mais que as mulheres, não fazem trabalho doméstico, tem seu tempo disponível para dedicar-se a si e à sua vida profissional e não acumulam funções. Já as mulheres, vão para o mercado de trabalho marcadas pela sua condição de responsável pelo cuidado da família, sobrecarregadas nas funções de dona-de-casa e profissional. Ocorre que, muitas vezes, a mulher pode ser demitida se um filho ficar doente, se ela não tiver vaga na creche para deixar a criança, se ela estiver grávida. Além disso, as mulheres estão ocupando os postos de trabalho menos qualificados, mais cansativos, mais rotativos, sofrem mais pressão e assédio sexual e, na maioria das vezes, mesmo ocupan-

do o mesmo cargo, ganham menos que os homens. Com isso, elas enfrentam mais obstáculos para se organizar, também pela sobrecarga de trabalho e, comumente, quando estão na política, os homens acreditam que elas estão ocupando um lugar que não é seu.

A construção teórica construída no campo da política institucional no que diz respeito à atuação das mulheres nesse universo, pensado exclusivamente para a classe masculina, ajuda a entender como se dá a entrada da população feminina nesse espaço e como Amabilia conduz a sua gestão, seja na atuação do papel que a mulher representa no Parlamento, seja nas propostas e projetos que eram elaborados ou articulados por ela. Ao analisarmos as ações que ela desempenhou dentro da Assembleia verificamos uma gestão voltada para os direitos das mulheres.

## *Amabilia no campo da política institucional*

O campo político é um universo social como todos os outros, no qual se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção e de conservação das relações de força ali instituídas. Assim, segundo Bourdieu (1996), a atuação de homens e mulheres na esfera política institucional guia-se, dentre outros fatores, pela preocupação masculina em manter sua posição dominante, excluindo outros grupos dos polos de poder, e pela feminina em subverter a sua posição de dominada. Essa preocupação, no entanto, somente é considerada no momento em que as mulheres percebem-se como agentes políticos e passam a buscar igualdade de condições na ação no Parlamento. Logo, enquanto a dominação masculina é vista como normal, a estrutura de forças não é questionada.

**Figura 1 – Amabilia em sua chegada na Assembleia Legislativa, 1987**

Fonte: Arquivo Familiar de Amabilia Almeida, 1987 (A.F.A.A)

Em relação ao papel das mulheres no Parlamento, Luiz Felipe Miguel (2001) traz uma discussão sobre política de interesses. Nesse trabalho, há uma exposição de visões de diferentes autoras que apontam para três linhas de raciocínio distintas. A primeira linha tem como defensoras as teóricas Carol Gilligan e Nancy Chodorow, que buscam construir argumentos que permitam justificar a necessidade de maior igualdade entre os sexos na representação política. No entanto, seguem a teoria de que as mulheres possuem uma diferença moral, que corresponderia à ideia de uma ética particular feminina, afirmando que as mulheres são dotadas de uma sensibilidade moral que é distinta da masculina, tornando a política uma atividade mais branda e humana. Elas defendem a ideia de que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos.

As teóricas que adotam este viés de análise partem do pressuposto de que a presença feminina possibilitaria a superação da política de interesses, que seria a política típica dos homens. (MIGUEL, 2001) Essa compreensão, no entanto, tem sido alvo de muitas críticas. Em primeiro lugar, por ratificar papéis de gênero, deslizando para a naturalização das diferenças. Depois, porque a experiência de mulheres no poder tem demonstrado que a relação entre gênero e política do desvelo não é inequívoca, o que indica que homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. A maioria das mulheres eleitas pode estar concentrada na atuação em políticas sociais porque este é o único nicho disponível a elas no campo político em um determinado momento. Segundo Sônia Malheiros Miguel (2000), o discurso da "política maternal" isola as mulheres neste nicho e, dessa forma, mantém a divisão do trabalho político, uma divisão que, mais uma vez, destina aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas. E, por fim, porque a ideia de uma política desinteressada, que se opõe à política de interesses masculinos, traz consigo a ideia de que as mulheres têm como característica própria preocupar-se mais com os outros do que consigo mesma. Estaria aí subjacente a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios, uma negação imposta pela sociedade patriarcal e que essa corrente teórica vem a exaltar.

A segunda linha vai exatamente nessa direção, relacionando diferenças de interesses entre homens e mulheres. Assim, a presença de mulheres na política estaria justificada, não porque elas representam uma política do desvelo, mas porque têm interesses próprios, ligados à questão de gênero e que precisam ser levados em consideração. Está subjacente a compreensão de que as mulheres são as melhores defensoras de seus interesses. No entanto, há novamente uma perspectiva essencialista nessa discussão, tanto porque supõe que todas as mulheres sejam dotadas dos mesmos interesses, ignorando outras dimensões que as compõem

como sujeito, tais como: raça/etnia, classe, faixa etária, expressão sexual, etc., quanto porque define que uma parlamentar, simplesmente por ser mulher, estará comprometida com a questão feminina, o que, muitas vezes, não acontece.

Para Anne Phillips (2001), há uma discussão que transcende o sexo do parlamentar e que se coloca no nível de suas consciências. O comprometimento com a causa está intimamente relacionado à consciência feminista dos indivíduos, que pode estar presente tanto em homens quanto em mulheres. Para a autora, a simples presença de mulheres na política não basta, é preciso que essas mulheres estejam comprometidas com a causa feminista, conduzindo-se a discussão de uma política de presença *versus* uma política de ideias.

A política de presença estaria baseada na argumentação de que pessoas de grupos diferentes têm uma vivência diferente e, portanto, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental. Já a política de ideias enfatiza mais o que é representado, independentemente de quem representa. O importante é que as ideias e necessidades das mulheres de todas as raças/etnias, classe e orientação afetivo-sexual estejam contempladas na diversidade de propostas apresentadas na Assembleia, não importando se foi uma mulher ou um homem o seu autor.

## *Legislando para as mulheres*

É em torno das propostas legislativas da deputada que se concentra boa parte do debate a respeito de sua atuação na Assembleia. Como já foi apontada, a preocupação de Amabilia com temas ligados à área social, em particular relacionado aos direitos da mulher e a sua capacidade de inserir novos temas na agenda, é justificativa comumente empregada para defender a presença feminina na política institucional. Com base nisso, é que alguns

estudos apontam que a presença de mais mulheres no poder se traduz na inclusão de novos temas na agenda política. Esses temas dizem respeito a questões como violência doméstica, discriminação e assédio sexual no mundo do trabalho, políticas de acesso à educação, saúde e benefícios assistenciais, e são introduzidos pelas mulheres, pois se considera que têm maior autoridade para falar do social. (HTUN, 2001)

Avelar (2001) evidencia que os temas priorizados pelas mulheres na legislatura 1998–2002 na Câmara dos Deputados referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto que uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao desenvolvimento, à infraestrutura e ao poder. Esses estudos concluem que:

> [...] a questão feminina se confunde com a questão social, podendo-se mesmo denominá-las de a questão social do gênero. E é aí que as mulheres fazem a diferença na política. Em qualquer lugar do mundo, a modernidade na política, a conduta ética em sentido pleno e a conduta humanista são frutos de políticas sociais que atendem tanto os segmentos marginalizados quanto aqueles discriminados. (AVELAR, 2001, p. 143)

Tanto as emendas quanto os projetos de lei apresentados à Assembleia Legislativa eram indicações de uma parlamentar que revelava no conjunto de seu trabalho, uma grande sensibilidade e ações práticas voltadas para a defesa dos que sofriam discriminações, sejam causadas por condições econômicas, sociais, racial/étnicas ou de gênero. As propostas apresentadas e aprovadas por Amabilia acerca dos projetos de leis que trouxessem benefícios para a população revelam o caráter e o objetivo do seu mandato como deputada (1987 – 1990). Segue um quadro da taxa de sucesso da proporção de iniciativas legislativas que se transformaram em normas jurídicas.

**Quadro 1 – Taxa de sucesso da proporção de iniciativas legislativas**

| TIPO DE PROPOSIÇÃO | APRESENTADAS | APROVADAS |
|---|---|---|
| Proposta Emenda à Constituição | 73 | 1 |
| Projeto de Lei | 1 | 1 |
| Projeto de Lei Complementar | 1 | 0 |

Fonte: Arquivo da ALBA.

Havia uma demanda de luta das mulheres de uma forma geral para que esses projetos fossem criados, mas precisava-se de alguém que fosse sensível à causa dos direitos da mulher para propor essas leis e que elas fossem implantadas.

Além das preocupações gerais com o meio ambiente, saneamento básico, abastecimento de água, luz, as ações de Amabilia asseguraram recursos para a implantação, manutenção e desenvolvimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), o projeto de lei a favor da meia passagem aos estudantes, salário e plano de carreira dos professores. Amabilia dava ênfase nas ementas e projetos de leis que se voltavam para a garantia dos direitos das mulheres, tais como: a criação de hortas comunitárias para que as mulheres de menor poder aquisitivo tivessem uma renda financeira; implantação de Delegacias de Defesa da Mulher em vários municípios do estado com mais de 50 mil habitantes; criação de núcleos de assistência jurídica gratuita às mulheres vítimas de violência; construção de salas de parto; elaboração da emenda contra a esterilização, vedando às empresas a exigência de atestado de esterilidade para efeito de admissão das mulheres no mercado de trabalho; elaboração da emenda contra a demissão de mulher grávida; indicação do projeto pela aprovação do novo Estatuto Civil da Mulher; aprovação do projeto, considerando a contravenção penal de atos de discriminação por preconceito de sexo; além de ter obtido a aprovação do projeto que estabelece o

descanso remunerado para empregadas domésticas e férias iguais às dos demais trabalhadores.

Amabilia articulava uma rede de mulheres que trazia até ela as suas demandas, pois a sua participação e interesse político pelos grupos econômica e socialmente excluídos reforçava a sua presença efetiva em associações de bairro e organizações não governamentais, e isso contribuiu, de maneira importante, para o processo que D'Ávila (1998) chama de *empowerment* feminino,[10] visto que esses espaços constituem vias de acesso à participação social, à conscientização de direito e possibilitam o afastamento da esfera doméstica, bem como o aumento do controle de seus próprios destinos. Dessa forma, sua candidatura foi fortalecida pelo apoio dessas mulheres que lutavam em prol de seus direitos e precisava de uma representante com força e determinação para levar seus apelos à Assembleia e buscar junto aos órgãos competentes a conquista e implementação desses direitos.

A aprovação desses projetos, de maneira geral, era difícil de obter um resultado favorável dos parlamentares, afinal, Amabilia era uma voz isolada entre seus colegas que questionavam "para que direito de mulher?" Era uma luta desigual, considerando-se que a Comissão Constituinte era formada majoritariamente por homens (dos 14 membros, 13 eram homens), fazia-se preciso que as mulheres se mobilizassem e apoiassem a deputada contra aqueles que defendiam uma Constituição conservadora e que ignorava a realidade econômica e social do estado. Elas faziam isto através do movimento de mulheres, acompanhavam a deputada em suas lutas diárias dentro da Assembleia e o apoio dessas mulheres era constante nos trabalhos sociais desenvolvidos por Amabilia.

10 Esse termo é usado tanto para significar um processo coletivo de poder feminino, a exemplo da participação das mulheres em movimentos sociais, como a presença de poder feminino em níveis das relações familiares. Em geral, 'empoderar-se' significa adquirir o controle da própria vida e definir suas próprias agendas. Para maiores detalhes ver Léon (2000).

A partir dos dados analisados no Quadro 1, inferimos que a produção legislativa de Amabilia foi bastante diversificada, com proposições em diferentes áreas temáticas, mas devido às dificuldades enfrentadas no parlamento a despeito das diferenças internas travadas dentro do partido com seus colegas deputados que, na sua grande maioria, considerava os temas de interesse predominantemente feminino, a deputada não obteve uma significativa taxa de sucesso para transformar seus projetos e suas ideias em normas judiciais. Ademais, os temas levados pela parlamentar à Assembleia para discussão e uma possível aprovação desses projetos, de fato, têm sua inserção na esfera pública marcada pela pressão do feminismo, ou seja, Amabilia atuava como porta-voz da sociedade organizada e se constituía em um canal por meio do qual essas novas demandas sociais encontravam eco no poder legislativo.

Desse modo, a atuação de Amabilia na Câmara, além da produção legislativa, incluía sua participação em comissões permanentes e temporárias. As comissões permanentes organizam o funcionamento da Casa e, segundo o *Regimento Interno da Câmara* (BAHIA , 2006, p. 23), apresentam:

> Caráter técnico-legislativo ou especializado, são integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Já as comissões temporárias são instaladas para apreciar determinado assunto e se extinguem ao término da legislatura, ou quando termina seu prazo de atuação sempre que se alcançam os fins a que se destinam. (BAHIA, 2006) Incluem-se nessas comissões: as Especiais, destinadas a dar parecer sobre uma proposta de emenda à Constituição, projeto de código ou sobre proposição

que versar sobre matéria de competência de três ou mais comissões; as de Inquérito, aquelas que são voltadas para apurar acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do estado, tendo prazo determinado e sendo dotada de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei; e as Externas,aquelas que cumprem a missão temporária autorizada que implicam o afastamento do parlamentar. (MIGUEL, 2001)

A participação de Amabilia nas comissões foi privilegiada por melhor possibilitar a identificação dos jogos e das estratégias políticas que se estabelecem no momento da sua distribuição pelos mais diversos temas. Desse modo, a parlamentar exerceu diversas atividades na Assembleia Legislativa. O quadro 2 traz informações sobre as comissões conforme a sua distribuição.

**Quadro 2 – Exercício das atividades na Assembleia Legislativa**

| COMISSÃO | CARGO | ANO |
|---|---|---|
| Fiscalização e Controle | Vice-Presidente | 1988 |
| Proteção ao Meio Ambiente | Vice-Presidente | 1989 |
| Defesa ao Consumidor | Vice- Presidente | 1990 |
| Educação, Esportes e Serviços Públicos | Vice- Presidente | 1990 |
| Educação, Esportes e Serviços Públicos | Titular da Comissão | 1988-89 |
| Fiscalização e Controle | Titular da Comissão | 1988 |
| CPI da Violência | Titular da Comissão | 1990 |
| CPI para Investigar Atividades na CNB | Titular da Comissão | 1988 |
| Constituição e Justiça | Suplente da Comissão | 1988 |
| Educação, Esportes e Serviços Públicos | Suplente da Comissão | 1988 |
| Direitos Humanos | Suplente da Comissão | 1989 |
| Proteção ao Meio Ambiente | Suplente da Comissão | 1990 |

Fonte: Arquivo da ALBA. Setor da Diretoria Parlamentar/ Divisão de Pesquisa.

Entre os campos temáticos tratados nas comissões que Amabilia atuou, cinco podem ser diretamente identificados como

femininos, tomando como parâmetros os estereótipos construídos socialmente a respeito de funções e habilidades masculinas e femininas. Tal como se apresentaram, as representações sociais atribuem à mulher melhor desempenho e aptidão em temas como educação, meio ambiente, defesa do consumidor, direitos humanos e violência.[11]

As comissões para as quais as mulheres mais se deslocam, segundo um estudo desenvolvido por Gustavo Muller (2005), refletem, de maneira explícita, tais estereótipos. De fato, a maioria das mulheres que passam pela Casa Legislativa dos Deputados tendem a ocupar, em algum momento, cadeiras na Comissão de Seguridade Social e Família, responsáveis por temas voltados para a saúde, educação, proteção e defesa do consumidor, assistência e previdência social, além da atuação para grupos socialmente vulneráveis, entre os quais se incluem as mulheres, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, esses mesmos temas foram responsáveis por 18% da produção legislativa das parlamentares, ou seja, concentra a maior parte do trabalho desenvolvido por essas mulheres na Câmara. Assim, a política de presença mostra-se, mais uma vez, eficiente.

A análise aqui realizada, ainda mais do que aquela desenvolvida para a produção no legislativo frente às deputadas, explicita os estereótipos construídos a partir da questão de gênero. Isso porque a apresentação de leis (e não a sua aprovação) envolve um menor requisito de capital político. Assim, é possível apresentar proposições em qualquer área, mesmo naquelas em que não se possui experiência. Já no caso da presença em comissões, torna-se decisivo não apenas o interesse manifesto das deputadas (o que por si só, já carrega concepções de gênero), mas, também, a aceitação, por parte dos dirigentes partidários (no campo de disputas políticas),

11 A respeito da CPI da violência urbana, instalada para apurar as causas e buscar soluções para a violência e a criminalidade nas cidades (Arquivo da ALBA).

da demanda pelas mulheres, momento no qual os estereótipos se manifestam e definem as escolhas parlamentares.

Dentro da distribuição das atividades que Amabilia tinha nas comissões em que atuou, vale ressaltar que ela foi uma das poucas mulheres no parlamento que conseguiu atuar em duas comissões estruturantes – Fiscalização e Controle e Constituição e Justiça.[12] Estas comissões guardam uma forte correspondência com as representações sociais e os papéis de gênero que constroem estereótipos a partir dos quais as mulheres dirigem-se para esferas de cunho mais social (em grande medida, ligadas ao papel que tradicionalmente desempenham no espaço privado), enquanto que os deputados tendem a ocupar espaços mais estratégicos, como aponta o estudo de Muller (2005).

A eficiência da dominação simbólica e do *habitus* discutidos por Bourdieu (2003), fundados em concepções de gênero, além de produzirem nas consciências de homens e mulheres a ideia de aptidões típicas e diferenciadas para cada um deles, favorecem a construção de espaços bem delimitados de atuação. Dificulta-se, ainda, o rompimento de tais limites, já que não apenas o acesso a espaços de maior poder e prestígio é dificultado, como as próprias deputadas tendem a reproduzir e aplicar em seus atos e escolhas os padrões da dominação e da socialização fundada nos papéis de gênero, explicitando preferências que, sendo socialmente construídas, se referem aos espaços tradicionais.

Assim, Amabilia, enquanto esteve na Assembleia Legislativa, atuou em diversas atividades parlamentares, como mostramos no

12 É importante ter em mente que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) define que nenhum deputado poderá fazer parte de mais de uma Comissão Permanente (CP), ressalvadas as Comissões de Legislação Participativa e de Seguridade Pública, e que a cada parlamentar deverá ser assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma comissão. Garantem também que na constituição das CPs deverá ser assegurada, o tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa. O que se observa, porém é que, para além das divisões em termos partidários, existe uma divisão que considera aspectos relacionados à divisão sexual dos papéis, fundamentada em concepções de gênero.

Quadro 2. Contudo, teve maior destaque e contribuiu de maneira ímpar na sociedade em três momentos: primeiro, quando atuou na criação e aprovação de um projeto para defender o consumidor; segundo, ao obter respaldo significativo, quando foi relatora do capítulo da Educação na Constituição do Estado; e, por último e de maior importância para as mulheres, conseguiu introduzir na Constituição um capítulo específico sobre os Direitos das Mulheres, sendo a única Constituição com este privilégio em todo território nacional.

No que tange a esse Capítulo sobre os Direitos da Mulher na elaboração da Constituição do Estado, Amabilia, então integrada ao Fórum de Mulheres, lutou para conseguir a incorporação do texto específico concernente à temática exposta, porque houve muitas resistências, afinal ela era a única mulher a participar da elaboração da Constituição entre 43 parlamentares, e isso era difícil de ser aceito por parte dos deputados.

O conteúdo da redação deste capítulo tinha muito das demandas do movimento feminista que já se articulava antes da década de 1980 para pôr em prática as reivindicações e demandas das lutas das mulheres. Amabilia participava desse movimento, ouvia os anseios e as preocupações das mulheres do lado de fora da Assembleia e as suas aspirações e questões práticas de gênero eram levadas e colocadas em debate dentro da Assembleia pela deputada naquele determinado momento.

As negociações e conflitos para aprovação do texto específico sobre os direitos da mulher que entraria na constituição de 1988 foram marcadas por luta e resistência de uma mulher que não se deixava abater e nem ser vencida sem antes brigar pela causa que apoiava; sua força vinha de uma multidão de outras mulheres que a esperavam ao lado da Assembleia, aguardando a aprovação desse capítulo. No seu relato abaixo, vemos a dimensão das suas dificuldades para inclusão do texto na Constituição:

— É, não foi nada fácil de convencer os parlamentares da importância desse capítulo, tive que lutar muito para que ele fosse aceito. Eu não estava nessa luta sozinha e isso foi o que me fortaleceu a partir para briga. Eu estava apoiada pela organização de mulheres através do Fórum de Mulheres. Nós discutimos do lado de fora da Assembléia as propostas que elas queriam que estivessem na Constituição e cabia a mim, como deputada eleita por essas mulheres trabalhar para ver quais daquelas propostas poderiam ser aceitas. Fui a porta-voz delas, lutei com muita garra, tive que brigar com muito deputado que até diziam piadas assim: 'Mas vocês já têm tantos direitos, como escolher a marca da geladeira, do fogão [...].' (ALMEIDA, 2010)

Na fala de Amabilia podemos perceber os problemas relacionados à discriminação de gênero por parte dos parlamentares que não aceitavam a ideia de medidas afirmativas no que tange aos direitos da mulher. A dominação dos deputados era perceptível pela ação ou omissão violadora desses direitos pelos quais Amabilia reivindicava, se insurgindo contra os critérios injustos através dos quais a sociedade patriarcal se estruturou por longos anos.

As medidas que a deputada buscava assegurar na Constituição não garantiram (como ainda não garantem) mudanças efetivas na mentalidade social, que pensa a realidade de maneira binária. A discriminação ainda acontece, como nos alerta Bourdieu (1995, p. 137): "[...] a visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos [...] ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas".

No depoimento abaixo, Amabilia Almeida (2010, grifo dos autoras) revela mais preconceitos e violência de gênero pelos quais passara, principalmente porque aqui se concentram as bandeiras do feminismo e, desse modo, as resistências por parte dos deputados tendiam a aumentar:

— O coordenador-geral dizia: 'Eu não entendo, vamos ter que colocar um capítulo dos negros, dos índios e por aí em diante [...]'. E eu dizia que tinha que ter mesmo, porque eram os segmentos discriminados e acabou tendo todos esses capítulos. E até hoje eu acompanho para ver se essas propostas que ficaram lá na Constituição estão sendo implementadas. Muitas já o foram, como a criação das delegacias nos municípios a partir de 50 mil habitantes. Aqui em Salvador conseguimos a implantação do Centro de Referência Loreta Valadares para acolher as mulheres vítimas de violência. Tem mais outras propostas, principalmente na parte que diz respeito à política de reprodução humana, isso tem sido muito importante para que o corpo da mulher não fosse transformado num 'campo' de experiências. Pode até acontecer, a ciência tem que se desenvolver, mas tem que ter o respeito à individualidade. Então esse capítulo foi muito bem elaborado porque contou com a participação dos segmentos organizados das mulheres que tinham um pensamento político muito firme a respeito da situação da mulher. As companheiras do NEIM da UFBA, na pessoa da sua coordenadora, à época, Ana Alice Costa, o Brasil Mulher, a Comissão feminina da OAB, seção da Bahia, da saudosa Ana Montenegro, Maria Helena Silva, das Associações de Mulheres de diversos bairros, tudo que se pôde juntar, juntou-se e se discutiu. Eu sempre adotei essa prática. Você pode até tentar e fazer, mas ele vai sair melhor se contar com a participação de todas, ouvindo opiniões, ah, mas foi muito bom! Então te digo que um mandato na mão de uma mulher batalhadora é uma arma para vencer as discriminações.

Amabilia revela os obstáculos enfrentados para garantir o capítulo específico da mulher dentro da Constituição. Nesse trecho, ela indica as dificuldades que passou para se fazer ouvir, em um espaço marcadamente masculino, no qual nos remete a reflexão de Bourdieu (2002, p. 97) ao afirmar que a exclusão das mulheres

dos jogos do poder – do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos – e o confinamento delas no universo doméstico fazem que elas sejam preparadas para deles participar por procuração, ou seja, por intermédio dos homens que neles estão envolvidos, maridos ou filhos. Pelos homens, as mulheres participam dos jogos dos quais estão excluídas.

Assim, ao adentrarmos no discurso de violência apontado por Amabilia no depoimento, somos remetidos aos primeiros anos da década de 1980, quando surge um ativo movimento feminista que tem duas principais bandeiras: a violência e a saúde da mulher. A discussão da violência contra a mulher foi remetida estratégica e conscientemente para três campos principais: os direitos humanos, a saúde e o desenvolvimento social, os três consolidados e reconhecidos internacionalmente. (SAFFIOTI, 1995)

## *Algumas considerações do enredo*

A resistência em aceitar a mulher em cargos de direção relaciona-se a dois aspectos fundamentais: a tradição cultural, que privilegia o espaço para a mulher na esfera do doméstico, do privado, e não do público; e uma representação da mulher desprovida de atributos, como combatividade, autoridade, dinamismo, objetividade e audácia, ressaltados como fundamentais ao exercício do poder e sedimentados a partir do modelo racional burocrático de gestão organizacional. São as dificuldades e preconceitos que acabam por inibir a capacidade competitiva das mulheres, por exigirem delas um esforço sobrenatural, não apenas com relação ao seu desempenho, mas também para a conquista da confiança de todos. Estas são considerações que permeiam as atividades femininas e para as quais temos que considerar seu profundo enraizamento nas articulações entre as dimensões do público e do privado.

Apesar dos percalços, as mulheres foram adentrando as esferas da política e, aos poucos, elas juntaram capacidade e a vontade de quebrar preconceitos e conquistaram um espaço que, até então, era exclusivo dos homens, apesar de algumas barreiras ainda persistirem dentro dos partidos, pois se leva tempo para mudar as mentalidades numa sociedade patriarcal, onde o espaço reservado às mulheres é o lar.

Na história da luta das mulheres pela equidade de gênero, Amabilia afirmou que o caminho em busca da emancipação da mulher passa pela conquista e garantia de seus direitos civis, políticos e sociais, no âmbito da família, da sociedade e na esfera pública e, no plano cultural e ideológico, pelo combate aos preconceitos e discriminações a que são submetidas.

Ao demonstrar sua posição sobre os problemas e preconceitos de gênero pelos quais as mulheres passavam na estrutura familiar, no dia a dia e, principalmente, dentro dos partidos, ela percebeu que era preciso uma transformação no seu fazer político, pois as possibilidades como agente político abria, mesmo que de forma incipiente, um horizonte para as mulheres que viviam em situação de opressão e em situação de violência. Daí, a consciência de sua subordinação e, com ela, o desejo de mudar, de transformar suas vidas e as relações sociais e afetivas nas quais estavam inseridas. Esse é o movimento de autoconhecimento para a compreensão de uma formação voltada para a consciência de gênero, o qual as mulheres começam a perceber no seu cotidiano.

Neste sentido que fazemos uma avaliação mais detalhada da importância da atuação de Amabilia para as conquistas feministas, visto que ao decorrer de sua trajetória política, nos seus mandatos eletivos, tinha como princípio a causa feminina e isso podem ser verificados a partir das questões feministas que ela trazia para a sua vida política, seja nos projetos, nas leis e nas muitas palestras

e discursos que ela fazia. Suas ações expressavam, portanto, uma consciência de gênero.

Ao longo do seu mandato como deputada, identificamos os níveis de consciência de gênero de Amabilia e, ao mesmo tempo, detectamos os graus de penetração das bandeiras que ela levantava do movimento feminista, a partir da análise de seus posicionamentos sobre as questões básicas para a compreensão da condição feminina.

Assim, a presença das mulheres no poder político contribui para democratizar, questionar as hierarquias, as formas de poder mantidas pelo homem. Em certa medida, introduz uma nova forma de olhar, de identificar os processos comunicacionais, através dos quais se desenham produtos comunicativos discriminatórios e excludentes. Lentamente, de eleição em eleição, as mulheres vão estruturando uma nova cultura e ocupando espaços na política. Não há dúvida que as eleições sofrem transmutações significativas na nova sociabilidade e a trajetória de Amabilia nesse cenário político nos mostrou isso.

## *Referências*


ALMEIDA, Amabilia. *Discurso impresso de Amabilia Almeida.* Salvador: Tribuna da Bahia, mar, 1988.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite brasileira*: canais de acesso ao poder. São Paulo: Cento de Estudos Konrad Adenouer Stifting; UNESP, 2001.

BAHIA. Assembleia Legislativa. *Boletim de informação e divulgação*: pasta dos Deputados. Maio, 1988. Salvador: ALBA, 2006.

BAHIA. Assembleia Legislativa. *Boletim de informação e divulgação*: pasta dos Deputados. Maio, 1988. Salvador: ALBA, 2008a.

BAHIA. *Documentos do diário do Legislativo*: setor da diretoria parlamentar; divisão de pesquisa. Salvador: ALBA, 2008b.

BAHIA. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Art. 22, & I e II. Salvador: ALBA, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 230, maio 2001.

LEON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 191-205, 2000.

MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo*: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política de desvelo: representação e singularidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, maio 2001.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na câmara dos deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371-395, abr. 2005.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 263-290, maio 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram:* a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Mulheres, Gênero e Feminismo) — NEIM Núcleo Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Silvana Oliveira. *Mulher e política*: Amabilia Almeida, uma feminista baiana nos redutos de poder (1929-1990). 2011. 176 f. Dissertação (Mulheres, Gênero e Feminismo ) — PPG NEIM Programa de Pós Graduação em estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

# *HIP HOP* FEMINISTA?
## *Convenções de gênero e feminismos no movimento hip hop soteropolitano*

Rebeca Sobral Freire
Alinne de Lima Bonetti

## *Introdução*

Este artigo discute questões em torno das convenções de gênero, sexualidade, raça e feminismo no *Hip Hop* soteropolitano, a partir da perspectiva das jovens *hip hoppers* militantes. A proposta de um estudo empírico sobre as mulheres no *Hip Hop* apresentou-se como um desafio a ser enfrentado respectivamente nos campos da ciência política e no contexto dos estudos interdisciplinares de gênero e feminismos. É a partir da produção de uma ciência feminista ou de uma perspectiva feminista de ciência (SARDENBERG, 2002) que se configura o surgimento de uma teoria feminista que dialoga com as diversas experiências das mulheres e colabora com a análise das relações sociais de gênero nas quais elas estão envolvidas.

Pode-se compreender o feminismo como um projeto político que visa à construção de um equilíbrio de poder entre homens e mulheres, e, portanto, capaz de reparar as desigualdades sociais referentes às relações de gênero. (COSTA; SARDENBERG, 1994) Por relações de gênero se compreende as relações sociais de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, e homens e homens, em suas diversas possibilidades de interação social. Além disto, nesta análise gênero assume o estatuto de uma categoria analítica que compreende duas dimensões extremamente caras a esta análise e reflexão: uma simbólica, que se refere aos sentidos culturais, e outra do político. Relativamente à primeira dimensão,

> A categoria analítica gênero articula concepção cultural e historicamente situadas, partindo, portanto, dos significantes disponíveis na cultura. Estes significantes são apropriados pelos sujeitos sociais, os quais lhes atribuem determinados sentidos. (BONETTI, 2003, p. 185)

Tais significantes, que podem ser materiais e/ou imateriais, dotam de sentido de gênero as coisas do mundo e criam modelos de masculinidades e feminilidades, ou seja, as nossas convenções de gênero. Por sua vez, as convenções de gênero podem ser compreendidas como

> O conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas. (BONETTI, 2007, p. 68)

Consequentemente, é a partir da cultura que se formam os valores, que, posteriormente, influenciam a construção dos sujeitos sociais. (BONETTI, 2003) Este processo de construção dá-se diante de um contexto de desigualdades sociais e implica, portanto, em distribuição desigual de poder, prestígio e privilégios. Gênero,

assim, promove a distinção baseada no sexo, a fim de refutar o determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". Além disso, esta categoria destaca o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade, que são construídos socialmente em distintos tempo e lugar.

Já no que tange às definições de político utilizadas nesta análise, cabe destacar que se segue a distinção proposta por Sonia Alvarez (1998). Para esta autora, há uma distinção entre o campo da política e do político. O campo da política é entendido como uma esfera da política mais clássica, circunscrevendo instituições políticas, partidos políticos, cargos de representação política, espaços de atuação. (BONETTI, 2003) Como exemplo de alguns destes espaços ou canais de atuação estão os conselhos de direitos ou mesmo movimentos sociais e organizações não governamentais (ONG). Já, o campo do político atua "[...] no sentido mais amplo de incidir no cultural, no simbólico, e nas relações de poder / de gênero que ali se constituem e se reconfiguram continuamente".[1] (ALVAREZ, 1998, p. 167, tradução nossa) É neste campo, interessado nos aspectos culturais e simbólicos, que se insere esta pesquisa, na interface entre "o gênero e o político" a partir da experiência das mulheres e seus "atributos de gênero" encontrados em campo.

Percebemos a rentabilidade analítica que o estudo do movimento *Hip Hop* traria para diferentes campos de estudos simultaneamente, já que guarda as características de ser jovem, feminista e negro. De um lado, questiona a hegemonia do sujeito "homem" de análise dos estudos da política e, de outro, desafia a predominância das mulheres adultas como foco dos estudos feministas e de gênero. (FREIRE, 2010) Além disso, esta experiência inclui os

1 "[...] en el sentido más amplio de incidir en lo cultural, lo simbólico, y en las relaciones de poder/de gênero que alí se constituyen y se reconfiguran continuamente". (ALVAREZ, 1998, p. 167)

elementos do campo de estudos sobre identidade vinculados às relações étnico-raciais e de idade/geração, ambos desprivilegiados nos estudos feministas e de gênero e da política. Fundamentar a proposta de análise na teoria feminista permitiu-nos romper com uma concepção restrita do que seria o "político" e adotar uma mais visão ampla, que abarca o diálogo entre a política e a cultura. Assim, pudemos dialogar com perspectivas diversas que compartilhavam o interesse sobre o tema gênero e *Hip Hop*.

Sobre o aspecto geracional, cumpre destacar que, no que se refere à participação das mulheres jovens em manifestações político-culturais, esta assume um caráter distinto em relação a das mulheres adultas, havendo uma lacuna na literatura sobre esta experiência. (WELLER, 2005) Neste caso, a ausência e pouca visibilidade das mulheres também são constatadas nos estudos sobre *Hip Hop*, seja porque se encontra uma predominância masculina, seja porque a participação das mulheres não é compreendida a partir da perspectiva de gênero.[2] (MARTINS, 2004; MIRANDA, 2006; MORAES NETO, 2006; OLIVEIRA, 2007)

Contudo, no Brasil tem se expandido nos últimos anos uma produção científica interessada nas experiências da juventude vinculadas ao Movimento *Hip Hop* articuladas com as perspectivas de gênero e do feminismo e a preocupada em compreender as relações estabelecidas entre mulheres e homens e entre mulheres e mulheres neste espaço, bem como entre esses diferentes agentes e os elementos culturais e artísticos do *Hip Hop*, em sua maioria dedicados ao seu elemento musical, o *rap*.[3]

2 O que essa compreensão a partir da perspectiva de gênero, tem de específico é a interpretação das experiências das mulheres que desnaturaliza papéis sociais tradicionais de gênero, além de reconhecer as mulheres como sujeitas políticas na história e na sociedade.

3 O *rap* é o elemento de maior destaque entre suas expressões criado a partir de letras politizadas sob diferentes estilos de batidas, descrevendo e envolvendo o cenário cultural e político por onde passa. A sigla *RAP*, siginifica a junção do "ritmo e poesia" (*Rhythm and Poetry* – expressão em inglês) e é muitas vezes chamado por *Hip Hop*.

As experiências de mulheres em determinados grupos e segmentos do *Hip Hop* soteropolitano servem de base para questionamentos sobre as especificidades do movimento de mulheres do/no *Hip Hop*, a fim de investigar as convenções de gênero e atitudes políticas engendradas neste movimento soteropolitano, do ponto de vista das militantes. Toma-se como hipótese de análise que este movimento constitui-se a partir da combinação particular de três matrizes ou gramáticas políticas,[4] a saber: movimento feminista, movimento negro e movimento de juventude.

O *Hip Hop* surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, caracterizado como um movimento político e cultural constituído sob a influência do "movimento por direitos civis" e movimento *Black Power*. Ele expandiu-se pelo mundo a partir de seus quatro elementos artísticos: break, rap, grafite e Dj. Há que se considerar um "quinto elemento", que permeia seus elementos clássicos, muitas vezes identificado pelos jovens do movimento por "militância".

Em se tratando de uma pesquisa de caráter feminista e interdisciplinar, faz-se relevante situar esta produção de conhecimento (HARAWAY, 1995), refletir sobre as questões metodológicas que orientaram esta investigação, bem como explicitar os conceitos e definições que orientam essa análise. Esta pesquisa iniciou-se em 2008, para a realização da monografia *"A participação política das jovens no movimento social Hip Hop (1996-2008)"*, com orientação metodológica de pesquisa qualitativa em ciência política em diálogo com os estudos feministas a partir de trabalho empírico em campo por meio das ferramentas e técnicas de pes-

4 A utilização do termo gramática política para se referir aos distintos modelos de mobilização política que influenciaram o que procuramos denominar como "*Hip Hop* Feminista" inspirou-se na análise de Edson Nunes (1997) sobre a gramática política do Brasil. Segundo explicita o autor, a noção de gramática política é "[...] a existência de diferentes combinações culturais e elementos dentro de uma mesma estrutura". (NUNES, 1997, p. #44) Trata-se, assim, do "conjunto de regras mais ou menos tácitas e consensuais de concepções e de práticas políticas, que foi se constituindo historicamente como tal". (BONETTI; FONTOURA; MARINS, 2009, p. 20)

quisa de observação participante, entrevistas com roteiro semiestruturado e registros em diário de campo.

Em 2010, revisou-se o material de campo e retomou-se partes do que fora recolhido em Ciência Política, sobre o qual foi lançado um olhar qualitativo de caráter mais etnográfico-antropológico, buscando compreender os sentidos atribuídos às convenções e às práticas políticas e de Gênero do grupo em questão. Assim, a análise que se apresentará tem esse duplo pertencimento. Assumindo o método qualitativo de pesquisa trabalhou-se com entrevista em profundidade do tipo semiestruturada com um único correspondente. (GASKELL, 2002) Para tanto, as técnicas de investigação utilizadas foram: a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado junto às *hip hoppers* e observação participante oriunda da convivência junto ao grupo estudado com o suporte da confecção de diário de campo, que permitiu a construção do cunho etnográfico deste trabalho. Além disso, fazem parte do *corpus* de análise um conjunto de materiais áudiovisuais e impressos sobre os grupos investigados e suas atividades, composto por: CDs, DVDs, materiais de jornais e revistas, fanzines, material fotográfico, entre outros.

A militância das jovens *hip-hoppers* soteropolitanas foi analisada a partir do questionamento se estas reforçavam ou ressignificam as convenções de gênero no *Hip Hop*. O objetivo foi o de compreender, segundo formulação das interlocutoras, o que era *coisa de menina e coisa de menino no Hip Hop*. É a partir destes elementos que se colocam algumas questões que orientam esta reflexão. A saber: *Hip Hop* é "coisa de menina"? O *Hip Hop* pode ser um espaço de contestação das convenções de gênero? E, ainda, existe um *Hip Hop* feminista soteropolitano? Vejamos o que o campo de pesquisa nos revela.

## *Hip Hop* é também coisa de menina?

A partir da busca pela compreensão acerca das convenções de gênero no Movimento *Hip Hop* soteropolitano dedicamos a compreender se e como *Hip Hop também é coisa de menina*, conforme apontaram nossas interlocutoras. Esta questão foi alvo das próprias *hip hoppers* locais quando realizaram em Salvador, no ano de 2010, o Seminário "Lugar de Mulher é Também no *Hip Hop*".

A partir das particularidades do campo apresentamos dados fundamentais, que auxiliam na compreensão do olhar sob a militância das mulheres no campo do movimento social *Hip Hop* em Salvador. São casos selecionados do material de campo que expressam as convenções de gênero encontradas e que aguçam a percepção de como esta militância feminina transforma ou reforça tais convenções neste campo.[5]

Como estilo musical do *Hip Hop*, o *rap* é o elemento de maior destaque entre suas expressões, criado a partir de letras politizadas sob diferentes estilos de batidas, descrevendo e envolvendo o cenário cultural e político por onde passa. A sigla *RAP*, siginifica a junção do "ritmo e poesia" (*Rhythm and Poetry* – expressão em inglês) e é muitas vezes improvisado por *Djs* (*Disk Jóqueis*) e MCs (Mestre de Cerimônia). Este estilo musical nasceu em Nova York sob influências de diversos estilos, entre eles, *soul*, *jazz*, *blues* e *funk*, além de outras novidades oriundas da Jamaica. O que todos estes estilos têm em comum é que todas são expressões da musicalidade negra. (SOUZA, 1998)

Quem canta *rap* é *rapper* e estes são homens ou mulheres. Ambos os sexos tem usado esta arte como uma forma de falarem sobre si mesmas e si mesmos e sobre suas inquietações. Entretan-

5 Das experiências compartilhadas pelas mulheres *hip hoppers* na pesquisa, foram selecionadas experiências relacionadas aos elementos *rap*, *grafite*, *break*, e militância. Entretanto, para este artigo, selecionamos apenas as daquelas jovens vinculadas ao elemento *rap*.

to, o espaço do *rap* tem se configurado pela sua masculinização, que acaba apresentando uma performance um tanto intimidatória diante de eventuais empurrões, brigas e rodas de bate-cabeça.[6]

A trajetória da presença das mulheres da platéia de shows de *rap* para a apresentação de uma *rapper* no palco pode ser conhecida por meio da experiência da *rapper* Carolina. Sua atuação teve início no *rap* ao integrar a banda Último Trem, uma das primeiras bandas de *rap* em Salvador, quando era a única mulher a participar da sua formação. Ela relata sua vivência de mulher e *rapper* no movimento *Hip Hop*:

> — Tipo [para] cantar rap e para você ser vista como mulher, você tinha que se vestir como os homens: usar jeans, usar tênis. Eu particularmente não gosto de usar tênis, eu particularmente não gosto de usar calça folgada, coisa de homem, eu não gosto. Eu gosto de usar vestido, sainha, entendeu? Então isso já era uma oportunidade, quando eu me vestia para cantar e eu ia de um salto alto, tinha questionamentos, tinham olhares. (Carolina)

Em sua fala na mesa de abertura do Seminário "Lugar de mulher é no *Hip Hop*", Carolina defendia a afirmação de aspectos que identificavam as mulheres que queriam cantar *rap* como mulheres, com seus próprios adereços, que, independentemente de suas orientações sexuais, faziam parte daquilo que as diferenciava dos rappers homens. Ela se coloca contra uma convenção de gênero que imputa a necessidade de uma expressão de gênero masculina pelas mulheres, a incorporação de atributos masculinos à atuação feminina, para o reconhecimento da sua atividade como arte e *hip hop*.

6 Assim, como mostrou a pesquisa de Fernanda Noronha (2007) no ambiente do movimento *Hip Hop* paulista, nesta primeira década do século o cenário soteropolitano compartilha a reduzida presença feminina nos shows de *rap*, estando as mulheres, em sua maioria, acompanhadas ou protegidas em grupinhos.

Ela conta que no primeiro momento de organização do movimento em Salvador, quando participava da "Posse Ori", as mulheres ainda não tinham muita crítica sobre sua condição feminina no movimento e reproduziam um imaginário de que havia um modelo de ser *rapper* a ser obedecido como condição para se obter reconhecimento de sua produção e performance artística. Este modelo se aportava nas referências masculinas dos *rappers* estadunidenses, a exemplo do rapper estadunidense *2PAC*. [7] Assim, os homens *rappers*, negros, apresentavam um estilo *rapper* e também *hip hopper* de ser por um estilo de vestir.

Foi este estilo de vestir *hip hopper* que a *rapper* Carolina contestou, por confrontar uma das convenções de gênero e os modelos de masculinidade e de feminilidade no *Hip Hop*, em torno do imaginário de que o *hip hop* e, por sua vez, o *rap* são coisas de menino, de homem. É o que nos explica Souza (1998), quando descreve que o *rap* é um estilo musical associado à marginalidade, vindo do gueto e do negro, que encontra inspiração em meninos de rua e presidiários, ou seja, vinculação determinados problemas sociais, bem como a específicos esportes, a exemplo do basquete nos Estados Unidos, ou o futebol no Brasil, em que ambos caracterizam uma espécie de referência popular ao que identifica características de classes populares nos respectivos países.

Esta forma de como ser um *rapper*, tomada como tradicional, obedecia a um modelo particular de masculinidade composta por itens imprescindíveis como calça**s** folgadas, bonés, tênis grandes e coloridos, longas e folgadas blusas e camisetas, de preferência que exibissem determinadas marcas famosas, a exemplo de *Adidas*, *Nike*, *Mizuno* e outras de grande circulação internacional, e com referência ao "inglês", que remetessem ao Hip Hop dos Estados Unidos.

7 Personalidade de destaque no universo *hip hop* estadunidense tendo seu trabalho repercussão internacional tornando-se referência de estilo *rapper* para jovens. (SOUZA, 1998)

A inserção das mulheres na arte musical do *Hip Hop*, o *rap*, (que chega a ser conhecido até por "*Hip Hop*"), provocou certa mudança no que convinha a ser estabelecido a uma expressão de gênero específica à medida que formataram uma espécie de diálogo entre símbolos masculinos e femininos em volta do cantar *rap*. Saias, minissaias, vestidos, blusas de alcinha compunham o figurino das *rappers,* que subiam no palco e rimavam sob a batida do *Dj*.

Sapatos de salto alto passaram a ocupar espaços antes exclusivos de tênis coloridos, de cano alto ou baixo. Algumas *rappers* não abriam mão de sua maquiagem, batom e rímel, adereços nos cabelos e no corpo como turbantes e brincos grandes, pulseiras, penteados que exploravam a beleza negra a exemplo dos cabelos estilo *black power* e trançados das formas mais inusitadas. Elas subiam nos palcos demonstrando que o *rap* também é coisa de menina e revelavam um estilo feminino de *performance* no *rap* para cantar, rimar (compor) e interagir com a plateia.

Geralmente os nomes das bandas e nomes artísticos e de guerra das *rappers* tem uma conotação de empoderamento, força e luta, a exemplo do nome da banda soteropolitana "Audácia Feminina" e da *rapper* carioca "REFEM – Revolta Feminina", responsável pela produção do documentário "O *rap* do batom" trazido por ela quando veio ao "Encontro Nacional de Juventude Negra" ocorrido em Salvador. Contudo, as oportunidades para as mulheres no *rap* soteropolitano são bastante limitadas diante de duas questões: a primeira, pelo próprio cenário musical da cidade que desprivilegia o gênero musical *rap* em favor de uma indústria cultural que produz, sobretudo, estilos como a música baiana, axé e pagode, além de outros estilos mais comerciais. Os espaços para a música *rap* já são restritos no cenário baiano, mesmo que aconteça numa cena alternativa exclusiva para este estilo, a exemplo do "Programa Evolução *Hip Hop*" na estação de rádio pública, com

uma programação voltada para produção e para o público do gênero musical *rap*. Mesmo nesta programação, a presença das *rappers* soteropolitanas é tímida.

Já a segunda questão está diretamente vinculada a gênero, o que nos remete a pensar o espaço das mulheres no *rap* no meio específico do *Hip Hop*. Há uma espécie de controle e autorização para que as *rappers* apresentem suas produções; algo como uma disputa em um espaço predominantemente masculino, sendo em especial, o palco e o microfone espaços de poder. Este controle engloba o comportamento, as roupas e o acesso das *rappers*, muitas vezes sendo colocado pelos homens como uma espécie de proteção, e que implica inclusive em limites das oportunidades de trabalho profissional. (MATSUNAGA, 2008)

Associada à importância das referências femininas no *rap*, a militante Lia conta sobre as raras oportunidades para a apresentação das mulheres no *rap* na cidade. São espaços cada vez mais pontuais para o desenvolvimento desta arte musical do *Hip Hop* pelas *rappers*.

> Deixa eu pensar [risos]. Eu acho que ainda é pouco. Eu não falo nem na questão política, mas eu acho assim até em eventos, se a gente for contar quantos grupos femininos tocam numa noite? Eu só vi um show [...] onde é que foi? [...] que foi no Bairro da Paz [...] no São Caetano e no Bairro da Paz, dois, aliás, que tinham três grupos de homens mistos e três grupos femininos. Então assim [...] e as meninas todas foram pro palco de saia, a mesa toda do debate foram mulheres que estavam tomando conta. Então assim, são poucos, mas só que essas poucas deixam marcas e deixam história, que depois até [...] é [...] até depois as outras pessoas que não acreditaram que as coisas aconteciam, porque são mulheres que estão fazendo, é [...] diz que a [...] coisa foi bem feita e parabeniza.

A *rapper* Cidinha expõe alguns pontos importantes para pensar a situação do "ser mulher" no *rap* e no *Hip Hop*. Ela levanta

problemáticas que explicam questões específicas compartilhadas pelas mulheres diante de um contexto que compromete sua participação nos espaços e atividades públicas, tanto na sociedade quanto no movimento social. Uma delas está vinculada à questão da referência da participação de outras mulheres no cenário do *rap*, sendo questão corrente nas discussões entre mulheres *hip hopper s*e compartilhadas em outros segmentos do movimento social e nos espaços políticos. As mulheres são afetadas pelo fato de serem minoria diante do número de homens, bem como com a própria distribuição de tarefas nos grupos mistos, como tarefas da agenda de produção e contatos das bandas e entre seus integrantes.

É interessante notar que, como no caso da *rapper* Cidinha, em sendo a única mulher no grupo de *rap*, mesmo com determinadas funções atreladas às atribuições de produtora, ela era responsável por "*cuidar dos homens da banda*", e ficou responsável por questões gerenciais referidas ao trabalho de "cuidar", tais como cuidar dos figurinos, entrar em contato com os outros integrantes da banda, estúdios e com o próprio produtor para confirmar ensaios e outras atividades, monitor as agendas e imprevistos do grupo/indivíduos, além de eventualidades, o que reforça as convenções de gênero tradicionais que vinculam estas características ao feminino.

De acordo com os relatos das experiências das mulheres é possível se perceber como se configuram as características que compõem as convenções de gênero em torno da feminilidade e às quais as mulheres estão submetidas na sociedade.

Como exposto acima, mesmo sendo o *Hip Hop* um espaço aberto para diferentes posturas e pensamentos sobre as desigualdades sociais, inclusive sendo um espaço também para meninas e mulheres, é possível se reconhecer a reprodução das convenções tradicionais de gênero, ao atribuírem determinadas expectativas ao feminino e ao masculino. Mas será o *Hip Hop*, um espaço de con-

testação das convenções de gênero? Será este movimento, um instrumento capaz de contestar as normas de gênero estabelecidas?

## *Hip Hop: espaço de contestação das convenções de gênero?*

Neste tópico apresentamos algumas interpretações acerca do *Hip Hop* como um espaço de contestação das convenções de gênero. As *hip hoppers* descobrem neste movimento de caráter masculinista[8] e masculino,[9] uma "brecha" para a entrada das mulheres e de suas pautas políticas. Para compreender esta questão, tomamos como base uma breve reflexão sobre o próprio caráter de contestação social do *Hip Hop*, ao buscar entendê-lo de forma mais geral, antes de analisar propriamente sua capacidade de contestação das convenções de gênero.

Vale ressaltar a conotação dada ao *Hip Hop* como um movimento de "contracultura", ou seja, contrário à ordem da cultura política vigente. Esta questão foi explicada por Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000, p. 23):

> [...] os movimentos populares urbanos de favelados, de mulheres e outros, também põem em movimento forças culturais. Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura.

8 Conforme entendemos, no contexto desta análise, masculinista compreende três aspectos: 1. Refere-se a uma maioria formada por homens; 2. O modelo em que os homens são a referência e tem legitimidade em desenvolver ou ocupar determinado espaço ou função apenas pelo fato de serem biologicamente do sexo masculino e demonstrarem determinada expressão de gênero; e 3. Representa uma assimetria entre o masculino e o feminino (e não entre homens e mulheres).

9 Por masculino compreendemos os atributos que dão significado a modelos hegemônicos de masculinidade, a exemplo dos atributos de força, agressividade, astúcia, sagacidade, potência.

O que justifica esta afirmação é, no caso do *Hip Hop*, o contexto histórico, político e social deste movimento em seu momento inicial e a forma que este tem se configurado em diferentes lugares na atualidade, sob um caráter de contestação social. (WELLER, 2000) Mesmo ao compartilhar o modelo seguido pela juventude de *Hip Hop* estadunidense, que é *estrangeiro*, *gringo*[10] ou de fora, este *Hip Hop* importado é ressignificado e atualizado, somando elementos locais de cada região em específico.

Esta positivação de identidades discriminadas tem sido formulada como uma das estratégias de atuação dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos identitários, como os negros, de mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBTT), de juventude, entre outros. Idéia que foi defendida por Evelina Dagnino (1994) quando destacou anteriormente que as estratégias democráticas desenvolvidas por todos os movimentos atuam de formas direcionadas pelas dimensões da política e da cultura, ao que se localizam aspectos próprios de cada movimento em relação a tempo, espaço e contexto social em que estão inseridos.

Dadas as devidas e breves considerações, para compreender o aspecto "contestação das convenções de gênero no *Hip Hop*", analisaremos, a partir da perspectiva das interlocutoras, suas observações sobre três relevantes aspectos: como se deu seu contato com o *Hip Hop* (o que lhes despertou o interesse e identificação com este movimento), o que é *Hip Hop* para elas, e sua definição do que é ser mulher *hip hopper*.

A maioria das interlocutoras relatou sobre o seu contato inicial com o *rap* por meio de fitas K-7 em aparelhos de som pertencentes a algum "amigo" que detinha o material e o equipamento.

10 "Gringo" é expressão pejorativa utilizada por brasileiros para "coisas do *estrangeiro*", o que vem de fora do país, importado, de outro lugar. Termo utilizado como crítica à noção colonizadora que prescreve que o que vem de fora é melhor do que o que é nativo – geralmente associada à origem europe*i*a ou "americana", o que demarca uma relação hierárquica entre colonizador – colonizado.

Além das músicas serem de autoria de bandas compostas por homens ou de um *rapper* homem, que mesmo compartilhando questões da realidade da população negra e da periferia, falavam a partir do lugar de homem, com uma linguagem masculinizada, em sua maioria, dirigindo-se a outros homens.

O *Hip Hop* tem aspectos que o caracterizam como um movimento masculinista diante da majoritária presença de homens que expõem determinados símbolos, modos de comportamento, linguagens e entre outros que são reconhecidos pelo estilo (modelo) *Hip Hop* de ser. Até então, as contestações proclamadas pelo *rap* circulavam em torno de questões de interesses e valores que obedeciam a um modelo que tem o "homem" e os atributos de masculinidade como referência, demonstrando o reforço às convenções de gênero estabelecidas.

As diversas artes do *Hip Hop* começaram a se desenvolver e se exibir pelas ruas da cidade, fazendo com que as jovens pudessem *"perceber o hip hop na [sua] volta"*. Sons, cores, movimentos e estilos surgiram com estes elementos artísticos e ultrapassaram os limites das ruas para adentrarem em algumas instituições que lidavam exclusivamente com a juventude de bairros populares e que se utilizavam da arte para trabalhar aspectos da educação e da cidade.

A divulgação de informações sobre o movimento por parte de seus militantes realizada pelo modo alternativo e autônomo conhecido por *"boca a boca"* e por contatos informais se manteve, inclusive por sua produção de materiais midiáticos e culturais, a exemplo dos fanzines.[11] O contato com o movimento social *Hip Hop* provoca uma politização em torno da visão de mundo de seus

11 Fanzine têm caráter de um minijornal não profissional, interessado em circular por um público alternativo, a exemplo dos *punks* que utilizaram de forma ampla esta estratégia de comunicação informal em seus grupos. Produzido pelos grupos do *Hip Hop*, fanzine é uma espécie de revista ou jornal informal e alternativo, com caráter de impressa independente e autônoma do movimento, que em Salvador produziram edições do "ZINE Origens. Posse Ori Movimento *Hip Hop*".

participantes remontando à própria história do *Hip Hop* e de seus elementos, bem como os possíveis rumos deste movimento.

É o que compartilhou Beatriz, rapper do grupo Munegrale:

> — Eu entrei no Hip Hop porque eu me percebi dentro daquele universo, percebi que eu poderia estar colocando as minhas questões sobre a sociedade em que vivo [sic] baseada e conectada com outras maneiras de manifestação. Foi direcionado com esse objetivo de perceber um movimento aberto, movimento que eu poderia discutir as minhas relações.

Contudo, a relação entre mulheres e *Hip Hop* tem sido cada vez mais explorada pelas militantes como um novo espaço de atuação política feminina. Mesmo com caráter masculinista, o *Hip Hop* tem se apresentado como espaço interessante para inserção de novas pautas, inclusive específicas sobre as mulheres e de interesse das mulheres. A entrevista com Carolina é elucidativa a este respeito:

> — Pesquisadora – O que é Hip Hop para você?
>
> — Carolina – Hip Hop é atitude, é determinação, auto-gestão, autonomia, é vida, Hip Hop é vida!
>
> — Pesquisadora – E ser mulher no Hip Hop?
>
> — Carolina – É quebrar paradigmas, ser mulher no Hip Hop é quebrar paradigmas da estrutura mesmo.

Segundo a *rapper*, o *Hip Hop* é um espaço de afirmação e de positivação da atitude das jovens, de fortalecimento para enfrentar os desafios as situações de discriminação e de luta por cidadania. Esta tomada de posição sobre o movimento de que participam, somada a uma visão de mundo que permite que se reconheçam como sujeitas políticas interferindo do seu próprio modo

na sociedade é que me levou à pergunta: É possível um *Hip Hop* Feminista? Há um *Hip Hop* feminista soteropolitano?

## *"Hip Hop Feminista!" Agora os meninos precisam saber que coisa de menina também é coisa de menino!*

O desenvolvimento da reflexão anterior trouxe a necessidade de se pensar sobre a possibilidade da existência de um "*Hip Hop* Feminista" e suas possíveis concepções, com vistas a avançar na compreensão acerca do feminismo na sua pluralidade como movimento social, bem como as concepções de feminismo que estão sendo (re)produzidas na prática política destas jovens mulheres militantes. Procuramos compreender quais são os possíveis diálogos entre Feminismo e *Hip Hop*, a partir das experiências cotidianas em torno de questões de raça, militância e sexualidade dentro do cenário do movimento, já que estas categorias em específico foram alvo de destaque a partir das falas das próprias interlocutoras.

A partir destas particularidades, identificamos que esta militância desafia e (re)significa, em especial, os movimentos feministas com os quais estão em diálogo, partindo da combinação particular de três gramáticas políticas: Movimento feminista, Movimento negro e Movimento de juventude. Deste diálogo entre o feminismo e o *Hip Hop*, na perspectiva das mulheres *hip hoppers* resultaram diversas relações a serem observadas.

Algumas considerações sobre este debate se impõem quando colocados lado a lado, *Hip Hop* e feminismo. Ambos compartilham sua origem e trajetória vinculada a "*coisas do estrangeiro*", o que nos remete à relação de apropriação pela juventude feminista e negra dos dois movimentos, que compartilham uma

referência vinda do exterior, mais especificamente dos Estados Unidos e Europa.

Estas são algumas questões que envolvem o contexto estudado e que podem ilustrar o entendimento das *hip hoppers* soteropolitanas sobre a relação entre *Hip Hop* e feminismo. É o que explica a *rapper* Beatriz,

> — Esse feminista local a gente pode se dizer que a gente, enquanto juventude, enquanto mulheres, ele existe, mas de uma forma de que como a gente pensa o feminismo, entendendo as suas diversidades, entendendo os seus propósitos e encaixando as nossas sugestões, os nossos objetivos, como a gente quer o feminismo. Não é universal, é como o Hip Hop. O movimento Hip Hop não é universal dentro de uma política de justiça social, racial. Ele existe em suas diversidades, ele tem as suas outras vertentes de filosofia assim como o feminismo [...] cada lugar é diferente, por mais que seja a mesma periferia, mas a periferia é diferente, cada um tem os seus problemas, cada uma tem a suas questões, violências, cada uma tem o seu jeito de viver.

A *rapper* aponta diversas questões relevantes em sua fala que ilustram o seu entendimento sobre estes dois movimentos. A primeira se refere ao reconhecimento de um feminismo que está localizado, têm demandas específicas ligadas à realidade de uma juventude que vivência os problemas de sua cidade e bairro, mas que, ao mesmo tempo, compartilham questões dadas às mulheres de outras localidades.

Assim também foi apontado o mesmo aspecto ao *Hip Hop*, tanto o *Hip Hop* como o feminismo, podem vir de fora, mas ambos se adaptaram à realidade local da comunidade em que se inserem sob uma motivação e interesse de luta por justiça social. Mesmo que diante de diferentes vertentes que cada um possa apresentar,

o *Hip Hop* e o feminismo, respectivamente, apresentam preocupação direcionadas às questões da juventude negra e das mulheres, em especial.

Na entrevista, quando questionadas: "você acha que é possível um *Hip Hop* feminista?", as entrevistadas se surpreenderam com a expressão utilizada, o que foi inusitado para nós. Depois, observamos que até então não tínhamos referência de tal expressão no trabalho de campo ou na literatura.

Como resultado da questão, a maioria das entrevistadas, exceto uma delas, acredita que seja possível ou mesmo que já exista este "*Hip Hop* feminista". De acordo com Beatriz, este poder de transformação se traduz em criação quando ela explica que "[...] *eu acho que é possível um Hip Hop feminista, um Hip Hop masculinista, um Hip Hop indígena, acho que somos seres humanos e temos todas as possibilidades de criar".*

Na pesquisa no campo em Salvador, as noções sobre feminismo apontaram para uma politização para além do comportamento ou estilos de se vestir das *hip hoppers*. Com a mesma forma crítica que se envolveram com o *Hip Hop*, estas jovens vêem o feminismo como um conjunto de discussões em torno dos aspectos de classe, raça e sexualidade, que mapeiam a própria história das mulheres e a história do feminismo.

Na busca por conhecer as concepções sobre o feminismo que embasa este "*Hip Hop* feminista", nas falas das *hip hoppers*, foram identificados três relevantes questões: 1) Da sexualidade e autonomia das mulheres; 2) Da raça e da classe; e 3) Da (des)substancialização do feminismo em relação às mulheres. Vejamos.

O feminismo traz consigo a história da luta das mulheres no mundo, sendo compreendido como um movimento que defende os direitos das mulheres. Além de ser visto como uma forma de vida que orienta diferentes possíveis visões de mundo, o feminis-

mo também se dedica à própria relação das mulheres com o seu corpo.

Para Beatriz, feminismo é *"uma política transversal"* e até *"uma filosofia de vida"* que tem como prioridade as mulheres e que dialoga com as categorias que identificam esta mulher em questão, em sua identidade racial, sexual, entre outras que a rodeiam.

Em detrimento deste contexto, as mulheres são recepcionadas pelos homens no movimento, questionadas a partir de seus corpos, como relata Conceição: *"o primeiro olhar da dúvida, duvidar do potencial da menina e o outro olhar que é tipo de seduzir mesmo aquela menina, acham que aquela menina é pra do lado deles que tá lá no movimento"*.

A *b-girl*[12] Firmina destaca a autoestima e confiança quando afirma que acredita que feminismo *"é quando a gente cuida da gente, é quando a gente corre atrás de nossos objetivos, quando a gente luta por aquilo que a gente quer"*. É como se o feminismo pudesse impulsionar a força que cada mulher tem dentro se si para a realização de suas metas pessoais e profissionais. Já para Cidinha, feminismo é sinônimo de luta contra o *"machismo"*, termo utilizado pela *rapper*.

Perguntamos à Carolina se ela se considera feminista? Ela responde *"Sim, lógico, eu sou uma feminista negra, lógico que sim"*. Esta afirmação nos leva à próxima questão sobre o diálogo do feminismo com as questões de raça e classe na perspectiva das *hip hoppers*.

A questão colocada sobre um "feminismo negro" como referência para as *hip hoppers* foi muito corrente nas atividades e conversas do movimento de mulheres *hip hoppers*. Contraposto a um movimento de mulheres brancas e de classe média, o femi-

12 A mulher que dança *break*, da dança do *Hip Hop* em seus vários estilos, é chamada de *b-girl* e o homem de *b-boy*.

nismo negro apresenta-se como uma polêmica, pois tem base na pluralidade dos feminismos e das experiências das mulheres.

Busco saber mais sobre os movimentos com os quais estas jovens se envolvem, e que podem explicar de forma crucial as bases que orientaram suas críticas sob esta perspectiva que situam seus lugares de fala. Escolho uma fala que expressa pontos cruciais apresentados sobre este debate.

A *rapper* e *b-girl* Conceição contribui com este debate quando destaca a sua compreensão sobre a história do feminismo, ao pensar a trajetória e experiências das mulheres brancas europeias e as mulheres negras brasileiras desde o período da escravidão no país.

> — Entendo por feminismo uma forma coletiva de se lutar por direitos iguais entre homens e mulheres. Entendo feminismo também não só a história do feminismo da Europa, mas a história do feminismo de como se configurou aqui entre as mulheres negras também, no Brasil. E aí vem a discussão de que [sic] se é movimento de mulher ou feminismo? Acredito, por exemplo, que as irmandades que existiam aqui, que lutavam e juntavam dinheiro pra comprar alforria do escravo, eu entendo isso como feminismo [sic] Essas mulheres organizadas em prol de uma causa assim, eu entendo como feminismo. (Conceição)

Pode-se afirmar que esta crítica racial e de classe em torno de um feminismo de referência branca e europeu se apresenta fortemente entre as *hip hoppers* soteropolitanas. Quando questionadas sobre seu entendimento do feminismo, as *hip hoppers* logo se remeteram à ideia de estudos, escritas, algo da academia, tendo este como um conhecimento registrado e também como uma forma de contato com este pensamento.

Entretanto, estas questões apresentam-se como ambivalentes diante de uma demanda do próprio movimento *Hip Hop* com relação à preocupação com acesso à educação e ao conhecimento, bandeiras que podem ser exemplificadas na luta por ações afirmativas no ensino superior e pela implementação da história e cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares.

A luta contra desigualdades pelo feminismo é de interesse também dos homens?

Uma das concepções de feminismos encontradas nas falas das *hip hoppers* envolvia questões como: homens e mulheres feministas e machistas e feminismo para os homens a partir das suas experiências dentro do movimento. Questões estas que promoveram uma espécie de (des)substancialização do feminismo.[13]

A relação entre homens e feminismo foi um tema vigente em falas como a de Conceição *"Não só por mulheres, mas que também seja praticado pelos homens, o Hip Hop feminista, que eu acho que isso aí está longe, mas é possível, a gente acredita nisso"*. O combate contra a opressão às mulheres aparece como uma alternativa aos homens, também responsáveis por esta transformação social construída pelo que seria este "*Hip Hop* feminista".

É o que Cidinha coloca *"É possível, é real, ele já existe. A gente faz, nós somos mulheres e feministas, não feministas porque somos mulheres, mas somos mulheres feministas, como tem homens feministas também"*. A *rapper* faz uma distinção entre ser feminista e ser mulher, e abriu uma discussão polêmica entre as próprias feministas que gira em torno dos homens feministas.

Pode haver homens feministas e mulheres machistas? Para Cidinha, *"o machismo é uma coisa que já está tão arraigada na sociedade que até uma mulher pode ser machista"*. O *Hip Hop* reconhece que este sistema de valores "machista" pode ser al-

13 As jovens questionam e ampliam quem é/pode ser feminista ou machista para além de ser mulher ou homem.

terado diante de uma meta que objetiva uma (re)educação para homens e mulheres. Essa é a preocupação em manter o *Hip Hop* como compromisso de transformação social apontando para uma postura diferenciada do *Hip Hop* em relação ao que (re)produz discriminações e que está "vendido na mídia". Este "*Hip Hop* feminista" seria possível de educar homens para o feminismo.

Contudo, estas são algumas das questões encontradas nesta pesquisa que buscou reconhecer as convenções de gênero e feminismo inseridas no movimento *Hip Hop* soteropolitano a partir da perspectiva das jovens militantes. A seguir, apresentamos as breves considerações finais.

## *Considerações Finais*

O movimento de mulheres *hip hoppers* soteropolitano esteve no centro desta pesquisa que investigou as convenções de gênero e feminismos neste movimento social. Voz dos discriminados por denunciar as desigualdades sociais em torno das realidades dos grupos de jovens negros pelo mundo, o *Hip Hop* também contesta as convenções de gênero em torno do masculino e feminino ao que se transformam em um instrumento de luta e espaço de atuação das mulheres.

A militância destas jovens foi analisada a partir do questionamento de que estas reforçavam ou ressignificam as convenções de gênero no *Hip Hop*. O objetivo foi o de compreender as convenções de gênero presentes no *Hip Hop* segundo formulação das interlocutoras, o que era *coisa de menina e coisa de menino no Hip Hop*. Buscou-se compreender e analisar o contexto em que estas jovens entraram em contato com o *Hip Hop*, bem como as motivações e oportunidades para sua inserção neste movimento. Investigou-se os elementos e atributos que qualificam o *Hip Hop* como um movimento de contestação social, refletindo se este é

capaz de contestar as convenções de gênero, além de identificar estas convenções dentro do próprio movimento.

As lições dadas pelo movimento feminista em relação ao combate às desigualdades que afligiram as mulheres fomentou uma apropriação acerca deste pensamento, que configurou as concepções de feminismo que estão sendo (re)produzidas na prática política das jovens mulheres militantes do Movimento hip hop soteropolitano. Entre os desafios alcançados e em contínuo embate dentro da militância no *Hip Hop*, esta juventude sabe que esta é uma luta constante contra as discriminações, em suas várias faces.

Contudo, o que estas jovens têm construído como "*Hip Hop* feminista" une movimentos feministas e de mulheres, movimentos negros e movimentos jovens, e se constituí um instrumento possível para contribuir com esta transformação social por ser contestatório das desigualdades, especialmente em relação às mulheres.

## *Referências*


ALVAREZ, Sônia E. Feminismos latino-americanos. *Revista de Estudos Feministas,* Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.

BARROS, Zelinda. *Casais inter-raciais e suas representações acerca de "raça"*. Salvador: EGBA; Fundação Pedro Calmon, 2007.

BONETTI, Alinne L. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 20, p. 177, 2003.

BONETTI, Alinne L. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem:* uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista do Recife — PE. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

BONETTI, Alinne L.; FONTOURA, Natália O.; MARINS, Elizabeth. Sujeito de Direitos? Cidadania feminina nos vinte anos do Constituição Cidadã. *Políticas Sociais*, v. 3, n. 17, p. 199-257, 2009.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia M. B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994, v. 1.

DAGNINO, Evelina. *Os anos 90:* política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina; ALVAREZ, Sonia. E.; ESCOBAR, Arturo. (Org.). Um novo conceito do cultural nas pesquisas sobre movimentos sociais latino-americanos. In: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos:* Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 17-57, v. 1.

FREIRE, Rebeca Sobral. *Participação política das mulheres jovens:* hip hop e (novo) movimento social em Salvador (1996-2009). 2010. 95 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) — Departamento de Ciência Política, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2010.

FREIRE, Rebeca Sobral. *Hip Hop feminista?:* Convenções de Gênero e Feminismos no movimento Hip Hop soteropolitano. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.) *Pesquisa qualitativa com texto:* imagem e som - um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Cap. 3.

GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. Relações de gênero e rock`n`roll: um estudo sobre as bandas femininas de Florianópolis. In: PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO 3., 2008, Brasília, DF. *Anais...* Redações e artigos científicos vencedores. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, v. 1, p. 07-41 , jan./jun. 1995.

MARTINS, Fernanda Souza. *Rap*, juventude e identidade. In: SOUSA, José Geraldo de et al. *Educando para os direitos humanos*: pautas pedagógicas para a cidadania na Universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

MATSUNAGA, P. S. As representações sociais da mulher no movimento hip hop. *Revista Psicologia e Sociedade,* Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 108-116, jan./abr. 2008.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Relação de mercado e trabalho social no hip-hop. Caderno do CEAS, Salvador, n. #223, p. 47-58, n. 223, jul./set. 2006.

MORAES NETO, Valfrido. *A ressignificação dos elementos do movimento hip hop na cidade de Salvador*. 2006. 110 f. Monografia (Bacharelado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

NORONHA, Fernanda. Onde estão as *b-girls*? A pesquisa antropológica numa roda de *break*. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. cap. 6.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil:* clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. *Movimento hip hop:* educação em quatro elementos. 2007. 77 f. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência: uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Org.). Feminismo, ciência e tecnologia. Salvador: NEIM, 2002. (Coleção Bahianas, n. 8).

SILVA, Maria Aparecida da. O *rap* das meninas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 515-524, 1995.

SOUZA, Angela Maria. *O movimento do rap em Florianópolis:* a ilha da magia é só da ponte para lá! 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado:* pedagogias da sexualidade. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELLER, Wivian. A construção de identidade através do hip hop: uma analise comparativa entre *rappers* negros em São Paulo e *rappers* turnos-alemães em Berlim. *Cadernos CRH,* Salvador, v. 13, n. 32, p. 213-232, jan./jun. 2000.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-126, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a08v13n1.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2009.

# RASTREANDO O FEMININO, ROMPENDO SILÊNCIOS *"queixas" e "cenas" de violência contra a mulher em Conceição do Coité-BA (1980-1990)*[1]

Zuleide Paiva da Silva
Cecília Maria Bacellar Sardenberg

## *Introdução*

Vivemos em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, onde o fenômeno da violência pode ser encontrado a todo o momento, em todos os espaços, como um vírus que contamina as pessoas e produz a cada dia mais vítimas, a violência é (re)produzida de diferentes formas, sendo a Violência Contra a Mulher (VCM) uma das suas expressões mais cruéis, a que mata mulheres e causa males terríveis em toda a família.[2]

1 Título do quarto capítulo da dissertação: *Conceição do Coité em "quadrado": retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)*, orientada pela professora Cecília Maria Bacellar Sardenberg, defendida em julho/2010.

2 O caráter endêmico da violência contra a mulher pode ser encontrado nos trabalhos *Violência de gênero: poder e impotência*, de H. Saffioti e Suely Almeida (1995) e *Unidos contra a violência*

O *Mapa da Violência 2010*, realizado pelo Instituto Sangari, com dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), nos anos de 1997 a 2007, mostra que, no período analisado, 10 mulheres morreram vítimas de homicídio no Brasil, o que é um índice de 4,2 assassinatos por 100 mil habitantes. (WAISELFISZ, 2010) As taxas de assassinatos femininos no Brasil são mais altas do que da maioria dos países europeus, em que os índices não ultrapassam 0,5 por 100 mil habitantes. A Bahia, segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ocupa o segundo lugar no ranking de atendimentos do Ligue 180, serviço nacional que presta informações e recebe relatos de violência contra as mulheres. De janeiro a outubro de 2011, foram registrados 53.850 atendimentos envolvendo mulheres baianas. O estado só perde em números para São Paulo, que lidera o ranking do Ligue 180, com 77.189 casos. Em 72% das situações registradas na Bahia, os agressores são os cônjuges das vítimas. Para Vera Lúcia Barbosa, a Secretária de Política para Mulheres, "é preciso mudar a cultura machista baiana". (MARQUES, 2012)

Enquanto não mudamos a cultura machista, a violência impetrada contra as mulheres negras, brancas e de todas as etnias tem múltiplas faces. Uma delas tem sido invisibilizada, tanto pelo gênero como pela raça. Este é o caso da lesbofobia,[3] entendida como uma das manifestações da fobia que se revela quando se toma as diferenças de orientação sexual entre as pessoas como fonte de preconceito e de discriminação. (SANTOS, S., 2005)

---

(2005), de Mércia Carréra de Medeiros, nos quais as autoras discutem, respectivamente, sobre o quadro epidemiológico do fenômeno e a necessidade de "divulgar o problema com o intuito de reconhecer sua gravidade, tentar prevenir, denunciar e deter o quanto antes o vírus da violência contra a mulher". (MEDEIROS, 2005, p. 103)

3 A lesbofobia caracteriza-se por toda a ordem de violência física, psicológica e simbólica cometida contra mulheres que vivenciam uma relação afetivo-sexual com outras mulheres.

A prática de violência contra pessoas LGBTT[4] avança pelas ruas, praças, casas, religiões, profissões, instituições, incluindo o Estado, silenciada frente à ausência de direitos desse segmento. Homens e mulheres no seu cotidiano também cometem discriminação quando debocham, ridicularizam, disseminam piadas preconceituosas, ou até mesmo agridem, chegando a casos extremos de linchamento e homicídios que se traduzem em uma das formas de "crimes de ódio". Os crimes de ódio, diz Silvana Santos (2005), revelam a ausência de regras civilizatórias e o funcionamento de uma espécie de "Estado paralelo" que julga, condena e executa sumariamente homens e mulheres. No caso dos crimes de ódio contra os segmentos LGBTT, eles são patrocinados por uma sociedade homofóbica que atribui pena capital pelo fato desses indivíduos orientarem sua vida sexual fora dos padrões da heteronormatividade.[5] (SANTOS, S., 2005)

A lesbofobia e todas as formas da violência de gênero revelam a fragilidade das relações humanas, responsável pela promoção e pela materialidade da manutenção de uma organização social de gênero terrivelmente iníqua, onde as diferenças são transformadas em desigualdades produtoras e mantenedoras da VCM. Essa fragilidade das relações humanas também faz da VCM um espetáculo da sociedade da informação, onde atuamos, conectados, plugados em diferentes redes sociais, ora como protagonistas, agentes diretos da VCM, ora como coadjuvantes, nos indignando, denunciando, intervindo, ou mesmo assistindo e nos calando,

4 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros. Ver Facchini (2005), que discute os movimentos homossexuais e a produção de identidades coletiva.

5 A heteronormatividade é compreendida como uma norma social regulatória. A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as o obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e fundamento da sociedade. Os estudos revelam heteronormatividade como algo que marca toda a sociedade. O termo é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade. Seu objetivo é criar sujeitos heterossexuais ou organizar a vida humana a partir do modelo heterossexual, que é supostamente natural e superior. (MISKOLCI, [2010?])

como fazemos diante de imagens que transformam as mulheres e seus corpos em "coisas" que não importam àqueles que assistem.

Porém, apesar de afetar a qualidade de vida das mulheres, de gerar insegurança e medo, além de sofrimentos físicos, mentais, sexuais, coerções e outras formas de privação do direito à liberdade, os organismos internacionais somente começaram a se mobilizar de forma mais efetiva contra esse tipo de violência depois de 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o "Dia Internacional da Mulher". A partir dessa data, as mulheres, em especial as feministas, fizeram emergir as dores da violência até então caladas no corpo, tornando público aquilo que era privado. Desde então, a questão da VCM tomou novos rumos, tornou-se questão de saúde pública, uma violação dos Direitos Humanos e objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento.

Um levantamento detalhado de trabalhos produzidos no âmbito acadêmico no Brasil, no período de 1975 a 2005 sobre a VCM, foi realizado pela pesquisadora Miriam Grossi (2006), que reuniu 286 trabalhos em diferentes áreas. A maior parte dessa produção acadêmica analisada dialoga com as lutas feministas, configurando um movimento de mão dupla, isto é, "sendo influenciada por elas e, ao mesmo tempo, sendo capaz de influenciá-las". (GROSSI, 2006, p. 20) Quanto às matrizes explicativas que conduzem esses trabalhos, Grossi pontua que, no início dos anos 90, quando havia ainda poucos estudos empíricos sobre o tema, por mais diversificados que fossem esses estudos, aqueles que vieram a se constituir como referências sobre a temática pareciam remeter a dois grandes paradigmas teóricos: um centrado no patriarcado,[6] que tem

6 Sobre o patriarcado ver Pateman (1993) e Saffioti (2004). Em conjunto essas autoras apresentam o patriarcado como único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens têm sobre as mulheres pelo simples fato de serem homens. Porém existem argumentos contra o seu uso, mas Saffioti, assim como Pateman, recusam-nos.

H. Saffioti (1992) como expoente, outro centrado no relativismo,[7] cujo expoente é Maria Filomena Gregori (1992).

Influenciada pelas autoras do patriarcado, mas atenta às autoras do relativismo, iniciei em julho de 2008 uma pesquisa quanti-qualitativa nos "Livros de Queixa" da Delegacia de Conceição do Coité. Após aproximadamente 7 meses, o levantamento total foi realizado em 16 livros, registrado um total de aproximadamente 5.647 denúncias de diferentes tipos de crimes: roubo de animal, de documento, arrombamento de casa, brigas de homens, de mulheres, assaltos, homicídios, entre tantos outros. Desse total, 647 foram protagonizadas por mulheres e meninas em situação de violência.

Compreendendo a VCM como uma violação dos direitos humanos, "Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994 apud PANDJIARJIAN, 2006, p. 85), sem, contudo, negar a noção de VCM como uma cena, um espetáculo produzido e difundido por diferentes canais de comunicação,[8] os dados obtidos foram sistematizados, analisados e apresentados como uma cartografia, constituída dos seguintes elementos: a) área de maior incidência do fenômeno; b) perfil dos(as) protagonistas das cenas de violência ("queixosa" e "queixado(a)"); c) responsáveis pela denúncia; d) tipologia da violência denunciada.

7 O paradigma do relativismo concebe a violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é "vítima" senão "cúmplice". Nessa perspectiva, a VCM é apreendida como parte da relação afetivo/conjugal. (GROSSI, 1998)

8 Pensar a violência de gênero contra a mulher como uma cena significa levar em conta o campo discursivo, de onde emerge a dominação–exploração–racismo–sexismo como um único fenômeno apresentando múltiplas faces, que se misturam, se encaixam, se (re)produzem e se difundem, criando limites e significados linguísticos com implicações no corpo material, isto é, criando realidades. Tomo de empréstimo, a noção de corpo como veículo de transmissão do acervo cultural acumulado. (SAFFIOTI, 2008) Nessa perspectiva a sexuação dos corpos não se dá pela anatomia, mas pelo enquadramento em uma ordem social androcêntrica e heterossexual.

Reconhecendo os limites da referida pesquisa, o propósito deste artigo é apresentar "retratos" da VCM em Conceição do Coité no período analisado.

## *A "queixa", a "cena" e a sub-notificação: algumas considerações*

As denúncias são identificadas na delegacia de Conceição do Coité como "Queixas", depoimentos de uma "queixosa" ou de um "queixoso" que registra um infortúnio. Na perspectiva de Gregori (1992, p. 186), a queixa é uma fala referente que expõe um contexto mediante fatos descritos, buscando mostrar que o sujeito que se queixa é isento de culpa. Nesse sentido, importa "[...] a eloquência, o talento do narrador em persuadir, convencer, deleitar ou comover por meio da palavra". Assim pensada, a denúncia/queixa é uma narrativa em que a pessoa que sofre algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima.

Concordando com Gregori (1992), mas fazendo uma ressalva, a perspectiva aqui em pauta tira da mulher que denuncia seus agressores(as) a condição de "vítima", como o faz referido autor, e a coloca na posição de agente de ruptura do ciclo da violência, que quase sempre começa com ameaças e termina com agressões e/ou homicídio. Sob esta ótica, a denúncia/queixa é uma estratégia de sobrevivência, um ato performático de sobreposição da agência do "eu vitimado", representado pela mulher que denuncia a violência vivida em seu próprio corpo. Em outras palavras, a denúncia é um ato de coragem, uma atitude que promove, mas não garante, o "game over" da violência, que é praticado em etapas, através de um conjunto de "cenas" que compõem o ciclo da

violência. O fim do jogo exige intervenção que passa, necessariamente, pelo empoderamento feminino.[9]

A ruptura do ciclo da VCM não é algo simples, ou fácil, mesmo para as mulheres "empoderadas" que se constituem sujeitos da sua própria história e tomam a atitude de denunciar seus agressores ou agressoras. A experiência e os estudos sobre a VCM revelam que é comum, mas não natural, que as mulheres sintam dificuldades para falar sobre as violências que sofreram/sofrem. O medo, a vergonha e mesmo a culpa, além do nível de informação da sociedade e do acesso que a mesma tem à informação, em especial à informação cidadã, quase sempre contribuem para a subnotificação de violências marcadas em corpos femininos. Assim sendo, é possível dizer que as 647 queixas registradas no período em questão, sendo 143 na década de 80, e 504 na década de 90, não refletem a realidade da VCM em Conceição do Coité – BA.

## O "queixado" e a "queixada": agentes da cena

Os espaços privados, historicamente definidos como "o lugar das mulheres", assim como os espaços públicos, reservados aos homens, definem os cenários da VCM na zona urbana e também na zona rural[10] de Conceição do Coité. A área de maior incidência, com mais de 60% das cenas analisadas, foi a zona urbana, o que não significa que a zona rural seja menos violenta em relação às

9 O empoderamento feminino é aqui interpretado como "[...] a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres como gênero". (COSTA, 2005, p. 7) Na visão feminista de empoderamento, uma pessoa não empodera a outra, pois o empoderamento feminino exige a consciência crítica e a autonomia da mulher para agir, reagir e transformar as estruturas que lhe oprimem.

10 Levando em conta as palavras do responsável pela invenção do nordeste citadas acima, utilizei o endereço da mulher protagonista da cena, a que sofreu a violência denunciada, para definir o sentido das categorias "urbana" e "rural". Sem entrar na discussão da geografia ou mesmo da história, o sentido aqui atribuído é dado pelos sujeitos que vivem e constroem o lugar, ou seja, homens e mulheres com os quais dialoguei durante o processo da pesquisa e pela minha própria experiência como moradora/eleitora da zona urbana de Conceição do Coité – BA. Assim, a categoria zona urbana compreende a sede, os bairros centrais e periféricos da cidade, e a categoria zona rural compreende o seu entorno, formado pelo distrito de Salgadália e pelos povoados.

mulheres, principalmente se levarmos em conta as dificuldades específicas das moradoras da zona rural para formalizar uma denúncia na delegacia de Conceição do Coité, ação que exige uma logística nem sempre acessível para uma mulher em situação de violência.

Conceição do Coité, como lugar de produção de VCM, tanto na zona rural como na zona urbana, é marcador que condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento que a constrói, funcionando como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Nessa perspectiva, o espaço da violência é compreendido como eixo de subordinação na construção do sujeito que a pratica e vivencia.

O pertencimento de Conceição do Coité a um Território de Identidade evidencia marcadores sociais estigmatizantes do espaço e constrói uma violência comum a toda a sua população, cujo efeito é especialmente sentido pela massa de homens e mulheres pobres, brancos e negros, analfabetos, ou com baixa escolaridade, que buscam a vida em grandes centros urbanos, como o fizeram as levas de trabalhadores rurais, fugindo das secas que castigaram sertanejos e sertanejas da região sisaleira do nordeste baiano. Essa violência é definida por Albuquerque Júnior (2007) como "preconceito de lugar".[11]

Os diversos preconceitos que constroem e estigmatizam tanto as mulheres como os homens de Conceição do Coité, carecem de investigação. Mas as imagens difundidas por Euclides da Cunha (2002) de sertanejos, especialmente das sertanejas, ainda se fazem presentes no imaginário social como insumos para preconceitos,

11 O preconceito, quanto à origem geográfica, é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vida, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso, mais poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 11)

uma vez que o sujeito é produzido pela linguagem, que institui o real, e o estereótipo é a deformação do real.[12]

Muito embora as queixas analisadas não permitam construir uma imagem física ou psicológica dos protagonistas das cenas de violências analisadas, é possível afirmar que o movimento por um Sertão mais justo[13] ressignificou a imagem da sertaneja e construiu mulheres de "fibra e resistência". Essa nova imagem é norteadora do esboço de um perfil aqui traçado das mulheres que romperam o silêncio em torno da VCM, em Conceição do Coité. Por sua vez, a imagem do agressor da violência denunciada, diante do meu olhar estrangeiro, marcado pelos meus próprios preconceitos de lugar e experiências, se encaixa na imagem de "macho" construída por Albuquerque Júnior (2006).[14]

A ação do "macho", enquanto agressor de mulher em Conceição do Coité, é individual e também grupal, pois os machos constituem bandos que atacam mulheres em diferentes espaços, públicos e privados. O sexo do macho é masculino e também feminino, pois o "macho" está no plano das ideias, é um conceito que dá forma ao ser que, independente do sexo, assimila o princípio que o constrói.

12 Contrapondo-se ao discurso de Cunha (2002), que constrói imagens de sertanejas medonhas, repulsivas, bruxas, megeras e esquálidas, extravasando nessas imagens sua aversão às figuras femininas (COSTA; ARAS, 2001), Albuquerque Júnior (2003), ao falar da invenção do falo, ressalta que a mulher sertaneja ainda é vista como "lutadora e honesta", seja rica ou, seja, pobre, "cheia de filhos", que ela cuida com amor e carinho. O autor também ressalta que a mulher sertaneja "provê as necessidades domésticas, trabalha nas pequenas indústrias caseiras e é poderosa auxiliar nos serviços do marido, compatíveis com o sexo, substituindo-o em caso de necessidade, na direção dos negócios e nos trabalhos reclamados". (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 24)

13 Liderado por mulheres de 14 municípios do Território do Sisal.

14 Na perspectiva de Albuquerque Júnior (2006), um macho que se preze é agressivo na vida e com as pessoas, se caracteriza pela vontade de poder, de domínio, exige subordinados e subordinações, notadamente das mulheres. Um macho não deixa transparecer publicamente suas emoções e, acima de tudo, não chora, não demonstra franquezas, vacilações, incertezas. Um macho tem opiniões firmes e incontestáveis, tem uma só palavra, não aceita ser contrariado ou contestado, notadamente por mulheres. Um macho não adoece, não tem fragilidades nem físicas, nem emocionais, frescuras. Um macho sempre sabe o que faz, aonde quer chegar e ai daquele que se colocar em seu caminho. Um macho é um ser competitivo, está sempre disputando com outros machos a posse das coisas e das pessoas. Um macho é objetivo, racional, até frio e cruel, calculista, não se deixando levar por sentimentos. Um macho é desleixado, sem vaidade, é um homem natura.

Os "machos" agressores são identificados nas queixas como "o queixado" e a "queixada". De acordo com Saffioti (1995, p. 32), o "[...] gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas". Nessa perspectiva, com a qual concordo, entendendo que a referida gramática é construída por uma sociedade racializada e heterossexualizada, são os homens que na vida cotidiana fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa, caracterizando assim o falocentrismo da sociedade, que torna os homens os principais agressores das mulheres.

A presença de mulheres na condição de agressoras evidencia que homens e mulheres se agridem e isso confirma a violência como um fenômeno plural, sem o determinismo de mão única que atribui ao homem o papel de agressor e à mulher a condição de vítima exclusiva dos homens. Essa noção reforça a construção da VCM como um elemento constitutivo da ordem falocrática que constrói a supremacia do homem branco, adulto e heterossexual. Sob esse olhar, a mulher agressora de outra mulher é compreendida como uma reprodutora da referida ordem, um agente do "pensamento hetero",[15] que escraviza as mulheres.

No que diz respeito à idade, ao estado civil e à procedência desses sujeitos, é grande o silêncio da fonte; nenhuma delas traz esse tipo de informação, o que inviabiliza a tentativa de construção de um contorno do perfil desses sujeitos.

15 O "pensamento hetero" é apresentado por M. Wittig (1980) como um fenômeno que divide a sociedade entre homens e mulheres, faz da linguagem um forte instrumento de dominação dos sistemas teóricos modernos e das ciências sociais. A partir da linguagem, que produz, reproduz e difunde discursos que se interpenetram, reforçam-se, auto-originam-se e dão origem uns aos outros, a sociedade heterossexual é fundamentada pelo "pensamento hetero". Nessa perspectiva, é o discurso que homogeneíza os sujeitos e produz uma leitura científica da realidade social, tomando por certo que a base de qualquer sociedade é a heterossexualidade.

## O grupo: o "queixado" e a "queixada" em ação

Homens e mulheres agressores agiram sozinhos e também em grupo, diferem entre si na quantidade de elementos e na composição, em conjunto, eles produziram 10% das cenas analisadas.

A psicóloga social Natália Costa (2009), ao analisar a violência de grupos, ressalta que a influência desses sobre os indivíduos está relacionada ao grau de esclarecimento. Por isso, diz a autora, é importante não estigmatizar os grupos, e sim criar uma consciência. O grau de instrução dos(as) agressores(as) não é informado nas queixas. Mas, levando em conta os 3% das queixas que informam a profissão dos(as) agressores(as) e o contexto socioeconômico e político de Conceição do Coité, é possível pensar que, no geral, esses grupos têm baixa escolaridade, o que compromete o seu grau de esclarecimento e compreensão do mundo que os circunda.

Uma das mulheres que conheceu a fúria dos grupos foi Judite,[16] 19 anos, moradora da zona urbana. Os dados referentes à sua escolaridade, estado civil e profissão não foram informados na queixa, por ela mesma registrada.[17] A "cena" de VCM por ela vivenciada foi protagonizada por um grupo misto, formado por 4 mulheres e um homem. As mulheres envolvidas fazem parte de um mesmo grupo familiar: uma mãe e suas três filhas. O homem é um conhecido da família, provavelmente alguém contratado.

A história narrada por Judite pode ser assim descrita: (cena 1) Judite conhecia suas algozes, já havia emprestado roupa para uma delas, o que revela uma certa intimidade entre as protagonistas. No dia 02/08/95, por volta das 20:00h, uma das irmãs agressoras foi à casa de Judite e a chamou para devolver as roupas que Judite havia emprestado. Sem saber que esse "convite" era uma cilada quase assassina, Judite acompanhou a suposta amiga até sua casa.

16 Todos os nomes de "queixosas" aqui citados são fictícios.

17 Livro Queixa 01/95. Queixa n. 350/95. Arquivo Depol/Conceição do Coité – BA.

No caminho, porém, um carro se aproximou das duas. Dentro do carro estava um homem desconhecido de Judite acompanhado das outras mulheres envolvidas. Com a ajuda do homem, as agressoras "pegaram a queixosa à força" e a jogaram dentro do carro, a "amordaçaram com pano com éter e amarraram os seus pulsos e tornozelos com uma corda de nylon, passando daí a espancar a queixosa, inclusive cortando-lhe os cabelos". O carro seguiu para um matagal. O grupo jogou pimenta no rosto, na boca, nas pernas e na vagina de Judite. As mulheres estavam armadas com "revolver, tesoura e faca e um fio de energia". As agressoras "seguraram" Judite para que o homem a estuprasse. Depois da sessão de tortura, uma das agressoras, a que foi à casa de Judite, "exigiu que a queixosa fosse embora da cidade", pois a mataria se tornasse a vê-la.

O desfecho desse caso, a história não conta. Mas ele é emblemático, pois, além da crueldade cometida por mulheres, revela dois tipos de violência relacionados à sexualidade: a tosquia e o estupro.

A tosquia, a princípio, é uma questão de pilosidade e esta marca a diferença entre os sexos. O ato de cobrir, mostrar, prender, cortar, pintar, escovar, pentear os cabelos é objeto de convenções, de distinção, de moda, de sedução. Os cabelos tanto aprisionam como libertam as mulheres. É símbolo de beleza, autoestima, sedução. Nessa perspectiva, a tosquia sofrida por Judite é uma violência associada à sexualidade feminina, pois tosquiar uma mulher é comprometer a sua imagem, sua beleza, seu poder de sedução. A tosquia também é humilhação que vem de longas datas. Segundo Perrot (2007), é sinal de ignomínia imposto aos vencidos, aos prisioneiros, aos escravos.

O estupro, de uma maneira genérica, é entendido como uma violência sexual baseada no gênero, cuja origem está na assimetria de poder existente entre homens e mulheres, com maior ou menor intensidade. Na época em que Judite foi estuprada, esse crime

era definido pelo Código Penal como ato de constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Por "conjunção carnal" entende-se o coito vaginal, completo ou não, com ou sem ejaculação. De acordo com esse conceito, somente homens poderiam ser o sujeito direto e somente a mulher poderia ser o sujeito passivo do crime. Mas a Lei mudou. Hoje o estupro é entendido como um crime hediondo, que implica "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". (BRASIL, 2010, p. 43)

De acordo com Teixeira e Grossi (2000), apesar de todas as mulheres serem potencialmente vítimas desse tipo de crime, as jovens, como Judite, correm maior risco de serem estupradas.

## *Outras tantas faces da violência contra a mulher (VCM) em Conceição do Coité-BA*[18]

A violência apresentada na cena 1, protagonizada por Judite, é um tipo de "violência sexual, entendida como

> [...] ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. (LEI... )

Esse tipo de violência representa 8,5% das VCM denunciadas. O estupro consumado representa 40% do universo de crimes sexuais, a sedução representa 18%, a ameaça e a tentativa de estupro, 27%, o abuso sexual 13% e o atentado violento ao pudor

18 Todas as tipologias, ou faces da violência contra as mulheres aqui indicadas foram categorizadas tendo como referência o Portal da violência contra a mulher. (LEI...)

representa 2%. Onde foi possível identificar a idade das mulheres estupradas, observamos que 88% delas tinham idade entre 10 e 26 anos, o que corrobora com a noção de que as mulheres mais jovens estão mais propensas a esse tipo de violência.

Além da violência sexual, a personagem aqui citada sofreu violência física, entendida como "ação ou omissão que coloque em risco ou cause danos à integridade física de uma pessoa". (LEI...) A violência sexual seguida de violência física representa 29% das cenas denunciadas. Enquanto categoria, a violência física é formada por lesão corporal e tentativa de agressão/assassinato.

A violência física está presente em todas, ou quase todas, as cenas de violências analisadas. Uma dessas foi vivida em praça pública por Jane (cena 2), que contou com o seu irmão para denunciar a violência por ela sofrida. O histórico da cena ressalta que o irmão da Jane, identificado apenas como "queixoso", denunciou um indivíduo que "agrediu fisicamente a sua irmã por parte de pai, na altura do rosto, chamando-a de "puta", "bregueira", "sapatona" e "sinônimos". Consta no histórico da cena que o queixoso, em defesa da sua irmã, deu um murro no "queixado", que foi levado pelo "policiamento", mas liberado instante depois. Após ter sido liberado, o agressor ameaçou de morte o queixoso e a sua irmã sapatona.[19]

Levando em conta o xingamento "sapatona", comumente usado para identificar uma mulher homossexual que assume performance masculina, afastando-se completamente das normas esperadas do comportamento do feminino, é possível dizer que o pano de fundo da cena de violência vivida por Jane é a lesbofobia, violência sofrida por mulheres homossexuais em função do seu gênero e da sua orientação sexual.

As teorias do século XIX que trataram a homossexualidade feminina, também chamada de lesbiandade, como doença passível

19 Livro de Queixa 03/1997. Queixa 734/97. Arquivo Depol / Conceição do Coité – Ba

de cura e tratamento, influenciaram os profissionais da ciência do início do século XX, que produziram como verdade a noção de que o relacionamento amoroso e a prática sexual entre mulheres são desvios sexuais, comportamento de pessoas doentes, perigosas, perversas, nocivas ao convívio social. (NOGUEIRA, 2008, p. 63) Até mesmo Beauvoir (1949), matriz teórica do pensamento feminista, via as lésbicas como seres invertidos, incompletos, irrealizados.

As verdades produzidas pelo androcentrismo[20] da ciência criaram imagens "[...] forjadas no cadinho dos enunciados do senso comum, cuja repetição criava a realidade: machonas, viragos, feiosas, mal amadas. Rebotalho da natureza, desprezadas ou detestadas pelos homens". (SWAIN, 2002)

A lesbofobia é o efeito desses discursos sobre o corpo e sobre a "alma" das lésbicas.

Que as lésbicas vivam a sua sexualidade em segredo, que não mostrem sua/nossa existência à sociedade, é o desejado pelo "pensamento hetero",[21] produtor de verdades e de silêncios que visibilizam, marginalizam, maltratam, agridem e matam as lésbicas, como o fizeram com Geane, 28 anos, negra, pobre, moradora da periferia, mãe, "sapatona", personagem da primeira cena de homicídio lesbofóbico registrado na história de Conceição do Coité.[22]

Se Jane era lésbica, se fazia sexo com mulheres e as amava como fazem as "sapatonas", a história dificilmente saberá. Jane é uma excluída da história. Dela, além do nome e da agressão sofri-

20 O androcentrismo é apresentado por Moreno Sarda (1987, p. 23) como "enfoque de um estudo, análise ou investigação a partir da perspectiva unicamente masculina, e utilização posterior dos resultados válidos para a generalização dos indivíduos, homens e mulheres [...]".

21 O "pensamento hetero" é apresentado por Monique Wittig (1980) como um conjunto de discursos produtores da heterossexualidade compulsória.

22 O assassinato de Geane foi cometido na periferia da zona urbana, pelo filho da sua companheira, um garoto de 10 anos. (ADOLESCENTE..., 2008)

da, lesão corporal, a queixa nada mais informa, fato que dificulta, ou mesmo impossibilita a sua identificação.

A lesão corporal é conceituada no art. 129 do *Código Penal Brasileiro*[23] como uma ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem. No geral, as cenas de violência física representam 63% das violências denunciadas. Deste total, 90% são referentes à lesão corporal e 10% à tentativa de agressão/assassinato. O xingamento caracteriza outro tipo de crime, a violência moral, definida no glossário do Portal da Violência contra as mulheres como "ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher". As cenas de violência física acompanhadas de violência moral representam 9% das queixas analisadas.

Uma das mulheres que conheceu os efeitos da violência moral através do dissabor do xingamento foi Celia, professora, moradora da zona urbana, cuja idade, escolaridade e estado civil não foram informadas. A queixa é sintética (cena 3): diz apenas que Célia compareceu ao:

> [...] complexo policial queixando-se que estava na secretaria da escola Professor Cezenando Gonçalves da Silva, quando Maria da Silva lhe agrediu com palavras de baixo calão – 'descarada', 'nigrinha' e outros.[24]

As palavras de "baixo calão" a queixa também não diz. Mas o termo "nigrinha", a princípio, sugere que Célia é uma mulher que apresenta fenótipos de mulher negra e que o pano de fundo dessa cena é o racismo naturalizado, invisibilizado pelo mito da democracia racial. Seguindo este raciocínio, a escola, evidenciada como local da cena, provavelmente o local de trabalho da professora Célia, confirma a noção da escola como local de produção do feminino, do masculino e das hierarquias entre os sexos e a raça,

23 Ver Greco, R. (2010).

24 Livro de Queixas de 1985 a 1988. Queixa n.28/87 de 15/09/1987. Arquivo Depol/Conceição do Coité.

fato que a torna um espaço privilegiado para a desconstrução do racismo e do sexismo. (CARDOSO; SILVA, 2009)

Se Célia é uma mulher negra, se a sua agressora era uma mulher branca, também não é possível afirmar, uma vez que a queixa por ela registrada, assim como todas as demais queixas analisadas, é silenciosa em relação ao quesito raça/etnia. A violência denunciada é identificada na queixa como "agressão moral", possivelmente em função das palavras de "baixo calão". Se foi motivado pelo racismo, também não é possível afirmar, apenas inferir. O fato é que a violência moral, categoria que compreende o xingamento, o desacato, a calúnia, representa 14% das violências denunciadas no período em questão. Desse total, 4% são acompanhadas de violência patrimonial e 11% de violência psicológica. Além das violências sexual, física e moral, encontramos registros de violência psicológica e patrimonial protagonizadas por mulheres.

A violência patrimonial, definida pelo glossário do Portal da Violência contra a mulher como "ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores", está presente em diferentes cenas de violência física e moral e psicológica. Apenas 0,1% das "queixas" analisadas referem-se exclusivamente a esse tipo de violência. É o caso da cena narrada por dona Márcia, 27 anos, moradora da zona urbana (cena 3) que, no dia 07/07/98 registrou queixa contra seu ex-marido/companheiro, por este ter invadido a sua casa e destruído o "aparelho de televisão, marca Sharp 14 polegadas".[25] Outra cena de violência patrimonial (cena 4), que envolve violência moral e psicológica, foi produzida por um ex-marido e sua ex-esposa, Maria, 24 anos, moradora da zona urbana, solteira, escolaridade não informada. O histórico da cena[26] mostra que há três meses o queixado, o ex-companheiro/marido,

25 Livro de Queixas 01/98. Queixa n. 434/98. Arquivo Depol/Conceição do Coité – BA.

26 Livro de Queixas 1993. Queixa n. 257/93. Arquivo Depol/Conceição do Coité – BA.

vinha "agredindo moral e fisicamente" a queixosa. Mas, no dia 12/07/93, além de "agredir moralmente", ele a ameaçou de agressão física e tentou levar o filho do casal de um ano e oito meses. Como não conseguiu, reteve consigo a certidão de nascimento da criança e fez ameaças de morte. Esta foi a única cena denunciada envolvendo retenção de documentos, as demais envolvem destruição de objetos. Excluindo os 3% de violência moral, que envolvem a violência patrimonial, os dados evidenciam 0,4% de violência patrimonial.

A violência psicológica, categoria aqui constituída pela ameaça, pela perseguição e pelo cárcere privado, é definida no mesmo "Portal da violência contra a mulher", como

> [...] ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal. (LEI...)

Esse tipo de violência representa 14% das queixas analisadas, sendo que as ameaças em geral (de agressão, de assassinato, de retenção/destruição de objetos/documentos) representam 98% das cenas, a perseguição 1% e o cárcere privado 1%.

A mulher que foi encarcerada é Eva (cena 5), 18 anos, moradora da zona rural, que pretendia separar-se do seu marido, mas este a prendeu em casa para evitar a separação. Quanto tempo durou o cárcere, a queixa registrada, em 20/11/97,[27] não informa.

## O agressor é um conhecido

Mesmo não fornecendo elementos necessários à tessitura de um perfil do agressor, os dados mostram que apenas 0,9% das queixas referem-se a agressores desconhecidos. Diante desse

27 Livro de Queixa 03/1997. Queixa n. 686/97. Arquivo Depol/Conceição de Coite – BA.

dado, sendo a queixa o depoimento/lamento das queixosas e se elas conheciam os agressores, por que as queixas são tão vazias de informações em relação a esses sujeitos? Esquecimento da queixosa, que no momento da denúncia, no calor das emoções deixou de informar ao agente policial os dados de identificação dos seus agressores? Ou, estaria por trás dessa omissão o mesmo princípio que rege os sistemas que têm como base a diferença e o reconhecimento do opressor como o referente, cujas marcas, nomeações são feitas a partir dele, não nele? Sob esse viés, o atendimento na delegacia se mostra inadequado e o registro da queixa materializa a violência produzida pelo próprio Estado.

O baixo percentual de agressores desconhecidos pode ser explicado pelo processo de socialização dos sujeitos. Por um lado, os homens são educados para dominar as mulheres, por outro, elas são socializadas para suspeitarem e se prevenirem dos desconhecidos, pois a aproximação com esses indivíduos, a princípio, é sempre um perigo.

Dentre as cenas de VCM cometidas pelos(as) "conhecidos(as)" da queixada, aproximadamente 40% são referentes à violências cometidas por membros da família da queixosa, que "[...] se aproveitam da confiança desfrutada junto às suas vítimas". (SAFFIOTI, 1995, p. 4) Esse dado reforça a noção da família como lócus privilegiado de produção da VCM. Vale ressaltar que a violência produzida por membros da família é aqui identificada como:

> Violência que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade-amigo ou amiga que more na mesma casa. (LEI...)

## A queixosa: breve perfil

Pouco é possível afirmar sobre o perfil das queixosas, pois é gritante o silêncio das fontes. Em relação à idade, os dados revelam um contínuo processo de violências na medida em que as mulheres vão "envelhecendo", evidenciando a incidência do delito entre os 20 e os 29 anos, período em que, geralmente, os casais heterossexuais se unem, por meios legais, religiosos ou não, dando início à vida doméstica/sexual e também às agressões domésticas, que culminam quando as mulheres chegam à idade entre os 30 e 49 anos.

Apenas 36% das queixas informam o estado civil das queixosas. Deste total, as "casadas/amasiadas"[28] são a maioria. Cruzando os dados relacionados à idade e à condição civil, observamos que, no universo das mulheres casadas/amasiadas, 4,3% delas tinha idade entre 14 e 20 anos; 12% entre 21 e 30 anos; 10% entre 30 a 40 anos; e 7% com idade entre 41 e 70 anos. Em 10% das cenas protagonizadas por mulheres casadas, não foi possível identificar a idade das mesmas.

Em relação ao grau de instrução e ao trabalho das queixosas, as poucas queixas que trazem informações dessa natureza identificam as mulheres como: analfabetas, semianalfabetas e alfabetizadas. Focando as mulheres casadas desse universo, os dados evidenciam que 66% delas era "empregada doméstica/ou do lar", (12%) estudantes, (10%) comerciárias. As demais foram identificadas como "auxiliar de escritório", "enfermeira", "professora" e "lavradora".

28 A expressão "casada ou amasiada" é aqui utilizada para indicar a existência de um homem que desempenha o papel de marido na vida da mulher em situação de violência, independente da forma de união do casal. Essa expressão foi construída a partir dos termos "casada" e "amasiada" encontrados em diferentes queixas. Vale dizer que a queixa n. 505/95, registrada no Livro 02/1997, por uma mulher cuja idade não é identificada, informa que a mesma era solteira, mas o histórico da queixa registra que a violência denunciada havia sido cometida pelo "marido" da queixosa. Essa informação evidencia uma contradição da fonte. Neste caso, o estado civil da "queixosa" foi aqui considerado "casada ou amasiada".

Quando compreendemos o processo educacional como necessário ao processo de emancipação e empoderamento do sujeito, os dados identificados na pesquisa evidenciam o nível de sujeição dessas mulheres – sendo a educação aqui compreendida como um instrumento estruturante, mas não exclusivo, do empoderamento feminino e, como tal, é elemento necessário à promoção da ruptura da violência. Desta maneira, a educação é elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e na aprendizagem. De uma forma geral, parte do desnível entre os indivíduos e entre as sociedades deve-se à desigualdade de oportunidade de acesso à informação e à educação, constituindo-se como uma violência.

Apesar da falta de indicadores raciais nas queixas analisadas, é possível afirmar que 0,6% as queixosas são negras. Essa afirmativa é construída a partir das informações referentes ao endereço das mesmas: Fazenda Maracujá, um povoado localizado na zona rural de Conceição do Coité, que é reconhecido como uma comunidade quilombola, apesar das terras em questão não serem oficialmente reconhecidas e tituladas como tal. É senso comum em Conceição do Coité a afirmativa de que os(as) moradores(as) do Maracujá são negros(as) que não se misturam, que vivem em estado de isolamento – o que reforça o meu reconhecimento/identificação das moradoras do Maracujá como mulheres negras.

A ausência de informação referente à questão racial corrobora o desbotamento os corpos em questão e invisibiliza o racismo vivenciado pelas mulheres negras de Conceição do Coité - BA.

Os dados aqui apresentados não permitem definição precisa do perfil das mulheres agredidas. Tampouco é essa a nossa intenção. Mas eles permitem afirmar que a violência de gênero no período e local analisados atingiu crianças e adolescentes, mulheres jovens, adultas e idosas, solteiras, casadas/amasiadas, viúvas e divorciadas. Atingiu mulheres negras e não negras, analfabetas

e semianalfabetas, pobres e remediadas.[29] Esse fato, porém, não sugere que a VCM seja um fenômeno "democrático", que atinge todas as mulheres de forma igual, pois os enlaces dos marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, dentre outros que não foram possíveis de serem identificados nas queixas analisadas, definem as múltiplas faces das violências sofridas em diferentes fases da vida das mulheres. Mas o fato da grande maioria ser analfabeta ou semianalfabeta, com profissões que oferecem baixa remuneração, aponta para a necessidade de um olhar especial dos(as) gestores(as) e responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres, devendo voltar-se para a questão da educação e da geração de renda como instrumentos potencialmente importantes para o processo de empoderamento das mulheres de Conceição do Coité e região.

## *Considerações finais*

Chegamos ao final deste rastreiamento da violência contra a mulher em Conceição do Coité - BA com a certeza de que foram "coletadas" fontes que dão pistas da situação de violência, de dominação-exploração, de homens e mulheres protagonistas das cenas aqui apresentadas, registradas. Reconhecemos que não foi utilizado todo o "pólen" coletado na construção deste produto final, isto é, deste "mosaico" em forma de dissertação. Não temos a pretensão de apresentar conclusões, uma vez que pesquisa em torno de um tema polêmico e desafiante como a violência contra a mulher, que envolve dor e subjetividade, faz emergir pensamentos e ações que vão além da tentativa de explicar o "real". Este trabalho, portanto, é inconcluso, um texto aberto à reescrita e a novas leituras de Conceição do Coité, uma cidade que carece de estudos feministas, quase sempre circunscritos aos centros urbanos.

29 Estou identificando como "remediadas" aquelas que, alfabetizadas, possuem uma profissão e/ou são proprietárias de bens imóveis.

Ao focar Conceição do Coité a partir da interseccionalidade de gênero e espaço, este trabalho apresenta uma possibilidade de ler, pensar e escrever a cidade e os seus fenômenos. O produto desta interseccionalidade é uma profusão de "quadrados" que se encaixam, colam uns aos outros, formando "blocos" anunciadores de sentidos, isto é, formando novos discursos sobre a cidade e sobre a violência contra a mulher cometida na e pela cidade.

## *Referências*


ADOLESCENTE mata padastro. *A Tarde,* Salvador, 14 abr. 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Moniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar livro*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Moniz de. *Nordestino*: uma invenção do falo. São Paulo: Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Moniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2., 2006. Salvador. *Anais...* Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/maquina_de_fazer_machos.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. v. 2.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Legislação da mulher*. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CARDOSO, Cláudia Póns; SILVA, Zuleide Paiva da. Escola como espaço gendrado, generificante e racializado: o debate alternativo das pedagocias feministas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL NORTE E NORDESTE, 19., 2009, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Salvador,[2005?]. Disponível em:<http://www.agende.org.br/docs/File/dados pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2009.

COSTA, Nathália . A violência dos grupos. *Revista O Viés*, 2009. Disponível em: < http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/debatefem08_mba_p.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2010.

COSTA, Walney da; ARAS, Lina Maria de B. de. Violência e papéis femininos em Canudos. In: SARDENBERG, Cecíclia Maria Barcelar; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina Maria de. B. *Fazendo Gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?*Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <http://www.garamond.com.br/arquivo/139.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2010.

GRECO, Rogério. *Código Penal Comentado*. Niterói: Editora Impetus, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas:* um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1992.

GROSSI, Miriam Pilar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 293-313.

GROSSI, Miriam Pillar; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes; MINELLA, Luzinete Simões. *Gênero e violência*: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

LEI Maria da Penha: você certamente já ouviu falar da lei Maria da Penha, mas quem é Maria da Penha? do que se trata essa lei? *Vivendo a Violência*. Disponível em: < http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/lei-maria-da-penha >. Acesso em: 20 mar. 2009.

MARQUES, Lílian. É preciso mudar cultura machista baiana, *dis secretária Lúcia Barbosa*. 2012. Disponível em: < http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/03/e-preciso-mudar-cultura-machista-baiana-diz-secretaria-lucia-barbosa.html>. Acesso em: 13 mar. 2011.

MEDEIROS, Mércia Carréra. Unidos contra a violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. (Org.) *Marcadas a ferro*: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para asa mulheres, 2005. p. 100-103.

MISKOLCI, Richard. *A teoria queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. [2010?]. Disponível em: ‹http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf› Acesso em: mar. 2012.

MORENO, Amparo. El arquétipo viril protagonista de la história: ejercicios de lectura no androcentrismo. In: MORENO, Amparo. *Cadernos inacabados*. Barcelona: La Sal, 1987. p. 17-68.

NOGUEIRA, Nadia. *Invenções de si em histórias de amor*: Lota Bishop. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

PANDJIARJIAN, Valéria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, Carmem Simone G.; MIRIM, Liz Andréia L.; SILVEIRA, Lenira Politano da. (Org.) *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005)*: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. 2006. Disponível em: ‹http://www.mulheres.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/25anos-completo.pdf›. Acesso em: 24 jan. 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. *Minhas histórias de mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina M. T.; SWAIN. Tania Navarro. *A Construção dos corpos:* perspectiva feminista. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 148-181.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira.; BRUSCHINI, Cristina. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I. B; ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe*, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005. Disponível em: ‹ http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf› Acesso em: fev. 2014.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. *O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual.* 2005. 546#f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SARDA, Amparo Moreno. El arquétipo viril protagonista de la história:ejercicios de lectura no androcentrismo. In: SARDA, Amparo Moreno. *Cadernos inacabados*. Barcelona: La Sal, 1987. p. 17–68.

TEIXEIRA, Analba Brazão; GROSSI, Míriam Pillar. (Org.) *Histórias para contar*: retratos da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade do Natal. Natal: Casa Renascer; Florianópolis: NIGS, 2000.

SWAIN, T. N. Feminismos e lesbianismo. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 1–2, jul./dez., 2002. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1 _2/femles.html>. Acesso em: 18 jul. 2009.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2010*. São Paulo: Sangari, 2010.

WITTIG, Monique. *La pensée straigh*: questions feminists. Paris: Tierce, 1980. n. 7.

# GÊNERO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
## *algumas reflexões sobre curso normal médio em Vitória da Conquista*

Greissy Leoncio Reis
Elizete Silva Passos

## *Aproximações ao conceito de formação de professor*

Neste trabalho aborda-se o conceito de formação de professor e sua imbricação com as questões de gênero, tomando como referência a micro realidade do curso normal médio do Instituto de Educação Euclides Dantas. Para tanto, inicialmente faremos uma discussão epistemológica em torno do conceito de formação de professor, sua origem e implicações políticas e ideológicas na práxis educativa. Num segundo momento, tentaremos apontar a estreita relação entre o processo de formação docente e a mudança da práxis educativa, no sentido de fomentar novos modos de pensar e agir em sala de aula que levem em consideração a perspectiva de gênero e seu projeto de construção de uma sociedade mais

justa e igualitária, sendo o professor o intelectual transformador giroux, (1997), que visa a construção de novas práticas educativas.

Para construir a categoria de intelectual transformador, Giroux (1997) baseia-se nos escritos de Antônio Gramsci (1982) que acreditava no papel fundamental do intelectual orgânico para a transformação social. Nesse sentido, o(a) professor(a) como intelectual transformador(a) é fundamental para a mudança educacional que aspiramos, bem como das obsoletas práticas educativas, presas ainda ao nocivo tradicionalismo tecnocrático, a ideologias androcêntricas e práticas sexistas.

A educação é uma ação que, desde os tempos mais remotos, visa à socialização dos seres humanos. Por meio do processo educativo, o ser biológico é socializado e, assim, adquire os traços culturais de humanidade, transformando-se em mulheres e homens adaptados. Como já evidenciou Simone de Beauvoir (1980), com sua célebre frase, "não se nasce mulher, torna-se mulher", fica notório o grau de responsabilidade da cultura e da educação no processo de "humanização do homem",[1] já que este não nasce pronto, havendo então a necessidade de formá-lo, de torná-lo cada vez mais humano. (SEVERINO, 2006, p. 621) Ainda conforme este autor:

> [...] a formação é processo do devir humano como devir humanizador mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa - é bom lembrar que o sentido dessa categoria envolve um complexo conjunto de dimensões que o verbo formar tenta expressar: constituir, compor, ordenar, fundar, criar, instruir-se, colocar-se ao lado de, desenvolver-se, dar-se um ser [...].

No que concerne à sua origem, a palavra *formação* se originou na língua alemã *bildung* (formação), no final do século XVIII. Esse

1 Termo genérico utilizado para se referir a homens e mulheres.

termo, segundo Bolle (1997), não encontrou equivalentes quanto ao seu significado em outras línguas, como o inglês e o francês, que desse conta de sua complexidade. Foi com o conceito de *formação*, na língua portuguesa, que o *Bildung* mais se assemelhou em complexidade e equivalência de significado. Trata-se de um conceito altamente complexo, com uma extrema aplicação nos campos pedagógico-educacional e da cultura, sendo imprescindível para a reflexão e a compreensão sobre o ser humano e a humanidade, sobre a ética, a criação, a sociedade e o Estado. Possuidor de uma bagagem ideológica significativa, o conceito de *bildung* somente passa a ser compreensível quando associado ao processo de evolução político-social da sociedade alemã. *Formação*, tal como *bildung*, é um conceito genuinamente histórico e, assim, o ser do espírito está vinculado "essencialmente" com a ideia da formação. (MACEDO, 2005)

Segundo Berbaum (1982 apud GARCIA, 1999, p. 20),

> [...] uma ação de formação corresponde a um conjunto de condutas, de interações entre formadores e formandos, que podem ter múltiplas finalidades, explícitas ou não, e com as quais existe uma intencionalidade de mudança.

Há também, uma sutil diferença entre educação e formação, pois "a educação é uma ação realizada a partir do exterior para contribuir com o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, referindo-se geralmente a sujeitos não adultos", diz Carlos Marcelo Garcia (1999, p. 18-19). Quanto à formação, os sujeitos adultos devem contribuir para o processo de sua própria formação a partir das representações e competências que já possuem. Assim a formação ajudaria os indivíduos a transformarem os acontecimentos que ocorrem em sua vida cotidiana, em experiências significativas, tendo em vista um projeto cultural e coletivo. Completa Garcia (1999, p. 21):

> Para que uma ação de formação ocorra, é preciso que se produzam mudanças através de uma intervenção na qual há participação consciente do formando e uma vontade clara do formador de atingir os objetivos explícitos.

Segundo Fabre (1995 apud COSTA E SILVA, 2000), torna-se relevante conceber a formação como conceito e prática, como ação ontológica, pois, na formação, é o próprio ser que está em causa na sua forma. A formação apela para uma enunciação, pelo próprio sujeito, de questões que ele representa como consubstanciadoras do seu projeto, do seu devir e que não pertencem, exclusivamente, ao domínio dos objetos exteriores com os quais estabelece relação, mas, fundamentalmente, ao domínio do ser, consigo próprio e com os outros, estabelecendo uma ligação estreita entre o ser e o fazer, o ser e o saber. (ALIN, 1996 apud COSTA E SILVA, 2000)

Sendo assim, Antônio Joaquim Severino (2006, p. 621) afirma, ainda, que

> [...] a ideia de formação é, pois, aquela do alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo, uma situação de plena humanidade.

Voltando a Macedo (2005), ele, além de destacar a autonomia, também chama a atenção para o princípio da corresponsabilidade formativa, como princípio político e ético, tanto no que se refere aos atores pedagógicos, aos saberes curriculares, quanto no que diz respeito às instituições, aos movimentos sociais, ou seja, à realidade concreta na qual esses sujeitos sociais estão imersos. Esse autor nos alerta para a necessidade de se construir um currículo de formação de professor(a) dentro dessa perspectiva de corresponsabilidade formativa. A formação docente possui uma dimensão de alta complexidade, não só por sua natureza, pois formar é algo complexo,

envolve tanto a dimensão de quem forma, professor(a) formador(a), como a de quem é formado, professor(a) em formação.

Ao levarmos em conta a dinâmica da corresponsabilidade formativa não correremos o risco de construir um currículo de formação desconectado da realidade concreta de formadores(as) e formandos(as). Em um processo dialógico, buscar-se-á a articulação entre teoria e prática, pois, segundo Giroux (1997), os programas de formação de professores(as) têm enfatizado, sobremaneira, o conhecimento técnico, levando assim a um esvaziamento teórico na formação desse docente o que acarretará um desenvolvimento de ações acríticas e práticas político-pedagógicas medíocres do ponto de vista teórico-crítico.

> Em vez de aprenderem a levantar questões acerca dos princípios que subjazem os diferentes métodos didáticos, técnicas de pesquisa e teorias da educação, os estudantes, com freqüência, preocupam-se em aprender o 'como fazer', 'o que funciona' ou o domínio da melhor maneira de ensinar um 'dado' corpo de conhecimento. (GIROUX, 1997, p. 159)

Essa perspectiva tecnocrática, metódica, se preocupa apenas com os aspectos práticos da formação, deixando de lado a reflexão sobre a ação, com o que promove um agir mecânico, sem reflexão, limitador da autonomia do(a) professor(a). Para se concretizar esse modo de formar, são oferecidos pelo poder constituído os chamados pacotes curriculares "à prova de professor(a)" que são pautados em princípios extremamente técnicos, nos quais o(a) professor(a) é visto(a) como mero(a) executor(a) de tarefas preconcebidas. (GIROUX, 1997)

Sobre essa tentativa de limitação da prática docente e o esvaziamento teórico do processo de formação de professor, Paulo Freire (1996, p. 114) salienta:

> A liberdade de mover-nos, de arriscar-nos vem sendo submetida a uma certa padronização de fórmulas, de maneira de ser,

> em relação às quais somos avaliados. [...] trata-se de uma asfixia realizada pelo poder invisível da domesticação alienante, que alcança a eficiência extraordinária, no que venho chamando de 'burocratização da mente'.

Os pacotes prontos, formas eficazes de controle curricular, são cada vez mais frequentes nas escolas, respondendo ao processo de "burocratização das mentes", ou seja, a tentativa de engessar a capacidade reflexiva do professor (a), com vistas ao controle absoluto da prática docente, a partir de pacotes pré-fabricados que minam a iniciativa e criatividade do professorado. Esse fato evidencia a lógica do controle capitalista e patriarcal que determina a instância dos(as) que pensam e a dos(as) que executam, limitando assim, a liberdade e a autonomia dos(as) professores(as) sobre as decisões de seu trabalho. Nesses pacotes há uma intencionalidade em instaurar, nas escolas, modos programados de pensar e de agir, tentando criar um modo de ser das instituições escolares por meio do controle curricular. (GIROUX, 1997)

Segundo Macedo (2005), se precisa manter uma postura crítica diante dos modismos sobre a formação do(a) professor(a). Há uma ingênua interpretação de que tudo o que é novo é, automaticamente, bom e inovador; mas, na verdade, o que se tem visto é uma ineficácia dessas medidas. Então, surge uma necessidade de se examinar, mais profundamente, propostas de mudança que se dizem melhores do que as tradicionais, principalmente, quando chegam às escolas para serem postas em prática.

Essas ações denotam uma crescente desvalorização do papel do(a) professor(a) e a limitação de seu âmbito de atuação no processo formativo, graças a um bombardeio de fórmulas de ensinar que desconsideram a capacidade reflexiva e autônoma do(a) professor(a) sobre sua prática de ensino. Macedo (2005) critica ainda a crescente valorização ou mesmo a substituição do(a) professor(a) reflexivo(a), pelos "golpes de marketing" do conhe-

cimento de fácil consumo. Nessa dinâmica, as competências do(a) professor(a) são relegadas a segundo plano.

A capacidade de reflexão docente sobre o fenômeno da aprendizagem não é considerada como algo central a esse tipo de formação, ao contrário, o centro das atenções da formação está na prática. Essa preocupação exacerbada com o método leva a um sentimento de angústia nos(as) professores(as), desmobilizando e entediando esses sujeitos criativos. Na maioria das vezes, esses métodos não levam em conta as experiências dos(as) professores(as) formadores(as) e dos(as) professores(as) em formação, assim como suas dificuldades, no sentido de estabelecer um ciclo de reflexões que promova a participação ativa desses sujeitos em todo o processo de formação; e, ainda, na contextualização do currículo, tendo em vista que são sujeitos sociais no mundo.

Assim, uma das maiores ameaças aos/às professores(as) das escolas públicas, tanto na atualidade quanto no futuro, é o desenvolvimento crescente de ideologias instrumentais que enfatizam uma abordagem tecnocrática para a sua preparação e também para a pedagogia de sala de aula. (GIROUX, 1997) Contudo, a formação como algo que visa à transformação do ser a partir de sua condição existencial, influenciada pelos condicionamentos histórico-sociais, não pode se imobilizar por uma perspectiva tecnocrática de educação. Além disso, se quisermos incluir as discussões de gênero no currículo, com vistas a promover uma educação mais democrática e comprometida com a igualdade social, precisamos romper com concepções e métodos de ensino e formação que contribuem com a burocratização das mentes e da prática dos(as) professores(as).

## *A formação de professor(a) e as questões de gênero*

Nos cursos de formação de professores(as), os/as estudantes somente têm conseguido assumir um papel crítico de intelectual transformador(a) muito tempo depois de sua formação. Segundo Giroux (1997), não é comum, nos atuais cursos de formação, o estímulo aos/às estudantes para que assumam uma postura intelectual comprometida com um projeto de emancipação social que reflita sobre as contradições sociais, sobre as questões políticas e econômicas e, muito menos, sobre as questões relativas às assimetrias de gênero. Os cursos têm visado mais a inclusão do contingente de estudantes no mercado de trabalho, o que significa dizer que não visa à transformação social, mas, ao contrário, com o processo de formação, busca-se adequar os(as) estudantes às atuais demandas do sistema capitalista.

Sendo assim, o encorajamento aos/às professores(as) para assumirem a função de intelectuais transformadores(as), constitui o primeiro passo da mudança e a reestruturação da natureza da atividade docente, visando tanto o questionamento das condições desiguais em termos de classe quanto de gênero, raça e etnia. Giroux (1997) reconhece no(a) professor(a) um(a) intelectual orgânico(a), fundamental para o desenvolvimento da educação e para a mudança da prática educativa, pois, esse é um trabalho intelectual que pode promover mudanças tanto no âmbito individual (mentalidade) quanto coletivo, por meio de práticas sociais que visem mudanças estruturais na sociedade.

> Os professores (as) como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que legitimam em sua atividade de ensino. (GIROUX, 1997, p. 163)

Na medida em que o (a) professor(a) se reconhece como um(a) intelectual, agente importante no processo de mudança de mentalidades e de práticas educativas, ele busca implementar, respaldado(a) nas teorias críticas de gênero, a desconstrução de toda prática repressora e discriminatória no contexto escolar. Como intelectual, buscará desenvolver suas atividades docentes com o objetivo de construir conhecimentos mais politizados, historicizados, no que se refere às questões de gênero, desvelando as ideologias sexistas presentes nos conteúdos disciplinares, nas metodologias, nas práticas de currículo que, durante muito tempo, a ingenuidade teórica contribuiu para que passassem despercebidas.

O(A) professor(a), ao assumir a postura de um intelectual transformador(a), pode fornecer a liderança moral, política e pedagógica para aqueles grupos que tomam como ponto de partida a análise crítica das condições de opressão sofridas por mulheres e homens, por sua condição de classe, de raça, de etnia e de gênero, desenvolvendo modos de resistência contra-hegemônicos nas suas práticas educativas.

> Os educadores progressistas de várias formações ideológicas precisam fazer das escolas centros de aprendizagem e propósitos democráticos. Os programas de formação de professores podem desempenhar um importante papel no fornecimento de lideranças necessárias para tornar as escolas responsivas à necessidade da democracia [...]. (GIROUX, 1997, p. 211)

Nesse sentido, a concretização de práticas inovadoras que promovam a equidade de gênero depende da articulação e organização política dos(as) docentes no enfrentamento de práticas discriminatórias e sexistas na escola. É preciso criar, de modo coletivo, uma contra-hegemonia que aponte para ações mais concretas e articuladas, visando a uma efetiva transformação. É necessário a implementação de verdadeiras reformas nas escolas,

que devem ser de cunho socialista e coletivo, visando combater qualquer tipo de violência, seja de gênero, raça, classe, etnia, ou homo/lesbo/transfóbica. Essa mudança radical nas práticas escolares somente será possível por meio da busca de aliados, da elaboração de uma ação política concreta e da alteração de práticas curriculares conservadoras.

O educador Paulo Freire (1996, p. 102-103) nos convoca a refletir um pouco mais sobre o papel do(a) professor(a) como agente de resistência, como agente contra-hegemônico e transformador.

> Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. [...] Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: miséria na fartura [...].

Assim como Freire, Apple (1989) também aposta na formação política dos(as) professores(as) como principal alternativa de reais mudanças na educação, pois é na dinâmica das relações pedagógicas cotidianas entre professores(as) e alunos(as) que são fomentadas novas visões de mundo, despertando nos(as) alunos(as) um olhar mais crítico para realidade, ensinando-os formas de intervir concretamente na realidade a que integram fora do espaço escolar. Precisamos, assim, "[...] continuar o lento e cuidadoso trabalho de educação política dos professores e outros trabalhadores dentro do estado". (APPLE, 1989, p. 141)

Por isso, é imprescindível que os/as professores(as) se reconheçam livres e passem a exercer essa liberdade, assumindo, ativamente, seu preponderante papel na construção de uma nova educação. Essa participação deve ocorrer de forma crítica e segura, respaldada no amadurecimento intelectual desses profissionais que precisam ser donos de sua prática, saber o que querem

ensinar, para que e, não menos importante, pensar em como desenvolver esses processos. Entretanto, antes de tudo, é preciso saber qual ser humano se deseja formar, para, então, começar o trabalho de construção do currículo, pois toda prática educativa pressupõe uma intencionalidade, como nos adverte Freire (1996, p. 70):

> [...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade* qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra (grifos do autor).

Mas, para isso, é necessário que o professorado conquiste sua autonomia; é imprescindível a tomada do controle sobre sua prática docente, sobre os programas curriculares, sobre sua profissão, visando novas práticas sociais, tanto dentro do espaço escolar quanto na sociedade mais ampla. Isso demanda, ainda, a criação de alianças políticas entre professores(as) e toda a equipe escolar, sendo necessário haver uma reconfiguração das relações sociais, das práticas de ensino, das questões organizativas e administrativas de todo o sistema escolar, para que a escola, de fato, não somente instrua, mas também, forme os sujeitos, sobretudo, politicamente.

Nesse contexto, as relações de gênero precisam ser levadas em consideração na formação docente, sendo discutidas e problematizadas, como sugere Apple (1989), à luz das epistemologias feministas que darão conta de analisar o papel da educação na reprodução das relações desiguais de gênero. Por isso, há a necessidade de intervir nos cursos de formação para o magistério, no intuito de fomentar novas práticas educativas. Maria Eulina

Carvalho (2003) aponta duas sugestões inovadoras: a primeira, de ordem teórica, seria problematizar o conceito de gênero; e a segunda, articular essa teoria com a construção de práticas mais igualitárias e menos discriminatórias, analisando e criticando quais aspectos curriculares reforçam as desigualdades de gênero, para, então, tentar eliminá-las.

Desse modo, investir na formação docente e promover a discussão sistematizada das teorias desconstrucionistas seria uma alternativa para a desocultação da ideologia androcêntrica, dos preconceitos sexistas presentes no conhecimento, na linguagem, no currículo escolar, nas práticas pedagógicas que compõem a dinâmica do processo ensino-aprendizagem. Incluir a discussão de gênero no processo de formação do(a) professor(a) é promover a formação de sujeitos mais críticos e reflexivos, promotores de uma educação mais igualitária, mais humana na qual a equidade de gênero, o respeito à diversidade e a valorização da diferença se tornem princípios norteadores de toda práxis educativa.

## *Apontamentos sobre a formação do(a) professor(a) do curso normal médio na perspectiva de gênero*

O espaço escolar é constituído por um *corpus* de funcionários(as), diretores(as), professores(as), alunos(as), coordenadores(as), pessoal de apoio, enfim, sujeitos que possuem um lugar e uma função bem demarcados na instituição. Dentre estes sujeitos, temos o professor(a) formador(a), figura fundamental para o processo de formação inicial dos futuros educadores que atuarão na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 1996)

No que concerne à formação para a equidade de gênero, está em jogo, principalmente, a prática docente dos(as) professores(as)

formadores(as) e o tipo de abordagem que dão às questões de gênero e sexualidade no desenrolar dos processos formativos. Por isso, é fundamental que o(a) educador(a) tenha acesso à formação específica para tratar de gênero e sexualidade com crianças e jovens na escola – premissa para a construção de uma postura profissional consciente e crítica no trato deste tema.

Além disso, o currículo, os projetos, a avaliação, o regimento, enfim, todos os elementos que compõem o processo formativo podem corroborar tanto com a formação de sujeitos adaptados aos padrões hegemônicos e discriminatórios de gênero quanto com a formação de sujeitos críticos e transformadores de suas realidades locais marcadas pelos dualismos de gênero.

Uma mudança na práxis educativa que almeje construção da equidade de gênero passa, sem dúvida, pela formação docente. É imprescindível pensar no tipo de formação que se vivencia nas instituições educativas e no grau de reflexão e senso crítico que os/as professores(as) formadores(as) possuem e/ou fomentam durante o processo de formação de novos(as) educadores(as). A reflexão e a criticidade precisam fazer parte da práxis educativa desses(as) profissionais da educação como forma de garantir que a liberdade e a autonomia estejam presentes durante todo o processo formativo.

No contexto do Instituto de Educação Euclides Dantas, percebemos que as professoras formadoras acreditam que trabalhar com as questões de gênero e sexualidade é algo importante e necessário nas escolas, porém não há na instituição o desenvolvimento de um trabalho estruturado de estudo e discussão dessas temáticas com as turmas do Normal Médio. Durante o desenvolvimento da pesquisa pôde ser constatado que não há um estudo e/ou planejamento pedagógico sistematizado sobre as questões de gênero e sexualidade, quiçá a inclusão dessa temática na prática de formação dos(as) futuros(as) educadores(as). As falas das professoras formadoras testificam essa realidade (LEMOS, 2011, p. 121):

— PFA[2] – Não, não trabalho essa temática dentro do plano não.

— PFB – Sim, eu comecei [...] a trabalhar a questão da sexualidade junto com uma colega da área de ciências que gostava muito desse trabalho. A questão de gênero, a gente começou a trabalhar dentro dos direitos humanos. Foi um colega homem que me chamou a atenção, porque a gente leu muito devagar os PCN transversais [...]. No tempo da União de Mulheres,[3] eu trazia tudo de lá para cá: vídeo, jornal; tudo que tinha lá a gente trazia, justamente pra discutir.

— PFC – Somente quando são desenvolvidos projetos pedagógicos com toda a escola.[4]

A partir das falas supracitadas, podemos observar o quanto as questões de gênero ainda permanecem à margem dos processos educativos. Apenas PFB trabalha as questões de gênero, sua postura, possivelmente, é resultado dos anos que militou no grupo feminista brasileiro União de Mulheres, que lhe possibilitou um olhar mais crítico para essas questões em sala de aula. O acesso às epistemologias feministas, às teorias de gênero, conduz a um olhar e a uma postura mais crítica dos/das docentes.

É importante que o(a) professor(a) em formação tenha contato com postulados teóricos, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de gênero e sexualidade e suas diferentes abordagens, adequando-as às diferentes faixas etárias, além de se preparar para a intervenção prática junto aos/às alunos(as) e ter acesso a

2 Siglas que significam: PFA – Professora Formadora A; PFB – Professora Formadora B; PFC – Professora Formadora C, respectivamente, entrevistadas durante a realização da pesquisa de campo em 2010, no Instituto de Educação Euclides Dantas.

3 Fundada em 1988, a União Brasileira de Mulheres (UBM) é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter nacional, que defende os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania, buscando elevar o nível de consciência e atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras. (CAMPOS, [2010?])

4 Os Projetos aos quais PFC se refere são desenvolvidos geralmente em datas comemorativas: Dia da Mulher, Dia dos Namorados, Dia Internacional de Combate à AIDS etc.

um espaço grupal de supervisão dessa prática, que deverá ocorrer de forma continuada e sistemática implementando, assim, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos(as) próprios(as) educadores(as).

Dentre as questões relacionadas à formação docente, a sexualidade e as relações de gênero devem ocupar um lugar central no planejamento pedagógico do curso, visando um minucioso trabalho de reflexão tanto no plano teórico-metodológico quanto no plano das práticas educativas, uma vez que, perceber e ser percebido(a) como homem ou mulher, pertencente ao grupo de homens ou de mulheres, de meninos ou de meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente, nos primeiros anos de vida e durante a adolescência.

Quanto à abordagem da temática sobre sexualidade no Normal Médio do Instituto de Educação Euclides Dantas, percebemos que está mais voltada para a questão da higienização e cuidado com o corpo e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, como fica evidenciado a seguir na fala de uma das professoras formadoras (LEMOS, 2011, p. 127):

> — PFC – Trabalho mais com a sexualidade, por causa da disciplina Sociologia, trabalho com as temáticas 'ficar', sexo antes ou depois do casamento, preservativos, AIDS, gravidez na adolescência.

Vale ressaltar que ao abordar os aspectos preventivos do exercício da sexualidade, a professora não fugiu ao seu papel de educadora, nem às prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual que, no terceiro bloco de conteúdos, "Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS", trata dos objetivos e metodologias para se trabalhar com a questão do conhecimento e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da AIDS. (BRASIL, 1997, p. 95) Todavia, se-

ria necessário dar ênfase, também, ao primeiro e segundo blocos desse PCN: Corpo: matriz da sexualidade e Relações de Gênero, que apresenta uma interessante discussão acerca do conceito de gênero e sobre como promover a equidade entre os sexos por meio das práticas educativas, sendo este o principal objetivo da inclusão dessa temática na escola.

Ademais, ao relatar (em outro momento da entrevista) as técnicas que costuma utilizar para trabalhar as questões de gênero e sexualidade, evidencia-se a excessiva preocupação com os aspectos preventivos do exercício da sexualidade, ficando as questões de gênero relegadas a segundo plano, quando ocorrem projetos destinados a este fim.

Assim como o(a) aluno(a), o(a) professor(a) possui a expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares. Contudo, ele(a) deve ter plena consciência sobre quais são os valores, as crenças, as opiniões e os sentimentos que cultiva em relação à sexualidade, pois este é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto aos/às alunos(as), evitando assim, transmitir juízos de valor. (BRASIL, 1997) Além disso, ao discutir sexualidade e currículo, afirma Deborah Britzman (2007, p. 109):

> [...] é preciso que educadoras e educadores se tornem curiosos sobre suas próprias conceptualizações sobre o sexo e, ao fazê-lo, se tornem abertos também para explorações e as curiosidades de outros relativamente à liberdade do 'domínio imaginário'.

Segundo Foucault (1998), o saber sobre o corpo, sobre o sexo foi, durante séculos, considerado algo sobre o qual não se podia falar. Os diversos discursos que, a partir do século XVII, buscaram entender o sexo – sendo os mais importantes os da Medicina, da Pedagogia, do Direito, da Psiquiatria, da Biologia, da Economia, da Psicanálise, da burguesia e da Igreja –, o colocaram em um

novo patamar, inclusive retirando-lhe a centralidade de outrora, quando era visto, sobretudo, como degenerescência, transferindo-a para a sexualidade, havendo então um estímulo para que todos falassem dela, ainda que sob certa vigilância, pois a sexualidade ainda era vista como passível de análise e de controle, mas não no sentido comum de uma repressão que a impedisse de se manifestar, mas, todavia, com alguns momentos de silêncios e interditos.

> [...] não se deve conceber a sexualidade como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100)

Os efeitos desse discurso secular ainda hoje se manifestam na escola: falar sobre sexo, desejo, prazer é algo investido de muita cautela. Em alguns casos, evita-se esse tipo de assunto por gerar constrangimentos. Muitas(os) professoras(es) se sentem constrangidas(os) em abordar essas questões, preferindo, muitas vezes, "fechar os olhos" para situações que conduzam à abordagem desse tipo de assunto. Entretanto, a omissão, a falta de liberdade e indisponibilidade para realizar a discussão pode desencadear atitudes inadequadas dos(as) estudantes e dos(as) profissionais da educação.

> A sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade (quem somos e o que somos) e com a sociedade (com a saúde, a prosperidade, o crescimento e o bem-estar da população como um todo). (WEEKS, 2007, p. 52)

Essas duas dimensões referidas por Jeffrey Weeks (2007) estão, na realidade, preocupadas com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos sujeitos e, por isso, várias medidas de administração e gerenciamento são construídas, pretendendo regular o comportamento sexual dos indivíduos. Nesse contexto, o discurso pedagógico também se revela um desses mecanismos de controle e gerenciamento da vida sexual dos(as) alunos(as).

Nesse sentido, ao atuar como um(a) profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao/à aluno(a) a autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, não só o(a) professor(a) formador(a), mas também o(a) professor(a) em formação deve ter discernimento para não transmitir os seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas e inquestionáveis.

Além disso, uma questão imprescindível que é preciso se considerar, no processo formativo, é o campo de atuação no qual aquele(a) profissional, ao final do curso irá se inserir, no caso do Normal Médio, no âmbito da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. Assim, refletir sobre o ambiente escolar e as possibilidades de iniciar a discussão de gênero e sexualidade se constitui na primeira etapa de implementação de um currículo escolar que prime por implementar essas discussões de maneira responsável e coparticipativa, desprovida de preconceitos e juízos de valor contaminados pelo androcentrismo, o que exige muito comprometimento dos(as) professores(as) e de toda a equipe pedagógica. Para Britzman (2007, p. 109), os/as professores(as) devem estar

> [...] dispostos a estudar a postura de suas escolas e a ver como essa postura pode impedir ou tornar possíveis diálogos com outros professores e com estudantes. [...] Elas devem estar preparadas para serem incertas em suas explorações e ter opor-

> tunidades para explorar a extensão e os surpreendentes sintomas de sua própria ansiedade. [...] Isso significa dizer que a sexualidade tem muito a ver com a capacidade de liberdade e com os direitos civis e que o direito a uma informação adequada é parte daquilo que vincula sexualidade com o domínio do imaginário quanto o domínio público.

Nesse sentido, é preciso ainda pensar na importância do papel do(a) professor(a) formador(a) no processo de preparação de um(a) aluno(a), futuro(a) docente que, provavelmente, não encontrará um ambiente preparado, cabendo a ele a missão de aplainar o terreno escolar para receber, de maneira consciente e reflexiva, a discussão de gênero e sexualidade.

Assim, a missão de formar professores(as) se configura como uma atividade substancialmente complexa, haja vista que o trabalho de formação se referenda em situações educacionais distintas: o processo de formação de professores(as) e a realidade em que esses(as) vão atuar. Portanto, desenvolver em seus/suas alunos(as), professores(as) em formação, as competências necessárias ao bom desempenho de sua profissão não é tarefa fácil.

Por esta razão, exige-se desses(as) profissionais uma postura de quase monitoramento das práticas de seus/suas alunos(as), professores(as) em formação, assegurando que esses possam assumir uma postura crítica e reflexiva, com vistas ao desvelamento de possíveis crenças antiquadas, sexistas e preconceituosas, incoerentes com as novas conjunturas sociais que reclamam posturas mais flexíveis e democráticas no contexto escolar.

Sendo assim, não restam dúvidas acerca da necessidade de interlocução dos(as) professores(as) formadores(as) com esse mundo da vida extraescolar, com os/as seus/suas colegas de trabalho e com os/as professores(as) em formação, no intuito de, juntos(as), construírem um ambiente favorável às trocas de experiências e saberes, democraticamente, sem hierarquizações

e preconceitos. Quando se pretende discutir as questões de gênero, torna-se necessária a construção desse clima favorável, de respeito e liberdade para expor suas opiniões e valores, para que, de maneira democrática e cautelosa, muitos preconceitos possam ser desconstruídos e, em seu lugar, novas concepções possam ser construídas e, melhor, de forma coletiva.

Em síntese, pensar as questões de gênero na formação do(a) professor(a) é pensar esse "sujeito no mundo", imerso em um contexto social, cultural, político, produzindo e reproduzindo valores, princípios e práticas, as quais, na maioria das vezes, não refletem os princípios da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade de orientação sexual, uma vez que ainda persistem, em nossa sociedade, relações sociais iníquas e assimétricas, sustentadas por uma ordem de gênero patriarcal.

## *Referências*


APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980.

BOLLE, W. A Ideia de Formação na Modernidade. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Escola e Modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora UFPR, 1997.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3308-lei-n%C2%BA-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: apresentação dos temas transversais: orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAMPOS, Elza Maria (Coord.). *União brasileira de mulheres*. [2010?]. Disponível em: ‹http://www.ubmulheres.org.br›. Acesso em: mai. 2011.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. (Org.). *Gênero e educação*: múltiplas faces. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

COSTA E SILVA, Ana Maria. A formação contínua de professores: uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. *Educação & Sociedade*, ano 21, n. 72, p. 89-109, ago. 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. 11. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores*: para uma mudança educativa. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais*: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEMOS,GreissyLeoncio Reis. *O gênero e a docência*: uma análise de questões de gênero na formação dos(as) professores(as) do curso normal médio do Instituto de Educação Euclides Dantas. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo)— Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Chrysallis, currículo e complexidade*: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

# CONVERSA COM PROFISSIONAIS (DO SEXO)
## *apreciações sobre imaginário e disparidades de gênero no contexto do turismo sexualmente motivado em Salvador/BA*

Cassiana Gabrielli
Ivia Alves

## *A pesquisa...*

O ponto de partida desse trabalho foi o interesse em demonstrar a internalização do imaginário social construído sobre o Brasil e, mais especificamente, sobre as brasileiras, refletindo sobre como tal introjeção contribui para a manutenção das assimetrias nas relações de gênero, ao mesmo tempo que propiciam a preservação da disparidade entre norte e sul do planeta, tendo como campo de estudo o turismo sexualmente motivado.

Para isso, além do desenvolvimento teórico, empreendemos uma pesquisa de campo, realizada com oito prostitutas atuantes

no circuito turístico soteropolitano. O objetivo da pesquisa era analisar, através do discurso, a fundamentação no imaginário e no simbólico de tais mulheres.

O método de pesquisa escolhido foi a entrevista semi-estruturada, que se baseia em um questionário previamente formulado para a atividade, porém o tem apenas como guia, sendo possível desdobramentos tanto por parte da pesquisadora quanto da entrevistada, conferindo uma maior liberdade no desenrolar das interações. No início de cada sessão foi feita a solicitação para a gravação das entrevistas, assim como para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para utilização das gravações na produção acadêmica. No entanto, dentre as nove entrevistadas, cinco registraram os nomes fictícios que usam para trabalhar, tanto nas gravações quanto no termo de consentimento, pois ficaram mais seguras agindo dessa forma.

Enquanto no primeiro encontro investigamos dados pessoais, como idade, origem, escolaridade, religião, entre outros, no segundo, priorizamos informações sobre o que elas sabem sobre os clientes, como suas profissões, faixa etária, possíveis intenções na procura por sexo pago, dentre outras. Porém, em ambos os questionários foram levantadas questões sobre relacionamentos afetivos, interesse em contrair matrimônio com estrangeiros, diferenças entre brasileiros e estrangeiros e outras que se julgou conveniente repetir de modo reformulado, a fim de confirmar as respostas dadas.

Os roteiros foram construídos com vistas a abordar, de modo primordial, as relações que as profissionais do sexo mantêm com estrangeiros. Embora não tenham sido seguidos estritamente na ordem prevista, todas as questões previamente formuladas, tanto para a primeira, quanto para a segunda entrevista, foram contempladas.

Através de um primeiro contato realizado por intermédio da Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA), conseguimos estabelecer contato com algumas profissionais, que nos levaram a outras, e, assim, realizamos entrevistas com oito prostitutas que, habitualmente, se envolvem com estrangeiros, dentre elas há algumas que, inclusive, já moraram no exterior. A amostra foi delimitada considerando as trabalhadoras assíduas no local que se dispuseram a participar da pesquisa e que afirmaram ter clientes estrangeiros, pois algumas profissionais que lá atuam se envolvem somente com brasileiros.

Cinco meses depois, voltamos a campo para realizar novas entrevistas com as mesmas mulheres que já haviam sido pesquisadas, porém, nesse retorno, encontramos apenas cinco delas. Das três, às quais não conseguimos aplicar a segunda parte da pesquisa, uma estava em um relacionamento estável e não estava mais trabalhando, a segunda havia viajado para a Grécia e, segundo suas colegas, não tinha previsão de volta, e a terceira, simplesmente não aparecia na praça há mais de um mês e, como ela não era muito próxima de nenhuma das profissionais com quem mantivemos laços mais estreitos, não sabemos o que lhe aconteceu.

Convém esclarecer que algumas profissionais se recusaram a responder nossas perguntas, porque é comum jornalistas solicitarem participações em matérias sobre o mercado sexual. Em tais situações, muitos(as) deles(as) afirmam que as identidades das informantes serão mantidas em sigilo e que suas imagens não serão divulgadas e, no entanto, algumas afirmam que essas condições nem sempre são respeitadas, causando-lhes sérios constrangimentos afetivos e sociais. Apesar de termos explanado que a pesquisa seria gravada somente para fins de transcrição, cerca de quatro profissionais que seriam elegíveis para a amostra optaram por não participar.

Uma pessoa imprescindível na fase de planejamento da operacionalização da pesquisa foi Fátima Medeiros, coordenadora da APROSBA. Ela nos apresentou algumas peculiaridades de cada etapa da pesquisa, além de nos levar a alguns pontos de prostituição para que observássemos o público e as atividades, a fim de confirmar se seriam interessantes para o nosso levantamento. Fátima ainda nos deu dicas sobre os jargões usados pelas prostitutas assim como sobre temas de interesse em comum, como moda, beleza, novelas e outros, que poderiam facilitar nossa aproximação. Foi com ela também que realizamos o pré-teste de nossas entrevistas, já que Fátima costuma sair com clientes estrangeiros, porém, como seu ponto principal não é na Praça da Sé, não realizamos a pesquisa "definitiva" com ela. Além disso, a coordenadora disponibilizou a Associação, caso quiséssemos realizar a pesquisa na sua sede. Essa oferta foi descartada após uma primeira entrevista, pois a opção pela praça nos pareceu mais acertada, uma vez que as entrevistadas ficaram mais desinibidas em seu entorno habitual, do que em uma sala sozinhas com a entrevistadora e um gravador ligado.

Fátima nos alertou também sobre as dificuldades de abordar as prostitutas diretamente no local de trabalho, sem prévias apresentações, pois, elas poderiam se constranger ou mesmo desconfiar de nossas intenções, já que como explanamos anteriormente, algumas pessoas ligadas aos meios de comunicação não respeitam a privacidade das profissionais do sexo. Além disso, segundo as próprias entrevistadas, são muitas as pessoas que as procuram: além de jornalistas, há também assistentes sociais de diversas organizações e pesquisadores(as) acadêmicos(as) das mais variadas disciplinas.

Não só as nossas entrevistadas, mas também algumas outras profissionais que não participaram da pesquisa relataram se sentirem desconfortáveis com o constante assédio de entrevistadores(as) por duas razões principais. A primeira se refere ao fato de poucas pessoas as tratarem "de igual para igual", vis-

to que, diversas vezes, elas são pesquisadas como algo excêntrico ou exótico e muitas intervenções, segundo elas, parecem ocorrer somente para sanar a curiosidade pessoal daqueles(as) que as procuram. Além disso, elas ainda apontam o fato de que, quando são representantes de instituições governamentais ou filantrópicas que as abordam, em geral, pouco ouvem sobre suas escolhas pessoais, apenas buscam alternativas para "tirá-las da vida" ou "educá-las" de acordo com suas propostas, como sobre o uso de preservativos ou sobre planejamento familiar, por exemplo.

A segunda razão que as aborrece quando o assunto é pesquisa ou entrevista é que grande parte das pessoas que as têm como foco de análise apenas vão até elas, fazem seus trabalhos e não lhes oferecem nenhum tipo de retorno. As profissionais dizem que gostariam de saber para que são usadas suas informações e imagens, mas, exceto quando são veiculadas na mídia massiva, poucas vezes elas obtêm esse reconhecimento, apesar de não terem interesse específico nos resultados das pesquisas: o que elas reivindicam está mais relacionado às relações pessoais. Elas exemplificam a falta de compromisso dos(as) pesquisadores(as), indicando que gostariam de saber se "fulano" conseguiu concluir seu trabalho, se "sicrano" ganhou o prêmio que almejava com aquele material, se outro encontrou os instrumentos de que necessitava para dar continuidade ao seu projeto, entre outros.

Tendo tais informações em mente, preocupamo-nos em manter contato com as entrevistadas e, algum tempo antes de empreender a pesquisa de campo, já nos aproximamos de algumas delas, criando um possível elo de sociabilidade e, também, após a conclusão dessa etapa do trabalho continuamos a frequentar a praça, pelo menos uma vez a cada quinze dias, por cerca de oito meses. Esses encontros aconteciam simplesmente para conversar com elas, contar como estava o andamento do trabalho e os planos para o futuro. Após esse período, por motivos de mudança de

cidade, tivemos que interromper nossas visitas, porém, em todas as nossas estadas na capital baiana, não deixamos de passar pela praça para encontrar nossas informantes. Um fato interessante é que uma delas chegou, inclusive, a oferecer hospedagem em sua casa; outra nos convidou para que a visitássemos (ainda que "disfarçadas" como clientes de seus produtos de cosméticos), sendo tais atitudes recompensadoras por nosso empenho em demonstrar respeito a todas as envolvidas.

Assim, de posse dessas informações prévias, planejamos o desenvolvimento das entrevistas para que fossem realizadas na própria praça onde elas "fazem ponto", nos seus horários de trabalho, a partir das dezoito até as vinte e duas horas. A opção por entrevistá-las no local e horário em que trabalham se deu por conta da facilidade de acesso a elas, pois algumas não teriam disponibilidade para que nos encontrássemos em outros lugares e períodos, já que utilizam esse tempo para afazeres domésticos ou têm outros empregos. Há que se considerar também que muitas prostitutas escondem suas atividades dos familiares, o que tornaria a alternativa de procurá-las fora do seu local de trabalho inviável. Havia, ainda, a questão financeira, já que pagar a passagem de ônibus exclusivamente para participar da pesquisa não pareceu ser uma alternativa atraente, ainda que pudéssemos oferecer tal benefício.

A respeito da questão financeira, é interessante salientar que, por sugestão da coordenadora da APROSBA e por nossa livre opção, pagamos para aquelas que se disponibilizaram a participar de nossa pesquisa a quantia de vinte reais, o que equivale a um programa que elas realizam por cerca de trinta minutos com homens locais. Embora as entrevistas tenham durado mais tempo que esse período, elas se mostraram satisfeitas com essa iniciativa, já que algumas prostitutas não quiseram ser entrevistadas por acharem que estariam perdendo oportunidades de conquistar clientes. Vale ressaltar que a oferta de pagamento foi feita somente depois

de relacionar todas as que pretendiam ser pesquisadas, para que a recompensa financeira não influenciasse a predisposição das participantes e seus relatos, pois algumas mulheres que não seriam elegíveis para amostra– frequentadoras assíduas que tivessem clientes estrangeiros poderiam simular tais aptidões somente para auferir algum lucro.

Já quanto ao horário de trabalho, é interessante explicitar que nossas entrevistadas mantêm o período acima citado, entre dezoito e vinte e duas horas, como habitual, porque é o momento, segundo elas, de maior movimento de seu público no local. No final da tarde, há uma grande movimentação, tanto de soteropolitanos que estão encerrando seus expedientes nos locais de trabalho próximos à praça, como também existe um tráfego intenso de turistas que retornam de passeios no Pelourinho e no Mercado Central, dois destacados pontos turísticos da cidade. No início da noite, há ainda movimentação de pessoas que se dirigem às atrações culturais do Pelourinho, como shows, teatro, bares, entre outros, que atraem certo público durante toda a semana. Vale salientar que a praça serve apenas como ponto de encontro para as profissionais e como referência para os clientes locais, pois a procura por clientes estrangeiros acontece, geralmente, andando pelas imediações do local já que esse público específico tende a ter uma abordagem diferenciada, nem sempre explicitando a questão da prostituição.

Dentre nossas entrevistadas, nenhuma trabalha nos finais de semana, pois, nesses dias, o movimento é mais fraco e algumas ficam com suas famílias, enquanto outras vão para as praias com clientes ou à procura deles. A esse respeito, vale destacar ainda que três entrevistadas relataram que, em determinados dias, como as terças-feiras, dia em que ocorriam os ensaios da Banda Olodum e em que o movimento é realmente mais intenso, elas costumam fazer alguns programas, nesse horário, com homens baianos, que, em geral, pagam preços bem abaixo daqueles praticados com os

estrangeiros, para que elas garantam algum dinheiro a fim de que, mais tarde, possam pagar ingressos e consumir comidas e bebidas nos lugares onde existe maior concentração de estrangeiros.

Apesar de tais "padrões" de trabalho, devemos deixar claro que há algumas variações. Por exemplo, uma das entrevistadas, costuma passar a manhã na praia da Barra procurando por clientes e, no final da tarde, vai para a Praça da Sé. Outra pesquisada afirmou que, nas segundas-feiras, não vai para a praça porque lhe parece mais lucrativo ir ao "Casquinha de Siri", uma casa noturna conhecida por ser um lugar de encontro entre turistas e profissionais do sexo, nesse dia da semana em que há pouco movimento em outros locais e lá são oferecidos shows de música baiana. Uma terceira, ainda, assumiu que, dificilmente, faz programas que passem das vinte e uma horas, pois chegaria muito tarde em casa e tem medo que seu filho desconfie de suas atividades. Entretanto, apesar de algumas diversidades pontuais, o esquema de dias, horários e local de trabalho é, de certo modo, padronizado.

É interessante apontar que a procura por clientes de outras nacionalidades não se restringe apenas ao circuito turístico ou aos períodos de alta temporada. As entrevistadas relataram que, quando o fluxo de visitantes diminui nos pontos habituais, elas procuram clientes nas imediações do porto, pois muitas delas priorizam o atendimento a estrangeiros, salientando que nem sempre eles são oriundos de países hegemônicos. Há referência a "marinheiros" gregos, filipinos, ucranianos, turcos, entre outros, todos preferidos aos brasileiros por essas profissionais.

Nossa pesquisa se desenvolveu na Praça da Sé por diversos motivos. O primeiro deles é por ser um reconhecido ponto de prostituição dentro da área do Pelourinho, que, sem dúvida, é um destacado ponto turístico da cidade, atingindo o nosso objetivo de ter acesso às profissionais que transitam nesse meio. Além disso, existiram razões práticas, porque foi através dos encontros na

APROSBA que nos inserimos no grupo, sendo possível acompanhá-las após as reuniões, o que facilitou nosso relacionamento e, consequentemente, a operacionalização das entrevistas.

Tendo tais premissas acerca do contexto prático das entrevistas, elegemos o relato sobre uma das entrevistadas para aqui ilustrar nossa pesquisa, uma vez que não poderíamos nos referir a todas envolvidas haja vista a longa extensão do documento.

## *A pesquisada...*[1]

Neide é irmã de Vivi, outra entrevistada. Ela tem cabelos escuros alisados, estatura mediana e corpo magro. Nasceu em Ipiaú, interior da Bahia, no ano de 1966. Há mais de vinte anos migrou para Salvador, sozinha, quando tinha dezessete anos de idade. Sem emprego fixo, aceitou o convite de amigas para fazer programas nos navios que aportavam na cidade, pois, nessa época, ainda era permitido o acesso de não tripulantes às embarcações. Ela conta que começou a ganhar dinheiro, gostou e então passou a frequentar as imediações do Pelourinho, lugar bastante procurado por turistas e marinheiros, esses últimos desde que proibiram o ingresso de pessoas não autorizadas aos navios. Neide estima que sua renda mensal oscile entre mil e mil e quinhentos reais, sendo que, atualmente, ela ajuda apenas um de seus filhos, que ainda mora com ela no bairro Alto do Cabrito.

Ela estudou até a oitava série do ensino fundamental e sua experiência profissional é exclusivamente em atividades em salão de beleza, como cabeleireira, manicure e massagista. Inclusive, Neide tinha salão de beleza e, atualmente, trabalha nessa área como *free lancer*, atendendo em domicílio. Já no seu tempo livre, gosta

1 Entrevista realizada em 2009. É importante informar que as passagens da entrevista citadas neste artigo serão marcadas em itálico para diferenciar e destacar do texto, indicando que é outro sujeito enunciador.

de cozinhar em casa, assistir televisão, cuidar de si esteticamente, entre outras coisas.

Ela fala inglês bem, além de ter conhecimentos básicos em outros idiomas, como espanhol e alemão. Neide julga que as diferenças linguísticas são boas para quem sabe um pouco de outros idiomas, como é o caso dela, pois assim aproveita para aprender coisas novas e praticar conversação em outras línguas. Em certa oportunidade, a entrevistada passou três meses na Alemanha a convite de um homem oriundo desse país, de quem ela foi noiva. Porém, declinou da proposta de casamento e voltou para o Brasil, por motivos familiares, em especial, por seu filho mais novo que, na época, tinha apenas dois anos de idade. Ao refletir sobre sua atitude no passado, ela se arrepende, diz que seu filho, hoje com dezessete anos, não a valoriza e considera que teria sido mais adequado ter levado seu filho para ser criado na cultura alemã que considera melhor que a brasileira.

Além do caçula, já citado, Neide tem mais dois filhos. O mais velho, fruto de seu casamento com um brasileiro, e o segundo, filho de um filipino (ela diz que é filipino, na primeira entrevista e, na segunda, diz que é coreano) que ela conheceu quando estava trabalhando, em um navio. Mas seu filho do meio não é o único descendente de estrangeiro, o mais jovem também foi gerado com um marinheiro, dessa vez, argentino. Seus dois filhos de pais estrangeiros foram registrados por uma outra pessoa, que os assumiu legalmente. A entrevistada relatou ainda que o pai de seu segundo filho, o filipino, lhe deu uma considerável quantia em dinheiro para que ela comprasse uma casa para viver com o filho, recomendação que não foi seguida. Quando o rapaz era pequeno, ela o levou para conhecer o pai no navio, mas, algum tempo depois, ele foi para outro país e não mantiveram o contato. Já o mais novo, filho do argentino, não tem contato algum com seu pai biológico, que nunca deu qualquer contribuição para a sua criação.

Voltando ao relato sobre sua estada na Europa e sobre a impressão que tal experiência lhe causou, ela avalia: - *Maravihoso. Adorei. Eu saí. Você se sente bem, estamos em outro mundo. Primeiro mundo é outra coisa, né? A agitação é outra.* Considerando as diferenças entre Brasil e Europa, ela é categórica em afirmar que a educação e a cultura são os principais fatores divergentes entre um e outro.

Já com referência aos homens brasileiros e estrangeiros, compara:

> — Os homens, os estrangeiros são melhores porque eles têm outra cultura, eles têm maneiras de conversar com as mulheres. [pausa] O brasileiro já é um pouco diferente, né? Tem outra cultura, né? Não são iguais, mas também tem brasileiros bons e tem gringos também bons e ruins, né?

Além disso, Neide afirma que os estrangeiros são menos exploradores que os brasileiros e explica essa opinião:

> — Eu gosto porque... [pausa] a maneira deles... são as pessoas que é [São] mais rápido [rápidas], até a maneira de trabalhar p[a]ra fazer amor é mais rápido, né? A pessoa num[não] fica exploran[d]o da [a] mulher porque está pagando, [es]tá entenden[d]o?

Embora considere que tanto brasileiros quanto estrangeiros podem ser bons, ou ruins, Neide afirma que, para se relacionar afetivamente, prefere os últimos, e justifica:

> — São... São carinhosos, são mais amoroso[s] [pausa] mesmo eles tano [estando] ali, tendo um tempo com a mulher, eles passa[m] uma coisa boa, ele não tem aquela mulher como... [pausa] se fosse uma mulher que ele ia pagar, [vo]cê [es]tá entenden[d]o? Trata de outra maneira [...] Não tem vergonha de sair com a mulher, entra em ambientes que pode ter

até o presidente, ele entra com aquela mulher... não tem diferença porque o médico aqui só casa com a pessoa que tem a formação igual a dele, não é verdade? E lá em outro país, não. Um médico casa com uma doméstica. [Vo]cê [es]tá me entenden[d]o? [...] Num[não] olha o que a pessoa é. Olha o coração. Eles vai [vão] muito pelo coração da pessoa; eles, eles trabalha[m] mais na... na pessoa, não as coisa[s] materiais. E aqui é mais pelas coisas materiais – se você não tem cultura você não tem nada.

Nessa justificativa de Neide, percebemos que a diferenciação entre estrangeiros e brasileiros está atrelada ao tratamento menos *coisificado* que recebe dos "*gringos*". No entanto, não podemos deixar de notar que reflexões sobre a condição de forasteiros, imunes a reconhecimentos públicos e parco vocabulário em comum são por ela ignoradas. E há ainda observações relacionadas diretamente ao imaginário, como, por exemplo – *É tratamento de primeiro mundo, né?*, em que parece que o simples fato de serem oriundos de um país considerado mais desenvolvido lhes outorga uma forma de tratamento superior.

Apesar de considerar os estrangeiros mais interessantes para se envolver, em comparação aos brasileiros, Neide nunca teve coragem de aceitar as propostas de casamento que qualquer turista lhe fez. Ela conta que, além do alemão, com quem viajou, se envolveu também com um grego que lhe deu o dinheiro necessário para que ela fosse encontrá-lo, mas, ela não foi. Revelou-nos que, quando era mais jovem, recebeu muitas propostas, porém declinou de todas, apesar de afirmar que já teve vontade de se casar com alguns estrangeiros. Ela explica sua posição da seguinte maneira:

— Acho que tem que ter amor, né? Porque p[a]ra a gente conviver com uma pessoa tem que... às vezes também pode até

> casar p[a]ra ter uma mudança de vida, ter outra cultura, ter [...] estudar, fazer cursos que, às vezes, a gente não tem dinheiro p[a]ra fazer, coisas que você quer fazer. Você pensa bem, quer algo diferente, mas não tem dinheiro [...]

Nesse trecho, notamos que, apesar dela considerar a possibilidade de se casar para *mudar de vida*, sua experiência parece demonstrar que ela prioriza os sentimentos afetivos pelo parceiro ou pela família frente a tais oportunidades.

Descrevendo suas expectativas em relação a um possível casamento, ela afirma que espera que seu companheiro lhe dê reconhecimento e, também, sair da vida. Como sua preferência é por estrangeiros, Neide confidencia que, caso se casasse, gostaria de morar na Europa, pois avalia a cultura de lá bem melhor que a brasileira. Ela considera o continente europeu muito bom e gostaria de ter a oportunidade de voltar para lá, já que, como citado anteriormente, passou certo tempo em Köln (Colônia), na Alemanha. Neide contou que tem uma irmã casada com um alemão. Eles se conheceram no Brasil e aqui mesmo se casaram e tiveram uma filha. Embora atualmente seu cunhado viva em sua terra natal, sua irmã nunca esteve na Alemanha, sendo que poucas vezes ele vem ao Brasil para visitá-las, porém não deixa de enviar dinheiro para o sustento da filha. Extrapolando o círculo familiar, ela lembrou de uma amiga que foi casada com um alemão e que *sofreu muito*, pois era responsável por todos os afazeres domésticos, como nossa informante comenta:

> — [...] Você sabe que num outro país não tem empregada, né? Você tem que fazer tudo. Lá num [não] tem essa de pagar empregada, empregadas lá são caríssimas, é caríssimo, então você tem que fazer tudo... não é como aqui que é um pobre ainda bota uma pessoa dentro de casa e diz que é empregada.

Nesse comentário, sobre a experiência de sua amiga, notamos que Neide compreende, de certo modo, a *exploração* da esposa como empregada, comum em casais formados por brasileiras e europeus. Como empregadas domésticas representam um alto custo nos países europeus, a maioria dos casais divide as tarefas domésticas. Porém, em alguns casos, como no da amiga de Neide, os homens procuram mulheres que, por suas condições sócio-econômico-culturais, se submetem a realizar, exclusivamente, o trabalho doméstico, abrindo mão da sociabilidade e do retorno financeiro, oriundos das ocupações que são exercidas fora do ambiente familiar.

Discorrendo ainda sobre as relações entre estrangeiros e brasileiras, a entrevistada comenta sobre as opiniões dos *gringos*: – *Eles acham maravilhosas as mulheres brasileiras; eles acha[m] que são mulheres quentes, são mulheres finas, que as mulheres estrangeiras são muito frias, não é? E as brasileiras têm outro...* ãhn... *são mais quente[s].* Já as impressões dos homens estrangeiros sobre o Brasil são reproduzidas da seguinte forma: – *Adora, acha maravilhoso, quente, todo dia tem festa, liberal; aqui é outra cultura, lá é mais trabalho.* Aqui, vemos claramente a reprodução do discurso comum de que as brasileiras são boas para fazer sexo, de que o país é sempre uma festa, às vezes atrelada à libertinagem carnavalesca, enquanto o estrangeiro é tido como mais afeito ao trabalho o que, de certo modo, o valoriza.

Passando à discussão sobre as preferências étnicas de Neide, ela assegurou que, entre os visitantes que a procuram, as nacionalidades mais frequentes são: grega, alemã, suíça, espanhola, italiana e francesa. Dentre essas, as que mais lhe agradam são a alemã e a grega. A primeira, porque ela teve uma experiência satisfatória com um alemão que, segundo ela: – *Foi maravilhoso, me deu coisas; agora, são frios*. Nessa colocação, percebemos que a avaliação positiva está ligada diretamente aos ganhos materiais.

Porém, sobre sua predileção pelos gregos, ela considera que eles são mais amorosos, "*ele tem mais amor à mulher*" – aqui já deixando transparecer a sua inclinação à afetividade.

Quando, em nosso segundo encontro, Neide foi questionada sobre as etnias que preferiria para se casar, ela citou os noruegueses, dinamarqueses e alemães porque os julga mais finos e *chiques*, além de valorizarem as mulheres. Já, quanto àqueles com quem não tem nenhum interesse em se casar, Neide declarou que não gostaria de se envolver com filipinos e indianos, alegando que são muito pobres, reforçando, mais uma vez, a ligação entre casamento e recompensas monetárias.

De acordo com a entrevistada, a época de maior procura, por parte de estrangeiros, é o verão e os lugares em que costuma encontrá-los são, principalmente, Pelourinho, Barra, na casa noturna "Casquinha de Siri", em Piatã, no bar dançante "Bambara", no Costa Azul, no bar "Língua de Prata", em Itapuã, e ainda, em Itaparica, por conta do *resort Club Mediterranée*. O contato entre eles, em geral, acontece diretamente, ou seja, sem intermediários e, segundo afirma, alguns turistas ficam com o seu contato e voltam a procurá-la quando retornam a Salvador.

Conversando sobre os relacionamentos que envolvem gringos e nativas, ela revelou que conhece muitas mulheres que só saem com estrangeiros e que a maioria o faz porque os considera *melhores para casar*. Sobre o tema, ela expõe que considera o turismo sexual bom: – [...] *O gringo que fica em hotel cinco estrelas, uma pessoa fina, paga bem e num*[não] *fica naquele negóc[i]o de querer a noite toda.* Essa constatação de Neide remete à mesma ideia citada em outras entrevistas, a de que *o gringo* paga melhor e reclama menos.

Já sobre a motivação dos homens para procurar profissionais do sexo, ela acredita que os estrangeiros as procuram porque, no entendimento deles, elas sabem (ou deveriam saber) falar outras línguas e também porque *eles acha[m] que as melhores mulheres*

*são [as] do Brasil*. Sobre os brasileiros, ela julga que seja o interesse em mudar a rotina que vivem com a esposa, além da procura de coisas que as mulheres deles não fazem em casa. Aqui, como em outros relatos, Neide retorna à clássica dicotomia entre público e privado, ou seja, "mulher para transar" e "mulher para casar".

Questionada sobre o pagamento dos turistas, se eles pechincham, ela responde, prontamente:

> — Não... quando eles gosta[m] da mulher, ele dá tudo, dá até o último centavo dele quando eles gosta[m] da mulher... Se ele acha que a mulher não [es]tá bem vi[e]stida [pausa], ele vai no shopping, dá um banho de loja nela. Quando é aquela mulher que ele gosta... se os dente[s] num[não] estão bem, ele leva ao dentista, faz..., entendeu? São as pessoas, entendeu? Quando ele gosta... que também tem os bom[ns] e tem ruim em tudo quanto é país, né?

Nessa passagem, o *gostar* parece estar vinculado a certa valorização da mulher com quem se envolve, porém não deixa de demonstrar que, de alguma forma, essa valorização é atrelada aos lucros que ela pode auferir.

Neide finaliza explicando, mais uma vez, sua preferência pelos estrangeiros:

> — Os turistas são bons, dão valor às mulheres, paga[m] bem quando ele[s] gosta[m] da mulher... brasileiro dá as coisas e depois fica passando na cara, você é isso, eu lhe tirei daquele lugar, da prostituição... isso fica chato, né? Ficá [ficar] cobrando. E a gente [nós] somos mulheres e a gente [nós] sente [sentimos] também as coisas, né [não é]?... Às vezes, nunca confia na gente, pensa que sempre a gente vai traí[ir] com outro homem... o que acontece muito é isso. O estrangeiro não, quando gosta, gosta mesmo, quando não gosta, pronto, acabou.

De maneira resumida, parece-nos que nesse último trecho, Neide explicita a estigmatização que as prostitutas sofrem e que se manifesta mais claramente entre seus conterrâneos, submetidos à mesma formação cultural que ela.

## *Considerações...*

As construções imaginárias de uma cultura assim como as construções discursivas que as expressam têm se mostrado interessantes objetos de análise para diversas áreas de estudos que têm em vista discussões sobre as relações sociais atuais. O plano simbólico demonstra ser de grande importância para possíveis entendimentos das interações entre pessoas de distintas condições sociais, culturais e raciais e das imagens depositadas uma sobre as outras, ampliando a imagem daquele país ou região, pois revela como esse imaginário mais amplo e complexo, expresso por simples frases, dá a perceber, de modo mais claro, as interdependências entre os vários fatores envolvidos nos indivíduos e entre tais relações.

Desse modo, consideramos a construção do imaginário social sobre o Brasil, as brasileiras e a sua atualização e permanência pelo discurso, a fim de relacionarmos tais formações simbólicas a alguns meios de manutenção das assimetrias entre gêneros. Nesse intuito, privilegiamos como tema a prática do turismo com fins sexuais, por acreditarmos que tal atividade constitui um interessante campo de estudo, por envolver questões relacionadas não só a gênero, mas também a raça/etnia e classe, além de envolver importantes encontros interculturais baseados nas construções imaginárias previamente adquiridas, nas quais o Outro aparece, em geral, idealizado, marcado pelo ex-ótico.[2]

2 Aqui utilizado no sentido de fora do olhar.

Apesar de todas as conquistas políticas e sociais, as mulheres, de modo geral, permanecem em posição de subalternidade frente aos homens e, principalmente, no caso da prostituição. Ainda é corrente, nas mais diversas sociedades ocidentais, ideias dicotômicas cristalizadas na Modernidade nas quais, através da linguagem, percebe-se que os elementos menos valorizados são identificados ao feminino, enquanto os que recebem maior consideração são associados ao masculino. Assim, a representação estereotipada que aproxima as brasileiras a ideais "físicos" vai em direção à sensualidade e à sexualidade, tolhendo outras possíveis associações relacionadas ao "intelectual", ainda valorizado na esfera social atual, como a cultura ou a inteligência, e pertencentes a classes e etnias mais abastadas por influência da educação formal. Tal operação não deixa de ser parte da estratégia colonial exercida em relação aos estereótipos, que, de acordo com Homi Bhabha ( 2003, p. 119), atuam "como uma forma de crença múltipla e contraditória, [que] reconhece a diferença e simultaneamente a recusa ou mascara".

É importante destacar que tais posicionamentos são também internalizados pelas nativas, o que facilita a manutenção das disparidades estimuladas por esse imaginário, constituindo, assim, o arcabouço ideal para a prática do turismo sexualmente motivado. Nesse contexto, visualizamos que as profissionais do sexo que habitualmente se envolvem com turistas estrangeiros mantêm e reproduzem ideais que relacionam o Brasil à natureza e a Europa à cultura, o que atualiza o imaginário constituído desde o momento da conquista da terra pelos portugueses e a colonização do país. Essa ação de trazer para o presente construções simbólicas do passado não é algo articulado conscientemente pelas nativas; trata-se de uma estratégia discursiva amplamente utilizada por áreas diretamente ligadas à divulgação que reforça, em seus vários tentáculos, a hegemonia de países-metrópoles sobre os paí-

ses colonizados, assim como mantém as assimetrias entre espaços geográficos e, também, entre homens e mulheres.

Essa ideia de valorização do colonizador, hoje em dia revivida como a valorização do Outro, está tão arraigada ao pensamento nacional que, muitas vezes, se torna complicado identificar a tênue linha que separa o reconhecimento das valorizações exacerbadas. Somos sempre instruídos, discursivamente, a ver o de fora com bons olhos, enquanto as características e feitos nacionais costumam ser julgados com peso diferente. Traços positivos e negativos sobre o caráter do povo brasileiro são aqueles imputados pelos "outros", para então serem reconhecidos por nós. Um bom exemplo dessa situação é o caso de muitos artistas nacionais que só ganham prestígio no país depois de serem valorizados no exterior. Dessa forma, seguimos o discurso dominante com poucas tentativas de apresentar um contra-discurso eficiente que vise desvincilhar-nos de tal modo de aculturação, o que só facilita a manutenção das disparidades acima citadas, entre os gêneros e entre brasleiros(as) e estrangeiros(as).

Articulando o imaginário à prática turística, nos remetemos à citação de John Urry (2001, p. 18), que, discorrendo sobre as motivações para viagens, enfatiza:

> Os lugares são escolhidos para ser contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos que constroem e reforçam o olhar.

Sendo a partir dessas (in)formações, previamente construídas, é que o turista vai vivenciar a experiência turística a que se

propõe. Jonathan Culler (1981, p. 127) exemplifica da seguinte maneira:

> O turista se interessa por tudo como um sinal da coisa em si... No mundo inteiro esses exercícios não declarados de semióticos, isto é, os turistas, se inflamam à procura dos sinais das demonstrações de francesismo, do comportamento italiano típico, de cenas orientais exemplares, de autopistas americanas típicas, de *pubs* tradicionais ingleses.

Sinais que são igualmente procurados na sensualidade "típica" das brasileiras, o que, ocasionalmente, pode vir a incentivar a prática de turismo sexual, se o considerarmos como a prática de viagens que envolve relacionamentos sexuais pautados em diferenças socioculturais (em especial, pelo viés articulado às relações sociais de gênero e raça/etnia), aliados a recompensas materiais ou imateriais. Vale destacar também que, apesar de haver alguma distinção nas formas de envolvimento e nos lucros auferidos entre prostitutas e não-profissionais, em ambos os grupos, encontram-se mulheres dispostas a manter relacionamentos, muitas vezes sem envolvimento emocional autêntico, a fim de desfrutar as oportunidades que um possível casamento com um estrangeiro, principalmente quando oriundo de países europeus, pode lhes proporcionar.

Visando especificamente a atuação das prostitutas, é interessante apontar que, no contato com nossas entrevistadas, pudemos verificar que, apesar de alguma autonomia, e mesmo havendo alguma forma de digressão frente às relações sociais padronizadas, seus discursos são carregados de valores dominantes, apesar de, na prática, muitas vezes optarem por caminhos diversos aos usuais. Em diversos casos, elas elegem formas de envolvimento pessoais "alternativas", por exemplo, ou valorizam aspectos mais subjetivos em seus parceiros, em detrimento daqueles mais diretos, quando interpeladas sobre tais questões, sendo os discursos

apresentados muito próximos do senso comum. Elas se remetem constantemente ao ideal de uniões monogâmicas, ao interesse pelo poder aquisitivo dos estrangeiros, ou mesmo, ao desejo de parar de se prostituir, como "desejos" ou "metas" relevantes em suas trajetórias, refletindo, de certo modo, as aspirações que a classe média "padrão" tem em relação às prostitutas, apesar de termos verificado que nem sempre o discurso condiz com a realidade. Pois, em muitos casos, elas não têm a intenção real de parar de se prostituir, nem mesmo têm aspirações monogâmicas.

Ao voltarmos às relações entre prostitutas e turistas, identificamos a prioridade dada por elas aos encontros com estrangeiros e essa preferência pode ser vista, em parte, como um modo de negociação frente às relações em vigor, já que elas procuram aqueles que, ao menos nas suas opiniões, tendem a tratá-las de maneira mais digna, e menos objetificada: "[...] *o gringo quer romance* [...]" (Gabriela); - "[...] *eles tratam a gente como rainha* [...]" (Vivi). Dessa forma, a utilização da categoria de gênero para reflexões sobre as atividades de prostituição em um cenário transnacional demonstrou ser fundamental para uma análise coerente que não se baseasse em características fisiológicas ligadas ao exercício da sexualidade das baianas, mas que, sim, contextualizasse suas condições e o posicionamento nas relações sociais com os homens para poder focar a atenção nas interações que ocorrem entre elas e os estrangeiros.

Portanto, consideramos que "[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas". (SAFFIOTI, 2004, p. 116) E complementamos com a consideração de Londa Schienbinger, que esclarece: "[...] gênero denota relações de poder entre os sexos, e refere-se tanto a homens quanto a mulheres [...]". (SCHIENBINGER, 2001, p. 32) Podemos inferir que as relações sociais que implicam distinções

de poder se apresentam de forma mais complexa quando a dominação se exerce de maneira dissimulada. Se as prostitutas priorizam a clientela estrangeira como modo de subversão, de mostrar que querem e podem ser tratadas de maneira mais digna, a ignorância sobre as condições de vida e os hábitos culturais usuais de tais clientes lhes furta a possibilidade de contextualização sobre a realidade vivida. Os turistas homens partem de posições privilegiadas relacionadas a gênero, classe e raça/etnia, ao encontro de mulheres que vivenciam situações de sujeição nas sociedades nas quais estão inseridas, sem que elas tenham a oportunidade de ter um olhar crítico sobre a situação, ficando à mercê de suas construções imaginárias que, por sua vez, parecem estar baseadas na crença de que as relações sociais entre homens e mulheres podem ser mais igualitárias quando os parceiros são oriundos de culturas diversas da nossa, o que pode ser facilmente contestado através de uma análise mais apurada.

Quando as prostitutas por nós entrevistadas julgam que os representantes de culturas distantes são, de algum modo, parceiros mais interessantes que os brasileiros, podemos ver claramente a manifestação da dominação cultural (e comparativa), em que os europeus são valorizados enquanto outros, provenientes de regiões menos conhecidas, de modo geral, são depreciados. Esse dualismo reflete de que maneira as construções simbólicas têm inculcado, ao longo do tempo, ideais de disparidades culturais que englobam questões de hegemonia e ideologia. Além disso, mais uma vez vemos a manifestação de dicotomias clássicas do pensamento moderno pela qual um lado do par dicotômico pode ter reconhecimento somente em oposição, necessariamente, ao outro.

As diversas críticas contemporâneas visam justamente desmistificar ou desconstruir tal relação, propondo novos olhares para a realidade social e é com esse intuito que pretendemos contribuir. Não cabe aqui ficar alimentando ou criando novos pares

opositivos, mas sim buscar meios de superarmos a necessidade de contraposição. Não devemos apenas denunciar que o imaginário sobre o Brasil é depreciativo das nativas, buscando características que poderiam ser mais "bem vistas", pois, desse modo, ficaríamos presas aos ideais modernistas que pretendemos ultrapassar, nos quais apenas alguns aspectos são valorizados em oposição a outros. Assim como não nos cabe julgar se a atividade de prostituição é boa ou ruim, se emancipa ou reforça traços de subalternidade das mulheres, pois a dinâmica social demonstra que cada caso pode ser interpretado de uma maneira, sendo inviável qualquer tipo de generalização. O importante é prover meios para que as mulheres possam visualizar os mecanismos de poder presentes nas construções simbólicas em que aparecem apenas como objetos, mercadoria para consumo, a fim de que elas próprias tenham condições de provocar a re-articulação de tal posicionamento, assumindo posturas ativas.

## *Referências*


BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CULLER, Jonathan. Semiotics of tourism. *American Journal of Semiotics*, Charlottesville, v. 1, n. 2, p. 127–140, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

URRY, John. *O olhar do turista*: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001. (Coleção Megalópolis).

# *MALU MULHER* (1979/80) *E MULHER* (1998/99) *dois seriados que dialogam com o feminismo*

Cristiane Ferreira de Sá
Ivia Alves

## *Introdução*

Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, Daniel Filho criou, para a TV Globo, o seriado *Malu Mulher* no qual várias ideias, discutidas na sociedade e veiculadas por outros programas do canal, foram articuladas sintetizando nesta ficção a transformação da "condição da mulher" dos anos 60/70. Na época, os programas de televisão abordavam questões sobre o cotidiano das mulheres e surgiam novas revistas que tratavam desta "nova mulher". Tais produções da mídia foram bastante significativas para a divulgação das discussões levantadas pelo movimento feminista que se encontrava, então, em plena atividade.

Vinte anos depois, no final dos anos de 1990, novamente o mesmo diretor virá a ser responsável pela criação de outro seriado, intitulado *Mulher*, uma produção que tentava dar conta dos temas sobre mulheres discutidos no final da década e do Século XX. Seriam os mesmos? Quais aqueles que persistiram, quais aqueles descartados ou que não mais se incluíam na agenda feminista? Enfim, estaria o seriado se propondo a tratar sobre para onde se orientavam as mulheres?

Em seu livro, *O circo eletrônico* (2001), Daniel Filho, o criador, produtor e diretor geral dos dois seriados, afirma que a temática desenvolvida em *Mulher* (1998/99) é uma continuação, ou melhor, uma "revisão" do seriado de 1979/80, entendendo o sentido de revisão[1] como uma nova leitura daquelas questões que, em 1970, mereceram determinado tratamento em *Malu Mulher*. No entanto, apesar desta sua explícita declaração, no segundo seriado, não aparecem os mesmos temas nem a série parece empenhada na busca da cidadania das mulheres.

Talvez ele quisesse dizer com "revisão" trabalhar os temas em outra clave, pois o seriado *Mulher* já não se encontrava tão comprometido com as questões ou bandeiras das mulheres, assumindo a posição de que as mulheres já se encontravam emancipadas, porém, com outras demandas. Se *Mulher* é uma continuação, o seriado deveria ter sido abordado de uma forma que continuasse a discussão das questões sociais e dos direitos das mulheres tais como a violência, o aborto, as assimetrias de gênero. Mas isso não ocorreu, visto que as questões focalizadas acabaram sendo mostradas como problemas de saúde pública, de saúde da mulher, da mulher na família e de planejamento familiar, um enfoque também importante, mas não suficiente para o criador afirmar ser uma "revisão" do seriado de vinte anos atrás.

1 Retirado do Dicionário Aurélio Beta (2008): "s. f. Ato ou efeito de rever ou revisar; nova leitura, novo exame: revisão de provas.

Por outro lado, focando a trama principal e as secundárias em mulheres casadas (na maioria dos episódios) ou solteiras independentes economicamente, tal como uma das principais personagens e sua amiga que se voltam para a busca do par afetivo, do companheiro, transforma, ou demonstra, de alguma maneira, uma vida emocional incompleta, de altos e baixos.

## *Seriados*

Essa é uma produção com formato fechado, isto é, cada episódio é independente do outro, podendo um episódio ter relação com o anterior, porém sem impedir que o telespectador compreenda do que se trata; é exibida por temporadas, uma vez por semana, e têm duração de 40 a 45 minutos. Em sua produção há uma aproximação com o discurso cinematográfico (SANTOS, 2003, p. 1-2), dando mais espaço à experimentação.

### *Malu Mulher*

Como reflexo de todas as discussões feministas que permeavam a sociedade e o cotidiano das mulheres na década de 1970, o seriado *Malu Mulher*, com a utilização de uma linguagem acessível, levou para a televisão a discussão de várias questões, através da protagonista Malu (apelido de Maria Lúcia Fonseca) que, vivendo em seu casamento as mesmas situações típicas do cotidiano das mulheres de classe média brasileira - problemas conjugais, a criação dos filhos, a falta de um emprego fixo - e vivendo apenas o papel de dona de casa, resolve, sem que haja propriamente uma causa aparente, pedir a separação.

Essa era uma situação vivida por várias mulheres jovens, casadas, universitárias, mantidas financeiramente pelos maridos e submissas ao "seu papel", aquele designado pela sociedade burguesa, embora, para esta geração, o casamento não fosse o único

objetivo de vida. De maneira geral, o seriado não só mostrava o aparecimento de uma nova mulher, menos condicionada a viver em função do lar e da família e que vai em busca dos seus ideais, de uma vivência mais íntima com a sociedade e seus problemas – não é por acaso que a personagem Malu era graduada em Sociologia e acompanhava de longe em seu "ninho/lar" o que se passava na sociedade por, ocasionalmente, datilografar resultados de pesquisas de campo da área –, mas que, instrumentalizada pela sua formação e, já separada, precisa de um emprego para sobreviver, o que a leva para o âmbito público, a lidar com várias questões pelas quais ela não passava dentro do lar.

Como socióloga, Malu tinha a possibilidade de avaliar/analisar a vida brasileira, bem como de estar a par das preocupações e das mudanças que vinham se operando para as minorias, mesmo sob a ditadura. E como se isso não bastasse, havia ainda a preocupação com a sua profissão que, na época, teve cassados sua regulamentação e seu registro pelo regime autoritário. Assim, Malu se aproxima das questões sociais, esmiúça o coletivo, se torna consciente da 'condição da mulher' na época e passa a refletir e discutir sobre os vários temas que afligiam as mulheres.

Ao longo de dois anos e de 76 episódios,[2] o público assistiu à discussão de uma agenda feminista e social através de temas como problemas no casamento, divórcio (tão combatido pela sociedade), aborto (favorável à legalização), virgindade, solteirice x casamento, assédio sexual, sexualidade e opções sexuais (este último, superficial ou sutilmente, talvez pela censura militar), menopausa (prazer x reprodução), violação dos direitos humanos, impedimentos de a mulher voltar a estudar e de dirigir carro, conflito di-

2 Entretanto, tomei como base para minha pesquisa, as coleções editadas posteriormente pela Som Livre, disponibilizadas em DVD, mas os episódios foram selecionados: assim, *Malu Mulher*, com duas temporadas e cerca de 76 episódios, ficou reduzido a 10 episódios (talvez, em função do tipo precário de gravação da época, tenha ficado em estado de degradação); e *Mulher*, também com duas temporadas e cerca de 62 episódios, a 20 episódios.

nheiro x felicidade, profissionalização da mulher para o trabalho no âmbito público, vários tipos de violência doméstica (desde a psicológica até a violência física), sempre tratados pelo desnudamento dos 'mitos da naturalização' e em direção à desnaturalização de situações e comportamentos das mulheres, muitos dos quais, trabalhados inicialmente por esta série, foram retomados e abordados na televisão nos anos subsequentes.

Diferente das novelas e mesmo das séries de sua época, o início da narrativa, com o pedido de separação do casamento, já era uma quebra de paradigma para a sociedade brasileira. O seriado, quando veiculado pelo canal, dentro de uma sociedade conservadora e preconceituosa e politicamente abafada pela ditadura, foi provocativo para a sua época. Inovador para a televisão brasileira, grande parte dos temas abordados foram muito relevantes para a emancipação das mulheres e recorrentes nas pautas do movimento feminista nos anos setenta/oitenta do Século XX.

Talvez por não abarcar todas as classes sociais da sociedade brasileira, visto que a escolarização média e superior das mulheres ainda era recente e o modelo patriarcal ainda muito arraigado em estados menos urbanos do que Rio e São Paulo, onde se passa a ação, houve uma espécie de choque quando da sua veiculação. Além de afrontar os costumes da época e a ditadura, principalmente porque passa a ser mostrado como fato comum a existência da mulher separada (descasada), essa nova forma de atitude social vai se debater com uma tradição de séculos. Na realidade, *Malu Mulher* era destinado às classes média e alta que se encontravam dentro desta transformação e o canal, procurando não encarar de frente os possíveis protestos, veiculou o programa às 22 horas, na época, horário em que a Globo veiculava novelas e séries experimentais para adultos(as). Mesmo assim, a repercussão foi muito forte para o público e, mais ainda para a ditadura militar, tendo tido seu criador problemas com a censura. Como afirma, em um

blog, Heloisa Buarque de Almeida (2009), em um texto intitulado "A virada da mulher nos anos 1970":

> Malu não atinge diretamente todas as mulheres, nem todas as camadas sociais tinham TV nos anos 1979-80, e Malu era exibido às 22hs - horário em que as camadas trabalhadoras não assistem à TV, porque quem acorda às 5 da manhã, precisa dormir mais cedo. Era um seriado dirigido às mulheres de camadas médias mais ou menos 'parecidas' com Malu - mulheres por volta dos 30 e poucos anos, com filhos, que trabalhavam (ou queriam trabalhar) fora, e que estariam incorporando também os valores do feminismo. Mas a Globo nunca usa o termo 'feminismo' para falar do seriado - usavam o termo 'emancipação'.

O formato da série tomava como base os seriados norte-americanos, isto é, em cada episódio havia um tema central e, relacionado a ele ou em oposição, se desenvolviam dois ou três subtemas os quais poderiam ter a participação de Malu ou decorrer paralelamente. Muitos desses temas ou subtemas avançavam em discussões ou comentários pelo fato de ela ser socióloga e estar a par das estatísticas brasileiras e por estar a série envolvida por uma sociedade politicamente consciente (pelo menos, aquela parcela da audiência), por causa do contexto social da época de ditadura, "guerra fria" e divisões ideológicas entre direita e esquerda.

Nas falas de Malu, predomina um tom de denúncia de situações sociais (misturada à perplexidade de ter sido criada dentro de "certas verdades" que então eram desnudadas) que atingiam posições ideológico-políticas e, principalmente, a situação das mulheres de todas as classes, incluindo as populares.

Apesar do tom de crítica ou denúncia, nas falas de Malu e, às vezes, nas de outras personagens, percebe-se, nos episódios, que a série dá margem ao discurso comum e ao discurso alternativo, na medida em que o tratamento do tema dá conta dessas visões que começavam a correr paralelamente: a tradicional e a emancipatória.

O seriado foi muito bem estruturado e sua produção cuidadosa, desde a música de abertura, que foi escrita para a série com versos que falavam sobre reconstruir a vida sozinha após a decisão da separação e se tornou um hino para as mulheres que experimentavam um casamento frustrado e tomaram a decisão de sair da relação, incentivando e sinalizando que o "começar de novo" contando consigo mesma não era para ser temido, que valia a pena se conhecer e saber de sua força.

### *Mulher*

Vinte anos depois, é lançado o seriado *Mulher* (1998/99), também criação e produção de Daniel Filho, inserido em outro contexto histórico-cultural, em um momento de estabilidade no país, que já se encontrava em estado de democracia plena, com eleições, mas que, em termos de avanço dos direitos da mulher, ainda circulava por caminhos enviesados.

*Mulher* – cuja música de abertura foi escrita por Sady Cabral, sintomaticamente, uma composição escrita nas décadas de quarenta – trata do cotidiano profissional e da vida íntima de duas médicas ginecologistas, Martha Correia Lopes e Cristina Brandão (Cris) que trabalham em uma clínica (a Machado de Alencar), e tem como cenário um bairro da zona sul do Rio de Janeiro.[3] É neste cotidiano de uma clínica especializada no tratamento de mulheres que se desenvolvem os conflitos de relações de poder profissionais, de gênero, de classes e de etnias.

As doutoras Martha (a personagem madura) e Cristina (a mais jovem) são configuradas como mulheres independentes, fortes e competentes em suas profissões. Martha, casada, tem cerca de 60

3 O seriado tem como recorte espacial o Rio de Janeiro, cidade bastante desenvolvida, localizada no sudeste brasileiro onde a Rede Globo tem seu estúdio central e onde foi utilizada a mais alta tecnologia para a produção do seriado quefoi o pioneiro no Brasil na linha de produção de programas feitos em película, ou seja, com câmaras de cinema e processo de filmagem diferente do utilizado normalmente em TV.

anos e uma carreira consolidada; a mais moça, Cris, na faixa dos trinta anos, mineira, foi para o Rio de Janeiro em busca de emprego, de liberdade em relação à família, além do desejo de viver em uma cidade mais cosmopolita. O encontro das duas se dá por acaso e a jovem médica é convidada para trabalhar na Clínica, que é administrada por um homem (uma relação que trará o desenvolvimento de vários conflitos). Cris é amiga da advogada Shirley, com quem divide o apartamento, e que, também, tem mais de 30 anos, é advogada e independente financeiramente. Ambas são solteiras e têm plena liberdade sexual.

As estórias se centram em um tripé temático: a clínica, dirigida por um administrador (Afrânio), que está sempre em conflito entre o interesse econômico, o lucro, e a visão idealista das duas médicas, motivo de muitos embates. As tramas primárias se desenvolvem a partir dos problemas dos pacientes, do ambiente de trabalho e as secundárias focalizam os problemas pessoais de cada uma das protagonistas.

Em cada episódio, existe um tema central que é utilizado para desencadear alguma discussão, na maioria das vezes, relacionada à saúde da mulher. O tratamento dado aos temas pouco leva em consideração a situação das mulheres na sociedade e as questões levantadas pelo feminismo em relação à sua saúde; independentemente de geração, classe ou etnia, eles vão ser ilustrações exemplares visando informar uma grande audiência e, em função disto, são utilizados termos técnicos relacionados à área de medicina com uma linguagem bem simples e explicativa para o público.[4]

As questões que permeiam o cotidiano das mulheres na narrativa em análise, além de sua apresentação didática, estão voltadas para a saúde da mulher, tais como gravidez, aids, estupro, violência doméstica, gravidez na adolescência, menopausa, DSTs,

4 Vide artigo de Rosa Maria Bueno Fischer (2001, p. 597).

desagregamento familiar, drogas, entre outros, e utilizam uma linguagem simples e de fácil acesso ensinando ao/à telespectador(a) a se prevenir, a tomar os devidos cuidados com a saúde.

Em paralelo aos temas centrais dos episódios, são desenvolvidos, em geral, dois subtemas, um em tom cômico ou humorístico (em geral, este contraponto é feito por duas personagens, a amiga de Cris e sua ânsia de encontrar o namorado ideal, e/ou o dono da clínica, na sua busca de lucro ou na sua inabilidade com as mulheres) e outro mais sério, que envolve o elenco fixo, no qual são discutidos os conflitos da vida pessoal e cotidiana das duas médicas e seus relacionamentos.

Para Daniel Filho (2001, p. 107), esse tom de comédia era essencial e a personagem Shirley foi fundamental para esse papel, pois seus diálogos com Cris e suas lamentações sobre sua vida amorosa eram sempre cômicos, de forma que o personagem tinha a função de fazer com que a juventude pudesse se identificar e os diálogos não parecessem velhos.

O formato de *Mulher* também é similar aos seriados exibidos nos Estados Unidos, que já vinham se impondo nas madrugadas das televisões abertas como forma alternativa de narrativa seriada às novelas, e a Rede Globo contratou uma roteirista norte-americana, Lynn Mamet, com experiência nesse formato, a partir de uma sugestão de Daniel Filho e de Boni (equipe de produção de programas da Rede Globo), que, junto com a equipe de criação brasileira, desenvolveu a estória (plot) e planejou todos os episódios do primeiro ano, trazendo uma outra inovação: o desenvolvimento e a escrita de todos os capítulos um ano antes de serem produzidos.

## *Entre os dois seriados*

O tema da liberação da mulher já vinha sendo explorado, sob vários aspectos, em diversas novelas e, assim, nada demais ter uma médica protagonista com quase trinta anos sem uma vida afetiva estabilizada. Porém, como o lado afetivo já começava a aparecer como um forte elemento na década de 1990, o foco da narrativa agregou a vida afetiva destas profissionais já independentes financeiramente e liberadas sexualmente ao cotidiano profissional. Daí, vários subtemas afetivos preencherem as relações de todos os personagens principais.

Um dos pontos mais intrigantes no seriado *Mulher* é o fato de tratar das questões das mulheres partindo de questões médicas, ou seja, direcionando todos os problemas que envolvem o cotidiano e a cidadania das mulheres para questões de saúde, de reprodução, sugerindo um deslocamento dos temas antes relativos à agenda das militantes feministas para as políticas públicas de saúde. A narrativa deste seriado não mais coloca as mulheres à procura de sua emancipação e reivindicações de trabalho ou evidenciando as assimetrias nas relações de poder, mas como emancipadas, ocupando os espaços públicos em profissões de prestígio, com suas carreiras já consolidadas, assim como não perpassa pelos episódios nenhuma sombra de preconceitos ou assimetrias de gênero. As questões relativas às reivindicações das mulheres neste seriado ficaram esquecidas, como se fosse algo do passado longínquo, deixando transparecer que, naquele momento, as mulheres não tinham mais pelo que lutar, que não havia mais nada a conquistar, parecendo ficar evidente que, às mulheres, restaria somente sofrer as consequências de sua emancipação.

Por outro lado, a representação da independência das duas profissionais deixa claro que a emancipação dificilmente poderá ser equilibrada com suas vidas afetivas e a prova disso está nas fa-

las do marido de Martha (já aposentado) que sempre lhe lembra que ela foi uma mãe ausente. As formas de realização da ocupação das mulheres do espaço público é uma questão, ainda, a ser observada, pois, para os roteiristas, a relação que a Dra. Martha mantém com seus pacientes, como afirma Lindinalva Rubim (2002), só pode ser representada pelo deslocamento de um relacionamento maternal, próprio da vida privada, que vai se configurar na esfera pública. Assim, os roteiros escritos por homens parecem só poder pensar o lado afetivo da mulher como amor maternal, tornando ambígua a relação da médica e seus pacientes, na medida em que a Dra. Martha age na vida pública como uma supermãe, inclusive na sua relação com a colega, a Dra. Chris.

As diferenças entre os dois seriados, e sem o sentido de revisão, apesar de o criador assim considerar, não param por aí. Comparando-se as músicas, a do seriado *Malu Mulher* (*Começar de novo*, composição de Ivan Lins e Vitor Martins, para o próprio seriado) mostra uma grande diferença em relação à mulher abstrata, perigosa e inatingível daquela do seriado *Mulher*, pois, enquanto a primeira é um canto sobre os seus passos daquele momento em diante, a escolha da música *Mulher* retroage em décadas, ao tratar de uma mulher inatingível e sedutora, como se a ela fosse atribuído o poder de jogar com os sentimentos alheios, confirmando a impressão de que os assuntos relacionados ao cotidiano das mulheres haviam perdido a importância ou não interessavam mais naquele momento, restando apenas a preocupação com a afetividade.

Há, portanto, nesse último seriado, uma atmosfera sugestiva, como se as mulheres do fim da década de 1990 já tivessem atingido o ápice de suas conquistas (profissionais) restando alcançar a harmoniosa convivência com o seu parceiro, como se todas as dificuldades tivessem se dirimido ou estivessem sob controle e as reivindicações já estivessem resolvidas graças às políticas pú-

blicas, observando-se que, nestas, foram agregadas a família e a maternidade.

E sabemos que não é bem assim, que há muito a ser conquistado, ainda, na esfera pública e na privada, principalmente nas relações de trabalho, campo em que as mulheres continuam lutando por seus direitos, bem como na vida familiar. No entanto, se os dois seriados apresentam apenas fotografias do cotidiano de cada década, com seus contextos históricos diferentes, abordando em seus episódios questões diversificadas, ambos se tornam um depoimento de cada época. Os produtores dos seriados certamente tinham consciência do que se passava nos dois momentos, das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais por que passava o Brasil no contexto em que cada um foi produzido, o que pode ser percebido nas palavras do Daniel Filho (2001, p. 91), idealizador e diretor geral do seriado, que, em relação a *Malu Mulher*, escreve em seu livro:

> Apesar de o produtor sempre colocar um pouco de sua vivência no que está fazendo, ficar antenado é fundamental. Por exemplo, o tema da mulher separada, usado em *Malu Mulher*, foi um dado pessoal: eu tinha me separado pela segunda vez e achava que seria interessante levar à televisão a questão da relação conjugal: quem é culpado numa separação, a experiência de ser divorciado. Sem falar que, no final dos anos 70, a emancipação feminina estava a todo vapor.
> Existe sempre um conceito, um *high concept*, que estrutura a história. No caso, a emancipação feminina, o despreparo da personagem para isso, a pílula, a interrupção dos estudos; ela é uma pessoa inteligente, mas ainda educada para ser dona de casa.

Embora Daniel Filho (2001) não faça referência ao movimento feminista, deixa, porém, claro que a emancipação das mulheres foi um dos fatores relevantes que levaram à produção do seriado. Além do mais, as abordagens dos temas parecem dialogar com as questões do feminismo, como é o caso do episódio "Ainda não é

hora",[5] que trata sobre o aborto e o direito da mulher escolher o que fazer com seu corpo e com a maternidade. Como afirma Almeida (2007, p. 9), neste episódio, Malu assume uma postura que pode ser classificada como feminista, traduzindo uma das bandeiras do feminismo, a frase "Meu corpo é meu".

## *Entre as duas décadas*

Como consequência do movimento feminista, as questões sobre as mulheres foram, cada vez mais, ganhando visibilidade em todos os espaços, como nos programas televisivos e, inclusive, nas "plataformas eleitorais de governos progressistas" (SOARES, 1994, p. 19), sendo também consequência desta luta, a ideia de incorporar as questões e reivindicações das mulheres às políticas sociais do Estado, pois,

> [...] por iniciativa das militantes feministas nos partidos, a partir de 1982, surgiram organismos governamentais, responsáveis por coordenar a ação do Estado visando a igualdade das mulheres, e em decorrência a criação em diversos níveis (nacional, estadual e municipal) dos Conselhos dos Direitos da Mulher (SOARES, 1994, p. 18)

Assim, em 1985, surge a primeira Delegacia Especializada da Mulher[6] e é neste momento que se percebe que as reivindicações passam a ser atendidas pelas políticas públicas.

Em relação ao trabalho das mulheres, ocorreram profundas transformações, no que se refere aos padrões de comportamento e ao papel social a elas atribuído, pois o impacto do movimento feminista fez ampliar a sua atuação no espaço público, criando uma

5 Episódio 4, 1ª temporada. Roteiro: Armando Costa, Euclydes Marinho, Lenita Plonczynski, Renata Pallottini. Diretor: Daniel Filho.

6 Há 25 anos, São Paulo criava a primeira Delegacia da Mulher e hoje o Brasil tem 421, mas acreditamos que ainda falta uma maior proliferação de unidades pelo país.

nova identidade para as mulheres, que buscavam, cada vez mais, se qualificar e entrar no mercado de trabalho:

> A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades foram aspectos fundamentais desse amplo processo de transformação. A queda da taxa de fecundidade, uma das mais profundas transformações demográficas ocorridas no país desde o final dos anos sessenta [referindo-se ao início da década de oitenta], graças à adoção de práticas anticonceptivas, também desempenhou papel fundamental na ampliação da atividade feminina. Mulheres mais instruídas, de nível sócio-econômico mais elevado e economicamente ativas, passaram a ter menor número de filhos e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais disponíveis para o trabalho. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996, p. 484)

Percebe-se que as mulheres das décadas de setenta e oitenta do século passado tinham como meta alcançar a independência e, para isso, procuraram se especializar, entrar nas universidades, diminuir o número de filhos com a finalidade de ingressar no mercado de trabalho com mais facilidade. Malu é um exemplo desse modelo de mulher, pois, mesmo com as dificuldades do casamento, o trabalho doméstico e os cuidados com sua filha, ela, mesmo casada, consegue concluir o curso de Sociologia porque a sua meta era trabalhar e tornar-se independente, uma vez que, como se percebe pelo seu discurso, ela não se conformava com as relações existentes entre homens e mulheres e, basicamente, não acatava os papéis sociais estabelecidos pela burguesia do século dezenove.

As mulheres chegaram, então, aos anos noventa, no Brasil, firmadas no mercado de trabalho, com carreiras, até certo ponto, promissoras, devido, em boa parte, à mudança ocorrida no âmbito familiar: menor número de filhos,[7] uma vez que os métodos con-

7 A revista Veja de 5 de junho de 1991, traz como reportagem de capa "Menos filhos, mães no trabalho", são entrevistas que mostram que as famílias brasileiras chegaram aos anos noventa com um número muito reduzido de filhos, com um ou dois filhos no máximo. Vários casais, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, optaram por uma família reduzida para

traceptivos tornaram a maternidade uma escolha; muitas delas, ao privilegiarem a independência econômica, a liberação sexual, se separaram ou se divorciaram, tornando-se chefes de famílias; outras continuaram casadas, conciliando filhos e casamento com o trabalho, situação que difere muito de décadas anteriores aos anos 1970, nas quais as mulheres não tinham acesso aos estudos e tinham um número elevado de filhos.

Independentemente de seu estado civil, as mulheres continuaram em busca de novas oportunidades nos espaços públicos e se empenharam em deixar o lugar tradicional, o espaço privado/doméstico, até mesmo porque era necessário, pois, com a crescente urbanização do país, a vida na cidade demandava mais dinheiro e, mesmo que os salários não fossem (e continuam não sendo) os mesmos entre os dois sexos, ainda que elas executassem as mesmas atividades dos homens, mesmo com salários inferiores e a dupla jornada, elas preferiram o trabalho externo.

Parece que a partir dos anos noventa, os ventos tomaram outros rumos, convidando as mulheres a assumirem o seu estado feminino. Durante toda a década de 1990, a revista *Veja* exibia reportagens que procuravam diferenciar as mulheres dos homens – como a reportagem 'fantasiada' de científica, "Viva a diferença" (22 de março de 1995), que trata sobre a diferença entre o cérebro masculino e o feminino – e procurava explicar porque as mulheres são mais aptas a fazer determinados tipos de trabalhos do que os homens ou porque as mulheres são mais emotivas e os homens mais racionais. Apesar de a revista afirmar que não existe supremacia de um cérebro sobre o outro, voltava a naturalizar, através de termos científicos, algumas funções que a sociedade considera feminina, como, por exemplo, a realização de determinadas tarefas domésticas.

---

que os dois pudessem trabalhar fora, o número de mulheres que trabalhavam fora chegava a 69%, em relação aos pais cujas mães haviam trabalhado fora, que era de 15%.

A ocorrência de reportagens desse tipo sugere que a independência das mulheres teria começado a incomodar, causando conflito, e em decorrência disto se vai perceber um contra ataque a essas conquistas. É, principalmente, através da mídia que se explicitam os discursos contrários às aspirações das mulheres e do movimento feminista. Assim, inunda as reportagens, a valorização dos corpos e da beleza das mulheres. Essa onda antifeminista começou nos Estados Unidos no início dos anos 80, segundo Susan Faludi (2001, p. 94):

> [...] a torcida pseudofeminista da mídia parou de repente no começo dos anos 1980 – e a imprensa começou logo a entoar um canto fúnebre. O feminismo está 'morto', as manchetes se encarregavam de anunciar por toda parte.

Anos mais tarde, a mesma revista *Veja* publica a reportagem, escrita por Eliana Simonetti, "*Os homens que se cuidem*",[8] que noticia o avanço (o empoderamento) das mulheres em busca de melhores cargos ou ocupando as vagas de trabalho que antes eram somente para homens. O trecho que diz que:

> [...] dos 228.000 postos de trabalhos gerados no país para candidatos com pelo menos o segundo grau completo, entre outubro de 1996 e setembro de 1997, mais da metade foram conquistados por trabalhadoras

É sintomático, mas a reportagem é tendenciosa, pois tenta disseminar a ideia de que o problema com os preconceitos estão superados, quando afirma que:

> O Brasil é estigmatizado como país machista que afoga a mulher, impedindo o seu acesso a posições sociais importantes e pagando-lhes menos no mercado de trabalho. É uma visão antiga, enraizada no pensamento das pessoas, como uma dessas verdades que não mudam.

8 Ver Simonetti (1998).

Além de não discutir o fato de as mulheres receberem salário inferior ao dos homens, a matéria não informa que elas ocupam, em sua maioria, os empregos ou funções menos valorizadas, não alcançando os postos de chefia de uma empresa. A questão do assédio sexual sofrido pelas mulheres é descartada, preferindo ridicularizar o feminismo afirmando que:

> [...] enquanto a discussão continua em ambientes acadêmicos ou reuniões de feministas, a mulher está destruindo silenciosamente o mito da desigualdade, sem que ninguém precise puxá-la pelo braço. Ela já sabe andar sozinha.[9]

Afirma Margareth Rago (1995/1996) que parece que não se ouve mais falar do feminismo, que todos estão convencidos do seu desaparecimento, principalmente o dito 'senso comum',[10] chegando a questionar por que nem mesmo as mulheres são capazes de reconhecer que o que se conquistou em prol das mulheres é resultado das pressões das lutas militantes das feministas de décadas passadas.

Acreditamos que o avanço das mulheres nos espaços públicos com a conscientização da desigualdade existente entre homens e mulheres, a diminuição do número de filhos ou a opção por não tê-los desencadeou um movimento contrário por parte da sociedade tradicional, sendo seu interlocutor a mídia, que começou a tentar mostrar para as mulheres, principalmente através de programas de televisão, qual o seu verdadeiro lugar, o que elas devem fazer para não sofrerem as consequências do que está acontecendo com suas famílias ou com seus filhos. Trazendo para a cena determinadas situações, a mídia televisiva desenvolve, através de seus programas, como demonstrado através da personagem Dra.

9 Ver Simonetti (1998).

10 O senso comum é visto como a compreensão de todas as coisas por meio do saber social, ou seja, é o saber que se adquire através de experiências vividas ou ouvidas do cotidiano. Engloba costumes, hábitos, tradições, normas, éticas e tudo aquilo que se necessita para viver.

Martha, do seriado *Mulher*, e secundada pela mídia impressa, sua tentativa de culpá-las pelos infortúnios que porventura venham a acontecer com as suas famílias atuais.

Ao examinar o discurso televisivo, Susan Faludi (2001, p. 95) afirma que foi a própria mídia:

> [...] que cunhou os termos que todo mundo passou a usar: 'falta de homens', 'relógio biológico' (que se refere à hora em que as mulheres acham que devem ser mães), 'corrida para ser mãe' e 'pós-feminismo'.

O seriado *Mulher* (1998/1999) é um exemplo claro do tipo de discurso que tenta levar as mulheres de volta ao lar, representando-as como independentes e com carreiras bem sucedidas, mas, sutilmente, insinuando os problemas causados por essa independência, com a mulher não conseguindo conciliar a carreira com o casamento e a família. A Dra. Cris poderia ser filha dessa geração, da geração da personagem Malu dos anos 1980, que colocou a carreira como seu objetivo e hoje é uma mulher independente, mas está à procura de uma estabilização afetiva. A partir daí, o seriado busca apontar os problemas que ambas enfrentam em seu cotidiano, na vida privada e na amorosa que são frutos dos caminhos escolhidos por elas. Percebe-se, então, que o seriado imprime a ideia de que as consequências podem ser muito desastrosas para as mulheres que procuram seguir o mesmo caminho da Dra. Martha, que este não é o caminho a ser seguido pela jovem médica, nem pela sua amiga.

Parece, portanto, que as preocupações, no contexto do final da década de 1990, são diferentes de vinte anos atrás, quando a mídia tentava mostrar que as mulheres conseguiriam alcançar suas metas, atingindo sua independência sexual e econômica e, possivelmente, uma relação harmoniosa, desde que os homens descartassem o machismo. Em *Mulher*, observa-se a Dra. Mar-

tha aconselhar à jovem médica que não espere muito tempo para ter um filho e que faça tudo diferente do que ela fez, ou seja, não coloque o trabalho em primeiro plano em sua vida, sinalizando ter feito a escolha errada. Assim, o seriado insinua que as mulheres devem pensar duas vezes se conseguirão ou não conciliar a carreira com o casamento, passando a ideia de que elas podem até escolher os dois, mas irão viver a vida inteira buscando um equilíbrio inglório entre a família e sua profissão e, quase sempre, perseguidas pela culpa por não conseguir cumprir todas as obrigações que lhes impõe a nossa sociedade ainda baseada nos modelos patriarcais.

As observações aqui expostas como reflexões sobre os dois seriados podem ser sintetizadas pelas palavras de Susan Faludi (2001, p. 17), quando escreve sobre o contradiscurso antifeminista que começou timidamente na década de oitenta nos Estados Unidos:

> A verdade é que os anos 80 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, levando a um retrocesso, a uma tentativa de reduzir o punhado de pequenas e sofridas vitórias que o movimento feminista a custo conseguiu. Este refluxo antifeminista, ou backlash, é extremamente insidioso: travestido de versão popular da Grande Mentira, enfeita-se pomposamente com um halo de verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína.

Esse *backlash*, esse retrocesso, que busca levar as mulheres de voltar ao lar, é bastante visível no seriado *Mulher* cujos discursos parecem contrários às aspirações feministas, uma vez que não dá conta das questões mencionadas no seriado *Malu Mulher*. E, ainda mais: as mulheres são colocadas como seres passivos, que não questionam as desigualdades de gênero, como a relação entre o diretor da clínica e as médicas, percebendo-se uma forte ten-

dência à banalização das situações, que ficam explícitas no desdobramento das tramas que insistem em "[...] reacender ideais de domesticidade há muito tempo desestimulados". (COSTA, 2004, p. 24)

No seriado do final dos anos noventa, percebe-se, nitidamente, a influência da cultura norte-americana, uma vez que "[...] ao tematizar o binômio saúde e a medicina, *Mulher* repete a fórmula americana dos seriados de sucesso, a exemplo de *Emergency--room doctors*, *Chicago Hope* e *Plantão médico*". (RUBIM, 2002, p. 2) Não foi à toa que os seus produtores (a rede Globo) foram auxiliados por Lynn Mamet, uma roteirista de Hollywood, que foi convidada, especialmente, para auxiliar nessa produção, o que pode ter sido um dos motivos de, a partir da década de noventa, presenciarmos, com mais intensidade, produções televisivas com esse teor, ou seja, com dinâmica semelhante à dos seriados norte-americanos e provavelmente com a ideologia que já havia se instalado nos produtos semelhantes nos EUA. Basta lembrar o sucesso de *Sex and the city*, entre outros.

Como afirma Daniel Filho (2001, p. 91), o seriado *Malu Mulher* foi escrito quando "a emancipação feminina [feminista] estava a todo vapor", e nele, de fato, se percebe a influência desta emancipação e das ideias feministas; no caso de *Mulher* não foi diferente, o produtor não o criou de forma aleatória, mas adiantou um pouco à realidade brasileira, o que viria ser o bordão atual: um belo corpo.

Os leitores podem dizer que os tempos mudaram, mas, o que se percebe, atualmente, é a tentativa de colocar as mulheres no seu devido lugar: o de um corpo objeto, independentemente de profissão e de independência econômica, para o prazer do homem, maldosamente informado como 'autoestima' da mulher feminina.

Boa parte da geração jovem dos anos noventa não reconhece os feitos do feminismo. Impera para essa geração a ideia de que o

feminismo acabou e que não há mais nada a se conquistar. Certamente, isso foi desencadeado pela própria mídia, influenciada pelas idéias que perpassam os filmes para jovens e as séries produzidas nos Estados Unidos que passaram a ser uma ideologia que ecoa em outros países, dentre os quais o Brasil.

A televisão, assim, através dos seus programas, utiliza mecanismos para reforçar e estabelecer relações de dominação que outrora se tentou desconstruir, influenciando as gerações jovens em seus determinados contextos históricos e culturais, e vai organizar o futuro de acordo com as necessidades convenientes a um determinado grupo dominante, enquanto o passado fica consagrado apenas em memória, fica esquecido como algo já superado e que não mais necessita de atenção.

## *Referências*


ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Educação do corpo: o seriado Mulher e a promoção de mensagens médico-preventivas na tela da Globo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais eletrônicos...*, Caxambu, MG: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101>. Acesso em: 23 abr. 2010.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Gênero e sexualidade na mídia: de "Malu" a "Mulher". ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 31., 2007. Caxambu. *Anais...*, Caxambu, MG: [s.n.], 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu, MG: [s.n.], 1996. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A24.pdf/>. Acesso em: 23 out. 2010.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 13-30, 2001. DOSSIÊ: feminismo em questão, questões do feminismo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/ n16a02.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Labrys, *Estudos Feministas*, UFSC, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm#_edn2>. Acesso em: 13 mar. 2010.

COSTA, Suely G. Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 23-36, set./dez. 2004. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/381/38109903.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2010.

DICIONÁRIO do Aurélio Beta. 2008-. Disponível em: <www.dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em: 20 out. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FALUDI, Susan. *Backlash, o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FILHO, Daniel. *O circo eletrônico*: fazendo TV no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, ano 9, n. 2, p. 586-599, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2010.

FLAUSINO, Márcia Coelho. *A construção do feminino*: representações do feminino no seriado Mulher (1998-99). Brasília, 2001, 145 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 91, n. 7 p. 7-22. nov. 1994. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/743.pdf>. Acesso em: 23 out. 2010.

MALU Mulher. Escrito por: Armando Costa, Lenita Plonczynski, Renata Palottini, Manoel Carlos e Euclydes Marinho. Direção: Daniel Filho, Paulo Afonso Grisolli e Dennis Carvalho. Elenco: Angela Tornatore; Antônio Petrin; Dennis Carvalho; José Araújo; Narjara Turetta; Natália do Vale; Paulo Barros; Regina Duarte; Ricardo Petraglia; Sônia Guedes; Wanda Lacerda. [S.l.]: Globo, 1979. Disponível

em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-249902,00.html>. Acesso em: 10 mar. 2009.

NATANSOHN, Graciela. Medicina, gênero e mídia: o programa mulher da TV Globo. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 47, 2000.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 2, n. 3/4, 1995/1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, feminino, plural.* Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

RUBIM, Lindinalva. A representação feminina na TV brasileira. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11., 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: [s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/ data/biblioteca_1324.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

SANTOS, Luciene. Os seriados brasileiros, tentativas de apontar o lugar do gênero na produção televisual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte, MG. *Anais eletrônicos...*, São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 15 de set. de 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.#1991.

SIMONETTI, Eliana. O fim do feudo masculino. *Veja*, São Paulo, 25 fev. 1998. Seção Geral, p. 52

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*, ano 2, n. esp., p. 11-24, 1994.

# PERIGOSAMENTE INOFENSIVAS
## *reflexões sobre o controle da sexualidade feminina na comunidade de atendimento socioeducativo de Salvador*[1]

Jalusa Silva de Arruda
Maria Gabriela Hita

## *Introdução*

Em linhas gerais, a pesquisa a qual o presente artigo apresenta parte dos resultados tratou de analisar, desde os aportes dos estudos de gênero, aspectos da vida de adolescentes e jovens na execução da medida socioeducativa de internação na Comunidade de Atendimento Socioeducativo de Salvador/BA (Case/Salvador). Localizada na capital baiana, a referida Unidade é mista e única em todo o Estado com a atribuição de executar medidas privativas

1 O artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada *Para ver as meninas: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Case/Salvador* (ARRUDA, 2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/FFCH/UFBA), orientada pela Prof.ª Drª Maria Gabriela Hita.

de liberdade às adolescentes e jovens autoras de ato infracional. No estudo, buscou-se identificar o perfil das meninas e apresentar a percepção delas acerca da execução da medida socioeducativa de internação na Case/Salvador, bem como conhecer o funcionamento da instituição no tocante à execução da referida medida.

Preliminarmente, cabe dizer que nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) (Lei n. 8.069/90) e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, adolescentes (pessoas entre doze anos completos e dezoito incompletos), são inimputáveis penalmente. Isso quer dizer que não se pode atribuir-lhes responsabilidade pela lei penal comum, mas sim pela legislação especial, ou seja, são responsabilizados com base nas normas do Ecriad, respondendo pelas infrações que virem a praticar, sujeitando-se à aplicação de medidas socioeducativas, que apresentam caráter penal especial. Medidas socioeducativas são conceitualmente diferentes das penas aplicadas às pessoas adultas, mas, assim como estas, representam respostas legais a determinado comportamento individual considerado na lei penal crime ou contravenção penal.

O Ecriad, nos termos do artigo 112 e seguintes, instituiu dois grupos de medidas socioeducativas: as não privativas de liberdade (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida); e as privativas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). A medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional ou apenas internação foi a medida em foco na pesquisa. Privativa de liberdade e, portanto, com o poder de retirar o/a adolescente do convívio familiar, comunitário e social, é a mais grave prevista pelo Ecriad.

Para Alessandro Baratta (1992, p. 371), apesar da exigência de ações e atividades pedagógicas, as medidas socioeducativas têm natureza pouco distinta das penas atribuídas às pessoas adul-

tas que cometem crimes por também representarem "[...] uma consequência jurídica ligada à apuração da realização de um fato sobre o qual recai um julgamento 'objetivo' de desvalor social e, portanto, implicam uma limitação de direitos". No tocante à medida socioeducativa de internação, Américo Frasseto (2006, 305) considera que "[...] a medida socioeducativa de internação integra o aparato repressivo do Estado que incide sobre o cidadão autor de crime", pois assim como os/as adultos/as, adolescentes tidos/as como grave violadores/as de bens jurídicos guardados pelo Direito Penal estarão sujeitos/as à privação de sua liberdade de locomoção, motivo pelo qual "[...] não parece razoável rejeitar-se qualquer paralelo entre pena e medida socioeducativa". Para o autor, "[...] se não se trata de negar diferenças substanciais entre uma e outra, a verdade é que as distinções, do ponto de vista material, são bem menos visíveis do que as semelhanças".

Como dito acima, a Case/Salvador guarda a particularidade de ser a única instituição no Estado a executar medidas privativas de liberdades para adolescentes do sexo feminino e é mista, ou seja, executa as modalidades de privação de liberdade previstas no Ecriad (exceto a medida socioeducativa de semiliberdade) para ambos os sexos. A Unidade possui 11 alojamentos, sendo apenas um destinado às meninas. Quanto à estruturação física, o alojamento feminino não é muito diferente dos masculinos. As diferenças significativas são o tamanho do "salão" (espécie de pequeno pátio interno), um pouco menor no feminino; e o refeitório, localizado dentro do próprio alojamento feminino. O alojamento feminino possui quatro quartos, cada um com seis camas, comportando um total 24 adolescentes. Segundo profissionais da Unidade, em raríssimos momentos o alojamento feminino ficou lotado.

A conformação da Unidade na qual, apesar de mista, a maioria absoluta é de meninos, reproduz dados do país tanto no sistema socioeducativo como no prisional. Segundo documento denomi-

nado *Levantamento nacional de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei*, elaborado anualmente desde 2004 (apenas a partir de 2006 passou a ter dados desagregados por sexo) pela da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as meninas representam cerca de 4% do número total de adolescentes privados de liberdade. Dados sobre as pessoas adultas encarceradas, elaborados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ), informam que as mulheres são cerca de 7% do universo prisional.

Não caberá neste texto refletir sobre os motivos pelos quais as mulheres, adultas ou não, são menos criminalizadas que os homens, apenas sugerir-se-á que esse número consideravelmente menor tende a se refletir em poucos estudos sobre o tema, especialmente no tocante à infração juvenil feminina. Maria Emília Bretan (2008) realizou em sua dissertação de mestrado um levantamento sobre teses e dissertações defendidas entre 1990 e 2006 que trataram do tema infração juvenil em duas das maiores Universidades da Região Sudeste do país – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP) e identificou que apenas uma pesquisa tratou exclusivamente de adolescentes autoras de ato infracional entre exatos 100 trabalhos estudados pela autora.

Sem a exaustão de Bretan (2008), no levantamento realizado na pesquisa de mestrado (ARRUDA, 2011) sobre estudos e pesquisas que adotaram como temas adolescentes privadas de liberdade no sistema socioeducativo baiano, foi encontrado apenas uma dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), intitulada "O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano 2000", de autoria de Domingos Barreto de Araújo, defendida no ano de 2004.

Ciente da relevância de sua pesquisa, Araújo destacou ter sido esse o primeiro trabalho visando exclusivamente a adolescentes autoras de ato infracional na Bahia. A pesquisa descreveu e analisou o perfil das adolescentes, utilizando como fonte de dados os autos dos processos da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador/BA, entrevistas com profissionais que atuavam na execução de medidas socioeducativas e com operadores/as técnicos do direito e técnicos/as e serventuários/as da justiça. Durante a pesquisa, o autor não realizou nenhuma entrevista com quaisquer das adolescentes, nem manteve nenhum tipo de contato com elas. Nas conclusões de seu trabalho, apontou a necessidade de uma pesquisa que contemplasse a escuta das adolescentes acerca de suas histórias de vida e sobre a percepção delas acerca do universo socioeducativo. (ARAÚJO, 2004)

Foi nessa perspectiva que a pesquisa de mestrado, ora parcialmente apresentada, emergiu: na tentativa de ouvi-las sobre suas histórias e sobre o processo socioeducativo, considerando aspectos da vida na Case/Salvador. (ARRUDA, 2011)

## *Os caminhos da pesquisa*

A estratégia metodológica escolhida foi a qualitativa e de natureza exploratória, por permitir maior imersão do/a pesquisador/a junto ao seu objeto de pesquisa e por possibilitar um tratamento mais localizado e aproximado das informações coletadas no trabalho de campo. A pesquisa exploratória é a estratégia mais apropriada quando o tema escolhido é pouco investigado (RUDIO, 1992), exatamente o caso das adolescentes autoras de ato infracional privadas de liberdade.

O recorte empírico considerou apenas pessoas do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado da Bahia. O recorte temporal compreende o período de

julho a dezembro de 2009 e considera como sujeitos de pesquisa todas as meninas que durante o período selecionado estavam cumprindo a medida de internação, independentemente da data de imposição da referida medida e de ingresso na Unidade. Esses recortes perfizeram o total de sete meninas.

Nos termos do Ecriad, a privação de liberdade comporta três modalidades: *internação provisória*, de natureza cautelar (artigo 108, Ecriad); internação por descumprimento de medida anteriormente imposta, chamada de internação-sanção e aplicada quando do descumprimento de medida mais branda imposta anteriormente (artigo 122, inciso III, Ecriad); e medida socioeducativa de internação, de natureza híbrida pelo caráter sancionatório-punitivo quanto à imposição, e pedagógico-educacional quanto à execução. (artigo 121, Ecriad)

Para a definição dos sujeitos da pesquisa, foram consideradas apenas aquelas que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de internação no recorte temporal definido.

O trabalho de campo e a coleta de dados foram realizados entre janeiro e julho de 2010 e as idas à Case/Salvador aconteceram, aproximadamente, uma vez por semana. Em campo, foi observada a vida institucional em dias da semana e horários distintos (sem, contudo, nunca ter ultrapassado às 20h), de atividades pedagógicas, de atendimentos técnicos e atendimento médico (apenas um) e de atividades de entretenimento dentro da Unidade, entre outras.

A realização do trabalho de campo e da coleta de dados em período posterior (janeiro a julho de 2010) àquele definido no recorte temporal (julho a dezembro de 2009) foi possível em virtude dos prazos estabelecidos no Ecriad para o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Segundo o Ecriad, a primeira avaliação da medida socioeducativa de internação deve acontecer em até seis meses de seu cumprimento. É no momento da ava-

liação que o/a magistrado/a decide se a/o adolescente cumpriu ou não adequadamente a medida socioeducativa de internação e decide pela sua liberação ou pela manutenção da medida. Caso decida pela manutenção da internação, a execução será reavaliada novamente após a conclusão dos próximos seis meses e assim por diante, até completar três anos, momento em que a liberação se torna compulsória. Apesar de o Ecriad não explicitar que o prazo de seis meses para a primeira avaliação significa o tempo mínimo de cumprimento da medida, na prática é essa compreensão que se opera. Isso quer dizer que se um/a adolescente tiver ingressado/a na Case/Salvador para cumprimento de medida socioeducativa de internação em 10 de junho de 2010, provavelmente permanecerá na Unidade, no mínimo, até 10 de dezembro do mesmo ano. O histórico das execuções dessa medida para as meninas na Case/Salvador indica que a média de cumprimento da internação é de, pelo menos, um ano e meio. Assim, todas as adolescentes que estavam cumprindo medida de internação na Case/Salvador no segundo semestre de 2009 (recorte temporal da pesquisa) permaneceram na Unidade até o fim da coleta de dados, julho de 2010.

No que diz respeito às exigências éticas, a pesquisa foi registrada no Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas da FFCH/UFBA, bem como foi requerida a autorização da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador/BA. A autorização permitiu o acesso: a) ao prédio da Case/Salvador, em especial o alojamento feminino; b) às adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação; c) aos documentos pertinentes à execução da medida socioeducativa de internação, em especial aos prontuários de atendimentos técnicos; e d) ao registro fotográfico, observada a exigência absoluta da não identificação de quaisquer adolescentes.[2]

2 Vide parágrafo único do artigo 143, Ecriad.

Para acessar os prontuários médicos, a autorização da 2ª Vara da Infância e Juventude não é suficiente, pois o prontuário médico pertence ao/à paciente e somente este/a pode autorizar vistas de terceiros. Assim, foi providenciada a autorização das meninas maiores de dezoito anos para que fosse possível o acesso aos seus prontuários médicos.[3] Em respeito e consideração à vontade dos sujeitos em compor a pesquisa, foi providenciada assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Participação em Pesquisa.

Para atender aos objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados adotados foram: observação sistemática; entrevistas semiestruturadas com as meninas; análise de documentos; e registros fotográficos da Case/Salvador, especialmente do alojamento feminino.

Técnica "[...] pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo" (GIL, 1994, p. 107-108), a observação sistemática se tornou fundamental para o objetivo geral de apresentar aspectos da realidade concreta da vida institucional. Eficaz para captar a realidade empírica, permitiu estabelecer empatia com os sujeitos da pesquisa e, efetivamente, conhecer diretamente a realidade na qual estavam inseridas na Unidade. A entrevista semiestruturada foi utilizada como técnica de coleta de dados para compor os fragmentos das narrativas de vida e aprofundar algumas questões pertinentes ao funcionamento da Unidade.

A fim de contribuir para a identificação do perfil dos sujeitos da pesquisa e conhecer parte do funcionamento da Unidade, foram analisados os prontuários de atendimento técnico (serviço social, psicologia, terapia ocupacional, educação social e jurídico) referente à execução da medida socioeducativa de internação.

3 Vide parecer técnico nº 30/2002, elaborado pelo Conselho Federal de Medicina (2002).

Também foram analisados quatro prontuários de atendimento médico realizado pelo serviço de saúde instalado na Case/Salvador (apenas daquelas maiores de dezoito anos).

Registros fotográficos foram considerados para enriquecer a compreensão do funcionamento da Unidade. Como aponta Peter Loizos (2008, p. 137), "[...] as fotografias oferecem um registro restrito, mas poderoso", razão pela qual foram privilegiadas imagens que dialogavam mais diretamente com os relatos que identifiquei serem mais significativos aos objetivos da pesquisa e, por isso, adstritos ao alojamento feminino.

Considerando as limitações de um artigo e as várias possibilidades de recortar e aprofundar debates surgidos dos resultados da pesquisa, nesse momento iremos nos ater a debater a característica de Case/Salvador enquanto uma Unidade masculinamente mista e parte da consequência desse aspecto na vida das meninas no espaço institucional. Essa característica será pautada por meio da constante vigilância e proibição de contato entre meninos e meninas, que produzirá prejuízos na ação socioeducativa a elas, bem como da adesão a uma compreensão heteronormativa tendente a invisibilizar os relacionamentos íntimos afetivos entre elas na dinâmica da vida na Unidade. Algumas situações observadas em campo serão trazidas para ilustrarem tais formulações. Para uma melhor compreensão, apresentam-se os sujeitos da pesquisa, as quais se identificam pelos codinomes, a saber: Antônia, Coração, Iasmin, Ingrid, Kelly, Luiza e Mylla.[4]

## *Masculinamente mista*[5]

Na Case/Salvador qualquer contato entre meninos e meninas é evitado. Numa Unidade composta pela maioria absoluta de me-

4 Também em consideração aos limites do presente texto, serão abordados os perfis dos sujeitos da pesquisa e especificidades da prática infracional noutra oportunidade.

5 Termo adotado por Leni Colares e Luiz Antônio Chies (2010).

ninos, é de se supor que a dinâmica institucional funcione para atendê-los e a vigilância sobre elas seja mais evidente, especialmente em nome da manutenção da segurança e da ordem. Na pesquisa realizada, alguns fatores corroboram essa perspectiva de análise.

Profissionais com cargo de chefia na instituição afirmaram que a constante preocupação com a separação de meninos e meninas na Unidade está relacionada à segurança. Um/a dos/as coordenadores/as chegou a dizer que "todo cuidado é pouco" para "não haver invasão dos internos no alojamento feminino". Decerto, a preocupação com a segurança é justificável, pois, considerando os números da Case/Salvador, em média há na Unidade cerca de quinze meninos para cada menina.

Afora o desfecho de uma invasão, é relevante ponderar que a preocupação com a segurança acarreta um grande prejuízo para as meninas na execução da medida socioeducativa, uma vez que, para não estarem no mesmo espaço e ao mesmo tempo com os meninos, elas deixam de participar de certas atividades pedagógicas e recreativas, bem como de algumas saídas externas.[6]

O medo de "invasão" do alojamento feminino pelos meninos também foi o motivo pelo qual o/a coordenador/a justificou a escolha daquele alojamento para ser o feminino. Dos 11 alojamentos da Case/Salvador, o escolhido para ser o das meninas tem refeitório interno e em termos de localização é o primeiro a ser acessado no complexo de alojamentos na Unidade. Essa localização permite, desde a parte da área administrativa da Unidade, visão constante da movimentação de entrada e saída de pessoas do alojamento.

6 Atividades pedagógicas são ações de natureza educacional e profissionalizante, nos termos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e as atividades recreativas estão mais relacionadas ao lazer. As saídas externas, raras possibilidades de saída da instituição, podem ser visitas a museus, teatros, fábricas, cinema etc.

Há no alojamento feminino grande preocupação com as vestimentas das meninas. Ao saírem do alojamento feminino para outras dependências da Unidade, seus trajes são fiscalizados pelas socioeducadoras:[7] se muito curto, decotado, se vestiam ou não sutiãs etc. Dentro do alojamento, havia um aviso impresso, assinado pela gerência da instituição (espécie de diretoria ou chefia geral da Unidade) afixado à parede com os seguintes dizeres: "Proibido uso de roupas inadequadas pelas educandas (minissaia, top e short curto)".

Mas apesar de contatos físicos serem sempre evitados e quaisquer intimidades terminantemente proibidas, existem situações de "beijos casuais" que os/as profissionais nem sempre evitam ou tentam evitar. Esses beijos acontecem em raros momentos em que meninos e meninas "se esbarram" pela Unidade.

Na oportunidade da realização da entrevista com Mylla, um dos sete sujeitos da pesquisa, presenciou-se uma dessas situações de beijo. Todas as entrevistas foram realizadas fora do alojamento e ao terminar a de Mylla, posicionamo-nos para aguardar uma das socioeducadoras vir para conduzi-la de volta ao alojamento. No mesmo instante em que a socioeducadora caminhava ao nosso encontro, apontava um adolescente, devidamente acompanhado por dois profissionais da Unidade. Mylla comentou que ela já havia beijado o "menino bonitinho" que vinha em nossa direção e alertou: - *Me segura, tia, me segura senão eu vou beijar de novo!*

Assim que o adolescente a avistou, pôs no rosto um sorriso maroto, firmou o olhar em Mylla e quando chegou bem perto veio diretamente para a adolescente, colocou a mão em sua cintura e lascou-lhe um beijo, devidamente correspondido por ela. Os

7 Socioeducador/a é o/a profissional que trabalha direta e constantemente dentro dos alojamentos. Antes da vigência do Ecriad, esse/a profissional era conhecido como monitor/a. Sua função deveria ser também de natureza pedagógica, mas quase sempre exerce função de contenção e vigilância dos/nos alojamentos. Ressalta-se que nos alojamentos masculinos há socioeducadores e socioeducadoras, mas no feminino há apenas socioeducadoras.

profissionais que acompanhavam o adolescente, bem como a socioeducadora que vinha para buscar Mylla, entre risos, se manifestaram com as expressões como *"Que isso, meu Deus!" "Solta!"* sem, porém, conterem ou reprovarem concretamente o beijo. Pareceu ser uma situação comum de acontecer ou que não insinuava quaisquer gravidades, mas outras duas meninas, Iasmin e Luiza, foram punidas por conta de uma situação-beijo. Luiza narrou que certo dia ela e Iasmin estavam na pérgula[8] acompanhada de uma socioeducadora e, ao virem dois meninos saindo da enfermaria, correram para beijá-los. Esse beijo culminou na aplicação da sanção isolamento, punição aplicada no caso de cometimento de infrações disciplinares graves dentro da Unidade pelos/as adolescentes, não muito distante do que é a conhecida "solitária" do sistema prisional.[9]

Questionei Luiza, pois tinha conhecimento da ocorrência de outros beijos – inclusive o que havia presenciado com Mylla – entre meninos e meninas que não ensejaram a aplicação de quaisquer sanções. Ela justificou: – *Mas a gente* [ela e Iasmin] *correu. A gente tava na pérgula, eles tavam ali na frente. Eles vieram e a gente correu e fomos beijando.*

Por qual motivo o beijo de Mylla não foi considerado uma indisciplina e não ensejou a aplicação de sanções como ocorreu com Iasmin e Luíza? Uma interpretação possível é considerar que a gravidade não repousa exatamente no *beijo*, mas no tipo de conduta da menina na situação-beijo. Iasmin e Luiza tomaram a iniciativa de correr para dar o beijo nos meninos: elas beijaram, não foram beijadas; já Mylla foi beijada, situação tacitamente permitida. A conduta não passiva e, de certa forma, "empoderada", sobre

8 A pérgula é um espaço coberto, similar a um pátio, comumente utilizada como espaço de entretenimento fora dos alojamentos. Nela se realizam atividades culturais, comemorativas etc. organizadas na Unidade.

9 As sanções disciplinares estão previstas no Regimento Interno da Case/Salvador.

a vontade de beijar de Iasmin e Luiza, esta precisa ser severamente reprimida, pois é o comportamento das meninas que pode ameaçar e desestabilizar a segurança e a ordem no contato direto com os meninos.

José Gabriel de Lemos Brito, professor e penitenciarista, no início da década de 1940 publicou um ensaio intitulado *As mulheres perigosas e seu tratamento penitenciário*, no qual manifestava grande preocupação com as instituições mistas e defendia a criação de prisões exclusivamente femininas. Para Lemos Brito, prisões mistas eram consideravelmente prejudiciais à ressocialização dos homens, pois "[...] a presença de mulheres exacerbava o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando os martírios da forçada abstinência". (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 57)

As respostas distintas para as situações-beijo parecem sugerir entendimento similar ao que teorizou Lemos Brito. É legítimo que os meninos queiram "invadir" o alojamento feminino e que tomem a iniciativa de beijá-las, pois a abstinência sexual e a privação de contato íntimo heterossexual imposto pela privação de liberdade no sistema socioeducativo produz nos meninos impulso irrefreável para acessar as meninas e legitimam a preocupação com a "invasão" ao alojamento feminino pelos meninos. Contudo, qualquer situação inversa – como a postura de Iasmin e Luiza – pode representar grave infração disciplinar.

Isso porque a segurança que está em jogo, afinal, não é só do alojamento feminino, mas de toda a Unidade, desde o comportamento das meninas. São elas e suas roupas sedutoras e insinuantes potencial e constantemente perigosas em virtude de seus corpos e de sua sexualidade. (BRITO, 2007; RAGO, 1997) O impulso e a manifestação pelos meninos de as desejarem é compreensível e aceitável, e a eles não são dirigidas punições específicas, como na iniciativa em beijá-las; mas elas e seus comportamentos ousados devem ser constantemente reprimidos e controlados.

Ademais, conforme Leni Colares e Luiz Antônio Chies (2010, p. 421), a reprodução dessa lógica em instituições mistas privativas de liberdade tendem a invisibilizar e a inferiorizar as mulheres. Afirmam que "[...] as dinâmicas estão permanentemente associadas à sustentação da moralidade e da sexualidade viril", acarretando práticas administrativas perversas por reafirmar "[...] a presença masculina, como princípio de orientação das intervenções formais, secundarizando e invisibilizando as mulheres em seus espaços". No que diz respeito aos acessos a atividades e à natureza das punições na execução da medida socioeducativa de internação na Case/Salvador, foi possível identificar um prejuízo para as meninas em nome da manutenção da ordem numa Unidade masculinamente mista.

Contudo, se "perigosas" no contato com os meninos, inofensivas nos namoros e relacionamentos entre elas. Dentro do alojamento feminino, há o reconhecimento pelos/as profissionais da existência de relacionamentos lésbicos. Segundo um/a profissional da equipe de atendimento, algumas meninas se envolvem com outras apenas dentro da Unidade, pois na verdade são heterossexuais. Ele/a nominou essa situação de "sexo de passagem", fruto de carência e saudade vivenciadas pelas meninas na privação de liberdade e que isso não necessariamente é a orientação sexual delas. A reflexão do profissional da Unidade dialoga com o que Assis e Constantino (2001) identificaram ser a visão dos/as profissionais que trabalhavam com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no estudo que fizeram, também não compreendendo "[...] o homossexualismo como uma definição sexual das jovens que eles cuidam", mas considerando "[...] apenas como fruto das carências pelas quais passam quando estão internadas". (ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p. 225)

Das sete informantes da pesquisa, somente Ingrid relatou não ter tido nenhuma experiência afetiva lésbica dentro do alojamento

feminino e apenas Antônia e Kelly manifestaram ter, no momento da entrevista, interesse sexual *apenas* por meninas. De certa forma, as narrativas das meninas parecem se encontrar com a ideia do "sexo de passagem" e com o que identificou Assis e Constantino (2001). Algumas delas, especialmente Luíza, apontam a carência ou a impossibilidade de ficar com meninos como motivo pelo qual acabam por se relacionar umas com as outras: – *Eu gosto de menina aqui, porque aqui dentro não tem outra opção.* [Mas lá fora] *Eu gosto de homem* – disse Coração.

Se a motivação é carência, é razoável suspeitar que ela devesse ocorrer com os meninos, uma vez que também estão privados da liberdade e, por conseguinte, dadas as regras da Case/Salvador, também estão privados do contato íntimo com o sexo oposto. Sobre a existência ou não de relacionamentos homossexuais dentro dos alojamentos masculinos, um/a profissional que atua apenas num dos alojamentos masculinos disse acreditar que existam sim, mas, diferentemente do que ocorre no alojamento feminino, os relacionamentos homossexuais não eram ostensivos, e sim "velados". Ponderou que *"todos* [referindo-se aos/as profissionais da Unidade] *sabem que acontece, que rola alguma coisa"*. Justificou sua percepção pelo fato de que a grande maioria dos adolescentes relatava ter vida sexual ativa antes da privação de liberdade e, assim, *"dificilmente aguentariam ficar sem sexo"* durante a execução da medida socioeducativa de internação, que pode chegar a três anos.

Não se pode olvidar que citar tais posicionamentos não significa dizer que todos/as os/a profissionais da instituição veem essas situações da mesma forma. Mas é bastante relevante ponderar o que afirmam e avaliam técnicos/as que direta e cotidianamente atuam junto aos/as adolescentes dentro da Unidade, pois em algum momento é a percepção de cada um que pode interferir na vida e na dinâmica institucional.

Percebe-se que ao se tratar de relacionamentos ou manifestações de afeto íntimo entre as meninas, algo explícito e do conhecimento de todos/as na Case/Salvador, a lesbianidade ou a manifestação de contatos íntimos lésbicos são vistos unicamente como fruto de carência e solidão. Já um possível e velado caso de homossexualidade entre os meninos é percebido como resposta à privação de sexo. Essas reflexões sugerem, primeiramente, o reconhecimento aos meninos da legitimidade para o ato sexual, dada a impossibilidade de ficarem sem sexo e conterem seus impulsos. É tão reconhecido o ato sexual para eles que possíveis casos de homossexualidade são identificados como o ápice da privação de sexo, como uma resposta extrema resultante da ausência de atividade sexual regular.

No tocante ao comportamento sexual das meninas, as situações narradas representam uma contradição interessante: se elas manifestam interesses heterossexuais, podem se tornar perigosas e desestabilizadoras da ordem e da disciplina em uma Unidade mista; se lésbicas, não há problema algum, pois são contatos íntimos não-legítimos e inofensivos. Aqui, há o reconhecimento do desejo heterossexual, mas que deve ser contido e controlado; e a ausência de desejo no contato íntimo lésbico, vez que é apenas consequência do confinamento e do sentimento de solidão e carência.

No período destinado à coleta de dados, tomou-se o conhecimento de vários relacionamentos afetivos com contato íntimo entre as meninas dentro do alojamento: todos/as ostensivos e de conhecimento pelos/as profissionais da Unidade. Em nenhuma dessas situações, foi identificada na pesquisa repreensões ou punições aos namoros entre as meninas. Percebe-se que quando a regra institucional determina a proibição de namoros, está se referindo aos relacionamentos heterossexuais. Os relacionamentos lésbicos não são considerados como namoros, ainda que o contato

íntimo seja ostensivo e do reconhecimento de todos/as, pois apenas o contato sexual heterossexual é percebido como legítimo. Os posicionamentos emitidos pelos/as profissionais acerca das práticas sexuais entre as meninas, em especial se confrontadas com aquelas vivenciadas pelos meninos, encontram lugar nas construções de gênero que consideram ininteligível e incognoscível qualquer quebra de coerência entre as identidades de gênero e as práticas sexuais. Trata-se de considerar as relações pautadas por uma lógica androcêntrica e heteronormativa.

Ainda de acordo com essa lógica, a sexualidade dos indivíduos deve confirmar sua identidade de gênero que, por sua vez, é definida pelo seu pertencimento biológico a um dos sexos (macho ou fêmea). Essa cadeia de coerências identitárias se configura como norma que torna inconcebível outra forma de se viver as identidades de gênero e/ou sexuais fora dos relacionamentos heterossexuais. Até mesmo os indivíduos que não nascem com um corpo biologicamente definido para a heterossexualidade são forçados a adaptá-lo. A esse processo de normatização, dá-se o nome de heteronormatividade, a norma que rege a vivência da sexualidade tanto para homens quanto para mulheres. (BALESTRIN, 2006)

Afora a necessidade de se reconhecer vivências e experiências da sexualidade, superando o discurso heteronormativo, é importante destacar a saúde sexual e reprodutiva dentro da Unidade. Recorda-se a situação em que uma socioeducadora viu durante a noite uma adolescente nua – "*nuazinha, nuazinha*", enfatizou a profissional – em cima de Antônia, sugerindo contato sexual, cuja única providência foi, no dia seguinte, trocá-las de quarto. Destacam-se ainda as narrativas das meninas que afirmaram acontecer relações sexuais entre elas dentro do alojamento feminino. Essas questões são bastante preocupantes, para além do debate acerca do respeito e do direito à diversidade sexual. Como os relacionamentos entre as meninas não têm status de ato sexual, questões

pertinentes à saúde sexual são colocadas para debaixo do tapete, como se não existissem. Seria válido também pensar esse descaso em relação à vida sexual dos meninos, especialmente a fala de um/a profissional afirmando ser do conhecimento de todos/as que acontecem existem contatos íntimos, de natureza sexual, "velados", dentro dos alojamentos masculinos.

Direitos sexuais e reprodutivos são direitos subjetivos e se fundamentam na dignidade humana, implicando acesso aos serviços de saúde e à informação, livre de discriminação e de riscos. Devidamente reconhecidos pelo Sinase, a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos garante o desenvolvimento livre, sadio, seguro e satisfatório da vida sexual e reprodutiva (OLIVEIRA, 2009) e o/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação está privado apenas do seu direito de ir e vir. Ignorar que a sexualidade deixa de ser vivenciada no ambiente privativo de liberdade é, no mínimo, promover sérios riscos à saúde sexual e reprodutiva.[10]

## *Considerações finais*

No tocante à execução da medida de internação na Case/Salvador, foram identificadas inconsistências na execução dessa política pública e algumas de suas fragilidades no que diz respeito à privação de liberdade de adolescentes do sexo feminino. Muito embora as normativas nacionais e internacionais atuais tratem do tema infração juvenil, colocando aspectos pedagógicos e (re) educativos como diretriz-base do processo socioeducativo, o que

10 Chama-se a atenção para as portarias que tratam da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes privados de liberdade: Portaria Interministerial editada pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres (MS/SDH/SPM) nº 1.426 de 14 de julho de 2004; Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 340 de 14 de julho de 2004; e Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 647, de 11 de novembro de 2008.

se vê na Case/Salvador é a preocupação com a contenção e a disciplina.

No jogo estabelecido em nome da disciplina, da ordem e da segurança, para as meninas, há uma conformação muito mais criteriosa e complexa, dadas as demarcações e as hierarquizações em razão do gênero, notadamente de orientação heteronormativa e androcêntrica.

É nessa dinâmica que surge o beijo dado passível de punição severa e os relacionamentos lésbicos vistos como resultado de carência e solidão, ignorados como exercício de sexualidade. O certo é que na Case/Salvador o controle exercido sobre elas *precisa* ser mais intenso, pois são as meninas e seus potenciais comportamentos inadequados que podem se tornar grandes desestabilizadoras da ordem e da disciplina não só no alojamento feminino, mas em toda a Unidade.

Cabe frisar que assim como o sistema penal e seu aparato, o sistema socioeducativo tende a agregar o que se apresenta no bojo da dinâmica das relações sociais. Se as relações sociais tendem a ser grafadas por hierarquizações de gênero, mesmo de forma fragmentada ou diluída, essas características aparecerão nas instituições de execução de medidas socioeducativas. Pesquisas como esta, realizadas desde os aportes epistemológicos feministas e de gênero, podem ser um bom caminho para (re)pensar e (re) construir propostas de execução de medidas socioeducativas que reconheçam as meninas como sujeitos de direito e que, efetivamente, contemplem a dimensão da categoria gênero no sistema socioeducativo.

É fato inegável que elas representam uma pequena parcela do número total de socioeducandos/as, especialmente na internação, mas elas existem e estão nos programas de atendimento socioeducativo e dentro de Unidades espalhadas pelo país.

Urgem mudanças!

## *Referências*


ARAÚJO, Domingos Barreto de. *O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais no ano 2000*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ARRUDA, Jalusa Silva de. *Para ver as meninas*: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Case/Salvador. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ASSIS, Simone G.; CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo*: infração juvenil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BALESTRIN, Patrícia. *Sexismo, homofobia e misoginia na produção das identidades de gênero e sexuais*, 2006. Disponível em: <http://discutindosexualidades.blogspot.com>. Acesso em: 11 jan. 2011.

BARATTA, Alessandro. Comentando o Art. 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: CURY, Munir; AMARAL E SILVA, Antônio Fernando; MÉNDEZ, Emilio García (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo: Malheiros, 1992. p. 368-372.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. *Portaria Interministerial n.* 1426, *de 14 de julho de 2004*. Aprova as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-1426.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. *Resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: ‹http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/SINASE.pdf›. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretária de Atenção à Saúde. *Portaria n. 340 de 14 de julho de 2004.* Estabelece as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas. Brasília, 2004

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretária de Atenção à Saúde. *Portaria n. 647, de 11 de novembro de 2008.* Estabelece as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas. Brasília, 2008. Disponível em: ‹http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-647.htm›. Acesso em: 10 mar. 2009.

BRETAN, Maria Emília Accioli Nobre. *Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional.* 2008. 352 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRITO, Eleonora Z. C. *Justiça e gênero*: uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: UnB, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Processo-Consulta CFM Nº 1.401/2002 PC/CFM/Nº 30/2002.* Os prontuários elaborados em meio eletrônico poderão assim permanecer, bem como os novos a serem criados, desde que obedeçam ao disposto em resolução específica do CFM. Brasília, 2002. Disponível em: ‹http://www.portalmedico.org.br/pareceres/CFM/2002/30_2002.htm›. Acesso em: 6 maio 2010.

COLARes, Leni Beatriz C.; CHIES, Luiz Antônio B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 18, p. 407-423, maio/ago. 2010.

FRASSETO, Américo. Execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Org.). *Justiça, adolescente e ato infracional*: socioeducação e responsabilização. São Paulo: Ilanud, 2006. p. 303-342.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Maristela Costa de. *Direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva de adolescentes*: nos (des)encontros da política de saúde. São Paulo: Scortecci, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1889–1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SOARES, Barbara; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras*: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

# "O MERCADOR DE FEIRA"
## *percepções de gênero na formação das recolhidas do Santo Nome de Jesus (1829-1867)*

Ivani Almeida Teles Silva
Iole Macedo Vanin

## *Introdução*

Ao longo do tempo, várias foram as estratégias utilizadas para a formação das identidades masculinas e femininas dos sujeitos. Da educação religiosa à educação laica, dos costumes às práticas cotidianas, encontramos sempre modos de dizer aos indivíduos o que lhes serve ou não, o que condiz com seu status, lugar, grupo. Nesse sentido, estamos diariamente lidando com normas explícitas ou implícitas que buscam de alguma forma adestrar, adequar as pessoas ao que é visto como "lugar comum" a partir dos marcadores de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração.

Nessa busca do controle e adequação do outro, os indivíduos não estabelecem apenas regras de convivência, mas também de

comunicação. Isto é, não basta dizer ao outro como ele vai viver, mas é preciso fazê-lo incorporar essas regras, de modo que ele não apenas lembre-se de que elas existem, mas estejam naturalmente incorporadas ao seu ser, ao seu corpo. Nesse sentido, as sociedades vão aos poucos reconhecendo o corpo não como local neutro, mas como objeto de comunicação, algo que fala e é inteligível. Porém, não é um comunicador livre. Ao contrário, para isto, é necessário que as regras sejam prescritas a partir de determinados interesses, condições sociais, gênero. Não deve haver liberdade para a linguagem corporal, a não ser que seja direcionada. Nobert Elias (1994), ao estudar o processo civilizador afirma que a construção da ideia de *civilidade* reafirmou um conjunto de comportamentos que diferenciava e disciplinava os grupos através do corpo, havia um gestual que demarcava o lugar de uma nobreza, uma forma de vestir, uma forma de tratar, uma forma de falar. Todos deveriam ser submetidos de alguma forma a esta adestração dos corpos e gestos.

> E quanto às mãos? Pedimos, prometemos, chamamos, despedimos, ameaçamos, rezamos, suplicamos, negamos, recusamos, interrogamos, admiramos, nomeamos, confessamos, arrependemo-nos, incitamos, encorajamos, juramos, testemunhamos, acusamos, condenamos, absolvemos, injuriamos, desprezamos, desafiamos, desapontamos, lisonjeamos, aplaudimos, abençoamos, humilhamos, zombamos, reconciliamos, recomendamos, exaltamos. Festejamos, celebramos, lamentamos [...] calamos; e o que mais não? (REVEL, 2006, p. 1)

Revel (2006) salienta que, a partir do século XVI, a exigência de uma linguagem dos corpos destinada aos outros, com o objetivo de ser captada, seja para expô-lo ao elogio ou a sanção do grupo, deixa de ser um requisito buscado apenas para os grupos privilegiados. A economia dos gestos, a codificação e controle dos comportamentos tornam-se um caminho para civilização das sociedades. Desenvolveu-se, então, um aparato de regras de "boa

educação". Um código que se impunha e, portanto, deveria ser seguido por todos que desempenhavam as funções sociais importantes.

As normas de conduta social não apenas determinavam as fases do processo civilizador, definiam elementos diferenciadores, uma vez que eram instrumentos de poder sobre o outro. E o corpo tornar-se um caminho de reafirmação desse poder.

> O corpo se torna cada vez mais refém das boas maneiras, é sobre ele (o corpo) que as normas de civilidade se exercem com maior rigor. As expressões corporais são fortemente regulamentadas, racionalizadas, a fim de impedir as suas manifestações espontâneas e desordenadas. (PITASSILGO, 2000, p. 1)

Numa semelhante compreensão, Pillar (2003, p. 2) assevera:

> [...] cuidado com as condições morais e espirituais do homem. Sendo uma das metas do progresso a perfeição da natureza humana, seria preciso priorizar os relacionamentos ensinando a humanidade a conviver em sociedade. E isso se faria num primeiro momento mediante a aprendizagem do controle dos instintos, como diria Elias, das "boas maneiras", e, num segundo momento, num âmbito maior, por meio da organização e da intervenção do Estado e suas exigências legais [...].

Então, é relevante pensarmos que, o durante os séculos XVII ao XIX, o discurso do controle social que havia sido enfatizado no século XVI, principalmente sob a influência de Éramos de Rotedã, com a noção de civilidade como controle e codificação dos comportamentos do outro, se estabelece em uma concepção para a qual:

> Todos os movimentos, todas as posturas corporais, a própria roupa podem ser objeto de uma leitura semelhante. Os gestos são signos e podem organizar-se numa linguagem, expõe a interpretação e permitem um reconhecimento moral e psicológico e social da pessoa. Não há intimidade que não revelem. (ARIES; DUBY, 2009, p. 169)

Esta noção de um comportamento que poderia ser construído levou os educadores europeus, e com eles a opinião pública, a começar a acreditar que era possível reunir certo número de conselhos e observações para ser seguido em cada ocasião específica da vida social, o que resultaria em um comportamento civilizado. A civilidade pretendia transmitir um código válido para tudo e que todos pudessem adquirir qualidades e maneiras.

Inicialmente esse discurso do controle social, através de normas que pudessem ser apreendidas em espaços específicos de educação, escolas e instituições, direcionavam-se para a criança, considerado o vir a ser da sociedade, mas tarde foi a mulher inserida como objeto desse discurso. A jovem, a adulta, a casada, todas deveriam ter consciência do seu papel na sociedade. O comportamento feminino tinha que representar aquilo que a sociedade esperava. O sentar, o falar, o vestir, o andar, o que fazer, o que ler, como olhar, que postura apresentar, tudo isso era indicado como reveladores do seu ser, portanto deveria ser adequadamente usado e educado. A civilidade que desponta, inicialmente na Europa, propõe "o mais absoluto controle das emoções e sentimentos, além de estabelecer, regular a propriedade de cada sexo". (SCHWARZ, 1997, p. 27) A civilidade pressupõe conter as manifestações espontâneas, não contemplando a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções livremente. E a literatura, sobretudo os manuais de bons costumes, foi uma estratégia utilizada para vincular os comportamentos condizentes com o ser civilizado.

Durante os séculos XIX e XX, segundo Schwarz (1997), um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos toma força na Europa, beneficiado por uma maior alfabetização e o desenvolvimento da imprensa: os manuais de boa conduta e etiqueta. Esses manuais tinham como objetivo estabelecer regras e modelos de sociabilidade. Ao mesmo tempo em

que demonstrava a quais elites pertenciam o indivíduo e que tipo de comportamento não se poderia ter. "Comportamento nobre e cortês passa a ser comparado ao modo camponês e rude, e a postura oposta a deste é recomendada e ensinada a adultos e crianças". (SCHWARZ, 1997, p. 16)

Ao mesmo tempo em que se estabelecem as diferenças que deveriam separar o mundo dos homens do das mulheres, segundo Schwarz (1997), o cônego Roquette,[1] por exemplo, cria Reofilo e Eugenia, determinando que para o primeiro ficassem a polidez e urbanidade, as distinções da fala inteligente e correta, um ar reservado; a atitude deveria ser modesta e silenciosa. Se o homem deveria ter a atitude cerceada, o controle sobre as mulheres deveria ser mais rigoroso: "[...] se calarem, cala-te também [...]. Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida, dissimula e não dês a conhecer". (SCHWARZ, 1997, p. 26)

Toda essa discussão levou ao questionamento do que necessitava o Recolhimento do Santo Nome de Jesus no século XIX para educar as suas moças casadouras, uma vez que não era visto como capaz de educá-las. A partir de 1850, seguiu uma discussão na Mesa Administrativa do que fazer para resgatar o prestígio e a honra da sua instituição, bem como a civilidade e normalização das suas internas. Em 31 de março de 1858, sobre o estado que se seguia na Instituição, a Mesa Administrativa se pronunciou:

> O que era, pois, o recolhimento? Uma casa sem moralidade, sem ordem, sem costumes de família, dispendiosa, de nenhum modo promissora, refúgio da ociosidade e dos vícios que lhes são consequentes. Devia continuar este estado de coisas?". (ASCMBA, 1858, p. 50)

1 J. I. Roquette, cônego português, foi autor do código de bom-tom publicado em 1845 que, já na sexta edição em 1900, procurava normatizar os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória para aqueles que almejavam ser bem sucedidos na sociedade. Relançado em 1984, este manual introduziu regras de como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver, inspirado em manuais franceses.

A adoção sistemática de um projeto educacional que passava pelo ensino das primeiras letras, trabalho e controle dos comportamentos encontrou nos manuais o caminho adequado para fazer internalizar pelas recolhidas o que seria ideal para elas, ao mesmo tempo em que imprimia mudanças na visão que se tinha sobre a instituição: uma mera casa de correção.

## *O Santo Nome de Jesus*

A fundação do recolhimento do Santo Nome de Jesus e suas transformações devem ser compreendidas dentro dessa concepção do controle do outro. No caso da mulher, o controle do seu corpo, do seu ir, do seu gestual, evidenciam o desejo de moldar o outro a partir da instituição e da atribuição dos papéis considerados ideais nas relações de gênero.

Em 1618, incorporando o compromisso que estava em vigor na Misericórdia de Lisboa, que previa a possibilidade da fundação de uma casa de recolhimento de donzelas, o Provedor João de Mattos Aguiar, ao falecer, em 26 de maio de 1700, determinou através do seu testamento a edificação de um Recolhimento de Mulheres donzelas na cidade de Salvador, deixando para tanto como testamentária e principal herdeira de seus bens a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Essa obra demonstra como era prática comum, na época, a guarda das mulheres em locais de reclusão, de forma a assegurar as virtudes femininas ou mesmo punir as mulheres que não tinham comportamentos considerados adequados.

Em 2 de abril de 1704, obteve a mesma deferimento do Rei D. João VI para que se fundasse o recolhimento, contanto que nunca mudasse de natureza e fosse instituído em um lugar que não prejudicasse o bem público, assim como deveria apresentar proporções para receber um número de recolhidas, cuja doação de João de Matos de Aguiar comportasse, acrescentando ainda que o dito

recolhimento deveria servir não apenas as mulheres honradas, mas também as casadas, cujos maridos, tendo de ausentar-se da cidade, precisassem deixar as suas mulheres.[2]

Em 1 de junho de 1716, decidiu a Mesa dar a Instituição o nome de Recolhimento do Santo Nome de Jesus, inaugurando-o em 29 de junho do mesmo ano, o prédio, era:

> [...] insigne pelo instituto e pela grandeza/.../é de três sobrados, e em todos tem muitas instancias, celas, dormitórios, e janelas com dilatadas vistas para o mar. Por baixo lhe ficam as oficinas grandiosas". (DAMÁZIO, 1862, p. 172)

Para dirigi-lo, foi determinado que a regente fosse mulher branca, cristã-velha,[3] de idade, de boa reputação e posição social adequada, podendo ser recrutada entre as recolhidas. Além delas, as mestras e porteiras[4] poderiam ser as moradoras do recolhimento ou contratadas pela casa para preencher os cargos caso não houvesse recolhidas que satisfizesse os critérios impostos pela Instituição.

É interessante notar que ao aceitar o pedido de D. João VI de dar abrigo às mulheres cujos maridos tivessem que se ausentar, a Santa Casa destoou do compromisso de Lisboa que previa uma clientela "[...] órphã, que não tenha maior idade que 20 annos, nem menos que 12, por ser este de maior perigo" (ASCMB, 1858, p. 6), mas conservava a concepção do domínio sobre o comportamento do outro. A mulher casada não deveria desabonar o seu

2 Segundo deixa subentendido Russel-Wood (1981), Maria José (1992) e Kátia Matoso (1992), era uma prática utilizada como forma de garantir a fidelidade das suas mulheres.

3 Segundo Montaner (2000), cristã-velha ou cristã pura, é uma denominação dada aos cristãos nascidos, ou seja, em oposição ao cristão-novo (judeus convertidos ao cristianismo), denominação muito usada em Portugal, Espanha e Brasil. É, para o referido autor, um conceito ideológico que pretendia designar uma maioria. Embora não conferisse nenhum tipo de privilégio testamental, era condição social prestigiosa.

4 Segundo os Acordos, as mestras eram professoras de primeiras letras ou que ensinava alguma atividade às recolhidas, como fazer flores. E a porteira era responsável pela guarda das saídas da Casa.

cônjuge. Portanto, fossem casadas ou jovens, a entrada dessas mulheres em recolhimentos ou conventos revela a preocupação da sociedade colonial na guarda da mulher como garantia da manutenção da sua honra e fidelidade, atributos que deveriam ser caros ao gênero feminino. De acordo com Russell-Wood (1981), as mulheres portuguesas eram as mais guardadas da Europa. Sendo as mulheres virtuosas liberadas para sair de casa apenas três vezes durante toda a vida: para o batismo, o casamento e o enterro. Tal mentalidade também se estabeleceria em seu império ultramar. Na Bahia colonial, segundo o mesmo autor, as mulheres brancas só saiam de casa para ir à missa aos domingos.[5] Para além do zelo, estes espaços também devem ser vistos como espaços de formação da mulher.

Se, inicialmente, a formação da mulher ficou a cargo da família, especificamente da mãe, que deveria ensinar a essa menina os requisitos necessários para o desempenho da função de mãe e esposa, mais tarde, a partir do século XVIII, e na Bahia no XVII, com o Convento do Desterro, os conventos e recolhimentos tornaram-se as instituições apropriadas para a "educação feminina". Em consonância com Algranti (1993, p. 25), com o objetivo de prover uma vida virtuosa a algumas mulheres, os colonos solicitavam constantemente à Coroa autorização para erguerem capelas, ermidas ou recolhimentos, com fins assistenciais ou religiosos, pois viam esses espaços como local adequado para a educação moral e religiosa de suas filhas até tomarem algum estado, de acordo com

5 Sobre essa posição, cabe ressaltar que trabalharei com viés de análise de autores como Algrant (1993) Araújo (2000) e Dias (1996), que abordam seus temas a partir da perspectiva de empoderamento das mulheres. Ou seja, nesses espaços normatizadores, as mulheres reinventaram, construíram estratégias de vida que demonstravam domínio ou subversão da ordem. Dias (1996), por exemplo, em seu artigo sobre as mulheres do bandeirismo paulista mostra que, embora com uma imagem ortodoxa, em especial pela indumentária que sugeria submissão e timidez, elas foram ativas e tiveram um papel econômico fundamental, até mesmo como comerciantes. Já Algranti (1993), em seu estudo sobre as recolhidas, afirmou que guiadas por homens, sujeitas a um bispo, a um provincial, nos conventos mistos, as mulheres tiveram que buscar muitas vezes na indisciplina, um caminho próprio para a vida contemplativa feminina. Portanto, é com essa ideia de uma mulher que muitas vezes usa os elementos do opressor para impor ou construir seus espaços que iremos trabalhar nesse texto.

o desejo dos pais de terem uma boa religiosa formada e dedicada a Deus ou uma mulher virtuosa para casar.

Desta forma, o Recolhimento do Santo Nome de Jesus cumpriu uma dupla função: deu possibilidades a um grupo de mulheres brancas socialmente remediadas ou pobres de casar, oferecendo as condições necessárias para que pudessem ser vistas como mulheres virtuosas e potencialmente casadouras. E, a partir do século XIX, com as discussões sobre civilidade e o papel da mulher como formadora dos filhos, esse espaço passou a ir além da guarda, buscou imprimir polidez às futuras gestoras dos filhos e maridos. Os manuais entram nesse espaço com essa função: imprimir padrões de civilidades às mulheres casadouras.

## *Contexto sobre a civilidade*

No século XIX, a Bahia foi palco dos debates sobre os padrões de civilidade que se almejavam uma sociedade que vivenciava as transformações trazidas pela vinda da Família Real para o Brasil, com seus novos gostos e comportamentos, para a qual a mulher brasileira era vista como descuidada. A Coroa Portuguesa provocou uma série de mudanças nos hábitos sociais das principais cidades do Brasil Colonial: Recife, Rio de Janeiro e Salvador assistiram aos requintes dos eventos propiciados por e em nome de uma corte acostumada com bailes, festas e eventos de toda ordem e que contribuirá para construir a dama da corte brasileira, atualizada nas modas francesas e nas etiquetas para posar com polidez nos bailes.

Mais tarde, a partir de 1822, a busca de uma identidade para o novo império que se formava reforçou a representação das noções de civilização ligadas à França. Saber ler em francês, tocar piano, dançar eram qualidades para um bom casamento, pelo menos para as mulheres da elite, ao mesmo tempo em que incorpora-

vam as novas ideias da medicina ligadas a noções de higienização. Adriana Reis (2000, p. 116) afirma que se antes as mulheres tinham o direito ao desalinho, à liberdade no espaço doméstico, agora deveriam seguir regras de asseio apropriadas para o lar, comer com moderação, amamentar, manter a simplicidade no vestir e ser ilustradas para educar os seus filhos.

É interessante observar que, após a Revolução Francesa, houve uma caminhada para a laicização do ensino. Se antes, as mulheres tinham os conventos e recolhimentos como formadores do sexo feminino, a partir do século XIX, surgiram as primeiras escolas para raparigas, "[...] com a finalidade de ir mais longe que o ensino doméstico, no qual as religiosas eram acusadas de circunscrever as raparigas, para lhes ensinar igualmente ensinamentos teóricos". "O ensino comporta três ordens: cursos gerais, cursos específicos de comércio e trabalho prático em oficinas: além de receberem uma educação moral". (LEMONNIER, apud PERROT; DUBY, 1994) Essas instituições pretendiam fazer delas boas mães de família, com hábitos de dignidade pessoal, de estima e de respeito por si mesmas. Os manuais de boas maneiras seriam capazes de desenvolver nos indivíduos, e nas mulheres em particular, essa ideia de estima e respeito.

É importante observar que, no Brasil, a partir de 1822, o discurso por uma mulher mais ilustrada ocorreu em um período em que as ideias "dos pensadores das luzes" que haviam se estabelecido na Europa desde 1762, principalmente com Rousseau, começavam a chegar, coincidindo e mesmo influenciando o momento político de liberdade da colônia, aumentando as aspirações educativas dos filhos da elite, tendo a mulher um papel preponderante na educação desses novos homens. Do outro lado, os discursos médicos da higienização, bem como os preceitos religiosos se conformavam para estabelecer a delimitação do espaço socialmente aceitável para a mulher, como pessoa honrada e mãe de família dedicada,

na busca por garantir seu futuro como cidadãs úteis e até mesmo o exercício da caridade cristã.

Em 1850, as Irmãs de Caridade, na Bahia, segundo Adriana Reis (2000, p. 108), chamavam a atenção em suas práticas educacionais de mulheres, ao adicionar regras de civilidade ao aprendizado sobre os sacramentos, trazendo a educação humanista cristã, que patrocinava uma educação leiga juntamente com a religiosa e estavam empenhadas em estabelecer uma educação feminina que entremeasse a educação moral cristã e a profana. E, ao divulgar noções de civilidade e regras de higiene, reafirmavam o objetivo da Igreja e da sociedade de formar os "movimentos, ações decentemente reguladas na praxe do mundo". Nesse sentido, as Irmãs de Caridade poderiam ressaltar, com insistência, a "natureza" caridosa da mulher, delegando a ela a função da assistência social, atendendo aos pobres, doentes e crianças órfãs, sem perder de vista a sua função maternal.

Cabe notar que os conceitos que foram trazidos tanto pela civilidade, como pelos discursos médicos e religiosos, ao estabelecer padrões comportamentais para as mulheres, estabeleceu o ser feminino, o ser mulher como uma construção que variava muito ao sabor das necessidades da sociedade. Mas naturalizavam-se esses comportamentos de forma que toda ação destoante dos padrões estabelecidos era vista como anormal.

É dentro desse contexto que temos de compreender a preocupação que se estabeleceu no Recolhimento do Santo Nome de Jesus, no século XIX, com a formação destinada às suas recolhidas. Espaço de guarda e educação para meninas órfãs e pobres que almejavam o casamento, essa instituição viu-se alvo de várias críticas ao longo desse período, não apenas pelo comportamento das suas reclusas, mas por não oferecerem uma formação que se julgava adequada para torná-las futuras mães e esposas ou mulheres úteis a sociedade caso não alcançasse o estado de casadas.

> Esta Instituição parece que presentemente não é uma verdadeira Casa de educação religiosa, moral e civil [...] Segundo a única ocupação a que se entregavão a das janellas, onde freqüentes vezes era a decência completamente sacrificada e a vizinhança honesta assas escandalizada. (ASMB, 1858, p. 1)

Nesta perspectiva, a adoção de manuais de civilidades, como o Mercador de Feiras, seria o caminho para conformação das recolhidas em determinados papéis de gênero, com determinados comportamentos.

## *A obra: o mercador de feiras*

O Mercador de Feiras foi o primeiro livro adotado pelo Recolhimento, por volta de 1829. Na abertura do livro, encontra-se uma observação: "A primeira, esgotada desde já há muito tempo, não tinha sido suprida; entretanto, é está uma obra excelente para a educação moral da mocidade". (JUSSIEU, 1875, p. 1) O editor continuou afirmando que

> [...] se o homem mais esclarecido conhece melhor os seus interesses e os seus deveres, é evidente que promovendo a instrucção fazo mais importante serviço ao gênero humano e a civilisação. Assim vemos o affindo com que os amigos da humanidade procuram diffundir a instrucção. Neste empenho, porém distingue-se a nação franceza. Nenhuma outra se conhece que tenha accumulado mais riqueza scientifica, nem que a haja derramado com tanta profusão. (JUSSIEU, 1875, p. 2)

O século XIX, de fato, foi marcado por uma grande ênfase na instrução na Europa. Criação de bibliotecas, jornais, tradução de livros e ampliação do comércio dos mesmos sinalizavam que a ideia de civilização que se formava no Velho Continente era uma necessidade. Essa civilidade não se dava de forma natural, ao contrário, dava-se através de discernimento e método.

É dentro dessa conjuntura que figurava na Europa, em 1817 e mais particularmente na França, uma sociedade denominada Instrução Elementar, criando um concurso de literatura para premiar a obra que se "[...] offerecesse a mais accommodada para ensinar as maximas de moral christã e prudência social, que devem dirigir os homens de todas as condições". (JUSSIEU, 1875, p. 2) O programa exigia que a obra que fosse premiada mostrasse como funciona a felicidade do homem. Em 28 de fevereiro de 1817, a Sociedade Instrução Elementar conferiu o prêmio à obra intitulada *Simão de Nantua* ou *O Mercador de Feiras* de M. de Jussieu, por julgar que ela reunia em si os requisitos solicitados pelo concurso.[6]

*O Mercador de Feiras* nasceu, portanto, com um objetivo definido: ensinar aos diferentes indivíduos as condições necessárias para conviver em sociedade, respondendo aos novos padrões de civilidade, mas sem esquecer a moral cristã. O que me remete à reflexão de Pintassilgo (2000) sobre os planos de estudos em Portugal, entre os séculos XVIII e início do século XIX, onde ocorreu uma sistemática ênfase às noções de civilidade e moral cristã. Ou seja, mesmo a civilidade tendo sido assumida desde 1772 como matérias de ensino nas escolas portuguesas, a formação religiosa não fora esquecida. Ao contrário, religião e civilidade compunham a formação dos discursos desses manuais.

Junto aos manuais foram adotados os catecismos e as orações que faziam parte da dinâmica desses espaços. A moral estava fortemente associada à religião católica no Império Português. Segundo Pintassilgo (2000), um dos catecismos de religião e moral da época questionava: "Qual é o fundamento da lei moral? Amar a Deus sobre todas as coisas, ao próximo, como a nós mesmos".

6 Para Castro (1875), o esgotamento da obra em suas quatro edições, bem como a recomendação para a instrução popular e tradução para as diversas "línguas cultas" justificou a sua tradução para o português. Nas palavras do autor: "Convencido, pois, da utilidade da obra, e sympathisando com os povos que fallam e prezam a língua portugueza, ouso offerecer-lhs n´este imperfeito traslado uma parte do interesse e da graça do original. Possam realisar-se amplamente os votos de Simão de Natua, sejam seus conselhos sempre escutados com docilidade e amor do bem".

Ora, em "História de Simão de Nantua", o temor a Deus é destacado:

> O homem pio e justo põe somente em Deus a sua fé, e só nélle confia achar o seu refugio. Ah! Quem não sentisse a necessidade desta fé e deste refúgio? Qual creatura humana, a não ter a alma insesivel e pervetida, se não sentiu nas angustias desta vida impellida a prostrar-se diante do auctor de toas as coisas? [...] Ah! Como me condoo dos que não sabem adorar, nem querem pedir a Deus[...] Santas orações, quando bem não tendes feito!. Sou homem e paguei, o como tal a minha divida e tributos a humanidade. Mas quando rezei a minha oração da manhã, achei-me melhor e mais forte durante o dia, quando rezei a da tarde repousei mais socegado durante a noite. Quando a felicidade me sorriu, pareceu-me maior depois de dar graças. (JUSSIEU, 1875, p. 243)

Em relação aos ensinamentos cristãos, o autor dava ênfase à observância dele para a formação de homens e mulheres virtuosos.

> Jesus Chirsto, dizia ele, que tornasse a embainhar a espada e disse-he, que quem ferisse com ferro, com ferro morreria. Comprehendeis vós, meus irmãos, todo o sentido d´estas palavras? Ellas não significam somente que a espada vingará o mal que tiver feito a espada. O ferro aqui é a imagem do vicio e das paixões. O nosso Divino Mestre quis dar uma lição a todos os homens, e ensinar-lhes que os vivios são castigados pelos mesmo vivios, e as paixões escondem debaixo de um veu seductor um veneno que mata. Isto é, o orgulhoso será humilhado pelo triumpho dos outros. O invejoso será dilacerado pela desesperação que lhe causará a fortuna alheia. (JUSSIEU, 1875, p. 130)

Os manuais adotados pela Santa Casa da Misericórdia não feriam seus preceitos religiosos. Ao contrário, reforçava uma conduta moral de acordo com os princípios religiosos vigentes. Homens e mulheres, e em especial as mulheres, deveriam cuidar da sua vida espiritual e da família, uma vez que eram as propagadoras

dos ideais cristãos dentro da família. No RSNJ, essa disposição não foi esquecida na apresentação do capitulo 13, denominado: "dos exercícios espirituais" do Estatuto do recolhimento do início do século XIX:

> Não há couza tão importante ao christão, qual seja a oração, porque nenhuma couza lhe he mais crucial, do que respeitar, venerar aquelles, sobernao Senhor, que he o cridor, e conservdor de todo o universo: de conferir a Deos com repetidas acções de graçaos beneficios que delle tem recebido, e de impor necessantemente o seu socorro incontinhuas necessidades que o apressem. A oração he hum thesouro infinito de toda a sorte de bem e requezas. He allimento espiritual das suas almas: he um meio admiravel, para satisfzer o ardor, que temos no serviço de Deos: he hum asilo favoravel para nos acolher quando somos combatidos das tempestades dos nossos inimigos e todo e genero de tentações [...] corrigir nossa vida, reformamos os nossos costumes. (ASCMBA, 1803, 86A)

Outro aspecto a observar na obra adotada pela Santa Casa de Misericórdia para as recolhidas era a ênfase nos exemplos. Os indivíduos aprendiam pelos exemplos. Esse manual não apenas ensinava como deveriam ser os comportamentos de homens e mulheres, ensinavam como fazer do seu personagem o contador das histórias, um exemplo de pessoa, uma modelo a ser seguido. Quem é Simão de Nantua afinal? Um modelo de comportamento:

> Simão de Nantua, que andava de feira, havia mais de quarenta annos, com um Cavallo carregado de mercadorias, não tinha enriquecido n'este emprego, mas havia ganhado experiência, que vale tanto como ouro, pois tinha bons olhos e bons ouvidos, via muita terra e muita gente, ouvia muitas cousas. Era dotado de juízo claro e justo [...] aquele que o ouvia não perdia o seu tempo, porque dizia coisas sensatas e proveitosas, pois antes que fallasse tinha visto, ouvido, e meditado muito. (JUSSIEU, 1875, p. 4)

Prosseguindo a definição do personagem, o autor dá a tônica sobre o que abordaria na narração do livro: educação, instrução e trabalho. Afirmou ele sobre Nantua:

> Posto que não rico, todavia o seu pequeno commercio lhe havia proporcionado meios de educar uma numerosa família e de viver folgadamente. Ora, como os seus desejos não excediam a sua possibilidade era perfeitamente feliz, pois dizia elle: - só é verdadeiramente pobre o que deseja mais d que pode ter. Apesar de sua idade avançada continuava a trabalhar, e a discorrer pelas feiras, porque dizia: a ociosidade e a preguiça são os maiores inimigos da saúde e da felicidade. (JUSSIEU, 1875, p. 4)

Sobre a instrução na vida de Simão de Nantua, o autor destacou:

> Seguiu a profissão do pae, mercador de feiras ou bufarinheiro. Com modesta instrução, via melhor as cousas, e julgava de tudo com mais discernimento e acerto. O gosto que sempre conservou a lição de bons livros lhe offerecia um útil e deleitoso passatempo; e se os seus negócios o consentiam, às vezes escrevia as suas próprias reflexões. Esta instucção dói a única herança que Simão recebeu de sua família; mas herança que vale mais do que dinheiro, porque offerece meiso de o ganhar, enquanto a ignorância só conduz a perdel-o. (JUSSIEU, 1875, p. 4)

A partir daí o autor faz a sua maior defesa: "Vós mandaes vossos filhos à escola? Pois mandae-os, que n" nisso lhe fareis o maior serviço. Se não "souberem nada, serão sempre dependentes dos outros, e muitas vezes logrados". (JUSSIEU, 1875, p. 5)

Precisamente nos capítulos V e VI, o autor, através das histórias contadas pelo personagem de Simão de Nantua, pontuou a sua percepção sobre a necessidade de ministrar um mínimo de educação para os indivíduos através do método do ensino mútuo.[7]

7 Segundo Conde (2005), o modo de ensino mútuo consiste "na comunicação recíproca da instrução por meio do ensino dos discípulos que sabem mais aos que sabem menos, debaixo da direção e inspeção do Professor". Apoia-se em princípios gerais que integram as "bases de educação" e as "bases de instrução". As primeiras dividem-se em cinco parâmetros: o respeito mútuo e a aceitação de um encadeamento sucessivo de poderes de precedência, estabelecido

> Chegando a Besanço tomamos agasalho por duas noites em uma casa de pasto modesta [...] A casa tinha três filhos, sendo dois rapazes, dos quaes o mais velho não tinha menos de onze annos, e uma menina de sete para oito annos. Simão de Nantua, que toda a sua vida gostou muito de creanças, logo ganhou afeição... lembrou-se de perguntar ao mais velho se sabia ler e escrever. O rapaz respondeu com alguma vergonha que não sabia nada d´isto. (JUSSIEU, 1875, p. 20)

Questiona então, a mãe que deveria ser responsável por observar a educação dos filhos, sendo, nesse momento, a figura feminina a construtora da instrução da prole. Obviamente que essa responsabilidade era limitada pela própria formação dada a elas, entretanto não significava que esta mulher não fosse preparada para possibilitar o básico para os filhos, como encaminhá-los para formações destinadas aos papéis de gênero específicos.

Simão de Natua sinaliza esse papel ao mostrar à mãe a necessidade da educação dos meninos e quem deveria enviar-lhes a escolas de ensino mútuo:

> São escolas onde as creanças se ensinam umas às outras mutuamente a ler, escrever e contar, e onde se aprende o evangelho, o cathecismo, tudo o que é preciso que as creanças saibam para virem a ser dóceis, bons christãos e bons súbditos. (JUSSIEU, 1875, p. 21)

Ele ainda salienta que um rapaz que sabe ler e escrever acostumado ao trabalho e à ordem, não seria jogador nem vadio e teria recebido princípios e probidade.

Percebamos também que em nenhum momento o autor desvincula a instrução da necessidade de uma atividade profissional. O princípio do ensino mútuo era possibilitar o mínimo de for-

---

entre todos os intervenientes no processo educativo, desde o professor até ao aluno mais atrasado; a economia de gastos; o aproveitamento rigoroso do tempo, correspondendo a cada tarefa específica uma duração determinada; o incentivo, utilizado desde tenra idade, para o cumprimento das obrigações próprias do "homem honrado e do cidadão útil", tão ao gosto liberal; um sistema justo de prêmios e castigos, como meio de estimular o amor-próprio e a emulação entre os discípulos.

mação à classe trabalhadora, a fim de desempenhar melhor suas funções. A educação aqui não é para a construção de um homem reflexivo, apesar do próprio Nantua ser um homem desse tipo. Não! A instrução elementar deveria servir para fazer o homem comum lidar eficientemente com as novas transformações do seu dia-a-dia. Nesse sentido, eles seriam instruídos para serem bons cidadãos, cumpridores dos seus deveres, ordeiros. Simão de Nantua retrata isso em relação ao homem, já que a este se destina o seu discurso: "Na manhã seguinte, Simão de Nantua e eu tomamos cada um pela mão um dos rapazes para irmos com eles à escola do ensino mutuo". (JUSSIEU, 1875, p. 21)

O que dizer da mulher? Sobre a educação das meninas:

> As meninas não vão à escola dos rapazes, diz Simão de Nantua; mas há outra para ellas, onde aprendem a ler escrever e contar, e a coser e bordar por differentes modos. A essa pode ir. Pede a tua mãe que te mande lá. (JUSSIEU, 1875, p. 23)

Em outras palavras, notemos, através dessa obra, até onde deveria ir a educação das recolhidas. Sem instrução não deveriam ficar, mas nada que extrapolasse aquilo que deveria pertencer ao gênero feminino. Neste sentido, o autor pontua, na história de uma menina laboriosa e de outra dissipada, como os atributos femininos eram fugazes:

> Lembraes-vos de Catharina Gervais, e de Coleta Michaud? Não sabeis que ambas deixaram a sua terra para irem estabelecer-se em Paris? Eu as encontrei ahi, e d´ellas mesmas soube o que hes aconteceu depois que deixaram a sua terra. (JUSSIEU, 1875, p. 39)

A primeira, boa rapariga, sem formosura, nem pretensões, mas sisuda, amiga do trabalho, inclinada a piedade, foi para Paris com o objetivo de ganhar dinheiro para ajudar seu pai enfermo. Curiosa, procurou aprender tudo que podia e, reconhecida

por isso, não demorou a encontrar um emprego melhor. Colleta, por sua vez, era muito bonita, e sabia disso, então usava esses atributos a seu favor, nem mesmo cumpria seus deveres espirituais. Só se preocupava em se vestir para dançar no domingo. Seus trabalhos eram mal feitos, logo deu a perder nos maus costumes. Terminando os seus dias em um asilo para mulheres perdidas. Ao trabalhar com duas representações antagônicas de feminino, que nas entrelinhas se remetem aos símbolos binários de Maria e Eva, o autor acaba apresentando o ideal do feminino para a sociedade e as consequências de se tornar o oposto disso, o próprio título do capítulo sugere que uma mulher trabalhadora era por todos estimada e reconhecida. Ao contrário daquela que achava que seus atributos naturais a levariam muito longe. Uma mulher, portanto, não deveria apenas cultivar a aparência, mas o seu espírito e o seu comportamento. Assim, por meio da leitura, as recolhidas aprendiam a se comportar e, quiçá, não "estranhar" ou questionar as normas que regiam o cotidiano da instituição, pois podiam verificar, ao compará-las com o proposto pelo manual, que aquela estava dentro dos padrões utilizados para serem mulheres civilizadas. A sintonia com o proposto em *O Mercador de Freiras* e "as normas do Santo Nome" fica evidente quando se verifica que na reforma do compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 1842, a Mesa estabeleceu no art. 129:

> Todas as recolhidas sejam expostas, orfãs, ou porcionistas, usarão do mesmo uniforme, que constará de – vestido simples, e lenço aos hombros-; sendo-lhes vedade o uso de qualquer enfeite, ou adorno. O vestido será de panno escuro, a arbitrio da Mesa, com tanto que não seja de l. (ASCMBA, 1842, 88 A)

O controle das vestimentas das recolhidas tanto pode demonstrar uma tentativa da MA em não enfatizar as diferenças de recursos entre as recolhidas, uma vez que algumas poderiam ser sumamente pobres, as porcionistas poderiam vir de esferas sociais

diferenciadas,[8] como pode demonstrar a preocupação em, por meio das vestimentas, moldar comportamentos e evitar, quem sabe, a existência de "Coletas Michauds" entre as recolhidas.

No início do século XIX, o Reverendíssimo Cônego Matheus de Lima Passos escreveu, em 1806, sobre as recolhidas, que não o agradava "[...] saber a distinção de trajar, que se apresentem as do governo e as porcionistas. Melhor que se estabelecesse um uniforme universal e invariável".[9] Em 1842, figurou no estatuto do recolhimento a forma como as internas deveriam se vestir. Em 1830, a Mesa já dava sinais de que não desconsiderou as observações do Cônego Matheus de Lima e Passos, realizada 1806, e foi taxativa sobre a forma de vestir das recolhidas:

> Essas roupas deveram ser usadas para tos públicos, vigorosamente como vão o _____, confissões, ir as grades e festas e receberem as Mesas quando as forem visitar. Diariamente e na escola usarão de seus vestidos de chitaa ou paninho brando liso, e não mais, sempre de sapatos pretos e meias brancas, sem se dar ou algum outro enfeites de luxo. (ASCMBA, 1803, 86 A)

Observemos que esse discurso atua de forma direta sobre o corpo, o corpo feminino visto como palco dos prazeres mundanos e da tentação para os homens. Cobrir ou não adornar o corpo era uma forma de não atrair olhares para ele, o despertar do desejo que o mesmo pudesse despertar. O que nos remete a pensar que a simplicidade das vestimentas também indicava a compreensão de uma mulher próxima à figura de Maria: simples, singela, bem próxima do modelo de virtude que deveria ser a mulher.

8 Por serem as porcionistas mulheres que pagavam para estar no recolhimento por algum período, não raro apresentavam um poder aquisitivo maior do que as recolhidas, consideradas verdadeiras filhas da casa, sumamente pobres, se recusavam não apenas a andar de forma simples, como também se negavam a dedicar-se aos trabalhos manuais.

9 Citação na página.

A história de Simão de Nantua destacaria bem isso, a preocupação com a aparência tinha consequências devastadoras para as mulheres. Diz Simão:

> Vede meus filhos, a differença que há relativamente a felicidade de um comportamento honesto e laborioso, ou extravagante e dissipado. Vede também como a formosura é um bem deploravel quando se lhe dá maior importância. A belleza do rosto não tem valia senão em quanto é imagem da belezza d´alma. Lembae-vos a história de Colleta para entreter o horror que deve inspirar o vicio, pensae muito na historia de Catharina, para vos animar cada vez mais a virtude. (JUSSIEU, 1875, p. 42)

Mas se o comportamento virtuoso é pontuado para as mulheres como necessário, para os homens era um atributo para saber portar-se em público, assim como cultivar qualidades que lhes imprimisse respeito. Em relação à ociosidade, para ambos os sexos era vista como um mal. O trabalho era enfatizado como importante para os homens e mulheres. Se, para os homens, tinha a conotação de posição de provedor, para a mulher, este lugar só poderia ser ocupado na ausência do masculino. Assim, o trabalho para além de provisão, na falta desse homem, representava a demarcação de um lugar de respeito, pelo fato de que o trabalho honesto poderia livrá-la de uma vida desregrada.

Tais questões nos leva a pensar que a atribuição do trabalho vai ter uma forte chamada para as mulheres dos grupos mais remediados. Para elas, o casamento era uma possibilidade de vivência em uma sociedade que poucas oportunidades lhes dava; não ter como se sustentar, na falta do matrimônio, era um risco perigoso. No caso do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, como os casamentos eram realizados entre as pessoas dos mesmos grupos sociais, ou seja, seus pretendentes eram tão remediados quanto às internas, a formação para o trabalho era um atributo importante para essas mulheres, significava a possibilidade da manutenção da

sua sobrevivência até a chegada o matrimônio. Contudo, podemos sugerir que, pelas próprias condições de profissões dos seus futuros maridos, muitas poderiam ter desenvolvido alguma atividade profissional como forma de ajudar a sua família.

Ana Amélia Vieira Nascimento (2002), em seu artigo *Formação de famílias de médios extratos sociais pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, discutiu sobre a contribuição da Santa Casa de Misericórdia e do Santo Nome de Jesus, ao encaminhar as mulheres para o casamento e, revelando que os maridos das internas seriam: oficiais mecânicos, funileiros, sapateiros, ourives, tanoeiros ou enfermeiros do Hospital da Misericórdia, fiéis de cartórios, empregados e administradores da Fábrica de Tecidos em Valença.

Infelizmente, não foi encontrado o documento que a autora sinaliza em que constam informações sobre os que desejavam casar com as internas, contudo, posso inferir que ter uma profissão era um requisito importante, não destoando da ideia de que o provedor do lar era de fato o homem, como assevera o manual de Simão de Nantua. Permitir que uma mulher trabalhasse só era sugerido até a espera do matrimônio. O que nos leva a pensar que havia, nesta obra, um padrão de masculinidade visto como ideal. O homem ainda é visto como o chefe da família, o provedor, honrado em seus gestos, mesmo quando ajudado por esta mulher laboriosa. Dessa maneira, a sociedade impõe papéis de gênero bem definidos, se a mulher é a cuidadora, é o homem o provedor. Se é a mulher quem procria, é o homem quem alimenta, estabelecendo escalas de valores diferentes para ambos os sexos.

> Eis ahi onde conduzem a vaidade de quem se envergonha da sua condição, e a temeridade de querer sair d'ella sem ter para isso habilitações precisas. Se tivesseis prudentemente continuado o officio de vosso pae, terieis ficado com os sues freguezes, e hoje serieis um horado mestre do vosso officio, livre e indecente. Todos os officios são honrados, quando servidos com honra, pro-

> bidade e dão proveito: só é humilde e baixo o que é desonesto ou inutil. Nenhum offico deshonra o homem, às vezes o homem é que deshonra o seu offico. [...] Um homem vadio ou ocioso é um ente sem prestimo, pezado em quanto vive, e quanto morre allivia o mundo d´um pezo inutil. Deus poz-nos aqui para trabalharmos, e sermos uteis uns aos outros. (JUSSIEU, 1875, p. 30)

Observemos, portanto, que os manuais de conduta tiveram um papel importante na construção das identidades de homens e mulheres. No caso deste manual, em particular, escolhido para compor a educação das internas do Recolhimento do Santo Nome de Jesus, através da sua leitura na Escola de Primeiras Letras, que era a porta de entrada desse tipo de material para a domesticação dos indivíduos, ele reafirmava bem o que cabia a cada um dos gêneros.

A formatação do feminino e do masculino dava-se a partir do corpo. As regras são pensadas tanto para a parte física dele, ensinando um sentar, um portar-se, um vestir, um falar, como para a mente. Embute-se um discurso que, a partir das diferenças biológicas, portanto, físicas, estabelece quem deveria fazer o quê ou ser o quê.

Devemos então pensar que, mesmo tendo o acesso à educação, essa mulher não se liberta do seu papel de servir ao homem. Ao contrário, é preparada para continuar servindo. Nesse sentido, são pertinentes as proposições de Pintassilgo (2000) e Foucault (1979), ao sinalizarem que os manuais de conduta implicavam em uma normalização das práticas sociais. A civilidade tinha uma função normalizadora, modeladora da consciência de homens e mulheres a partir das normas de comportamento sociais, consideradas legítimas. Essas normas têm aspectos comuns aos gêneros, mas também estabelecem diferenças entre eles.

Em *Simão de Nantua*, o uso da palavra cidadão é para o homem, é a ele que é direcionado o discurso sobre direitos e deveres.

Isso nos faz lembrar da observação de Pateman (1993), que nem a Revolução Francesa, nem as ideias iluministas pensaram a mulher como sujeita de direito. Mesmo nos manuais, elas existem quando as discussões referem-se ao comportamento e aos cuidados com os outros.

Os manuais ratificam os espaços do feminino e do masculino. Do privado, para a mulher e, do público, para os homens. A civilidade e a normalização serão vivenciadas de forma diferenciada por homens e mulheres. Se todos deveriam ser "adestrados" seguindo as regras estabelecidas no social, para a mulher, o "adestramento" representava honrar o pai, o marido, o outro.

## *Considerações finais*

Observamos que o controle sobre a mulher tem uma atenção especial no discurso da civilidade. Ser mãe e esposa passava por construções de comportamentos, de expressões, de gestos. O corpo se torna palco da ação do adestramento, da moldagem do caráter, da guarda da honra. Remetendo-nos a considerar como, nesse viés de análise, os manuais foram fundamentais para assimilação de um ideal feminino desejado.

Por outro lado, não podemos descontextualizar essa busca por uma mulher minimamente preparada do discurso por uma mulher mais ilustrada, principalmente no Brasil, a partir de 1822, com o acesso cada vez maior às ideias propagadas pelos pensadores iluministas desde 1762 na Europa, e que aqui coincidiram com o desejo de liberdade da então colônia brasileira, o aumento as aspirações educativas dos filhos da elite, para a qual a mulher teria um papel preponderante na educação desses novos homens.

Para os menos remediados, a ideia do labor como edificação do homem, do respeito, também será válida para as mulheres de poucos recursos. O trabalho torna-se um caminho para a cons-

trução de uma sociedade longe das marcas escravidão. Uma sociedade nos moldes das civilizações europeias. Deste modo, os manuais traziam ensinamentos não apenas do portar-se, mas o próprio entendimento do que seria um cidadão útil à pátria. Associados aos manuais, a Igreja buscava reafirmar seu lugar na formação da vida dos indivíduos. Procurava, no discurso das novas formas de socializações e na educação dos indivíduos, introduzir seus preceitos religiosos. O que fez com que houvesse, em dados momentos, uma educação laica ligada aos ensinamentos religiosos.

Todos esses discursos despertaram na Mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia uma reflexão sobre a formação e conduta das recolhidas do Santo Nome de Jesus, uma vez que essa instituição por muito tempo desempenhou importante espaço de acolhimento para moças pobres em idade de casar ou de guarda da honra daquelas cujos pais, irmãos, tutores tivessem que se ausentar. Contudo, apesar da sua importância, nem sempre o comportamento das referidas pretendentes se adequavam ao que era desejado para uma mulher, levando, em vários momentos, ao questionamento da sociedade de ser a instituição no século XIX uma mera casa de correção, sem eficácia ou uma casa de formação inadequada.

Os manuais adotados a partir do século XIX cumpriram um papel importante na construção do projeto educacional que se projetou a partir desse período no Recolhimento do Santo Nome de Jesus. Visando dar um novo comportamento a moça casadoura, a Santa Casa da Bahia buscou tornar essas mulheres minimamente preparadas para desempenhar as funções para as quais foram naturalmente constituídas. Por outro lado, ao trazer a ideia da ocupação/trabalho como um lugar de honra para os mais necessitados, abre a instituição para uma formação destinada ao tra-

balho, como forma de distanciá-las da possibilidade de, caso não casassem, uma vida sem honra.

Observamos, portanto, como os manuais cumpriram, nesse espaço, um papel fundamental de adequação da mulher aos papeis de gênero estabelecidos, através de um discurso para o qual a moldagem e o controle dos comportamentos e dos corpos eram as estratégias utilizadas para estabelecer um sujeito ideal.

## *Referências*


ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas*: mulheres da colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnb,1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Enclausuradas no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas*. São Paulo, Edusp, 1999.

ARIES, Philippe; DUBY, George. (Org.) *História da vida privada*: da Renascence ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. v. 3.

ASCMBA. *Correspondências Avulsas Caixa 04 A* (1550-1859).

ASCMBA. *Correspondências avulsas Caixa 04 B* (1853-1856).

ASCMBA. *Livro De Atas, 19 A* (1857-1875).

ASCMBA. *Livro De Registro Da Santa Casa De Misericórdia Da Bahia, 86 A* (1776-1817).

ASCMBA. *Livro De Registro Da Santa Casa De Misericórdia Da Bahia, 88 A* (1832-1843).

DAMAZIO,Antônio Joaquim. *Tombamentos dos bens imóveis da Santa Casa da Misericordia da Bahia*. Salvador: Typografia de Camile de Lelis Masson, 1862.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*: formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jugmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESCANDON, Carmen Ramos. (Org.) *Gênero e História*. México: Instituto Mora;UAM,1992.

ESCANDON, Carmen Ramos. Historiografia: apuntes para um debate em femenino. *Debate Feminista*, México, v. 20, Ano 10, p. 131–157, out. 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.

FOUCAULT, Michel. *Microf*ísica do poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grall,1979.

JUSSIEU, Mr. de. *Obras Posthumas de Simão de Nantua colligidas pelo seu antigo companheiro de viagem Mr. de Jussieu.* Lisboa: Livraria de A. M. Perereira, 1875.

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. #11, p. 67–75, dez. 1998.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700–1867. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, v. 38, p 123–135, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. A sombra da caridade: formação de famílias de médios extratos sociais pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 45, p. 37–50, ago. 2002.

PATEMAN,Carole. O contrato sexual. In: PATEMAN,Carole. *Confusões patriarcais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. cap. 2

PERROT, Michelle; DUBY Georges. *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3.

PILLAR, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. *História em revista*. v.9, dez. 2003. Disponível em: <http//WWW.ufpel.eche.br/downloads/historia_em_revista_09 Maria_pilia,2008>. Acesso em: 15 jan. 2008.

PINTASSILGO, Joaquim. *Educação Liberal e conformação social*: dos catecismos constitucionais aos manuais de civilidade. Lisboa: Faculdade de Ciência da Universidade de Lisboa. Departamento de Educação. Centro de Investigação em Educação, 2000.

PINTASSILGO, Joaquim. *A componente socializadora do currículo escolar oitocentista*. Lisboa: Faculdade de Ciência da Universidade

de Lisboa. Departamento de Educação. Centro de Investigação em Educação, 2000.

REIS, Adriana Dantas. *Cora*: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centros de Estudos Baianos, UFBA, 2000.

REVEL,Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIES, Philippe; CHARTIER,Roger (Org.). *História da Vida Privada*: da Renascença ao Século das Luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 169-209. v. 3.

ROQUETE, JI. Código do *bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RUSSL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos*: a Santa Casa da Misericordia da Bahia,1550-1755. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Ivani A. Teles. *Representação da civilidade feminina na Bahia do século XIX: A revolta das recolhidas do Santo Nome de Jesus em 1858*. 2008.#100#f. Monografia (Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SCHWARCZ, Lili Moritz. Introdução. In: ROQUETE, J.I. *Código do bom tom*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VANIN. Iole M.; ARAS, Lima. (Org.) *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM, 2002. p. 67-88.

# QUEM É QUEM

Alinne de Lima Bonetti

É antropóloga, doutora em Ciências Sociais, área de concentração Estudos de Gênero (Unicamp), professora adjunta Universidade Federal da Bahia, atuando no Bacharelado em Gênero e Diversidades e no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher – PPGNEIM/UFBA. Contato: *alinne.bonetti@gmail.com*

Ana Alice Alcântara Costa

Doutora em Sociologia Política na Universidade Nacional Autônoma do México e Pós-doutora no Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, professora do PPGNEIM e POSHIST da UFBA. Contato: *analice@ufba.br*

Cassiana Gabrielli

Possui graduação em turismo pela Universidade Federal do Paraná (2002), mestrado em Cultura & Turismo pela Universidade

Estadual de Santa Cruz (2006) e doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (2011). Contato: *cassiana.gabrielli@gmail.com*

Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Graduada em Antropologia Cultural na Illnois State University, mestra e doutora em Antropologia Social na Boston University. Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do NEIM. Contato: *cecisard@ufba.br*

Cristiane Ferreira de Sá

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2004), especialização em Metodologia e prática do ensino de gênero pela Universidade Federal da Bahia (2008) e mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2011). Contato: *cristiane_ftcead@yahoo.com.br*

Elizete Silva Passos

Filósofa, doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor titular da Fundação Visconde de Cairu e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA. Contato: *elizetepassos@uol.com.br*

Greissy Leoncio Reis Lemos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2006), e Especialização em Educação, Cultura e Memória pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(2008) e mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gêne-

ro e Feminismo – PPGNEIM pela Universidade Federal da Bahia. Contato: *guerareis@yahoo.com.br*

Iole Macedo Vanin

Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia, onde atua como docente na graduação e no programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinare sobre Mulheres gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA. É pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM. Contato: *iolevanin2007@gmail.com*

Ivani Almeida Teles da Silva

Graduada em História, é Especialista em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero e outros temas transversais. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulheres, Gênero e Feminismo. Contato: *ivaniteles@yahoo.com.br*

Ivia Alves

Possui graduação em Letras Anglo Germânicas pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado e Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. É professora permanente no PPGLitC e PPGNEIM/UFBA. É pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher –NEIM –UFBA. Contato: *iviaalves@uol.com.br*

Jalusa Silva de Arruda

Possui graduação em Direito pelo UNESC – Centro Universitário do Espírito Santo  e Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA – Universidade Federal da

Bahia. É assessora técnica do PAIR – Programa de Ações Integradas e Referencias de Combate a Violência Sexual Infanto Juvenil no Território Brasileiro, cuja gestão e coordenação é do PRAE – Programa Escola de Conselhos da UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Contato: *jalusa1@yahoo.com.br*

Márcia dos Santos Macêdo

é socióloga, doutora em Ciências Sociais (UFBA), professora adjunta do Departamento de Ciência Política e pesquisadora permanente do NEIM/UFBA. É docente do programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA; Contato: *msmacedo@ufba.br*

Maria Gabriela Hita

Possui graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Ciencias Sociais, pela FLACSO – México e doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP -Universidade Estadual de Campinas e estudos Pos-doutorais na Universidade de Manchester – Grã Bretanha. É professora do Departamento de Sociologia e nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e o de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) na UFBA Contato: *mghita@ufba.br*

Rebeca Sobral Freire

É cientista política, bacharela e licenciada em Ciências Sociais, Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional com concentração em Políticas Públicas e mestra e doutoranda pelo Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (FFCH/NEIM/UFBA). Contato: *rebecasobral@yahoo.com.br*

Renato Macedo Filho

Diretor do Núcleo de Educação à Distância da Faculdade dos Guararapes da Rede Laureate International Universities. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana/BA, e Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Contato: *natomacedo@yahoo.com.br*

Silvana Oliveira Souza

Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência em Programas Especial de Formação de professores (PROESP). Programa Humanização de Cidades com apoio da Prefeitura local e Governo do Estado em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL/BA. Contato: *soshistoriar@yahoo.com.br*

Silvana Santos Bispo

Licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia UNEB e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia – PPG/NEIM/UFBA. Coordenadora de Educação para Diversidade, Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Professora da efetiva da rede da Educação do Estado da Bahia – SEC – BA. Contato: *mnegrass@hotmail.com*

Zuleide Paiva da Silva

Licenciada em Letras Vernáculas e Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia, atuando na área de Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico. É Pesquisadora do Diadorim – Núcleo de

Estudos de Gênero e Sexualidade da Universidade do Estado da Bahia, É ativista da Liga Brasileira de Lésbicas desde 2010. Contato: *eidepaiva@gmail.com*

## Colofão

| | |
|---|---|
| Formato | 15 x 23 cm |
| Tipologia | Leitura News e leitura Sans 10/16 |
| Papel | Alcalino 75 g/m² (miolo)<br>Cartão Supremo 300 g/m² (capa) |
| Impressão | Edufba |
| Acabamento | Cartograf |
| Tiragem | 500 exemplares |

ISBN 978-85-232-1285-8

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto movimento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção da mulher nas diversas manifestações culturais.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA